



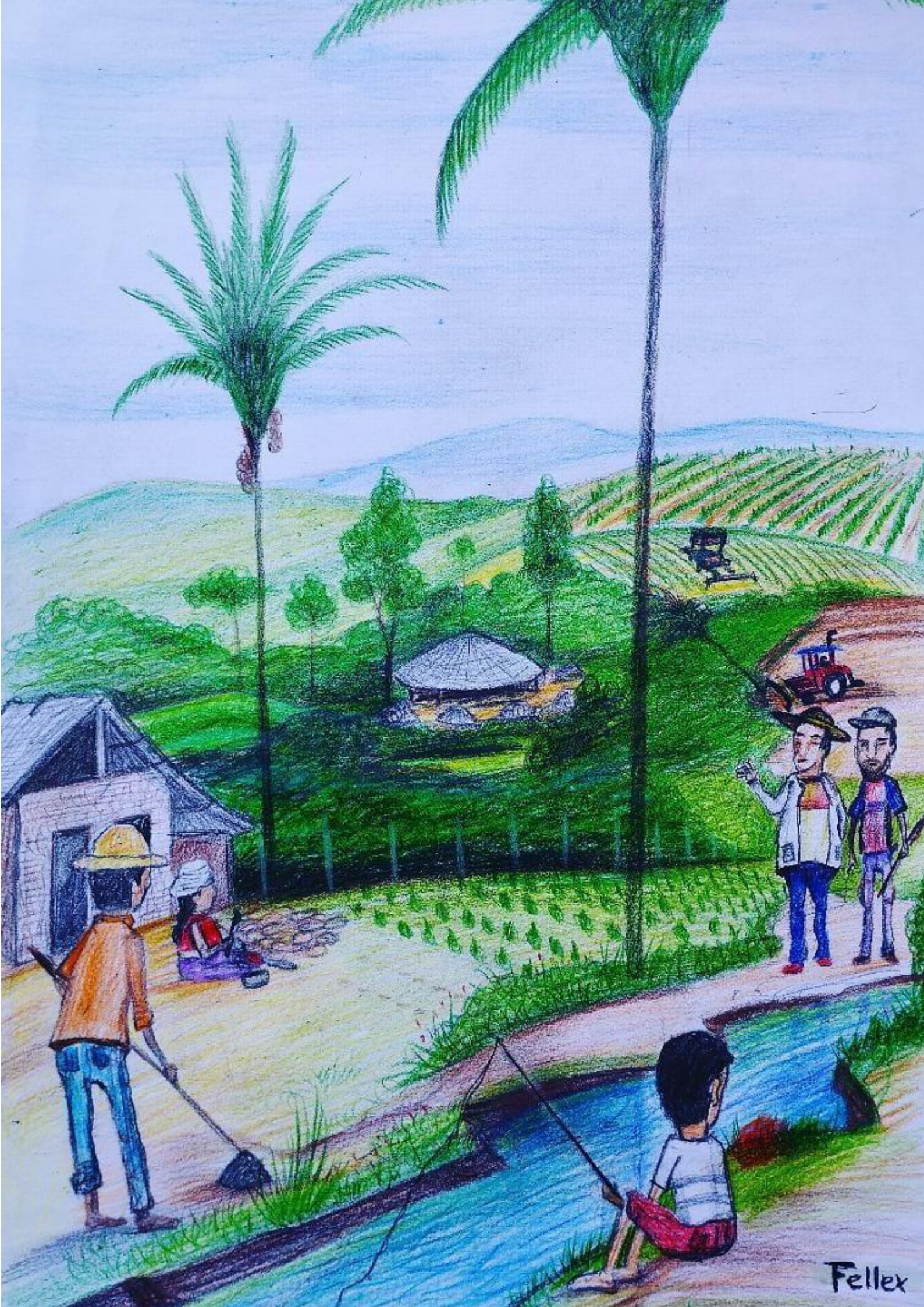
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

THAYSSLORRANNY BATISTA REINALDO

**TERRITÓRIO, FRONTEIRA, CAMPESINATO: EXPANSÃO DA FRONTEIRA
AGRÍCOLA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO NORTE DO TOCANTINS,
BRASIL**

FORTALEZA

2023



Fellex

THAYSSLORRANNY BATISTA REINALDO

TERRITÓRIO, FRONTEIRA, CAMPESINATO: EXPANSÃO DA FRONTEIRA
AGRÍCOLA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO NORTE DO TOCANTINS, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e cidade no Semi-Árido.

Orientadora: Prof^a. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R289t Reinaldo, Thaysslorranny Batista.

Território, fronteira, campesinato : expansão da fronteira agrícola e resistência camponesa no norte do Tocantins, Brasil / Thaysslorranny Batista Reinaldo. – 2023.
324 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.

1. Território. 2. Fronteira. 3. Campesinato. 4. Conflito. 5. Resistência. I. Título.

CDD 910

THAYSSLLORRANNY BATISTA REINALDO

TERRITÓRIO, FRONTEIRA, CAMPESINATO: EXPANSÃO DA FRONTEIRA
AGRÍCOLA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO NORTE DO TOCANTINS, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e cidade no Semi-Árido.

Aprovada em: 13/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Aldiva Sales Diniz
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof. Dr. Eliseu Pereira de Brito
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Profa. Dra. Tereza Sandra Loiola Vasconcelos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Esta tese é dedicada de uma maneira muito especial:

A Deus, por ter me sustentado e mantido a esperança no meu coração em todas as circunstâncias vividas ao longo dessa trajetória acadêmica;

A minha vizinha, Rozalice Maria da Conceição (In memoriam), sinônimo de amor, acolhimento e alegria;

Ao meu vô José, (conhecido como Zé Durico), e aos meus pais, Adão Renato e Maria Lize, pessoas que amo incondicionalmente e que muito contribuíram para a minha formação moral e intelectual;

Aos familiares e amigos que torceram e se fizeram presentes nessa trajetória;

A todos os povos do campo que vivem e resistem frente às barbáries do capital, no Norte do Tocantins, e que muito me ensinaram sobre a importância de continuar a luta pelos nossos objetivos, independentemente da situação.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um dos sentimentos mais belos, a meu ver, e é por isso que inicio minhas palavras agradecendo a todos que estiveram comigo em todos os momentos da minha vida, especialmente aqueles mais difíceis. Agradeço aquele que recebe muitos nomes (Deus, Javé, Emanuel, Jeová, El Shadai) e que para quem acredita, como eu, cuida, protege e direciona em todos os momentos da vida. A Deus, minha eterna gratidão!

Quando se pensa em um título de Doutora, não se imagina os desafios, as renúncias, a dedicação e as adversidades que podem surgir ao longo do caminho. Do ingressar no Doutorado (segundo semestre de 2018) à defesa e conclusão do mesmo (primeiro semestre de 2023), foram muitos os percalços e as experiências vivenciadas: várias viagens entre os estados do Tocantins e Ceará, cada uma com um acontecimento inusitado, aprendizado e formação de amizades: uma cirurgia; a perda da minha vó, dias antes da seleção, muitos trabalhos de campo pelo Norte do estado do Tocantins, inclusive me deparando com jagunços; participação em eventos; mudança de estado (Tocantins-Ceará); conciliar trabalho e estudo (no primeiro e no último ano do Doutorado, como professora substituta da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Araguaína-TO e como professora temporária da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral-CE); o isolamento social durante a pandemia e tantas outras situações vivenciadas não só por mim, mas por tantos estudantes das Pós-Graduações brasileiras.

E é por isso que convido você a participar desta “viagem”, iniciando-a, aqui, nos agradecimentos, pois para este momento chegar, muitas foram as pessoas que participaram do processo, seja de forma direta ou indireta, com orações e boas vibrações emanadas para mim. Diversas também foram as situações pessoais superadas e aprendidas ao longo desses processos. Estar viva, nesse momento, já é uma grande vitória, visto que perdemos muitos irmãos brasileiros durante a pandemia. Logo, é por termos passado por tantas situações e aprendizados, que agradeço a cada um de vocês.

Aos amores da minha vida: minha mãe, Maria Lice Batista de Moraes e meu pai Adão Renato Alves dos Santos, que mesmo sem entenderem o que eu fazia, porque eu tinha que viajar tantas vezes e, assim, ficar longe deles, sempre me apoiaram e confiaram em mim. Ensinarão-me o caminho do bem e a fazer o bem por onde passar. Amo vocês!

Aos meus avós, Rozalice Maria da Conceição (*In memoriam*) e José Batista de Moraes, que ajudaram a me criar e a moldar o meu caráter desde criança. Não posso deixar de

registrar, aqui, que a minha vó, mesmo sem saber ler, me ajudava a arrumar cada mala, antes de viajar em busca dos meus sonhos e objetivos. E, na ida para a seleção de Doutorado, ela não estava mais nesse plano. O amor dela por mim foi uma das coisas que me motivou durante todo o processo de doutoramento, pois quando eu imaginava que não dava mais conta era ela que me motivava. Ela partiu nos meus braços dias antes da seleção!

Aos meus irmãos, Laisa Batista Reinaldo e Mateus Batista dos Santos, que desde criança construíram comigo bonitas memórias afetivas e me deram presentes maravilhosos, que eu amo como se fossem meus. São 07 (sete) crianças lindas: Laiane, Larissa Emanoela, Pedro Neto, Abner, Laila, Luiz Eduardo e Luiz Gustavo, crianças cheias de energia que alegam os nossos dias.

Aos meus tios, Raimundo Nonato, Fracieldo, Marlene, Geovana, Orlam, Maria José, Ana Julia, Belchior, Josefa, que mesmo longe oraram e me apoiaram. E a todos os meus primos e primas.

À querida tia Feluca e madrinha Aldeniza, por me apoiarem sempre.

Ao meu primo, Manoel, e sua esposa Karina, que, por tantas vezes, me abrigaram na sua casa e me acolheram em Fortaleza.

Ao meu namorado José Marcos, que tem se tornado uma pessoa muito querida e especial para mim, com quem muito tenho aprendido sobre a vida. Obrigada por ter feito também boa parte dos mapas que compõem este trabalho e por ter ouvido, por tantas vezes, as minhas inquietações diante do processo de doutoramento.

Ao Felex, pelos desenhos lindos e cheios de afetividade e ensinamentos que fazem a abertura de cada capítulo desta tese.

A minha irmã, Lorena, por articular o contato entre mim e as empresas que cuidam da logística da soja no Tocantins.

Ao padre Claudinei, pelas longas horas de discussão sobre a realidade ribeirinha.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelos 02 (dois) anos de bolsa de Doutorado, essenciais para custear todos os gastos, inclusive os deslocamentos constantes entre os estados do Tocantins e do Ceará.

À Universidade Federal do Ceará (UFC), por essa formação tão importante para minha carreira acadêmica e para a vida de uma maneira geral. Agradeço a todos(as) os(as) professores(as) que compõem o corpo docente da Pós-Graduação em Geografia da UFC, por colaborarem diretamente para a minha formação e aos(as) demais funcionários(as) (zeladores(as), secretários(as), vigilantes, bibliotecários etc.), por garantirem que nós,

estudantes, tenhamos o melhor atendimento e acolhimento possível na Universidade. Em nome de todos eles, agradeço a Edilene e ao Erandi, por serem sempre tão prestativos e atenciosos.

A minha orientadora, professora Dra. Alexandra Maria de Oliveira, por todo conhecimento, paciência e apoio dado a mim durante todo processo de doutoramento. Suas contribuições, acolhimento e presença foram essenciais para chegarmos, de fato, à elaboração final desta tese. Obrigada por tudo; por, em muitos momentos, ser mais que orientadora, ser também a pessoa que pegou na nossa mão e disse: vamos, vai dar certo!

Ao professor Dr. Carlos Alberto Feliciano, a professora Dra. Tereza Sandra Loiola Vasconcelos, ao professor Dr. Eliseu Pereira de Brito e a professora Dra. Aldiva Sales Diniz, pela leitura cuidadosa e atenta à minha pesquisa e por toda contribuição e apoio dado a mim.

Para uma pesquisa ser realizada, somente ler livros não é o suficiente. Os diálogos, as vivências, os olhares, os dados cedidos por terceiros (órgãos e instituições) são essenciais para o(a) pesquisador(a). E, nesse processo, diversas pessoas colaboraram: ribeirinhos, posseiros, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, assentados(as) e tantas outras pessoas que me receberam em suas casas para conversar. E, entre um gole de café e outro, me contavam suas histórias, seus problemas, sonhos e dificuldades. Naquela prosa, iam me ajudando a entender os territórios que pesquisei e que vivi desde criança, no caso o Norte do Tocantins, mais precisamente, o município de Carmolândia-TO. À todas essas famílias que abriram suas portas pra mim, o meu muito obrigada! Na organização dos trabalhos de campo, muitos ex-alunos da UFT ajudaram a articular as atividades, me receberam e fizeram almoço para nós. Dhúlia, gratidão!

Aos representantes dos movimentos sociais e das comunidades que sempre ajudaram, e, mesmo durante a pandemia, quando não era possível ir presencialmente devido ao isolamento social, sempre me deixavam a par das mudanças e situações. Eulina, Paulo Sergio e dona Silvia, muito obrigada.

Aos(as) funcionários(as) da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), sede de Araguaína-TO e, também, de Goiânia, por nos receberem e enviarem a base de dados de conflitos usada nesta tese. Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também enviou diversos dados via E-mail, os quais foram essenciais. À Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FETAET), pelos dados cedidos e apoio nos dados.

A querida Ruth, advogada da FETAET, pelo carinho e acolhimento. Ela, por tantas vezes, me ouviu, tirou dúvidas e compartilhou comigo a realidade do movimento sindical no Tocantins e sua importância para as mulheres camponesas.

Aos sindicatos e associações, que me ouviram pacientemente e me ajudaram medida que podiam com relatos, documentos e registros fotográficos.

Ao Luís Augusto Pereira Lima, professor da rede pública de Manaus, e ao Luciano Laurindo, que mesmo sem me conhecerem pessoalmente, me ajudaram com contribuições, trocas de experiencias e uma escuta atenta.

Ao professor Fabio Júnior de Carmolândia, pelo apoio e acolhimento.

Ao professor Eliseu Pereira de Brito, que foi também meu orientador na graduação e que sempre me apoiou e me ajudou a entender o território tocantinense; indo, inclusive, nos trabalhos de campo comigo, em plena véspera de Natal (dezembro de 2019), entender a dinâmica do Acampamento Gabriel Filho. Obrigada por sempre me apoiar e por ter me incentivado a tentar o doutorado quando nem eu mesma pensava naquele momento, porque estava cuidando da minha vizinha que já estava doente. Obrigada por ter sido sempre presente, e me ensinado a amar a Geografia. Obrigada de coração, professor, por tudo!

Ao professor Carlos Alberto Feliciano, ao Carlos Eduardo e o Pimba, por me proporcionarem uma das experiências mais incríveis já vividas por mim: juntos, realizamos uma semana de trabalho de campo no Norte do Tocantins, por diversos municípios tocantinenses (Campos Lindos, Barra do Ouro, Tocantinópolis, Araguaína, Goiatins, Palmeirante e Carmolândia), participando de reuniões e assembleia de sindicatos.

À Universidade Federal do Tocantins (UFT), que quando eu era funcionária (professora substituta 2017-2019), me ajudou com transporte para realizar alguns trabalhos de campo desta tese. Além disso, essa Universidade faz parte da minha vida e de toda minha trajetória acadêmica, pois foi nela em que fiz minha graduação e mestrado. À todos os(as) professores(as) que participaram da minha formação, o meu muito obrigada.

À dona Silva, do Acampamento Gabriel Filho, que me ensinou muito sobre a vida e ajudou diretamente mesmo no meu entender do território. Ela, mesmo sem saber ler, estava me dando os elementos que eu precisava para entender o que propunha a pesquisar no doutorado. Sua experiencia, seus conhecimentos de vida foram importantes para entender a grandeza da luta e da resistência na vida camponesa.

Ao professor Dr. Túlio Barbosa, que foi meu professor no primeiro período da graduação e que sempre me incentivou, por todos os ricos diálogos que me ajudaram a visualizar a minha tese.

Às professoras Doutoras Aldiva, Sandra e Cristiana da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), pelas experiências trocadas e diálogos sobre a minha tese.

Ao professor Dr. Aires José Pereira, que sempre acreditou em nós, seus estudos e sempre nos mostrou a importância da educação em nossas vidas.

Aos colegas de trabalho da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), pelo apoio e acolhimento.

À professora Dra. Kênia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), por articular alguns dados indígenas e por me ouvir e me apoiar.

Uma tese não se faz só, por mais que o processo de elaboração seja solitário. Somos pessoas que não somente estudamos, temos que trabalhar, temos família e uma série de outras questões que perpassam nossa própria existência. Em 2022, mudei do Tocantins para o Ceará, e esse estado, que já havia me acolhido em 2018 quando ingressei no doutorado, agora vira minha segunda casa. E, nessas mudanças, muitos aprendizados, medos e, também, alegrias se fizeram presentes. Para enfrentar tudo isso, meus amigos foram essenciais dentre eles: os(as) amigos(as) que comungam das mesmas emoções e tensões em elaborar uma tese de Doutorado, especialmente as irmãs de orientação Adeliane e Aline, que por tantas vezes foram meu ponto de apoio no momento de desespero. Construimos uma amizade muito bonita, que mesmo distante geograficamente tornou-se perto no apoio, no diálogo e no aprendizado.

Ao José de Arimateia e o Fabiano, amigos queridos que a geografia me apresentou.

Aos colegas de turma que me apoiaram: Davi, Marluci, José de Arimateia, Jaqueline, Aline, Orlando Jalane pelo apoio e incentivo.

Aos meus alunos Cleverton e Jairo, e a querida Juliana Cunha (Ju).

À Aldênia e seu esposo Cícero, pessoas queridas que me acolheram em Sobral e me incentivaram.

A todos(as) que me acolheram em Sobral-CE e que mesmo não sendo família de sangue, são de coração.

Aos amigos do Tocantins, Jairo, Maria Aparecida, Roberto, Adriana, Francisca e Divino, que no ano de 2008, iniciamos a graduação juntos e a amizade seguiu ao longo do tempo.

À Daniela e ao Sebastião (Ted), amigos desde criança e pelos quais eu tenho carinho e um respeito muito grande.

Ao Reges e à Miriam, amigos desde a graduação e que sempre se mantiveram próximos.

À Cris, a Lisiene e a Dra. Milene, que nos momentos difíceis se mantiveram por perto.

Agradeço, de uma maneira muito especial, a todos(as) os professores(as) passaram pela minha vida. Com certeza, todos(as) vocês colaboraram diretamente para momento.

À cada camponês e camponesa que abriu seu lar e dividiu suas experiências de vida comigo, o meu muito obrigada; sem vocês, este momento não teria chegado.

Obrigada a cada pessoa que torceu por mim, e que direta ou indiretamente se fez presente. Um abraço fraterno a todos(as)!



*“Sonho com o dia que eu consiga voltar pra minha terra. Guardo esse pé de engar, que eu trouxe de lá, tenho esperança que dias melhores chegue e que as pessoas saibam o que acontece aqui, as injustiças e as dificuldades que nós passamos. Porque o nome que recebemos é de desocupado pra lá, somos trabalhadores, só queremos uma vida digna, um pedaço de terra pra plantar. Poucas pessoas com muito, tanta gente sem nada, todos somos filhos de Deus, eramos para termos os mesmos direitos”.
(Relato de uma das interlocutoras da pesquisa, em Palmeirante-TO, dezembro de 2019).*

RESUMO

A expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal contribuiu direta ou indiretamente para a criação do Estado do Tocantins em 1988. Uma estratégia política fundamental para a inserção de latifundiários e empresários capitalistas na modernização agrícola e tecnológica por meio do agronegócio e o enriquecimento de empresas produtoras de grãos e celulose para o mercado mundial, no século XXI. No processo, o Estado Neoliberal apoiou e incentivou políticas de expansão agrícola em terras camponesas. Os conflitos sociais com o campesinato regional (posseiros, ribeirinhos, assentados, quebradeiras de coco babaçu, comunidades tradicionais e povos originários) se estabeleceram, e a luta pela terra de trabalho, por dignidade e melhores condições de vida foi acrescida pela luta contra a opressão e expropriação camponesa decorrente do agronegócio no campo que impacta diretamente na fronteira do humano (MARTINS, 2009). O Norte do Tocantins, como fronteira agrícola capitalista, é território de produção de *commodities*, geradora de renda e acumulação de capital e como território camponês é espaço de luta, de vida e esperança, lugar de fartura e afetividade. O objetivo principal da tese foi analisar a reprodução do capital na região Norte do Tocantins a partir do estudo da fronteira agrícola como espaço do conflito e da resistência camponesa. A abordagem metodológica adotada foi a qualitativa, com ênfase em pesquisas bibliográfica, documental, trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas com as comunidades visitadas, no período de 2019 a 2022. Como resultado, a tese revelou a fronteira agrícola no Norte do Tocantins como um espaço de disputas e conflitos que se configuram pelos processos, denominados por Oliveira (1995), de monopolização do território e da territorialização dos monopólios, tendo como principais elementos de expansão do agronegócio a pecuária e a produção de soja e eucalipto sob territórios camponeses e indígenas, gerando conflitos e antagonicamente resistências. Com isso, ao mesmo tempo que a violência e o medo contribuem para a desarticulação das comunidades, endossa a sede de justiça e a vontade de lutar para permanecer na terra e nos territórios conquistados. A resistência do campesinato no Norte do Tocantins vai além da organização da comunidade em movimentos sociais, pois ela é cotidiana, na permanência nas áreas de conflitos, na reprodução dos modos de vida, nos conhecimentos repassados entre as gerações e na esperança de uma vida melhor.

Palavras-chave: território; fronteira; campesinato; conflito; resistência; Norte do Tocantins.

ABSTRACT

The expansion of the agricultural frontier in the Legal Amazon region played a significant role in the creation of the State of Tocantins in 1988, both directly and indirectly. This expansion was driven by a fundamental political strategy aimed at integrating landowners and capitalist entrepreneurs into agricultural and technological modernization, primarily through agribusiness. The objective was to enrich companies involved in the production of grains and pulp for the global market in the 21st century. During this process, the Neoliberal State actively supported and encouraged policies that promoted agricultural expansion on traditionally lands inhabited by peasants. Consequently, social conflicts emerged between the regional peasantry (including squatters, riverside dwellers, settlers, babassu coconut breakers, traditional communities, and indigenous peoples) and the powerful forces driving agribusiness. These conflicts revolved around issues of land access, dignity, and improved living conditions, as the peasants struggled against oppression and expropriation resulting from the expansion of agribusiness into the countryside. These struggles directly impacted the human frontier, where the boundaries of agricultural development clashed with the rights and livelihoods of local communities (MARTINS, 2009). The northern region of Tocantins, functioning as a capitalist agricultural frontier, served as a territory for commodity production, generating income, and capital accumulation. Simultaneously, it represented a space of struggle, life, and hope for the peasantry. It was a place of abundance and affection, where the peasantry fought against the encroachment of agribusiness and its associated interests. The primary objective of the thesis was to analyze the reproduction of capital in the northern region of Tocantins through the study of the agricultural frontier as a space of conflict and peasant resistance. The research employed a qualitative methodology, emphasizing bibliographical and documentary research, fieldwork, and semi-structured interviews with the visited communities between 2019 and 2022. The thesis findings revealed that the agricultural frontier in the north of Tocantins was marked by disputes and conflicts that were shaped by processes described by Oliveira (1995). These processes included the monopolization of territory and the territorialization of monopolies, with livestock, soy production, and eucalyptus plantations being central elements driving the expansion of agribusiness into peasant and indigenous territories. These dynamics created conflict and fueled opposing forms of resistance. While violence and fear contributed to the disintegration of communities, they also strengthened the peasants' thirst for justice and their determination to fight for their land and conquered territories. The resistance of the peasantry in the North of Tocantins extended beyond organized socio-territorial movements. It manifested in their daily

lives, their persistence in conflict zones, the preservation of their ways of life, the transmission of knowledge across generations, and their hopes for a better future.

Keywords: territory; frontier; peasantry; conflict; resistance; North of Tocantins.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	– Localização e espacialização da área de estudo desta tese	38
Mapa 2	– Municípios onde se localizam as comunidades investigadas ao longo da pesquisa (Norte do Tocantins, Brasil)	42
Mapa 3	– Trabalhos de campo realizados no Norte do Tocantins, Brasil	57
Mapa 4	– Sub-regiões da Amazônia Legal	77
Mapa 5	– Localização dos frigoríficos na Região Geográfica Intermediária de Araguaína	105
Mapa 6	– Expansão das áreas de pastagens de 1990 a 2020 no Norte do Tocantins	110
Mapa 7	– Uso e ocupação do solo no Norte do Tocantins (1990-2000)	127
Mapa 8	– Espacialização e crescimento da soja de 2000 a 2020 no Norte do Tocantins	139
Mapa 9	– Mapa de localização do Projeto Agrícola Campos Lindos	145
Mapa 10	– Território das comunidades tradicionais da Serra do Centro – Campos Lindos-TO (demonstração da cobertura vegetal de 1984) .	148
Mapa 11	– Território das comunidades tradicionais da Serra do Centro em Campos Lindos-TO	149
Mapa 12	– Espacialização da produção de soja de 1990 a 2000, no Norte do Tocantins	161
Mapa 13	– Terras indígenas localizadas no Norte do Tocantins, Brasil	184
Mapa 14	– Localização do Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO .	198
Mapa 15	– Espacialização dos conflitos por terra no Norte do Tocantins de 2000 a 2020	214
Mapa 16	– Conflito por água no Norte do Tocantins de 2000 a 2020	243
Mapa 17	– Mapa do Assentamento Amigos da Terra e do município de Darcinópolis/TO	273
Mapa 18	– Acampamentos acompanhados pela CPT, no Norte do Tocantins, Brasil	282

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Definições sobre o conceito de fronteira	80
Quadro 2	–	Principiais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953-1988)	90
Quadro 3	–	Programas de incentivos fiscais no Tocantins	100
Quadro 4	–	Processos que ocasionaram a mundialização do capital	103
Quadro 5	–	Empresas nacionais e mundiais responsáveis pelo processamento e comercialização de carne bovina, na área de estudo	106
Quadro 6	–	Municípios da área de estudo que produziram soja, em 2020	143
Quadro 7	–	Localização das aldeias indígenas no Tocantins	182
Quadro 8	–	Demonstrativo do crescimento populacional indígena entre os séculos XVIII e XIX	185
Quadro 9	–	Associações existentes na Terra Indígena Kraolândia no Tocantins	189
Quadro 10	–	Composição de fotografias que mostram o barraco no Acampamento Gabriel Filho – Palmeirante-TO	210
Quadro 11	–	Composição de fotografias do Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO	212
Quadro 12	–	Relatos de violência contra a pessoa, em diferentes conflitos envolvendo terra, território e água, no Norte do Tocantins, Brasil	222
Quadro 13	–	Violência e conflitos por água, no Norte do Tocantins, com base nos dados da CPT (2000-2020)	240
Quadro 14	–	Práticas agroecológicas utilizadas pelos camponeses do Assentamento Amigos da Terra, Darcinópolis-TO	278
Quadro 15	–	Manifestações camponesas, no século XXI (2000-2020)	295

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Crescimento do rebanho bovino de 1974 a 2020, no Tocantins	108
Gráfico 2	–	Produção de soja no Tocantins de 1989 a 2020 (área plantada)	135
Gráfico 3	–	Os dez municípios tocantinenses que mais produziram soja, em 2020	141
Gráfico 4	–	Conflitos por terra no Brasil de 1900 a 2021 (CPT)	177
Gráfico 5	–	Conflitos por terra no Tocantins de 1990 a 2020 (CPT)	178
Gráfico 6	–	Nº de notificações de violência no trabalho na área de estudo, no século XXI (2000-2020)	197
Gráfico 7	–	Origem dos moradores do Acampamento Gabriel Filho, Palmeirante-TO (Primeiro semestre de 2020)	208
Gráfico 8	–	Violência no campo, conflito por terra no século XXI (2000-2020)	216
Gráfico 9	–	Violência contra a pessoa no século XXI (2000 a 2020), no Norte do Tocantins	224

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Problema da pesquisa (Norte do Estado do Tocantins)	36
Figura 2	– Distinção metodológica entre camponeses e povos tradicionais	45
Figura 3	– Cartaz do I Colóquio Virtual	51
Figura 4	– Cartaz do II Colóquio Virtual	51
Figura 5	– Recepção no Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO	52
Figura 6	– Desenho feito por uma criança, retratando o medo dos jagunços que ameaçam as famílias no Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO	53
Figura 7	– Momento em que me deparei com alguns trabalhadores (entre eles um era jagunço) ao voltarmos do trabalho de campo no Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO	55
Figura 8	– Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Natividade-TO	65
Figura 9	– Igreja Nossa Senhora da Natividade em Natividade-TO	65
Figura 10	– Ponta do gado, vindo do Maranhão para o Pará	68
Figura 11	– Edição especial da revista Manchete, lançada em outubro de 1970: Conquista da floresta viabilizada pela abertura da rodovia Transamazônica	78
Figura 12	– Abertura da TO-162 no perímetro de Carmolândia (déc.1970)	96
Figura 13	– Trecho da Rodovia TO-162 que passa no município de Carmolândia-TO	97
Figura 14	– Área de espacialização da JBS	107
Figura 15	– Internacionalização da produção de carne bovina	121
Figura 16	– Processos de monopolização do território e territorialização do capital	125
Figura 17	– Monocultura da soja em Porto Nacional-TO (década de 1980)	136
Figura 18	– Comercialização e transporte de soja, em Porto Nacional-TO (dezembro de 1980)	137
Figura 19	– Silo de armazenamento da Bunge, no município de Campos Lindos-TO	151
Figura 20	– Colheita da soja, em Campos Lindos-TO	152

Figura 21	– Bananeira cultivada por camponeses em Campos Lindos-TO	154
Figura 22	– Plantas medicinais e hortaliças (boldo e cebolinha) Campos Lindos-TO	154
Figura 23	– Plantação de eucalipto da empresa Eco Brasil Florestas, em uma propriedade privada, a caminho de Palmeirante-TO	158
Figura 24	– Site da Sinobras Florestal	162
Figura 25	– Eucalipto colhido esperando para ser transportado nas proximidades do Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO	165
Figura 26	– Caminhão tritrem carregado de toras de eucalipto estacionado às margens da BR-153, no povoado Floresta, em Wanderlândia-TO	165
Figura 27	– Esquema dos conflitos estudados no Norte do Tocantins, Brasil	172
Figura 28	– Povos indígenas brasileiros que originaram as etnias do Tocantins	183
Figura 29	– Terra Indígena Kraolândia em Goiatins-TO	188
Figura 30	– Acampamento Gabriel Filho no município de Palmeirante-TO	199
Figura 31	– Cruz colocada no lugar em que houve o assassinato de Gabriel Filho, em sua homenagem	201
Figura 32	– Camponês-posseiro Gabriel Filho, assassinado em 2010	201
Figura 33	– Casa de Morada – Acampamento Gabriel Filho, Palmeirante-TO (2018)	206
Figura 34	– Barracos de lona – Acampamento Gabriel Filho, Palmeirante-TO (2020)	207
Figura 35	– Porcos criados no Acampamento Gabriel Filho, no quintal da moradia (Palmeirante-TO)	209
Figura 36	– A divisão da casa usando tábuas e outros pedaços de madeira	210
Figura 37	– O improvisado é necessário	210
Figura 38	– Cozinha da moradia	210
Figura 39	– Fogão a lenha - Acampamento Gabriel Filho, Palmeirante-TO	211
Figura 40	– O carinho de mão e os cachorros, que avisam quando o jagunço chega	212
Figura 41	– Plantas medicinais	212
Figura 42	– Pote de barro para por água	212
Figura 43	– Barraco do Acampamento após uma forte chuva	212
Figura 44	– Banheiro para uso da comunidade	212
Figura 45	– Cisterna subterrânea	212

Figura 46	– Troncos de eucalipto cortados nas mediações do Acampamento Gabriel Filho	217
Figura 47	– Soja nas proximidades do Acampamento Gabriel Filho	217
Figura 48	– Representação sobre o que é viver no Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO	218
Figura 49	– Representação sobre o que é viver no Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO	218
Figura 50	– Barracos no Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO	221
Figura 51	– Carta endereçada a uma mãe no Acampamento Gabriel Filho, Palmeirante-TO	225
Figura 52	– Agrupamento das práticas produtivas das quebradeiras de coco babaçu, mostrando o processamento manual do Coco Babaçu e seus derivados	228
Figura 53	– Quebradeira de Coco-babaçu em Tocantinópolis-TO	229
Figura 54	– Plantação de bananas no povoado Campestre em São Bento do Tocantins	231
Figura 55	– Moradia no Povoado Campestre em São Bento do Tocantins	231
Figura 56	– Os babaçuais no Cerrado tocantinense	234
Figura 57	– Coco-babaçu no quintal, Povoado Folha Grossa, em Tocantinópolis-TO	235
Figura 58	– João Batista às margens do córrego Ribeirão Dantas, Campos Lindos-TO	237
Figura 59	– Pequenas embarcações responsáveis por levar as pessoas entre as margens do rio Araguaia, no município de Araguaianã-TO	246
Figura 60	– Embarcação para travessia entre as margens do rio Tocantins em Tocantinópolis-TO	247
Figura 61	– Ribeirinha em momento de descontração às margens do rio Tocantins, Tocantinópolis-TO	253
Figura 62	– Cartaz informativo sobre a romaria de Padre Josimo	265
Figura 63	– Um dia de trabalho das quebradeiras de coco babaçu do povoado campestre, em São Bento do Tocantins	270
Figura 64	– Mapa mental feito por um morador do Assentamento Amigos da Terra	276

Figura 65	– Área comunitária do Assentamento Amigos da Terra, Darcinópolis-TO	277
Figura 66	– Milho plantado utilizando sementes crioulas no Assentamento Amigos da Terra, Darcinópolis-TO	277
Figura 67	– Produção de alimentos	278
Figura 68	– Bacaba colhida pelos camponeses	278
Figura 69	– Produção de manga	278
Figura 70	– Banco de Sementes crioulas	278
Figura 71	– Viveiro de espécies de plantas	278
Figura 72	– Mudanças de plantas nativas	278
Figura 73	– Palestra realizada pela FETAET com camponeses e camponesas de Campos Lindos-TO	284
Figura 74	– Trabalhador abastecendo bomba de agrotóxico na plantação de soja, em Campos Lindos-TO	285
Figura 75	– Cartaz da Marcha das Margaridas de 2015	288
Figura 76	– Da direita para a esquerda, Raimunda quebradeira de coco, e, da esquerda para a direita, professor Edgar Morin: recebendo o título de Doutor Honoris Causa, em 2009 pela UFT	289
Figura 77	– Cartaz do V seminário integrado na UFNT	294
Figura 78	– V JURA na UFNT	294
Figura 79	– Acampamento Gabriel Filho	297
Figura 80	– Camponês desenha no chão sua propriedade e a soja em seu entorno	299
Figura 81	– Reivindicações identificadas a partir do relato dos interlocutores da pesquisa	302

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Índice de Desenvolvimento Humano na Região Imediata Araguaína.....	142
Tabela 2	Produção de eucalipto, no Norte do Tocantins (2017-2018).....	166

-

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

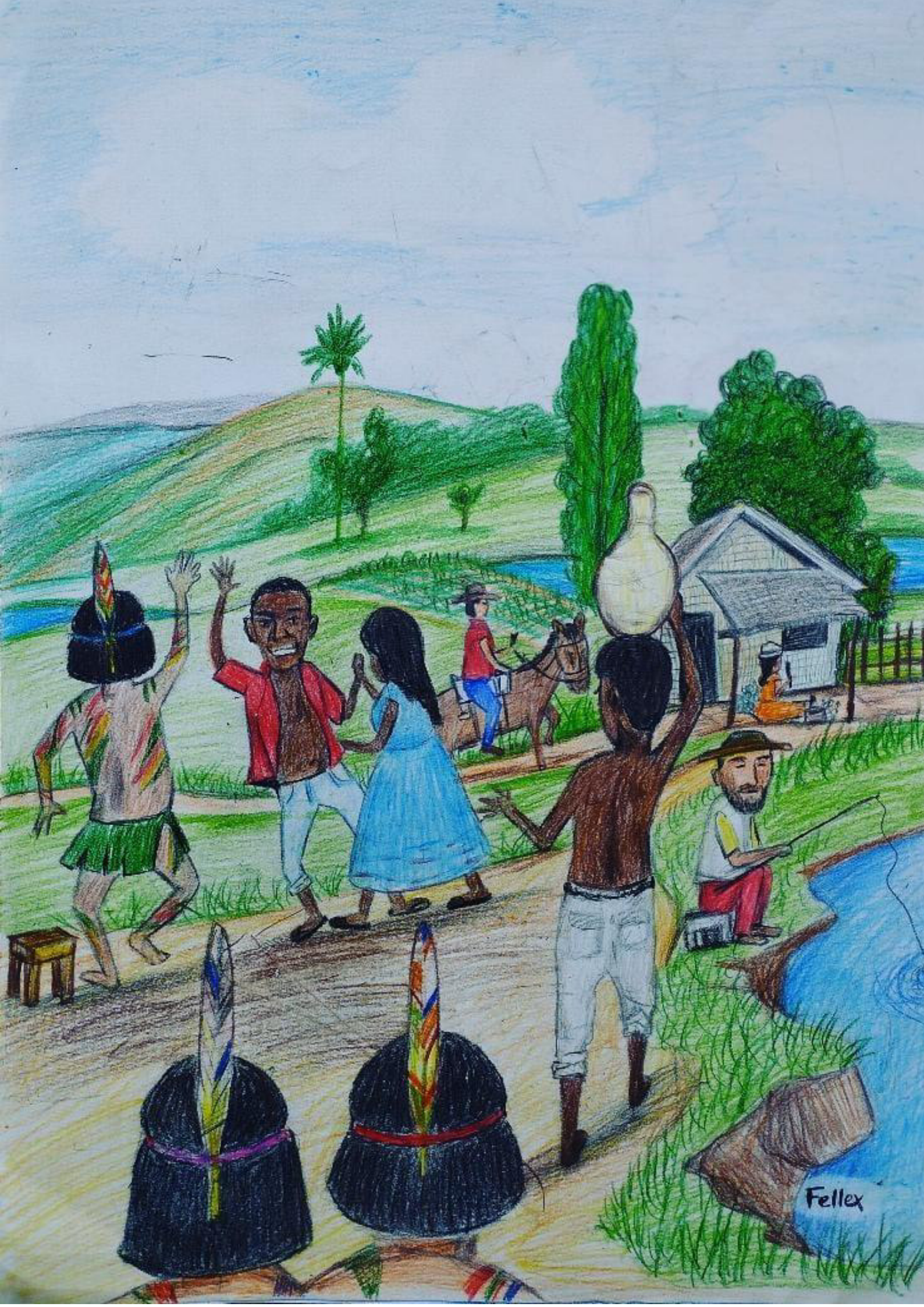
AIS	Agentes Indígenas de Saúde AIS
AGRIFAT	Associação dos Agricultores Familiares do P/A Amigos da Terra
APA-TO	Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins
BASA	Banco da Amazônia S.A
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPTER	Cooperativa de Trabalho Prestação de Serviços Assistência, Técnica e Extensão Rural
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAET	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins
GEBAM	Grupo Executivo para a Região do Baixo
GEGATO	Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e do Tocantins Amazonas
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-TO
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEX-REGIONAL	Instituto de Pesquisa e Extensão de Desenvolvimento Regional do Centro Norte Brasileiro
I PND	I Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
ISA	Instituto Socioambiental
JURA	Jornada Universitária pela Reforma Agrária
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MEDH	Movimento Estadual de Direitos Humanos
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MST	Movimento Sem Terra
MPF	Ministério Público Federal

PDA-MATOPIBA	Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA PEMPXÁ
AUAA	Associação União das Aldeias Apinajé
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PDRI	Programa de Desenvolvimento Regional Integrado
PIN	Programa de Integração Nacional
PNDs	Planos Nacionais de Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados
POLOMAZONIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos e Agroindústria do Norte e Nordeste
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEAGRO	Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SIDTAAR	Sindicato dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais de Campos Lindos e Região
SPVEA	Superintendia do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UDR	União Democrática Ruralista
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica de Estreito – MA
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	30
2	DAS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO A FORMAÇÃO TERRITORIAL TOCANTINENSE: UM DEBATE FRONTEIRIÇO	61
2.1	Pelos “meandros” do reordenamento territorial tocantinense e da Amazônia Legal até a primeira metade do século XX	61
2.2	A fronteira na aparência dos conceitos	76
2.3	Políticas de ocupação na Amazônia Legal e a expansão da fronteira agrícola, no Norte do Tocantins	86
2.4	Na trilha da formação territorial: a territorialização da pecuária e a mundialização da produção	102
3	A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO SÉCULO XXI E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, NO NORTE DO TOCANTINS ...	115
3.1	Tocantins: um território pensado para atender o capital	115
3.2	Da soja ao eucalipto: as transformações espaciais recentes no Norte do Tocantins e a expansão da fronteira agrícola	130
3.2	A “floresta verde” não é planta do Cerrado nem da Amazônia é o eucalipto que vai se alastrando.....	155
4	OS SUJEITOS DA FRONTEIRA: UM RETRATO DA DIVERSIDADE SOCIAL E DOS CONFLITOS	170
4.1	Da diversidade de sujeitos a diversidade dos conflitos: camponeses, capitalistas e a luta por terra e território no Norte do Tocantins	170
4.2	Conflitos por terra no Norte do Tocantins e a realidade da fronteira do humano para os que são vistos pelo capitalismo como “barreira” no avanço do “progresso”	192
4.3	Dos conflitos por terra a luta das Quebradeiras de Coco Babaçu pelo acesso aos babaçuais e permanência de seus modos de vida, frente a expansão da fronteira agrícola	226
4.4	Para além do conflito por terra: a luta dos ribeirinhos pela água e por melhores condições de vida	236
5	A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA TERRITORIAL PELA DIVERSIDADE DE SUJEITOS E CONFLITOS	256
5.1	Resistência camponesa no Norte do Tocantins	256

5.2	A resistência camponesa para além dos movimentos sociais	270
5.2.1	<i>Resistências camponesas no século XXI: da organização via associações e sindicatos às resistências cotidianas</i>	281
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	304
	REFERÊNCIAS	308
	APENDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	323
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	324
	ANEXO B - MESORREGIÕES DO ESTADO DO TOCANTINS	326



Fellex

1 INTRODUÇÃO

Esta tese pretende analisar a reprodução do capital na região Norte do Tocantins a partir do estudo da fronteira agrícola como espaço do conflito e da resistência camponesa. Trata-se de uma pesquisa que tem como base teórica leitura de pesquisadores que defendem a visão da existência camponesa subordinada ao desenvolvimento do modo capitalista de produção (OLIVEIRA, 2016, 2007, 2005; MARTINS, 2009, 1996, 1981; SADER, 1986; SHANIN, 2005, 1983; CHAYANOV, 1974) e a resistência para além dos movimentos sociais, inserindo nela, a própria vivência cotidiana (FABRINI, 2007; SCOOT, 2002).

Aqui, o conceito em destaque é o território e dentre os elementos constitutivos desse conceito, destacamos a fronteira, o conflito, a resistência e o campesinato. A leitura do território parte da premissa que o território capitalista no Brasil se deu a partir da exploração e dizimação indígena (OLIVEIRA, 1997) e que o capital neoliberal, com suas múltiplas estratégias, espolia e reordena o território para atender suas demandas. A discussão da fronteira insere-se, nesse contexto, pautada no entendimento de Martins (2009), que a vê como uma dimensão da reprodução capitalista. Portanto, a discussão da fronteira, nesta tese, não parte da visão limitada de entendê-la somente como um limite geográfico político entre países, regiões, estados e municípios, mas insere nela processos e relações sociais, geradores e intensificadores de conflitos e conflitualidades no campo.

Para entender a dimensão da fronteira, acionamos a frente pioneira e a frente de expansão, duas designações clássicas que são, na verdade, modos diferentes de ver e entender os espaços fronteirços, ao ver de Martins (2009). A primeira, relaciona-se ao modo de produção capitalista e a conversão da terra em mercadoria; já a segunda refere-se às relações não capitalistas de produção, inserindo nela, as populações pobres e indígenas que vivem no campo.

Não é possível falar de território e fronteira sem inserir as relações de poder e os conflitos socioterritoriais que fazem parte da história do povo brasileiro, pois a chegada do europeu, no século XV, dizimou indígenas brasileiros, escravizou e vendeu pessoas como se fossem mercadorias; concentrou terras nas mãos de uma minoria burguesa, por meio das sesmarias; excluiu o mestiço e a mulher da divisão da herança da família e tem a injustiça e a violência (física e psicológica) como um elemento presente ao longo da história da formação agrária brasileira.

E, sendo o Brasil um país de dimensões continentais, as realidades econômicas, culturais, ambientais, sociais e agrárias são diversas, complexas e contraditórias. A Amazônia Legal, criada para fins de desenvolvimento e reordenamento territorial pela Superintendência

do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), em 1953, é uma expressiva demonstração de estratégia geopolítica e das contradições capitalistas ao mostrar uma aliança entre Estado e capital, sobretudo, na segunda metade do século XX, através das políticas e projetos desenvolvimentistas que facilitaram a entrada do capital internacional na região (OLIVEIRA, 1991).

Era um momento (1950-1970) em que o Estado incentivava o processo migratório das demais regiões brasileiras, especialmente do Nordeste para a Amazônia Legal (MACHADO, 1992; BECKER, 1990; OLIVEIRA, 1991) com o discurso de que era preciso trazer homens sem-terra para as terras vazias da Amazônia, não levando em consideração a população local. Nesse contexto, conflitos envolvendo a luta por terra e território eclodiram em diferentes pontos do Brasil, pois adentrávamos em um período violento da história brasileira, a Ditadura Militar (1964-1985), em que manifestar-se contra os interesses da burguesia gerava represálias, torturas e morte. Os militares tentavam de todas as maneiras silenciar os movimentos que vinham ocorrendo em torno da Reforma Agrária no Brasil.

Por um lado, a opressão, por outro, a abertura da Região Amazônica para o mercado externo, em que o Estado fornecia incentivos fiscais e condições estruturais (abertura de rodovias, rede de telecomunicações) para que capitalistas investissem na região; configurava-se, assim, uma política de expansão capitalista na Amazônia Legal (BECKER, 1990). Dentre os projetos e programas voltados para a ocupação territorial da referida região, há o Programa de Integração Nacional (PIN/1970); o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO/1975); o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos e Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA/1970) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER/1975). Esse foi o cenário ideal para o avanço da fronteira agrícola no território, atrelada ao aparato tecnológico diretamente relacionado à modernização da agricultura, os quais geravam, também conflitos e impactos ambientais.

Tais políticas foram implementadas a partir da década de 1960, sobretudo no contexto do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), divulgado no governo do General Médici (1969-1974), que tinha entre seus objetivos colocar o Brasil na categoria de países desenvolvidos e expandir a economia nacional, além de propor e planejar políticas de integração nacional na Região Amazônica (COSTA, 1988). Nesse momento, houve a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal, e incentivava-se investimentos em projetos agropecuários, agroindustriais, minerais, rodovias e hidrelétricas, espoliando o território e o reordenando para atender aos

capitalistas, rentistas, proprietários de terras e empresários; inclusive, foi nesse cenário que o debate em torno da criação do estado do Tocantins se fortaleceu (REINALDO, 2016).

Antagonicamente, a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal gerou e intensificou profundas tensões e conflitos na luta pela terra e território, os quais podem ser identificados nas obras de Martins (2009, 1996, 1980), Machado (1992, 1995), Becker (1994), Sader (1986). E, apesar dos interesses políticos e econômicos sobre a Região Amazônica perdurarem desde o primeiro período da história brasileira (PRADO JUNIOR, 2004), a segunda metade do século XX foi decisiva para a abertura da região ao mercado global, com a chegada de empresas nacionais e multinacionais no território, apoiada pelo Estado (OLIVEIRA, 1981).

Com a expansão capitalista na Região Amazônica, concordamos com Martins (2009) ao dizer que a Amazônia Legal é vista como a última grande fronteira da América Latina, e como o Tocantins é um dos estados que a compõem, também faz parte dessa realidade, principalmente no século XXI, quando empresas monopolistas como a Bunge Alimentos S/A, a Cargill Agrícola S/A, o JBS S/A e outras adentraram e se territorializaram no território, abastecendo o mercado externo e criando uma rede local-global de relações entre o Norte do Tocantins e outros países, por meio da produção e exportação de *commodities*, a exemplo do Oriente Médio (exportação de carne bovina) e China (soja).

A própria criação do Tocantins se deu nesse contexto de expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal, pois o movimento em torno do desmembramento ganhou força durante as políticas de ocupação voltadas para a região recém-criada (1953). O então “Norte Goiano”, quando desmembrado do estado de Goiás, em 1988, recebeu o nome de Tocantins em homenagem aos indígenas que teriam habitado a região junto à foz do Rio Tocantins. Tocantins, em tupi, significa “bico de tucano” e faz menção, também, a área de confluência dos rios Araguaia e Tocantins, que tem um formato curvo que lembra o bico da ave. Trata-se, portanto, de uma região geográfica, definida por Eliseu Lira, geógrafo tocantinense, a partir dos seus conflitos por terra.

A história do estado do Tocantins tem relação com a chegada da mineração e das frentes agropastoris, ainda no período colonial. Os primeiros habitantes dessa terra foram os povos originários, com destaque para os Apinajé, Karajá, Krahô e Xerente, povos com conhecimentos milenares e que vivem em harmonia com o meio ambiente.

O Tocantins, além de ser um dos estados que compõem a Amazônia Legal, está inserido na região Centro Norte Brasileiro, que contempla também o Sul do Maranhão, Sul e Sudeste Paraense, Oeste Baiano e o Sul do Piauí e insere-se na lógica da expansão da fronteira agrícola. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa e Extensão de Desenvolvimento

Regional do Centro Norte Brasileiro (Ipex-Regional¹) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) trata-se de uma região de cerrados e com formações de transição ecológica, de grande riqueza natural, em que as fronteiras agropecuárias avançam rapidamente de uma forma não planejada, com vários riscos ambientais e ampliação das desigualdades sociais e territoriais.

A expansão do agronegócio tem sido uma das marcas da expansão capitalista no Centro Norte Brasileiro, e o estado do Tocantins está no rol de interesse local-global capitalista, com a implementação de projetos e políticas voltadas para a produção de soja, eucalipto, gado e para a exploração dos recursos hídricos, como as construções de Usinas Hidrelétricas que desterritorializam centenas de famílias ribeirinhas do território. Quando o capital se apropria das frações territoriais, apoiado pelo Estado, desterritorializa ou expropria os territórios indígenas, quilombolas, posseiros e camponeses, reforçando a concentração fundiária e a produção de monoculturas, gerando um ambiente de conflitos e tensões territoriais constantes.

Essa realidade tem nos causado inquietações e despertou o interesse da pesquisadora em desenvolver esta tese que tem como objetivo principal: analisar a reprodução do capital na região Norte do Tocantins a partir do estudo da fronteira agrícola como espaço do conflito e da resistência camponesa.

De modo mais específico, objetivamos: a) entender o processo de expansão da Fronteira Agrícola e a implementação das políticas territoriais por parte do Estado no processo de modernização da agricultura do Norte do Tocantins, e seus impactos na vida da população local; b) identificar os principais elementos que compõem a fronteira agrícola no século XXI no Norte do Tocantins; c) desvendar os conflitos socioterritoriais no Norte do Tocantins envolvendo a luta por território, terra e água; d) compreender o processo de resistência camponesa frente a expansão da fronteira agrícola na área de estudo.

Esta investigação se constitui a partir de uma leitura em torno dos conceitos território, fronteira, campesinato e dos conflitos socioterritoriais. Em uma leitura clássica, a fronteira é entendida como limite territorial entre países, regiões, estados e municípios (FERRARI, 2014; BECKER, 1994; HISSA, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2018), e devido ao próprio avanço das ciências, inclusive da ciência geográfica no século XIX, das tecnologias e ideologias, a fronteira foi repensada, e, na atualidade, ela é móvel é complexa e contraditória.

Nesse contexto, a tese busca revelar a fronteira agrícola do Norte do Tocantins como um espaço de disputas e conflitos que se configuram e se revelam nos processos de monopolização do território e da territorialização do capital. Quando o agronegócio (baseado

¹ Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/institutos/17279-ipex-regional>. acesso em: 12 maio de 2022.

na agricultura, pecuária e extrativismo) produzido para empresas nacionais e multinacionais, apoiados e incentivados pelo Estado neoliberal expande a produção de soja, eucalipto e gado sob terras e território de camponeses, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos ocorre uma depredação generalizada da biodiversidade e da população tradicional, gerando crise socioambiental e política. Do processo, conflitos se instalam na fronteira e a violência, a morte e o medo são resultados de situações vivenciadas nas comunidades que se organizam e revelam a resistência de um campesinato regional que se mantém na luta pela vida, recriando formas de resistência na luta contra a expansão da fronteira agrícola.

Assim, para se entender a organização fronteiriça no século XXI, no Norte do Tocantins, indagações foram necessárias, como por exemplo:

- a) Qual a relação entre a expansão da fronteira agrícola e a resistência das comunidades tradicionais, dos povos originários e dos camponeses ante a reprodução da sociedade capitalista no território?
- b) Quem são os sujeitos que fazem parte da fronteira hoje, no Norte do Tocantins? E como eles se autoidentificam?
- c) De que forma o Estado e o setor privado atuam no Norte do Tocantins, e como interferem na vida das comunidades locais?
- d) Como as comunidades locais resistem e defendem a fração territorial em que vivem frente a expansão capitalista?

Para entender essa situação, parte-se de leituras voltadas para o território enquanto relação de poder, modo capitalista de produção e contradição (OLIVEIRA, 2007). E, especialmente, de leituras voltadas para a fronteira agrícola e a fronteira do humano, que são, na verdade, modos distintos de olhar esse processo de expansão e reprodução do capitalismo sobre o território dos que já estão no lugar (MARTINS, 1980, 2009). No caso, ambas as leituras se tornam importantes e necessárias para compreender a diversidade territorial e social do Norte do Tocantins.

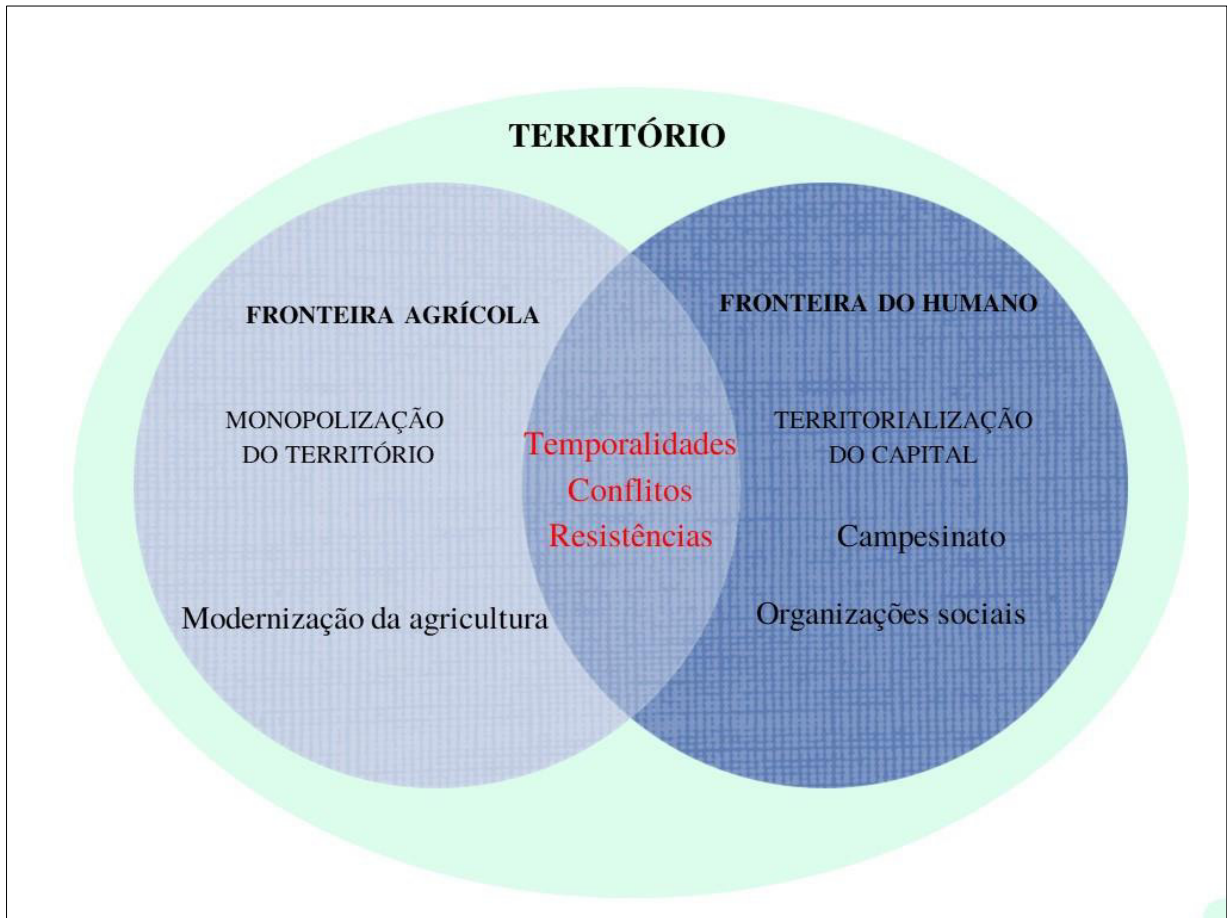
A primeira leitura (fronteira agrícola), voltada para o capitalismo, com todo o processo de modernização da agricultura, discursos desenvolvimentistas, recursos tecnológicos e estratégias de mercado, traz elementos que ajudam a compreender os motivos geradores de luta e de resistências dos diferentes grupos sociais que compõem o campesinato, no Norte do Tocantins. Além disso, contém elementos que mostram a ação e a interligação do Estado no processo de “modernização e desenvolvimento”, voltado sobretudo para a burguesia.

A segunda leitura (fronteira do humano) é dirigida à compreensão da luta das comunidades locais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, camponeses, quebradeiras de coco babaçu, posseiros, camponeses) pela terra de trabalho, suas formas de resistências e organizações político-social frente à reprodução ampliada do capital sobre seu território. Ademais, contribui para olhar de uma maneira dialética os espaços fronteiriços, por trazer as temporalidades históricas do sujeito como um elemento importante para a compreensão da sua própria existência.

Quando denominamos fronteira agrícola e fronteira do humano, nos baseamos nos estudos de Lia Osório Machado, Berta K. Becker, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Regina Sader, dentre outros(as). Além desses, dialogamos com pesquisadores(as) de outras áreas do conhecimento, como o sociólogo José de Souza Martins. Quando falamos na “fronteira”, a população local nem sempre tem a dimensão que mora em uma área fronteira, para eles, ali é o lugar da vida, da esperança, onde tudo acontece. Quem tem a visão que o território é uma área de fronteira são os empresários capitalistas que sabem e exploram os recursos naturais e todas as potencialidades do território. A população local, muitas das vezes, é vista pelos capitalistas apoiados pelo Estado, como uma “barreira ao avanço do progresso”.

O problema de pesquisa da tese pode ser visualizado no esquema (Figura 1) que revela a dimensão do território diante da relação da fronteira agrícola e da fronteira do humano, que tem como resultado temporalidades, conflitos e resistências. O capitalismo como modo de produção desigual, contraditório e combinado avança na produção do agronegócio no Norte do Tocantins com a instalação de empresas monopolistas ligadas a soja, eucalipto e gado, dentre elas Cargill Agrícola S.A., Bunge Alimentos S/A, Suzano Papel e Celulose, Sinobras Florestal LTDA., JBS S/A. As comunidades locais, povos originários, comunidades tradicionais, quilombolas, camponeses-posseiros, quebradeiras de coco babaçu e ribeirinhos tem se organizado por meio de projetos e práticas agroecológicas. Os camponeses têm formado associações para defender seus territórios frente a expansão da fronteira agrícola. Essas estratégias representam a resistência camponesa na luta pela terra e pelo território.

Figura 1 – Problema da pesquisa (Norte do Estado do Tocantins)



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

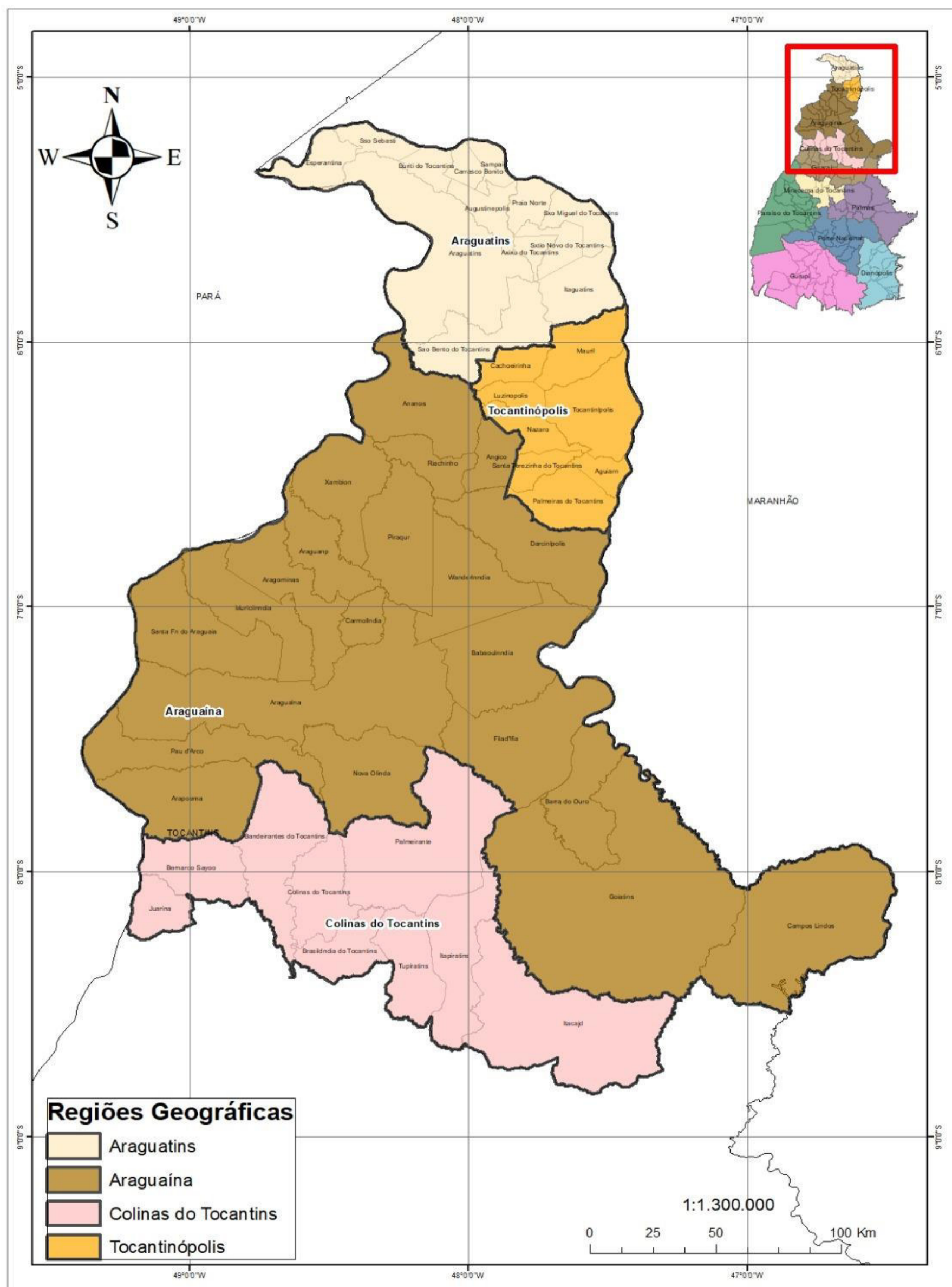
Diante disso, partimos da leitura que a fronteira agrícola e a fronteira do humano estão intimamente relacionadas e a fronteira agrícola tende a se sobrepor a fronteira do humano, pois é ela que costuma reorganizar o território para atender as demandas do capital. Porém, é um movimento antagônico, porque ao mesmo tempo que gera conflito gera também resistência, e produz novas territorialidades.

O recorte temporal da pesquisa é de 2000 a 2020, por ser o início do século e por ter novos elementos compondo a fronteira agrícola e reordenando o território, a exemplo da chegada de frigoríficos, das empresas monopolistas do ramo da silvicultura com destaque para a produção de eucalipto (Sinobras, Suzano papel e Celulose, Eco-Brasil) e empresas produtoras de soja (Cargill Agrícola S.A., Bunge Alimentos S/A), as quais monopolizam o território. A chegada dessas empresas nacionais e multinacionais engendrou conflitos e conflitualidades no território. Além disso, geralmente, elas utilizam como estratégia a divisão da própria comunidade em torno da aceitabilidade da territorialização da empresa no território.

O recorte espacial da pesquisa é a porção Norte do Tocantins, composta por 04 (quatro) Regiões Geográficas Imediatas de Araguaína, Araguatins, Colinas e Tocantinópolis (IBGE, 2017) que se destacam com produções voltadas para a agropecuária e, também, pelos conflitos socioterritoriais, ocasionados frente a expansão da fronteira agrícola no território.

A área de estudo (Mapa 01) localiza-se em uma área de transição dos biomas Cerrado e Amazônia: um território rico em recursos hídricos, minerais, fauna e flora. Uma área que abrange mais de 50 municípios, em que vivem sujeitos sociais heterogêneos e com uma cultura diversa. São povos do campo, da floresta e das águas, que lutam cotidianamente por melhores condições de vida, em defesa do território, da água e pela permanência e/ou retorno para a terra de trabalho, os quais compõem o campesinato regional. São sujeitos que vivem situações de conflito com uso de violência (física e psicológica) como forma de intimidação e de desarticulação da comunidade por parte de capitalistas, mas que viram na organização coletiva-política uma forma de resistir e de lutar por seu território.

Mapa 1 – Localização e espacialização da área de estudo desta tese



Fonte: IBGE. Elaboração: José Marcos Rodrigues Duarte, Thayssllorranny Batista Reinaldo (2023).

Quando optamos por estudar o Norte do Tocantins por meio da leitura da fronteira, foi por ter uma afinidade com a temática e por vivenciar, desde criança, muitas das transformações do território, especialmente no município de Carmolândia-TO, onde a modificação da paisagem e a derrubada da floresta deram espaço as extensas pastagens para criação de gado. Sendo filha de migrantes oriundos do estado do Maranhão no Nordeste brasileiro, camponeses que nunca tiveram terra e sempre colocaram roça em forma de arrendamento, em que entregavam parte da produção para o proprietário da terra e deixavam o pasto formado, nasceu a vontade e a inquietação por desenvolver esta pesquisa, que foi pensada bem antes do ingresso no Doutorado, em agosto de 2018, na Universidade Federal do Ceará (UFC).

As experiências vivenciadas desde a Graduação (UFT/2008-2012) pela pesquisadora, no Grupo de Estudos Geográficos da Amazônica e do Tocantins (GEGATO), no Mestrado (UFT/2014-2016) ao pesquisar, também sobre a fronteira, em uma abordagem relacionada à expansão da fronteira agrícola e ao cooperativismo, em Porto Nacional-TO, o tempo em que foi professora substituta na UFT e pode orientar temáticas diversas no Norte do Tocantins contribuíram para pensar esta pesquisa de maneira direta ou indireta.

O Norte do Tocantins é um território que tem na sua formação uma relação muito estreita com as frentes pastoris. No Norte do Tocantins, os rios Tocantins e Araguaia tiveram uma relação muito direta com a organização territorial, pois eles eram os únicos meios de locomoção e interligação do território até meados da década de 1950, quando houve a abertura das rodovias, implementadas via Estado pelos projetos e políticas de desenvolvimento, e ocupação da Amazônia Legal.

Para entender esse processo, recorro a Brito (2016), que constrói uma leitura importante da formação territorial do Norte do Tocantins, e ajudou a entender a área de estudo enquanto um território de expansão da fronteira agrícola e de relações antagônicas de conflitos e resistências. Segundo o geógrafo tocantinense, a introdução da pecuária no Norte do Tocantins se consolidou à medida que ocorreu a crise da mineração, boiadas que vinham principalmente da Bahia e do Piauí contribuíram na formação de pequenas fazendas. As frentes pecuaristas, geralmente, se fixavam nas proximidades do rio Tocantins, por ter um solo fértil. Paralelamente, emergia, também, uma agricultura de subsistência nas áreas de várzeas.

Brito (2016) mostra que à medida que a entrada de boiadas e tropeiros se avolumava no Norte do Tocantins, ocorria paralelamente o Ciclo da Borracha; parte desses migrantes migravam para trabalhar nos seringais, no estado do Pará. O Norte do Tocantins era, portanto, um dos trajetos percorridos para se chegar à capital paraense Belém, que se tornou

uma das cidades mais importantes da região Norte do Brasil. À medida que as frentes pecuaristas chegavam no território, que hoje é conhecido como Norte do Tocantins, alguns lugares, posteriormente municípios, surgiram, como por exemplo Tocantinópolis, Lontra (atual município de Araguaína-TO), Itaguatins e Araguatins. Desse modo, a pecuária influenciou diretamente na reorganização territorial. Esse Território já era habitado pelos povos originários, como os Apinayé e Akroá.

Outro momento importante, elencado por Brito (2016), foi a descoberta dos garimpos de cristais, no Norte do Tocantins, por volta de 1920, que também contribuíram para o surgimento de municípios: Araganã (localizada nas margens do rio Araguaia) é um exemplo desse processo; paulatinamente, a migração se acentua para o território. A dinâmica territorial mudou, de fato, a partir da década de 1950, quando foi criada a Amazônia Legal, em 1953, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), para concretizar os planos e mudanças estruturais na região amazônica.

Nesse contexto, o então Norte Goiano, atual estado do Tocantins, passou a compor também uma nova dinâmica regional, em que a ligação do território deixou de ser feita unicamente por vias fluviais e passou a ser por rodovias. Segundo Machado (1979), os programas e projetos de ocupação voltados para a ocupação da Amazônia Legal, implementados pelo Estado, influenciaram na reorganização territorial local, a exemplo do Programa Nacional de Integração (PIN) por meio da construção de rodovias, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos e Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).

Nessa perspectiva, Lia Osorio Machado (1979) mostra como esse território passou a ser considerado uma área de expansão da fronteira agrícola de ocupação, que se deu justamente nessa (re)organização territorial implementada pelas políticas de ocupação do Governo Federal que deu novas funcionalidades ao território. As correntes migratórias das frentes de expansão e frente pioneira paulatinamente se estabeleceram no território.

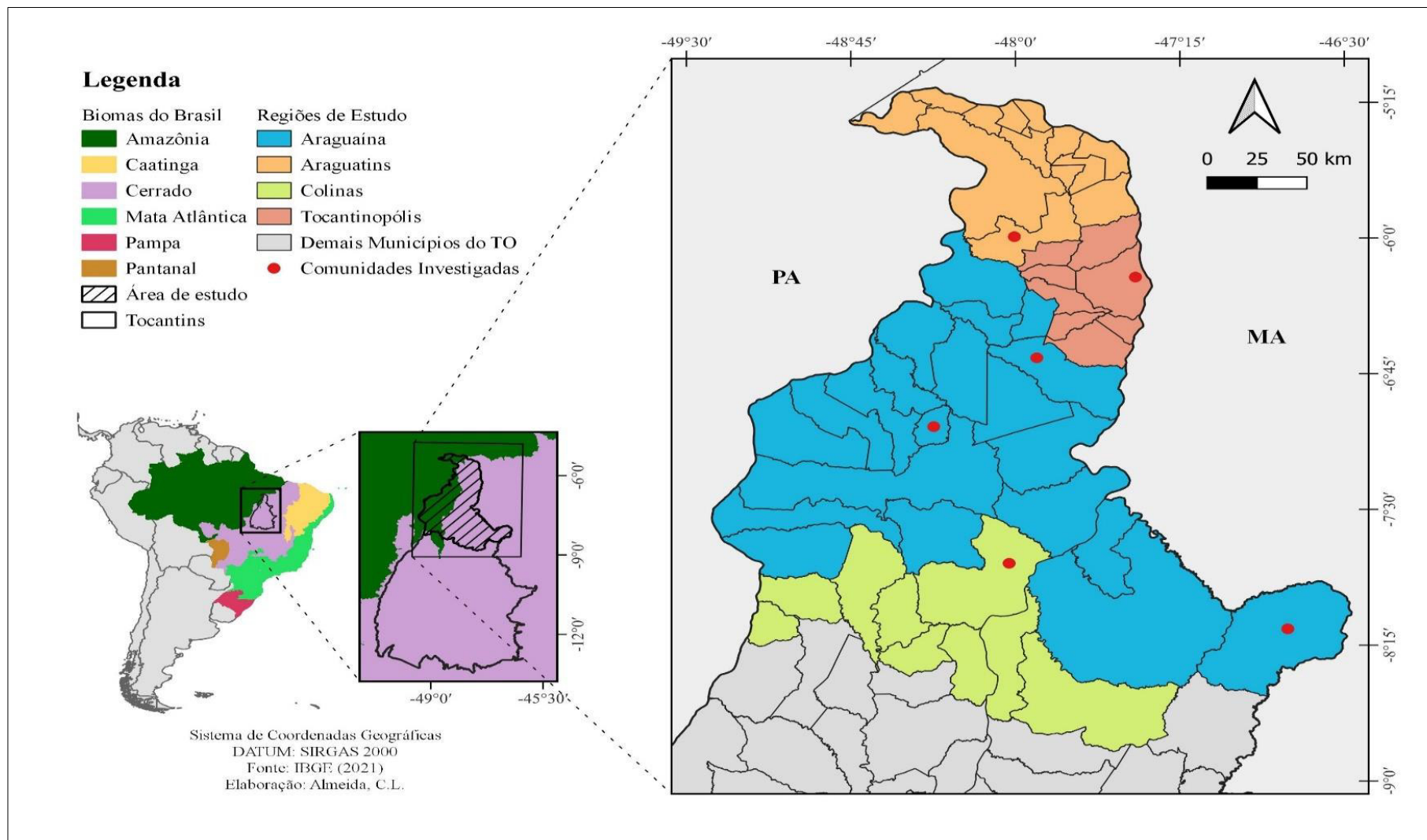
A pecuária, por muito tempo, foi o principal elemento que compunha a fronteira agrícola no Norte do Tocantins. Todavia, no século XXI, atividades voltadas para o agronegócio também passaram a monopolizar o território, provocando conflitos e conflitualidades com os sujeitos sociais que compõem o campesinato regional. Um movimento antagônico que provoca conflitos e resistências. Para entender essa dinâmica, realizamos vários trabalhos de campo em diferentes comunidades espacializadas na área de estudo; visitamos comunidades das quatro Regiões Geográficas Imediatas estudadas, como podemos observar no Mapa 2.

As variáveis pesquisadas na área de estudo ocorreram com base nos conflitos socioterritoriais, por água, terra e território. Para entender esse processo, algumas comunidades foram acompanhadas mais de perto, como o Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO, que vive a denominada fronteira do humano, com a presença de jagunços armados que ameaçam a comunidade cotidianamente. Jagunços esses que são conhecidos como “seguranças particulares da propriedade”. Essa realidade não é específica dos camponeses-posseiros desse acampamento, pois essa situação ocorre em várias outras comunidades presentes na área de estudo, como, por exemplo, nos municípios de Barra do Ouro-TO, Filadélfia-TO, Araguaína-TO, São Bento do Tocantins -TO.

O município de Campos Lindos-TO, que é um dos maiores produtores de soja do estado do Tocantins, é uma expressão importante para entender a dinâmica territorial e a organização coletiva do campesinato, frente a expansão da fronteira agrícola. O povoado Campestre, em São Bento do Tocantins, o Assentamento Amigos da Terra em Darcinópolis-TO, o Acampamento Barra do Rio Lontra 2, em Carmolândia-TO, os ribeirinhos e as quebradeiras de coco babaçu de Tocantinópolis-TO. Lembrando que, em todos, observamos, sobretudo, a dinâmica envolvendo conflitos e resistências.

O Mapa 2 mostra, portanto, os municípios onde estão localizadas as comunidades dos sujeitos estudados.

Mapa 2 – Municípios onde se localizam as comunidades investigadas ao longo da pesquisa (Norte do Tocantins, Brasil)



Fonte: MapBiomas Elaboração: Cicero Lima de Almeida e Thayssllorranny Batista Reinaldo (2022).

O diálogo com comunidades foi essencial para entender as dinâmicas territoriais e os impactos da expansão capitalista, via fronteira agrícola no território. São sujeitos que vivem realidades distintas e que lutam pelo acesso e/ou permanência na terra de trabalho e por território. Levando em consideração a área de espacialização da pesquisa, buscamos obter diálogos em diferentes localidades que permitissem a compreensão e a leitura da diversidade proposta.

Nesse caso, antes de definir quais comunidades acompanharíamos durante a elaboração da tese, conversamos com pesquisadores(as), com representantes dos movimentos sociais e com pessoas que prestam trabalho para a Comissão da Pastoral da Terra (CPT). Inclusive, consideramos que, para estudar com situações de conflito, é preciso ter muito cuidado ao se pesquisar, ao chegar na comunidade, pois é necessário e importante tecer uma relação de confiança. Portanto, várias pessoas foram importantes no processo de chegar às comunidades.

A pesquisa com a comunidade do Acampamento Gabriel Filho só foi possível a partir da mediação de um advogado que o acompanha, via Comissão da Pastoral da Terra (CPT). Foram 05 (cinco) trabalhos de campo realizados na comunidade; vários diálogos ocorreram em Araguaína-TO, na casa de um dos moradores e de familiares. Foi muito complexo trabalhar com essa comunidade no sentido de que a pesquisadora precisou lidar, o tempo todo, com o medo, pois os moradores e, sobretudo, a liderança do acampamento viviam sobre constante intimidação e ameaças. Nessa comunidade, já houve conflito por terra com atos de violência que já ocasionaram mortes, logo todo cuidado era necessário para a segurança da pesquisadora e dos entrevistados, os quais chamo de “interlocutores da pesquisa”.

A partir da relação tecida com a comunidade, foi possível ver de perto o que chamamos, nesta tese, de fronteira do humano: um olhar a partir da visão do sociólogo José de Souza Martins (2009). Essa dimensão da fronteira é ocasionada pela expansão do capital sobre a comunidade local, causando desde modificações nas relações de trabalho, na cultura, no modo de vida, a problemas de saúde (física e mental) em todos que sofrem diretamente com situações de violência e ameaças, inclusive crianças que vivem nos locais de conflito, a exemplo do Acampamento Gabriel Filho.

A partir desse olhar, identifiquei que a reprodução ampliada do capital, via expansão da fronteira agrícola, que é, ao ver de Machado (1992), uma expansão da própria frente pioneira, caracterizada pela mecanização e modernização do/no campo, tem reorganizado o território tocantinense para atender às demandas do capital, provocando conflitos e conflitualidades. A maioria das comunidades vive em situações de tensões cotidianamente.

Essa leitura do território contribui diretamente para compreender que a expansão da fronteira agrícola gera um movimento antagônico dentro das comunidades; ao mesmo tempo, desarticula e as fragmenta, promove mais vontade de lutar e faz com os sujeitos sociais se organizem politicamente a lutarem pela terra de trabalho e pelo território. É importante falar dessa contradição porque ela tem a ver com a forma como cada pessoa também internaliza e lida com a situação, com a opressão.

É nessa busca coletiva que muitos desses sujeitos se reconhecem como classe social, na qual vemos, nesta tese, a partir do campesinato, numa perspectiva que coaduna com a leitura de Diniz (2008, 2012): geógrafa cearense que vê na coletividade dos grupos sociais a força e a consolidação do campesinato. Nesse sentido, buscamos identificar as resistências camponesas que se dão frente a expansão da fronteira agrícola, a partir dos diálogos traçados com as comunidades e também com pesquisas realizadas em bancos de dados, a exemplo da CPT, que sistematiza dados referentes aos conflitos no campo em todo território nacional, desde 1985.

Percorremos um caminho metodológico, cujo método de pesquisa adotado foi o materialismo histórico-dialético, por entender a realidade em sua constante movimentação. Partimos, também, da teoria do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo, a partir do entendimento de Oliveira (1995, 2007). E, do estudo da fronteira para além da delimitação territorial, autores basilares a nos direcionar nesta leitura foram Martins (2009, 1996, 1990), Becker (2015, 1994, 1990), Machado (1992, 1995, 1979), Hissa (2006), dentre outros.

A escolha do método é fundamental, pois ele direciona o olhar do(a) pesquisador(a) sobre a temática pesquisada. Segundo George (1972), cada método usado nas pesquisas geográficas está dotado de ideologias e posições epistemológicas. Dessa forma, cada fenômeno ou objeto estudado merece um método adequado pelo(a) geógrafo(a). O autor chama a atenção para a diversidade de temas que podem ser pesquisados na ciência geográfica, e pontua que “a geografia tem que ser metodologicamente heterogênea [...] entre as ciências da terra ou da natureza [...] é esta a razão pela qual ela se encontra continuamente empenhada na busca de sua unidade” (GEORGE, 1972, p. 8).

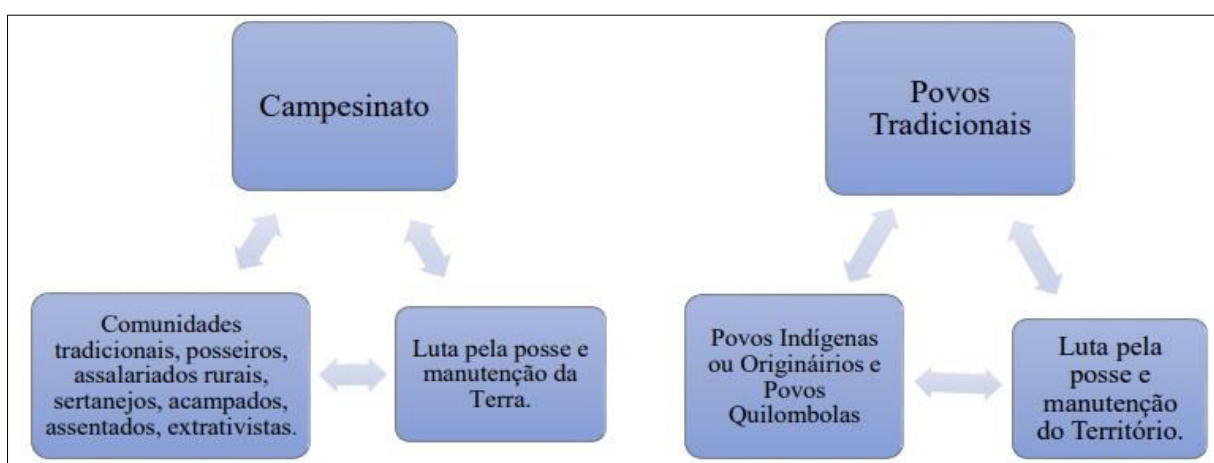
A perspectiva metodológica do materialismo histórico-dialético nos ajuda a compreender o mundo a partir de conceitos, por exemplo, o subdesenvolvimento, as contradições sociais, as desigualdades regionais, os conflitos entre classes, a diversidade cultural, dentre outros temas relevantes para entender as questões sociais, na atualidade. Por isso, optamos por essa forma de olhar e entender a expansão da fronteira agrícola, no Norte do

Tocantins no século XXI, pois processos complexos ocorrem, como a violência com os povos das florestas, da terra e da água que se autodefine como quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, posseiros, assentados, pequeno produtor e que compõem o campesinato regional e, que lutam cotidianamente por uma vida melhor.

Uma das perguntas feitas em todos os lugares visitados nos trabalhos de campo foi: como você se define? Isso é importante, pois é preciso respeitar o lugar de fala de cada sujeito social, que vive na pele as barbaridades causadas pela expansão da fronteira agrícola com toda sua tecnologia, e discursos desenvolvimentistas que se territorializam e monopolizam o território, no Norte do Tocantins. Essa situação expropria o sujeito da terra de trabalho e tem gerado situações de violência, medo e morte na luta por terra e território. A escolha de olhar o território na atualidade, nessa perspectiva, parte dos diversos estudos do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que trabalha com dois processos importantes: a monopolização do território e a territorialização do capital.

É importante elucidar acerca de uma leitura que aparecerá muitas vezes nesta tese, isto é, a luta por terra e território. Nessa perspectiva, recorreremos a Rocha (2022), que realizou uma distinção teórica-metodológica a respeito dos sujeitos sociais, a partir de suas lutas históricas no Brasil, as quais se configuram, nos planos dos movimentos socioterritoriais camponeses e de povos tradicionais indígenas e quilombolas. O esquema metodológico (Figura 2) baseou-se em dados da CPT e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Figura 2 – Distinção metodológica entre camponeses e povos tradicionais



Fonte: Rocha (2022, p. 25).

Essa distinção metodológica se faz necessária para entendermos a dimensão da luta por terra e território, no Norte do Tocantins, frente a expansão da fronteira agrícola, no século

XXI, que tem entre seus elementos a pecuária, a soja e o eucalipto. Essas são produções monopolistas de alcance (inter)nacional que reorganiza e espolia o território para atender às demandas de capitalistas, latifundiários e empresários. Por isso, concordamos com Rocha (2022, p. 25), ao afirmar que:

Esse esquema, que criamos para a pesquisa, nos ajuda a identificar os sujeitos, as espacialidades, os territórios e as características da produção dos conflitos no decorrer do trabalho. Distingui-los não significa que enfrentam formas de violência e conflitos diferentes, mas que, historicamente e ancestralmente possuem relações distintas com seus espaços de reprodução social.

A proposta destacada por Rocha (2022) é aplicada nesta pesquisa já que os sujeitos sociais, que vivem na área (ribeirinhos, posseiros, assentados, pequenos produtores, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu) de estudo, têm relações distintas em seus territórios de vida e moradia. Essa distinção metodológica ajuda a pensar, inclusive, sobre a pergunta central desta tese: Como tem se dado a reprodução do capital do/no Norte do Tocantins a partir do estudo da fronteira agrícola como espaço da diversidade e resistência camponesa?

Essas discussões e proposições teóricas ocorreram a partir de diversos diálogos e orientações com a orientadora desta tese de Doutorado. Indagações necessárias e precisas para chegarmos a uma leitura geográfica do que propúnhamos inicialmente.

Essas reflexões são importantes e, também, fazem parte do percurso metodológico das pesquisas geográficas, pois ajudam no amadurecimento teórico do autor, no caso desta tese, da pesquisadora. É importante deixar registrado que ser pesquisadora mulher, pesquisando temáticas ligadas a conflito, não é nada fácil. Muitos são os desafios encarados dentro da própria academia e nos trabalhos de campo, incluindo situações relacionadas desde do assédio ao encontro inesperado com jagunço. Por isso, nos trabalhos de campo, a pesquisadora sempre foi acompanhada (amigos, família e/ou outros pesquisadores).

Enquanto procedimento, esta tese contou com observação direta e indireta; alguns dados foram colhidos diretamente, *in loco*, e outros indiretamente (sites, reportagens de jornais, vídeos, relatórios, entre outras fontes), na qual utilizamos bancos de dados primários e secundários.

Entre as técnicas de pesquisa utilizadas, destacamos a pesquisa bibliográfica, realizada em banco de teses dos programas de Pós-Graduação, dentre os quais podemos citar o da Universidade Federal de Goiás (UFG), o da Universidade Federal do Ceará (UFC), o da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e vários outros que disponibilizam teses e dissertações. Dentre as palavras-chave pesquisadas, podemos citar: território; fronteira;

políticas de ocupação na Amazônia Legal; capitalismo; campesinato; conflito; diversidade social e movimentos socioterritoriais.

As pesquisas em artigos científicos publicizados em periódicos, nas plataformas digitais também foram importantes aliados na elaboração desta tese. Algumas bases de dados nos ajudaram nesse processo, como o próprio *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, que disponibiliza diversos artigos científicos, no formato digital, além de livros e monografias.

A pesquisa documental foi outra técnica adotada. Usamos diferentes bancos de dados quantitativos disponibilizados na *internet*, dentre os quais podemos citar: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a sede de Palmas-TO disponibilizou, via e-mail, todos os dados no formato digital Excel da área de estudo. Dados esses que se referiam às plantações de eucalipto, soja, pecuária, à instalação de empresas e à presença de comunidades locais. Foi a partir das informações do IBGE que conseguimos, por exemplo, identificar quando se iniciaram as plantações de soja e de eucalipto na área de estudo, o aumento de produção e a espacialização das produções no território. Boa parte desses dados estão organizados em forma de gráficos, tabelas, gráficos e mapas na tese.

Outro banco de dado utilizado foi o *site* da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (SEPLAN), órgão que disponibiliza uma série de dados georreferenciados sobre o estado do Tocantins. O Instituto Socioambiental (ISA) foi outra base de dados que utilizamos e que fornece uma série de dados referentes aos povos originários de todo o território brasileiro. Com ele, obtivemos informações sobre os povos originários tocantinenses, uma vez que, infelizmente, não foi possível fazer trabalho de campo nos territórios indígenas, em função da pandemia do Covid-19, que se alastrou pelo mundo, no início do ano de 2020. Um momento muito complicado para todos nós, pois não foi possível ir a campo, durante quase 02 (dois) anos.

Ainda sobre a pesquisa documental, os dados do Centro de Documentação Dom Tomas Balduino, na cidade de Goiânia-GO, administrado pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT), nos forneceu informações essenciais para ajudar a visualizar toda a dinâmica de conflitos envolvendo a luta por terra e território e, também, por água. Esses dados foram enviados via e-mail, no formato Excel, e deram condições de elaborarmos muitos dos gráficos, sobretudo, os que envolvem os conflitos por terra e água.

Cartilhas, *sites*, jornais, mapas mentais feitos manualmente pelos interlocutores da pesquisa, registros fotográficos cedidos por terceiros foram, também, documentos importantes. Visitamos e revisitamos os *sites* oficiais das empresas que estão territorializadas no Norte do Tocantins, e que monopolizam o território. Muitas delas são nacionais, outras de abrangência

internacional, ligadas ao ramo da pecuária e do agronegócio, dentre elas podemos citar: Bunge alimentos S/A (Bunge); Cargill Agrícola S/A (Cargill); Sinobras Florestal Ltda. (Sinobras Florestal); JBS S/A (Friboi), dentre outras.

Esse “mergulhar” por dentro dos *sites* das empresas foi importante, haja vista, que tivemos dificuldade em ter acesso a elas pessoalmente. Dessa forma, o único meio para obter informações, como ano de criação, área de abrangência, características, perfil e produção foi pelos *sites*. As únicas empresas em que fizemos trabalho de campo foram a Eco Brasil Florestas S/A, em Araguaína-TO, e a Sinobras Florestal Ltda, em São Bento do Tocantins-TO.

Por meio das entrevistas semiestruturadas, foi possível compreender a dinâmica territorial e os diferentes conflitos socioterritoriais que ocorrem frente a expansão da fronteira agrícola no território. Para realizar as entrevistas, foi necessário cuidado, responsabilidade e ética profissional. Afinal, esse tipo de procedimento pode despertar no entrevistado uma série de sentimentos, inclusive lembranças que não são boas. Por isso(a), o pesquisador(a) precisa saber o limite, a hora de parar. É preciso, também, perceber gestos, fisionomias e o próprio “não dito”. Quando uma entrevista desperta no(a) interlocutor(a) o sentimento de tristeza e desconforto é hora de parar. Nesse caso, “[...] a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado” (MATOS e SENNA, 2011, p. 97).

Os sujeitos que são entrevistados precisam ser respeitados e estar cientes do tipo de pesquisa da qual estão participando. A propósito, Martins (2009, p. 102) afirma que “todo pesquisador sabe que a relação com o entrevistado é um jogo; que o entrevistado é, de certo modo, vítima do entrevistador, do seu jogo de palavras, de suas intensões ocultas, de questões não reveladas”. Por isso, é necessário que os sujeitos sejam compreendidos ao não querer falar ou dar informações. Além disso, o(a) pesquisador(a) tem de estar ciente de que nem sempre o que se prepara ou se espera encontrar no campo de estudo é o que, de fato, se encontra, e que o silêncio também contém informações. Desse modo:

No campo, o pesquisador se defronta com a linguagem do silêncio. Com o tempo, aprende a conviver com essa população e descobre o que significa o seu silêncio. É uma forma de linguagem em meio à luta. É preciso uma paciência enorme para ouvir esse silêncio. E é ele que fala mais do que qualquer outra coisa. Às vezes, numa situação de entrevista, o entrevistado é capaz de ficar longo tempo calado. As poucas palavras, intercaladas por pausas e acompanhadas por muitos gestos, colocam o pesquisador diante de ampla riqueza dessa fala dupla, que oculta e revela, e com isso, situa quem fala e, também, quem ouve (MARTINS, 1993, p. 33).

As entrevistas foram realizadas com muito cuidado e zelo com interlocutores. Sujeitos sociais, em sua maioria pessoas simples, cientes das armadilhas capitalistas e de suas contradições. Pessoas que vivem, na maioria das vezes, há várias gerações no território, e que

acabam muitas das vezes sendo expropriadas pela expansão da fronteira agrícola, que monopoliza o território. Sujeitos que são vistos por capitalistas e até mesmo pelo Estado, como “barreiras ao desenvolvimento e ao progresso”, mas, na verdade, são eles que, de fato, construíram histórias e afetividades no território. Antes da fronteira agrícola chegar, eles e elas já viviam no lugar. Nesse caminho, o território é visto como fronteira pelo capitalista, mas não pela comunidade local, pois para ela, ali é o território da vida e da esperança.

Foram cerca de 70 entrevistas, realizadas com públicos variados: quebradeiras de coco babaçu; ribeirinhos; assentados; posseiros; comunidades tradicionais (no município de Campos Lindos-TO); lideranças dos movimentos sociais e das comunidades; advogada da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e advogado da CPT; colaboradores das empresas Eco Brasil Sinobras florestal. O público escolhido foi bem heterogêneo, composto por sujeitos sociais de diferentes idades. Os diálogos se concentraram no público que tinha entre 18 e 70 anos, pois precisávamos identificar como esses sujeitos entendiam e visualizavam o território. A maioria dos entrevistados vivem em áreas de conflitos e tensões territoriais. Com muitos deles, só conseguimos dialogar, depois de termos estabelecido uma relação de confiança.

Os nomes reais dos entrevistados, em nenhum momento, irão aparecer nesta tese, por questões de segurança, até porque estamos lidando com áreas de conflito, onde muitas pessoas, em pleno século XXI, ainda morrem na luta pela terra e território, no estado do Tocantins. Por isso, optamos por não nominar nenhum. No lugar do nome verdadeiro, usamos nomes fictícios de vítimas assassinadas na luta por terra e território no Brasil. Somente um nome que aparece na pesquisa, no caso o de dona Raimunda quebradeira de coco babaçu, aparece como nome fictício, mas ela não foi vítima de assassinato. Ela foi uma liderança do movimento das quebradeiras de coco babaçu, no Norte do Tocantins. A Escolha do nome dela ocorreu a pedido de uma interlocutora da pesquisa, que solicitou escolher o nome que fosse representar o dela.

As entrevistas, na maioria das vezes, foram gravadas, com autorização do(a) entrevistado(a). Além disso, os(as) entrevistados(as) foram informados(as) previamente do que se tratava a pesquisa, e que a participação deles(as) não acarretaria nenhum risco a eles(as). Os mesmos assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLA), em anexo (Anexo A).

No que se refere às entrevistas, é importante pontuar algumas questões: durante o período de elaboração da tese, passamos por uma pandemia, que infelizmente tirou muitas vidas; perdemos familiares e amigos e isso não tem como não interferir em uma pesquisa. A

pesquisadora, inclusive, perdeu um avô e um tio, vítimas do Covid-19. Ficar em casa era, necessário porque o isolamento social era obrigatório e requisito básico de sobrevivência. Nesse contexto, não tivemos como realizar trabalho de campo, porém, quando a pandemia chegou, a autora desta tese já havia realizado quatro trabalhos de campo.

Penso que fizemos a melhor escolha, e foi acertado mesmo sem saber o que viria em 2020, quando a pandemia se alastrou no Brasil. Assim, por volta do mês de fevereiro do referido ano, já havíamos realizado visitas a campo, que muitas vezes demoraram mais de uma semana. Foi possível dormir em algumas comunidades, existiu uma rede de apoio muito grande no campo; inclusive, ex-alunos da pesquisadora, estudantes do curso de Licenciatura Plena em Geografia, da UFT, Campus de Araguaína, ajudaram a organizar esses momentos.

Essa rede de apoio foi muito importante, consolidada e formada em 2019. Os(as) estudantes citados(as) ajudaram diretamente a articular o diálogo com algumas comunidades, dentre elas, podemos citar: as quebradeiras de coco babaçu do povoado Campestre, em São Bento do Tocantins e do município de Tocantinópolis; e o Assentamento Amigos da Terra, em Darcinópolis, porque muitos(as) desses(as) estudantes eram moradores(as) das comunidades. Isso, facilitou muito o diálogo com todos e todas.

Quando a pandemia começou a vitimar brasileiros(as), e não podemos mais ir ao campo, foi essa relação previa que ajudou. Durante todo o período de distanciamento social, pudemos ter contato, por telefone e *WhatsApp* com moradores(as) das comunidades com que já havíamos feito os trabalhos de campo. Durante a pandemia, tínhamos informações em tempo real do que acontecia nas comunidades, inclusive de como eles(as) estavam lidando com a pandemia e com o isolamento. Esse relato se faz necessário, nesta Introdução, porque uma pesquisa não é feita sozinha.

Esse foi um momento em que a sociedade, de um modo geral, precisou repensar sobre a vida, pois o distanciamento social foi obrigatório. A pandemia do Covid-19 impactou diretamente a Pós-Graduações de todos os continentes, e os pesquisadores foram diretamente prejudicados. Inclusive, esta pesquisa foi afetada, pois a pesquisadora precisou cuidar de familiares por vários momentos que foram acometidos pela pandemia.

Escrever uma tese em meio a uma pandemia foi, portanto, um dos maiores desafios já vivenciados pela pesquisadora, pois a todo momento os telejornais e as redes sociais falavam de mortes, contaminações, desemprego, violência domesticava que aumentavam devido ao isolamento social, o caos estava literalmente instalado. O medo de perder familiares, amigos e conhecidos era grande. Não foi fácil ver, a todo momento, uma família sofrendo por perder alguém vítima do Covid-19.

Com o isolamento social, tivemos que nos (re)organizar e buscar alternativas de continuar os diálogos e reflexões teóricas com outros pesquisadores e com a orientadora. Para vencer esse desafio, a tecnologia foi uma forte aliada, pois muitos dos encontros, que antes ocorriam presencialmente, passaram a ocorrer na modalidade remota por meio das plataformas digitais. Dentre essas, utilizamos, por muitas vezes, o *Google Meet*. Na coletividade, encontramos uma possibilidade de continuar as reflexões teóricas, mesmo que distantes geograficamente.

Dessa articulação, extraímos alguns momentos essenciais para se pensar, inclusive, esta tese, 02(dois) colóquios virtuais (Figura 3 e 4), os quais contaram com a participação de pesquisadores de diferentes regiões brasileiras que desenvolvem pesquisas em diferentes Pós-Graduações do Brasil, dentre os quais participaram os professores: Dr. Alexandre Queiroz Pereira (UFC); Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (UFC); Dra. Sandra Maria Fontenele Magalhães (UVA) e o Dr. Bernardo Mançano Fernandes (Universidade Estadual Paulista (UNESP)). Nesses eventos, trocamos experiências e pudemos amadurecer a reflexão das nossas pesquisas.

Figura 3 – Cartaz do I Colóquio



Fonte: Elaboração: Maria Aline da Silva Batista (2020).

Figura 4 – Cartaz do II Colóquio Virtual



Fonte: Elaboração: Maria Aline da Silva Batista (2022).

No contexto da pandemia, a elaboração da pesquisa buscou se adaptar a essa realidade complexa. Assim, participamos de palestras e eventos nacionais, regionais e locais, como, por exemplo, o XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, com palestras com o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira e outros geógrafos que desenvolvem pesquisa sobre a questão agrária brasileira.

Diante dessa situação, existiu dificuldade de fazer campo com os povos originários. Primeiro, porque quando conseguimos marcar uma data, ocorriam os primeiros casos de vítimas do Covid-19, no Tocantins, ocasionando o cancelamento do trabalho de campo. Em segundo, mesmos porque com a vacinação em andamento, também não conseguíamos autorização para realizá-lo, e, quando conseguimos marcar um campo, em 2022, o cacique faleceu e a comunidade se fechou completamente para visitação e qualquer tipo de pesquisa. Respeitamos, então totalmente essa situa o.

Os trabalhos de campo, antes da pandemia, contribuíram diretamente para o entendimento da organiza o territorial frente a expansão da fronteira agrícola no território e para a identifica o dos conflitos e resistências camponesas que se levantam frente a expansão capitalista. Visitar e dialogar com as comunidades foi essencial para entender as rela es sociais presentes no território. No total, ocorreram seis trabalhos de campo, em diferentes momentos da pesquisa.

O primeiro trabalho de campo ocorreu nos dias 22 e 23 de setembro de 2019: os locais visitados no primeiro dia foram: o povoado Campestre, em São Bento do Tocantins e a sede da Sinobras florestal LTDA. No segundo dia, a visita foi ao Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO, com apoio da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Nesse dia, realizamos um momento de diálogos com os moradores, com a apresenta o da pesquisadora e os deixando a par do que era a pesquisa, a importância desta e deles para a elabora o da mesma. Houve um acolhimento (Figura 5) da parte dos(as) moradores(as): um momento em que puderam tirar d vidas e sanar curiosidades.

Figura 5 – Recep o no Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO



Fonte: Acervo da autora. Trabalho de campo, 2019.

Nesse mesmo dia, foi realizada uma oficina com as crianças, com a autorização e supervisão dos familiares. Deixamos todos à vontade, distribuimos folhas A4, lápis de cor, balões e balas (para deixar o momento o mais descontraído possível) e pedimos que fizessem um desenho (Figura 6) do que era viver ali no acampamento para as crianças. O resultado foi assustador, pois as 5 (cinco) crianças, de 06 a 10 anos, que participaram desse momento desenharam de forma unânime a figura de uma pessoa armada, casas, pessoas, árvores representaram o medo dos jagunços, às fugas na calada da noite por causa das perseguições. Foi chocante, no sentido de ver e ouvir de perto as injustiças vivenciadas por crianças, filhas e filhos de trabalhadores e trabalhadoras que retiram seu sustento da lida com a terra.

Figura 6 – Desenho feito por uma criança, retratando o medo dos jagunços que ameaçam as famílias no Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO



Fonte: Desenho feito por uma criança de 8 anos, 2019.

Esse trabalho de campo despertou uma série de sentimentos e inquietações na pesquisadora, pois era a primeira vez que vi e ouvi relatos tão fortes de violência no campo, na luta por terra. A situação em que vivem os moradores do Acampamento Gabriel Filho é totalmente precária, evidenciando a desigualdade social. Essa comunidade é uma das expressões mais fortes da fronteira do humano, pensada a partir de Martins (2009).

Foi identificado que se trata de uma comunidade que vive uma realidade complexa e contraditória, onde o conflito mediado pelo uso da violência (física e psicológica), intimidada pelo jagunço ao mesmo tempo que faz camponeses-possesores desistirem de continuar na luta pela terra, endossa em outros a vontade de lutar e de se organizar politicamente. Dessa relação, emergem as resistências que se dão tanto com apoio da CPT, sede de Araguaína, quanto de forma cotidiana, ao permanecerem no acampamento, ao criarem os animais no quintal e barracos de lona, ao buscarem e reivindicarem um ensino de qualidade para os filhos.

O segundo trabalho de campo ocorreu no dia 23 de dezembro de 2019: visita ao Acampamento Gabriel Filho, com o professor Dr. Eliseu Pereira de Brito. Nessa segunda visita, pudemos ter um contato mais próximo com cada camponês-possuidor que se encontrava no dia no acampamento. Foram conversas demoradas, porque a ideia era deixar a pessoa falar no tempo dela. Conhecemos um pouco mais das formas de resistências que eles e elas tinham e também como sobreviviam.

Nesse dia, um morador levou a pesquisadora até a Gleba Bonito; lá, conhecemos famílias que lutam na justiça pela usucapião da terra de trabalho. Esses(as) moradores(as) acolheram os posseiros do Acampamento Gabriel Filho, quando foram retirados das terras em que outrora viviam.

O terceiro trabalho de campo ocorreu nos dias 25, 26, 27 e 28 de janeiro de 2020: trabalho realizado com os professores Dr. Carlos Alberto Feliciano (UNESP), Dr. Eliseu Pereira de Brito (UFT), Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Rocha (professor da rede básica do Tocantins), e com o Sr. Manoel Barbosa de Moraes (membro da FETAET). Os municípios e comunidades visitadas foram: Campos Lindos-TO (comunidade Raposa no Projeto Serra do Centro); Barra do Ouro-TO; Nova Olinda-TO (Gleba Chaparral); Palmeirante (Acampamento Gabriel Filho); Darcinópolis-TO (Assentamento Amigos da Terra); Tocantinópolis-TO (ribeirinhos da Colônia Z-7, e quebradeiras de coco-babaçu).

Este trabalho de campo foi um momento ímpar de discussões, aprendizado e vivências com diferentes grupos sociais e realidades, com a experimentação de pratos típicos de algumas comunidades, como a farofa de gongo (bicho do coco babaçu), com as quebradeiras de coco-babaçu, em Tocantinópolis. O primeiro município, visitado no dia 25/01/2020, foi Campos Lindos. Na ocasião, ocorria uma assembleia com trabalhadores(as) rurais, com a presença expressiva de camponeses e camponesas da região. Além do diálogo com os(as) camponeses(as), foram percorridos mais de 70 quilômetros em meio à monocultura da soja, no Projeto Serra do Centro, indo até a comunidade Raposa.

Ao voltar de Campos Lindos, no fim da tarde, a parada foi o município de Barra do Ouro, onde houve a participação em reuniões e assembleias do Sindicato dos Trabalhadores, no dia 26/01/2020. Essa oportunidade viabilizou diálogos com camponeses, posseiros e com líderes locais. Além disso, foi possível observar de perto os impactos da expansão fronteira agrícola e as formas de resistência. O destino, depois desse município, foi a Gleba Chaparral, em Araguaína-TO, que vive em situação de conflito na luta pela terra. Os(as) moradores(as) fizeram, inclusive, o levantamento da cadeia dominial da terra e verificaram que a gleba

constitui de terras devolutas, ou seja, são terras do Estado. Nesse dia, reuniram-se muitos(as) moradores(as) e falaram sobre suas dificuldades e sonhos.

No outro dia 27/01/2020, visitamos o Acampamento Gabriel Filho, novamente. Dessa vez, fazendo o trajeto por outro local, que não passava dentro da Fazenda Freitas, por questões de segurança e precaução. A paisagem vista ao longo do caminho era soja e mais soja, nas fazendas próximas ao acampamento. Somente uma senhora estava lá, com sua neta, resistindo e se arriscando porque, do outro lado da cerca que divide o acampamento da Fazenda Freitas, ficam os jagunços ou seguranças da fazenda, como muitos os chamam. No retorno do campo, nos deparamos com eles na estrada, pois passamos na estrada vicinal por dentro da fazenda (Figura 7). As mulheres do acampamento que estavam conosco ficaram com medo.

Figura 7 – Momento em que me deparei com alguns trabalhadores (entre eles um era jagunço) ao voltarmos do trabalho de campo no Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, 2020.

No dia seguinte (28/01/2020), o destino foi o Assentamento Amigos da Terra, em Darcinópolis: um lugar em que vivem diferentes conflitualidades, onde as empresas monopolistas, como a Suzano papel e celulose fazem um trabalho junto à comunidade (reforma escolar, construção de um poço artesiano, palestras e cursos).

Em Tocantinópolis, foram visitadas mulheres quebradeiras de coco-babaçu, tanto na cidade, quanto no povoado Folha Grossa. Foi aqui onde elas mostraram suas ferramentas de trabalho o machado, o forno, o jumento que carregava os cofos de coco até a casa, o coco babaçu e o espeto de gongo, que se trata de uma iguaria apreciada por muitos e que ajudou a criar

muitos(as) filhos(as) das quebradeiras de coco-babaçu. Outra comunidade visitada em Tocantinópolis foi a sede da Colônia de Pescadores Z-7.

O quarto trabalho de campo ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2020, em Santa Fé do Araguaia na Colônia Z-19, com os ribeirinhos do rio Araguaia. Na ocasião, o presidente da Colônia e duas pescadoras foram entrevistados(as). Os outros ribeirinhos estavam no rio pescando e não puderam participar.

O quinto trabalho de campo ocorreu nos dias 12, 13 e 14 de março de 2020, em Carmolândia-TO: visita ao Acampamento às margens da TO-162, Assentamento Barra Bonita, e uma plantação de feijão de um camponês que mora na cidade. A pesquisadora participou, inclusive, da colheita do feijão ajudando-os. Realizamos visita a Agência de Defesa Agropecuária (ADAPEC), e ao Acampamento Barra do rio Lontra, localizado às margens da TO-162. Fomos conhecer a comunidade ribeirinha de Xambioá-TO e de Arapoema-TO.

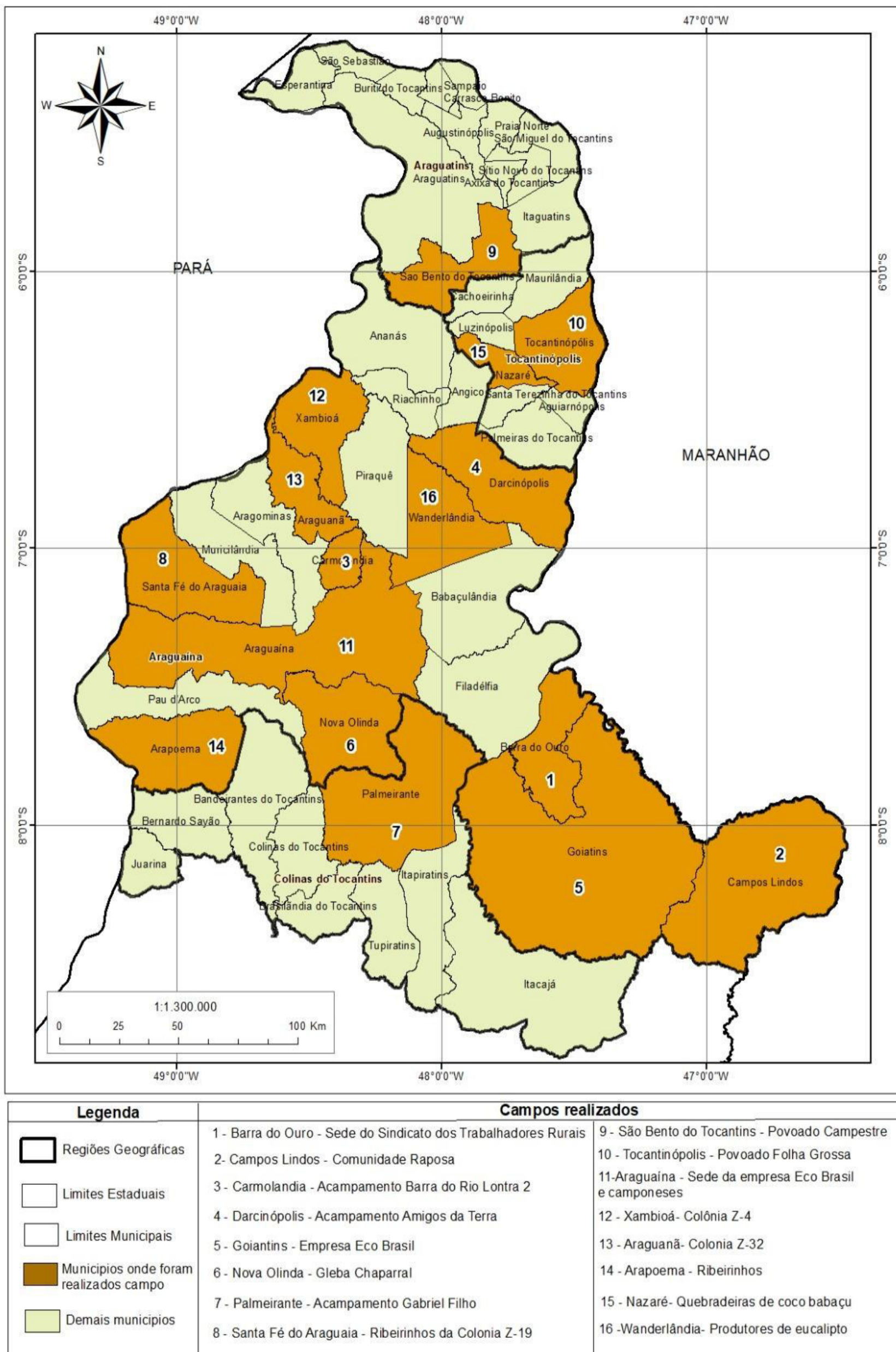
O sexto trabalho de campo ocorreu nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2022, na Colônia de Pescadores Z-32 em Araguanã-TO, às margens do rio Araguaia, no Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO, e em Campos Lindos-TO. Com boa parte da população vacinada contra o Covid-19 (SARS-CoV-2), voltamos a realizar os trabalhos de campo, conhecemos a comunidade ribeirinha da Colônia Z-32 e participamos de um dia de trabalho junto com eles.

Fomos novamente às comunidades que outrora havia ido antes da pandemia, a comunidade do Acampamento Gabriel Filho que, inclusive, havia mudado o acampamento de lugar, por questões de segurança. Um(a) morador(a) foi agredido(a) durante a pandemia e teve ferimentos grave. Por isso, optaram por levantar acampamento em outro lugar. Essa nova localização não iremos mostrar, por questões de segurança.

Em Campos Lindos-TO, passamos 02 (dois) dias em uma propriedade camponesa, escutando como a comunidade havia se organizado e resistido durante a pandemia. Além disso, dialogamos sobre o avanço do agronegócio por meio da soja no município, que continua provocando sérios conflitos socioterritoriais e monopolizando o território, por meio do controle do processo produtivo, da dinâmica trabalhista, do arrendamento de terras por parte de fazendeiros.

Na ocasião fomos também em Nazaré-TO dialogar com algumas mulheres que trabalham com o coco babaçu e no município de Wanderlândia-TO, conversar com alguns produtores de eucalipto. Os trabalhos de campo realizados estão espacializados no Mapa 03.

Mapa 3 – Trabalhos de campo realizados no Norte do Tocantins, Brasil



Fonte: Trabalhos de campo, 2019, 2020 e 2022. Elaboração: José Marcos Rodrigues Duarte, Thayssllorranny Batista Reinaldo (2023).

Todos os dados coletados ao longo da sistematização e elaboração desta tese foram organizados em formato de quadros, tabelas, gráficos, mapas, registros fotográficos, a fim de colaborar com a compreensão da temática estudada. Todo o construto teórico-metodológico contribui diretamente para uma leitura geográfica em torno da temática proposta. Utilizamos, também, desenhos em cada chamada dos capítulos para representar o contexto trabalhado.

Esta tese está organizada em 05 (cinco) capítulos. Inicia-se (primeiro capítulo) com esta **Introdução** que insere o(a) leitor(a) no contexto da temática desenvolvida, mostra os objetivos (geral e específicos) e os percursos teóricos-metodológicos.

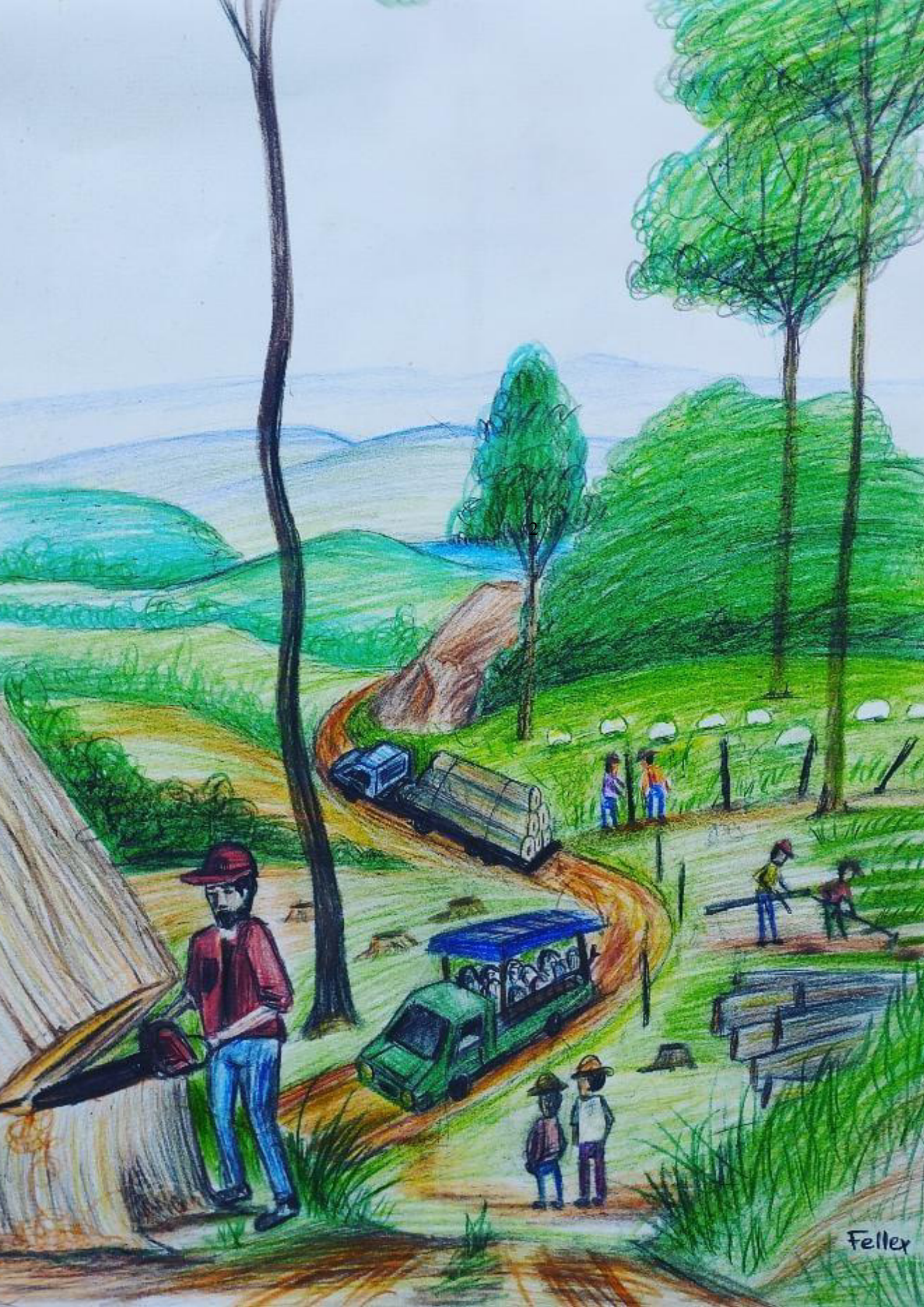
No segundo capítulo, **Das políticas de ocupação a formação territorial tocantinense**, iniciamos situando o(a) leitor(a) sobre a formação territorial da Região Amazônica, tecendo relações com a formação territorial tocantinense. Em seguida, esboçamos considerações sobre o conceito de fronteira, e sobre as políticas de ocupação implementadas pelo Estado na Amazônia Legal e no Tocantins. E, por fim, falamos da expansão da pecuária enquanto um elemento que reordenou diretamente o território, e que é um dos elementos que constitui a fronteira agrícola, no século XXI, no Norte do Tocantins.

No terceiro capítulo, **A expansão da fronteira agrícola no século XXI e a monopolização do território no Norte do Tocantins**, falamos da formação do território tocantinense voltado para o capital e para a expansão da fronteira agrícola, bem como discutimos a monopolização do território e a territorialização dos monopólios a partir da soja e do eucalipto, no Norte do Tocantins. Toda discussão realizada mostra, paralelamente, os conflitos gerados a partir do avanço capitalista no território.

No quarto capítulo, **Os sujeitos da “Fronteira”: um “retrato” da diversidade social e dos conflitos**, discute os conflitos vivenciados pelos povos do campo, da floresta e da água que compõem o campesinato regional. Ademais, esse capítulo mostra várias situações envolvendo a luta pela terra na área de estudo, inclusive, revela que, em pleno século XXI, a presença de jagunços/pistoleiros, no Norte do Tocantins, ainda é uma realidade vivenciada por muitas comunidades que lutam por terra e território.

No quinto capítulo, **A construção da resistência territorial pela diversidade de sujeitos e conflitos**, compartilhamos com o leitor a organização dos povos do campo na luta pelo acesso e/ou permanência na terra de trabalho. Mostramos, ainda, as diferentes maneiras que os(as) camponeses(as) têm encontrado para resistir frente ao avanço do capitalismo, via fronteira agrícola no território, no Norte do Tocantins. Além disso, pontuamos que, apesar de toda violência (física e psicológica), conflitos e conflitualidades, o campesinato, enquanto uma classe social, continua existindo e alimentando o sonho e a esperança dos povos do campo.

Por fim, compartilhamos as **Considerações finais**, que trazem algumas propostas de leituras futuras para continuar pesquisando a temática, no Norte do Tocantins. Afinal, acreditamos que esta tese não é o fim, mas o começo de uma discussão teórica que ainda continua, e de outras pesquisas que podem ser realizadas a partir desta.



Fellex

2 DAS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO A FORMAÇÃO TERRITORIAL TOCANTINENSE: UM DEBATE FRONTEIRIÇO

As fronteiras existem no tempo e no espaço são estabelecidas ainda que não sejam percebidas nas suas aparências.

As fronteiras do outro as fronteiras do mundo, das coisas do mundo...

E as fronteiras da Existência.

(Raul Nunes, 2013)

A ciência geográfica tem abarcado uma diversidade de temáticas nos mais diferentes vieses, e os estudos territoriais e fronteiriços têm feito parte deles. Partindo do pressuposto que o território se dá por meio das relações de poder em diferentes escalas e grupos sociais, e que o desenvolvimento do capitalismo tem promovido um movimento contraditório, desigual e combinado, temos encontrado *in loco* um território que desde sua gênese tem sido loco de interesse capitalista, especialmente no que se refere à expansão da fronteira agrícola, inclusive por meio de políticas públicas ligadas à modernização agrícola.

Em um movimento antagônico gerador de riqueza (capitalistas) e acentuação das desigualdades sociais (grupos sociais que compõem o campesinato regional: indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, posseiros, acampados, assentados, ribeirinhos) que lutam cotidianamente pela terra e território na região. Para entender essa complexidade, é importante a discussão em torno do conceito de fronteira na formação territorial tocantinense.

2.1 Pelos “meandros” do reordenamento territorial tocantinense e da Amazônia Legal até a primeira metade do século XX

Por suas belezas naturais e riquezas, a região amazônica desperta interesses de capitalistas brasileiros e estrangeiros. Sua ocupação de acordo com Cardoso e Muller (1978), Prado Júnior (2004) e Tavares (2011) se deu, inicialmente, no primeiro período da história brasileira, pela foz do rio Amazonas, onde, atualmente, situa-se a cidade de Belém, fundada em 1616. Na época, os holandeses e ingleses tentavam invadir a região, sendo expulsos pelos portugueses.

Essas invasões não eram restritas à região amazônica; elas ocorriam, também, no Nordeste, mais precisamente no Maranhão e Pernambuco (principal área de produção de açúcar) por holandeses, franceses e ingleses (TAVARES, 2011).

Além disso, havia a disputa pelo domínio do território das drogas do sertão, tais como a canela, o cravo, o anil, as raízes aromáticas, as sementes oleaginosas, e a

salsaparrilha, que os estrangeiros tentavam apoderar-se; por essa razão fazia-se necessário ocupar e defender o território próximo a essa área. É o momento da fundação de São Luís do Maranhão (1615), Belém do Pará (1616), Macapá (1636) e Manaus (1665), que constituíam-se em núcleos de apossamento do território [...]. (TAVARES, 2011, p. 108).

Prado Júnior (2004), a esse respeito, explica que apesar da base econômica inicial da região amazônica ser o açúcar, que não prosperou e logo foi substituída pela extração dos produtos naturais (cravo, canela, castanha, salsaparrilha, cacau, madeiras, peixes), as tentativas de invasão do território não cessaram. Para assegurar a posse do território, Tavares (2011) destaca algumas estratégias utilizadas pelo governo português, como por exemplo, a criação de unidades político-administrativas, como os Estados.

Nesse sentido, em 1621, cria-se o Estado do Maranhão e Grão Pará, com sede em São Luiz. Em 1751, dada a importância econômica e política de Belém, cria-se o Estado do Grão Pará e Maranhão, com sede em Belém. Em 1774, o Estado passa à condição de Capitania, como parte do Estado do Brasil. Apesar disso, manteve os vínculos administrativos diretos com Portugal até 1822 (TAVARES, 2011, p. 108).

Dentre as ações realizadas pelo governo português para garantir a posse e expandir o território conquistado, Tavares (2011) cita a expedição de Pedro Teixeira (1637-1639), subindo o rio Amazonas até Quito, no Peru, demarcando o território a partir da fundação de fortes ao longo do rio Amazonas (principal elo de ligação da época) reconhecendo, nessa expedição, também as potencialidades naturais da região. Cabe lembrar, que nessa época, o Brasil vivia o denominado Período Jesuíta (1549-1759), no qual era imposto o modo de vida ocidental aos povos originários, resultando à dizimação de milhares de indígenas.

Conforme Costa (2009), essa incorporação do indígena à sociedade colonial se deu por meio de três estratégias principais. A primeira, pela violência física (guerras, escravizações, punições); a segunda, através das alianças para o intercâmbio de bens ou para a guerra, construídas entre colonizadores e os diferentes povos indígenas; a terceira, pela conversão dos índios ao cristianismo, por meio da atuação de diversas ordens religiosas (carmelitas, jesuítas, entre outras) dispersas pelo território.

Geralmente, as missões religiosas concentravam-se no interior dos territórios, constituindo empresas comerciais baseadas principalmente na exploração da força de trabalho indígena. Prado Júnior (2004) explica que os indígenas eram reunidos em aldeias e submetidos a um regime disciplinar geral. Segundo Rezende (2006), a permanência das missões na região amazônica foi sustentada economicamente pelas drogas do sertão, que tinham uma ligação tanto com o mercado nacional quanto estrangeiro. Parte da produção ia para o litoral brasileiro e parte

para a Europa. O espaço regional foi, assim, sendo (re)organizado para atender às demandas do capital mercantilista.

A opção pela coleta das drogas do sertão via extração dos produtos naturais (anil, cacau, salsaparrilha, óleo de copaíba, favas de baunilha, cacau, urucum, sementes de oleaginosas, castanha, entre outros) que estavam com uma boa margem de aceitação na Europa (PRADO JÚNIOR, 2004) se deu porque a tentativa de plantar cana-de-açúcar não havia prosperado. A produção dessas drogas, na maioria das vezes, ocorria nas missões por meio da exploração da mão de obra dos povos originários.

Na compreensão de Rezende (2006), as drogas do sertão surgiram como possibilidade de solucionar o papel econômico anteriormente desempenhado pelas especiarias indianas. Diante disso, o espaço amazônico paulatinamente passou a ser territorializado de diferentes maneiras para atender o mercado externo, seja por meio da exploração da mão de obra dos povos originários, ou pela organização produtiva em torno das especiarias que alimentavam o mercado europeu, ou ainda pela construção de vilas e cidades.

Eram os indígenas que guiavam o colonizador pela floresta, conduzindo-os, na maioria das vezes, em embarcações, pois ninguém conhecia a floresta, a fauna e a flora local como eles. Aliás, o conhecimento dos povos originários sobre as plantas medicinais foi/é, muitas vezes, apropriado pelos europeus. Rezende (2006) afirma que os indígenas ajudaram desde o reconhecimento do território à construção de pontes, fortalezas, cidades e vilas a oeste, ao sul e ao norte, através dos rios Tapajós, Madeira, Negro, Branco e Javaés.

Conforme Assis (2009), a escravização indígena ocorria principalmente pelas expedições das entradas (eram organizadas pela coroa portuguesa destinadas a desbravar e explorar os sertões; faziam o reconhecimento geográfico e buscavam metais preciosos); das bandeiras (eram organizadas e financiadas de forma particular com autorização da Coroa portuguesa); das descidas (ocorriam pelos rios, geralmente oriundas da cidade de Belém na Capitania do Grão-Pará, para alcançar o interior dos territórios, na maioria das vezes à procura de indígenas). As descidas também ocorreram nos rios Tocantins e Araguaia, o que possibilitou, segundo Assis (2009), a chegada de pessoas, especialmente de missionários, a diferentes comunidades indígenas dispersas pelo território goiano. O objetivo principal era capturar indígenas e levá-los para as missões (ou reduções) jesuíticas na Amazônia.

Por outro lado, as bandeiras tinham um caráter comercial e militar e buscavam braços para o trabalho escravo, por meio do aprisionamento dos povos originários. Segundo Assis (2009, p. 20), elas “[...] percorriam todo o sertão à cata dos índios (bandeiras de apresamento), em busca de ouro (bandeira de prospecção), ou ainda para dar combate a aldeias

rebeldes e quilombos (sertanismo de contrato)”. As primeiras expedições no, então norte goiano, datam do fim do século XVI. Uma das expedições rumo ao interior de Goiás partiu de vila de São Paulo, em 03 de julho de 1722, com mais de 500 (quinhentos) homens, comandados pelo capitão Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como Anhanguera. Essa experiência resultou na descoberta das minas de Goiás e sua integração aos quadros do sistema colonial.

Os indígenas eram vistos como “selvagens”, que precisavam ser convertidos e catequizados. Caso eles resistissem a esse processo de “domesticação”, poderiam ser escravizados pelo colonizador, em uma ação denominada pela Coroa de “guerra” justa, que de justa não tinha absolutamente nada. Assis (2009, p. 39) lembra que “[..] o índio quase sempre resistiu à empresa colonizadora e às imposições culturais do colonizador[...]”. Essa resistência se dava tanto pela reprodução de seus modos de vida quanto pelo confronto com o não-índio e pela fuga, ou até mesmo deixando-se “civilizar”.

Além dessa política de catequização indígena pela Coroa portuguesa, foram construídos presídios militares às margens dos rios Araguaia e Tocantins com o intuito de proteger o comércio e a navegação e combater os indígenas (ASSIS, 2009). As áreas próximas a esses locais eram destinadas à formação de colônias agrícolas, chamando a atenção de não indígenas para as margens dos rios, lugares de várzea propícios à agricultura.

Assis (2009), destaca que, por muitos anos, os rios Araguaia e Tocantins foram o único canal de ligação do norte de Goiás com o restante do território, situação essa que só muda décadas depois, com a construção das rodovias (séc. XX). Inclusive, havia uma comercialização fluvial direto de Belém para Porto Real (atual município de Porto Nacional-TO), via rio Tocantins, por meio da navegação. Os povos originários que habitavam a região em estudo eram agricultores e coletores, sobretudo de frutos do Cerrado. E, aqueles que viviam mais no extremo Norte do território coletavam principalmente o coco-babaçu e desenvolviam também técnicas de plantio em suas roças.

Segundo Cavalcante (1999) e Assis (2009), a descoberta e a exploração do ouro (primeira metade do século XVII) intensificaram conflitos entre indígenas e não indígenas e implantaram no território goiano o sistema colonial mercantilista, organizado para articular o desenvolvimento de atividades mineradoras, canalizando para a metrópole as riquezas auríferas com a mineração. Essa economia de mineração deveria responder a interesses externos políticos (fortalecer estado nacional português) e econômicos (possibilitar a acumulação de riquezas por parte da burguesia mercantil metropolitana). A mineração contribuiu diretamente para a formação de núcleos urbanos (conhecidos também como arraiais), no norte de Goiás:

Natividade (1734), Traíras (1735), São José (1735), Pontal e Porto Real – hoje Porto Nacional (1738).

A formação dos núcleos urbanos, resultado da mineração, na compreensão de Assis (2003), era precário, disperso e instável. Nesse caso:

Arraiais surgiam a centenas de quilômetros uns dos outros, cercados por um mar de sertão e interligados por vias precárias de comunicação. Surgiam da febre do ouro e cresciam de forma tumultuada pelo grande afluxo de pessoas que chegavam à região. Desapareciam tão logo o ouro escasseava, restando apenas um rastro de degradação ambiental e decadência. Somente as minas mais ricas lograram constituir núcleos de povoamento mais estáveis e duradouros (ASSIS, 2003, p. 34).

Não só os indígenas foram explorados, mas também os negros que eram trazidos em navios negreiros da África foram submetidos a todo tipo de tortura e humilhação. Na formação territorial tocantinense, a figura do negro aparece de forma incisiva, especialmente nos trabalhos de mineração. Um dos núcleos urbanos do norte goiano que vai ter sua formação no período aurífero e com escravização do negro é Natividade, que é, aliás, a cidade tocantinense mais antiga (1734). Algumas paisagens ainda permanecem como marcas desses momentos de escravidão, por exemplo, a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Figura 08), construída em pedra canga pelos escravos, que iam até lá para fazer suas devoções. Outro elemento que traz as marcas desse período é a Igreja Nossa Senhora de Natividade (Figura 09).

Figura 8 – Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Natividade-TO



Figura 9 – Igreja Nossa Senhora da Natividade em Natividade-TO



Fonte: Acervo da autora, 2018.

As condições de trabalho nas minas eram insalubres e desumanas. Muitos escravos morreram nessas terras que formam o território tocantinense, vítimas de maus-tratos, acidentes

ou assassinatos em represália a fugas. E, “[...] em torno da atividade mineradora surgiu uma sociedade fervilhante. Nos arraiais do ouro, negros forros, escravos, ricos mineradores, humildes roceiros e mestiços miseráveis encontravam-se nas ruas precárias e movimentadas” (ASSIS, 2009, p. 60). Sobre as formações dos núcleos urbanos, Brito (2016, p. 77) explica:

Os arraiais se formavam a partir das descobertas do ouro pelos garimpeiros. As aglomerações se estabeleciam próximas ou nos garimpos e cresciam com a chegada de novos sujeitos que traziam seus escravos e famílias, produzindo um aumento nesses arraiais.

Durante o Ciclo do Ouro, o estado de Goiás foi dividido em duas Comarcas: Comarca de São João das Duas Barras (chamado também de Norte de Goiás) e Comarca de Goiás em 1809, no governo de Francisco de Assis Mascarenhas, que usou como justificativa a distância existente entre os garimpos do norte a sede administrativa de Goiás. Acreditavam que a divisão facilitaria a administração das minas. Os representantes das Comarcas foram escolhidos por eleições. O ouvidor Joaquim Teotônio Segurado foi o responsável por administrar a Comarca do Norte de Goiás (ASSIS, 2009).

Houve descontentamento por parte dos mineradores da Comarca do Norte Goiás, especialmente em relação aos tributos e impostos pagos à Coroa portuguesa. Julgavam ser injustos quando equiparados aos pagos pelos mineradores do sul de Goiás (CAVALCANTE, 1999).

De acordo com Assis (2009), durante o Ciclo do Ouro, nas minas do Norte Goiano, explorava-se o ouro de aluvião encontrado no vale dos rios ou em seus leitos, extraído manualmente. A mão de obra escrava foi utilizada nesse processo. A busca por ouro foi um elemento que contribuiu no deslocamento de sujeitos ao longo dos rios. Todavia, as atividades auríferas no território tocantinense conseguiram se sustentar por cerca de 50 anos entrando em decadência (1779 a 1822). Nesse contexto, em uma escala nacional, Prado Júnior (2004) descreve que a exploração e exportação aurífera despontava como uma das principais atividades econômicas do período colonial, encontraram ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o que corroborou diretamente para a exploração no território e para o processo migratório para tais estados.

O fim da mineração ocorreu, segundo Assis (2009), devido ao esgotamento das jazidas, à utilização de técnicas rudimentares e à falta de capital para investir na atividade. Com o fim da mineração, as atividades ligadas à agricultura ganharam mais destaque na região. Segundo Bessa (2013), as atividades agropastoris se desenvolveram, no fim do século VIII, e início do XIX, no vale do Tocantins e na porção sudeste do estado (na época Goiás, atual

Tocantins), com correntes migratórias oriundas do Planalto Central (especialmente do vale do São Francisco) e do meio norte (sobretudo do Maranhão e do Piauí), determinando uma nova ocupação do território.

Esse tipo de atividade, produzia, em especial, bens de primeira necessidade para subsistência, como arroz, feijão, carne, farinha e outros. A ocorrência de sobra dessa produção possibilitou sua comercialização, e esse comércio contribuiu para o surgimento de novos núcleos urbanos do antigo norte goiano, como Filadélfia, Itaguatins, Marianópolis, Araguaína, Taguatinga, Lizarda, Ponte Alta do Bom Jesus e Ponte Alta do Tocantins.

Velho (2009) afirma que a chegada das atividades agropastoris ao norte do Tocantins esteve diretamente ligada à expansão da pecuária pelo território nacional. E, como bem lembram Andrade (1995) e Prado Júnior (2004), no período colonial, o gado também teve sua importância na economia de exportação, seja por facilitar na preparação do solo, pois eram os animais que aravam o solo o preparando para plantios ou por alimentarem os trabalhadores, haja vista que a carne bovina entrou como um alimento base no consumo colonial.

No século XVII, o gado já tinha se espalhado pelo território brasileiro. Havia, segundo Moreira (1990), duas frentes: uma oriunda do Nordeste, que descia pela calha do rio São Francisco, e outra dos pampas gaúchos. Ambas se encontraram no planalto central mineiro, unificando o território.

Vindo de todos os cantos no correr do século XVII, o gado bovino se espalha e se sedimenta pelo planalto a ocupação do amplo território dilatado pelas entradas e bandeiras. Unificando o território nacional e sedimentando sua ocupação para lá da linha foram de Tordesilhas, à pecuária à risca, num corte norte-sul, o arco que unifica o criatório dos sertões, interligando a caatinga (sertão nordestino), o cerrado (sertão central) e o pampa gaúcho (sertão meridional) (MOREIRA, 1990, p. 19).

Conforme Velho (2009), a chegada do gado nas áreas de Cerrado, sobretudo no norte goiano está intimamente relacionada à expansão da frente pecuarista oriunda do Maranhão, que saía principalmente de Pastos Bons (séc. XVIII) expandindo-se e ocupando novas áreas para a criação de gado. Os pecuaristas procuravam as melhores pastagens para criar o gado. É importante observar que, no ciclo do ouro tocantinense, a carne bovina serviu de alimento para os mineradores de modo a movimentar direta ou indiretamente a economia local.

Um dos motivos que contribuiu com o crescimento da pecuária, no estado de Goiás no século XVIII, foi sua proximidade com o litoral das regiões norte e nordeste do Brasil. E, também, pelo rápido declínio da exploração aurífera e pelo incentivo da Coroa, que dava concessões de sesmarias mais extensas (três léguas) aos interessados em investir nas atividades ligadas à pecuária na região.

O gado abria caminho em meio ao sertão, já que era transportado vivo em boiadas. E, assim, ia alcançando espaços cada vez maiores no interior do Brasil, superando o isolamento geográfico do Sertão (ASSIS, 2009). O gado do norte goiano era exportado para a Bahia, vivo em boiadas, em viagens que poderiam demorar semanas e até mesmo meses, devido aos longos trajetos, o que acabava resultando na desvalorização monetária dos animais. Pois, à medida que:

O gado era transportado vivo nas intermináveis boiadas, que demoravam meses para cruzar o vasto sertão. O gado perdia peso nos longos trajetos e chegava magro aos centros de abate, razão pela qual não alcançavam preços satisfatórios. Os currais goianos sofriam também com a falta de sal, necessário à boa saúde dos animais (ASSIS, 2009, pp. 65).

As boiadas (Figura 10) que circulavam na época, cortavam o sertão e ajudavam na interligação do território por meio da abertura de picadas e ao possibilitar o deslocamento de pessoas, à medida que os animais passavam e derrubavam a vegetação nativa, e a quebrava, abriam-se pequenas trilhas que possibilitavam o deslocamento da população, pois até então o principal meio de interligação ocorria pelos rios, em especial o Araguaia, o Tocantins e o Manoel Alves (ASSIS, 2009).

Figura 10 – Ponta do gado, vindo do Maranhão para o Pará



Fonte: Valverde e Orlando (1965-1966, p. 31).

Para Cabral (1992, p. 101), o surgimento da pecuária no Brasil tem uma forte relação com a expansão açucareira, que tinha múltiplas finalidades nos engenhos de açúcar, como por exemplo o boi servia como meio de transporte, força motriz e fonte alimentícia, o

coro do animal era usado para fazer objetos domésticos. Todavia, logo, constatou-se que ambas as atividades econômicas eram distintas e tinham dinâmicas próprias. A autora, elucida que os principais centros açucareiros da época eram Pernambuco e Bahia, e, por conseguinte, foram os focos principais de irradiação da pecuária.

Daí partiram as veredas do gado, sob o impulso, em especial da iniciativa particular, um dos traços marcantes do povoamento dos sertões. A dispersão inicial partiu da Bahia, alcançando o rio São Francisco tomando duas direções. Uma, subindo o rio, teve mais tarde papel importante no abastecimento do mercado de minas. Outra, dirigindo-se para o Norte, ocupou o interior do Piauí, atingindo, no início do século XVIII, as campinas sul-maranhenses. (CABRAL, 1992, p. 103)

A chegada do gado nas terras que hoje compõem o território tocantinense, segundo Cabral (1992) e Velho (2009), oriundo do Maranhão, evidenciava o afastamento da pecuária do seu ponto de origem (Pernambuco e Bahia), reflexo da internalização da pecuária no território brasileiro. Dentre os fatores que contribuíram para a expansão dessa atividade econômica, Cabral (1992) destaca a reprodução natural do rebanho, os baixos custos de produção e a capacidade de locomoção dos animais, que podiam percorrer diversos quilômetros interligando o território brasileiro, com suas boiadas e rebanhos. E, “[...] a forma de pagamento, que se baseava no sistema de partilha, permitindo a ascensão do vaqueiro à categoria de fazendeiros, também favoreceu o crescimento do pastoreio” (CABRAL, 1992, p. 105-106).

Um ponto importante a ser destacado é que nem sempre essa locomoção ocorria de maneira tranquila; ela era mediada por conflitos com moradores locais (camponeses, posseiros, trabalhadores rurais, dentre outros) e, em especial, pelos povos originários. Sobre essa situação, Cabral (1992, p. 119, grifos no original) afirma que “a expansão da pecuária pelo alto sertão maranhense foi um movimento caracterizado pela violência. As verdes campinas cobiçadas pelos criadores eram o **habitat** de numerosas tribos indígenas que opuseram toda a resistência possível a conquista e ocupação”. Cabe elucidar que:

O devassamento do Parnaíba foi um trampolim para a penetração pelos amplos campos sul-maranhenses que representavam um convite à expansão da pecuária extensiva e itinerante. Bastava ultrapassar o rio e disputá-las com os indígenas, para tê-las à mão. E vaqueiros e rebanhos atravessaram-no e, partir das primeiras décadas do século XVIII, adentraram por esses vastos pastos naturais, atingindo, no limiar do século XIX, o rio Tocantins, limite natural do Maranhão com Goiás, em sua grande mobilidade, ocupou também os sertões do norte Goiano, hoje tocantino (CABRAL, 1992, p. 105).

Nesse momento (sec. XIX), além da expansão das atividades agropastoris, no território goiano, já havia sido modificadas na Amazônia as relações econômicas: o indígena já não era escravizado, apesar de continuar tendo sua mão de obra explorada; o tráfico negreiro

havia cessado, e a economia não mais girava somente em torno das drogas do sertão, pois havia sido descobertas as seringueiras, na região brasileira. Dava-se, então, início ao ciclo da borracha que durou até a primeira metade do século XX, com momentos de maior ascensão e crises. O território tocantinense não sofreu maiores influências desse momento, pois a faixa de seringais localizava-se mais ao norte da região amazônica, na faixa de terras, segundo Loureiro (1992) que vai do Pará ao Acre.

Em meados do século XVIII e início do XIX, os europeus iniciaram a exploração das seringueiras (*Hevea Brasiliensis*) nativas na Amazônia, localizadas especialmente na faixa de terra que vai do Pará ao Acre (LOUREIRO, 1992). Cabe contextualizar, que na época, o látex dessa árvore já era extraído de maneira artesanal pelos povos originários: um conhecimento repassado entre as gerações, e que, inclusive, ajudou os europeus a melhorarem suas técnicas de extração da borracha. Paralelamente a esse momento, a Europa e os Estados Unidos enfrentavam dificuldades técnicas em relação à produção de borracha, pois a seringueira não se adaptou muito bem ao clima local. Diante dessa situação, a Revolução Industrial abriu possibilidades de comercialização da borracha produzida na região amazônica.

A produção da borracha foi um elemento que contribuiu diretamente para o crescimento demográfico na região e para o processo de migração, sobretudo de migrantes nordestinos que iam trabalhar nas casas de aviamento, em condições insalubres e com uma remuneração muito aquém do justo (CARDOSO, MULLER, 1978). Portanto, a descoberta da borracha provocou um fluxo maior de povoamento na região amazônica. Ademais, Cardoso e Muller (1978) e Porto-Gonçalves (2005) afirmam que muitos nordestinos, em sua maioria oriundos dos sertões do Ceará e do Rio Grande do Norte, migraram para a região, impulsionados pelo sonho de uma vida melhor, para trabalhar na extração da borracha ou até mesmo fugindo das secas que assolavam o sertão nordestino. A estimativa é que durante 1860 e 1912 tenham migrado de 300.000 a 500.000 nordestinos para trabalhar na extração da borracha (PORTO-GONÇALVES, 2005).

As condições de trabalho dos seringueiros eram insalubres, a exploração da força de trabalho se dava, na maioria das vezes, de maneira análoga à escravidão e, por isso, muitos trabalhadores acabavam adoecendo e morrendo. Cardoso e Muller (1978) pontuam que os trabalhadores abriam caminho em meio a vegetação nativa para chegar até os seringais, correndo risco de serem atacados por animais ferozes. As ferramentas de trabalho usadas na extração do látex eram rudimentares: basicamente usavam um facão, um pequeno machado para abrir algumas linhas no tronco da árvore para que os vasos produtores do látex ficassem expostos e começassem a liberar o produto.

É importante esclarecer que a produção da borracha na região teve dois momentos principais: de 1879-1912 e de 1942-1945. Todavia, no entremeio desses dois ciclos, a borracha não deixou de ser produzida no Brasil. Loureiro (1992) adverte que ela passou a ser comercializada internamente e depois entra em crise de forma mais incisiva. Porto-Gonçalves (2005) destaca que uma das possibilidades que contribuiu para que a produção perdurasse até 1945, foi que muitos dos seringais abandonados pelos antigos patrões/seringalistas passaram a ser administrados pelos gerentes das casas de aviamento, que assumiram os seringais e as dívidas acumuladas. Ao assumir os seringais, os novos donos foram autorizados pelo Estado a praticar também agricultura.

Paralelo ao segundo momento do ciclo da borracha na região amazônica, iniciam-se as atividades com os castanhais, conhecido como Ciclo da Castanha. Nesse caso:

A exploração da castanha-do-pará e sua maior aceitação no mercado externo se desenvolveram na sombra da expansão da borracha. As duas atividades eram complementares e uma não impedia a outra, uma vez que eram realizadas em épocas diferentes do ano, sendo a castanha na estação das chuvas ou “inverno” e a borracha na estação seca ou “verão”. Dois produtos derivados da castanha, o óleo e a estopa, figuravam na pauta de produtos comercializados na praça de Belém, embora em escala muito reduzida. (ALMEIDA, 2016, p. 11)

No olhar de Almeida (2016), a partir da década de 1920, a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) passou a ocupar uma posição de destaque entre os produtos exportados para o exterior, boa parte da castanha exportada era proveniente do estado do Pará. Muitas famílias tradicionais, segundo o pesquisador, se sustentavam a partir dessa atividade econômica, que tinha como característica o extrativismo vegetal por meio da coleta da castanha.

A produção de castanha-do-pará era enviada para os centros comerciais de Manaus e Belém, pelos “aviadores” (comerciantes que compravam o produto direto dos barracões no castanhal onde foi coletado). “Os aviadores adquiriam a castanha dos produtores ou donos dos castanhais (patrões) no interior e, também, forneciam aos mesmos as mercadorias que seriam vendidas aos castanheiros (coletores)” (ALMEIDA, 2016, p. 17). Nesse contexto, o autor esclarece que:

[...] a primeira metade do século XX marcou a consolidação dessa atividade econômica, enquanto alternativa de sustento para muitas das populações tradicionais da Amazônia. Com a crise da goma elástica, toda a organização mercantil surgida em função da borracha foi deslocada para a extração da castanha, como ocorreu no Médio Tocantins paraense no final da década de 1920. A exploração da castanha-do-pará também herdou do antigo extrativismo de coleta a forma de arregimentação e controle da mão de obra pelos patrões, o conhecido aviamento.

Quem financiava os plantadores de castanha da região amazônica era especialmente o Banco do Brasil, e parte da produção era dada como garantia da dívida (VALVERDE; DIAS,

1965-1966). Ainda segundo os autores, geralmente, a produção ia para Belém pelo rio Tocantins; as estradas eram usadas somente em alguns trechos, sendo as vias fluviais o principal meio de interligação do território na época. Essa configuração muda sobretudo, na segunda metade do século XX, com a abertura de rodovia interligando todo o território nacional, dentre elas, a rodovia Belém Brasília. A castanha-do-pará extrapolou a escala local de comercialização e alcançou também o mercado europeu, conforme mostra Almeida (2015, p. 82):

Em 1930, praticamente toda a castanha do Pará descascada que entrou no mercado norte-americano era proveniente do Brasil. Até essa época a castanha sem casca consumida nos Estados Unidos era beneficiada lá mesmo ou vinha da Inglaterra. A partir do final da década de 1920, tornou-se mais barato importar o produto beneficiado do Brasil do que adquirir o mesmo por outras formas. Os custos menores do beneficiamento feito na Inglaterra tinham resultado na entrada de grandes quantidades de castanhas descascadas no mercado norte-americano e a indústria local de beneficiamento estava sendo colocada fora do mercado em função disso.

Portanto, os castanhais faziam parte de um comércio local-global e representavam a sobrevivência para muitos moradores da floresta que retiravam seu sustento a partir da coleta e venda do produto. A coleta do fruto era feita manualmente, em um trabalho que requer agilidade e cautela, pois a árvore é alta, e acidentes poderiam ocorrer. Haja vista que:

O fruto da castanheira é o ouriço, que quando maduro, cai da copa das árvores, sendo a coleta feita no solo. A altura da castanheira, que chega a alcançar 50 metros, impede que o fruto seja retirado diretamente da árvore. O ouriço é semelhante ao coco e dentro do mesmo é que são encontradas as sementes ou castanhas propriamente ditas, cujo número se situa entre 10 a 25 unidades. A coleta nas matas ocorre durante o primeiro semestre de cada ano, até aproximadamente o mês de maio. A maior parte da produção é obtida da extração na floresta, embora existam experimentos de cultivo em andamento em algumas áreas da Amazônia (ALMEIDA, 2016, p. 5).

Além da comercialização do ouriço da castanha, o fruto e seus derivados (óleo, leite vegetal) era utilizado na alimentação da população local. Muitos coletadores comercializavam o fruto diretamente nos barracões dos seringalistas; a venda da produção podia ser recebida em dinheiro em espécie, alimentos ou ferramentas de trabalho (LOUREIRO, 1992).

De acordo com Loureiro (1992), boa parte dos castanhais derrubados deu espaço para as fazendas criadoras de gado, e para o abastecimento de um mercado ilícito de madeira. Além da modificação da paisagem, ocorreram novos rearranjos territoriais para atender às demandas do capital, modificando os modos de vida da comunidade local e intensificando conflitos na região. Grande parte das mudanças territoriais ocorridas na Amazônia brasileira foram alicerçadas e apoiadas pelo Estado, especialmente após 1950, com a criação da Amazônia Legal e a implantação de políticas e projetos de ocupação econômica na região.

De acordo com Loureiro (1992), após o anúncio da abertura da rodovia Belém-Brasília, muitos empresários brasileiros e estrangeiros começaram a adquirir terras na Amazônia. Isso despertou uma preocupação dos empresários regionais em perder os castanhais. Estes conseguiram, então, do governo estadual do Pará um documento chamado “aforamento perpétuo”, onde o governo continuava sendo o dono das terras, mas autorizava a exploração de tudo que nela havia. No final das contas, os foreiros (indivíduo que recebia a concessão), que se tornaram os donos da terra, não preservaram os castanhais e exploraram cada vez mais os coletores, derrubaram muitos castanhais e os vendiam para madeireiras. Além do mais, fizeram roças e abriram pastagens para criação do gado, destruindo muitos castanhais.

Vale pontuar que devido o declínio da borracha, e mesmo com a introdução do ciclo da castanha na região amazônica, foram emergindo, no território, novas formas de atividade econômicas, como por exemplo, o extrativismo florestal e mineral. Paralelamente a essa situação, formaram-se, na região, núcleos agropecuários, configurando-se como uma área de expansão da fronteira agrícola. Essa, por sua vez, segundo Muller (1983, p. 658), em suas leituras e interpretações da obra de Sawyer, “[...] define a fronteira agrícola como área potencial, como espaço que oferece condições à expansão de atividades relacionadas à agropecuária. É o potencial para estas que delimita o espaço que pode ser considerado fronteira”.

A fronteira agrícola vem se configurando, sobretudo pós-1950, e tem seu bojo na expansão do capital e na intensificação dos conflitos sociais no campo (MACHADO (1992); SILVA (2007)). Sua expansão ocorreu articulada com apoio do Estado ao fomentar o processo migratório e fornecer condições técnicas, logística e incentivos fiscais para atender capitalistas nacionais e estrangeiros que quisessem investir na região. Cenário esse exposto e analisado também por Becker (1990), ao contextualizar que os interesses capitalistas para a região evidenciavam direta ou indiretamente os interesses políticos e geopolíticos sobre as riquezas mineiras e naturais da Amazônia Legal.

Um ponto importante que evidencia a articulação entre o Estado e o capital é também a criação da região denominada de Amazônia Legal, em 1953, por intermédio da Superintendia do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), no governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), para fins de ordenamento territorial. Trata-se de uma região de expansão da frente pioneira com todos seus atores aliados ao capital (Estado, latifundiários, empresários nacionais e estrangeiros) donos dos meios de produção que, ao adentrarem no território, desterritorializam sujeitos e produzem novas territorialidades para atender a suas demandas. Além disso, geram os conflitos, muitos com uso de violência (física

e psicológica) e mortes em decorrência da luta pela terra, dentre os quais podemos citar o massacre² em Eldorado do Carajás, no Pará, e a morte de lideranças que lutavam a favor dos povos do campo, como, por exemplo, Chico Mendes e Padre Jósimo.

O território capitalista é caracterizado, segundo Martins (2009), pela contradição, desigualdade, medo, escravidão, morte e muitos conflitos sociais. Ele foi construído ao longo do tempo, conforme mostram Oliveira (2007) e Martins (2009), pela violência e expulsão dos povos originários do seu território. Cabe elucidar que:

A constituição do território capitalista no Brasil foi, portanto, produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural indígena foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos “filhos do sol” ou da “lua”, em busca da manutenção de seu território invadido. A marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelo espaço e tempo distintos e pelos territórios destruídos/reconstruídos (OLIVEIRA, 1997.p. 154).

Enquanto o indígena ver o território como dimensão da própria vida, o capitalista o ver como reserva de valor, como um meio de aumentar seu capital. São duas frentes que se inter-relacionam: uma do “lado de cá” (do sistema inverso ao capitalismo, baseado em uma econômica de subsistência, do trabalho coletivo, do respeito mútuo, e de uma relação sustentável com a natureza), e “do outro lado”, o “estranho”, que chega com suas “parafernálias” tecnológicas “vestido” de um discurso desenvolvimentista, e que ver esse território como possibilidade de expansão da fronteira agrícola que tem, dentre suas atividades econômicas, a soja, o eucalipto e o gado, no caso das Regiões Imediatas de Araguaína, Araguatins, Colinas, Tocantinópolis as quais compõem o Norte do Tocantins.

A luta dos povos originários traz à tona as desigualdades sociais presentes na organização fundiária brasileira, que tem como principal característica a concentração de terras nas mãos de uma minoria capitalista (OLIVEIRA, 2007; MARTINS, 2009). Sendo o Brasil um país que tem como modo de produção o capitalismo, entender sua dinâmica a partir da ótica do

² O episódio sangrento, ocorrido no local conhecido como “curva do S”, próximo a área de Eldorado, no Pará, vitimou 21 trabalhadores rurais sem-terra: 19 durante o ataque e mais dois no hospital, que foram encurralados e vitimados por cerca de 150 policiais militares do estado. Na ocasião, aproximadamente 1,5 mil sem-terra marchavam pela BR-155, reivindicando a regularização fundiária da Fazenda Macaxeira, quando foram cercados por dois batalhões de PMs: uma tropa de Marabá e outra de Parauapebas, e executados sem chance de defesa. O latifúndio improdutivo havia sido ocupado por mais de 3 mil famílias, que buscavam terras para plantar e viver. Contudo, o laudo emitido pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) atuava em prol do pretenso proprietário da área, causando indignação dos camponeses que ali estavam. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/massacres/6000-26-anos-do-massacre-de-eldorado-dos-carajas-assassinatos-de-sem-terras-disparam-e-impunidade-permanece>. Acesso em: 13 mar. 2022.

materialismo histórico-dialético é necessário, até mesmo para entender a dinâmica da formação territorial tocantinense, bem como a expansão da fronteira agrícola nesse território que ocorre de maneira antagônica, gerando riqueza e acentuando as desigualdades sociais entre os diferentes grupos sociais que compõem o campesinato regional.

O território que hoje compõe o estado do Tocantins foi modificado ao longo do tempo, e alguns elementos contribuíram diretamente nessa reorganização territorial, como por exemplo, as primeiras expedições ocorridas no fim do século XVI, cujo objetivo era capturar indígenas e explorar o território à procura de ouro e metais preciosos (ASSIS, 2009). O Ciclo do Ouro, iniciado com a descoberta aurífera, no fim do século XVII, no território que compreende, atualmente, o município de Natividade-TO (BESSA, 2013). A chegada das atividades agropastoris, no fim do século XVIII e início do XIX, resultou na expansão da pecuária na região e na produção de alimentos básicos da alimentação regional (arroz, feijão, fava, criação de pequenos animais como aves e porcos) (BECKER, 2013); ou ainda na abertura da Rodovia Belém Brasília que reordena literalmente o território, que tinha, até então, os rios, como principal meio de interligação territorial (BRITO, 2016).

Essas modificações contribuem para a elaboração de uma leitura sobre a frente pioneira que se expandiu no Tocantins, desde o período colonial, na figura de diferentes atores ligados ao capital. Essa frente pioneira, que se expande no território tendo como elemento o minério e a expansão da pecuária, é a expressão do território capitalista, contraditório, desigual e combinado. Nesse momento, a imposição do modo ocidental era imposta às comunidades indígenas que habitavam o território. Ambos viviam em momentos históricos diferentes (MARTINS, 2009). A compreensão da dimensão do tempo, nesse caso, pode ser entendida a partir da leitura de Norbert (1998, p. 38), ao afirmar que:

[...] a palavra ‘tempo’, [...] designa simbolicamente a relação que um grupo humano, ou qualquer grupo de seres vivos dotado de uma capacidade biológica de memória e de síntese, estabelece entre dois ou mais processos, um dos quais é padronizado para servir aos outros como referência e padrão de medida.

Portanto, no entendimento de Norbert (1998), tempo é a medida que um grupo social estabelece entre processos. Para entender essa lógica, o autor usa o exemplo das marés, o pôr do sol, as fases da lua, que são enquadrados a partir da cronologia do tempo humano. Nesse caso, “os relógios não são outra coisa senão “contínuos evolutivos” processos físicos dotados de um desenrolar contínuo, elaborados pelo homem e padronizados em algumas sociedades para servir de quadro de referência e escala de medida a outros processos de caráter social ou físico” (NORBERT, 1998, p. 40).

Ao olhar para o tempo e as diferentes temporalidades históricas retratadas por Martins (2009), nos espaços fronteiriços, entendemos que o tempo do indígena é diferente do tempo do capitalista, assim como a forma de se relacionar com a natureza também é distinta. Desse modo, o espaço fronteiriço é contraditório e conflituoso, pois nele encontram-se pessoas com objetivos e interesses distintos.

2.2. A fronteira na aparência dos conceitos

Estudiosos da ciência geográfica e de outras ciências têm se dedicado a temática fronteira em diversas pesquisas pelo território brasileiro, em especial na Amazônia Legal, criada em 1953, pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), com apoio do Estado. O Tocantins é um dos nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°)) que compõem a referida região, criada estrategicamente para direcionar a ação do Estado na região Amazônica, segundo Becker (1982), Costa (1988), Machado (1992) e Porto-Gonçalves (2005). Na Amazônia Legal, o Tocantins Localiza-se na Amazônia Oriental (Mapa 4), juntamente com os estados de Amapá, Maranhão e Pará.

Mapa 4 – Sub-regiões da Amazônia Legal

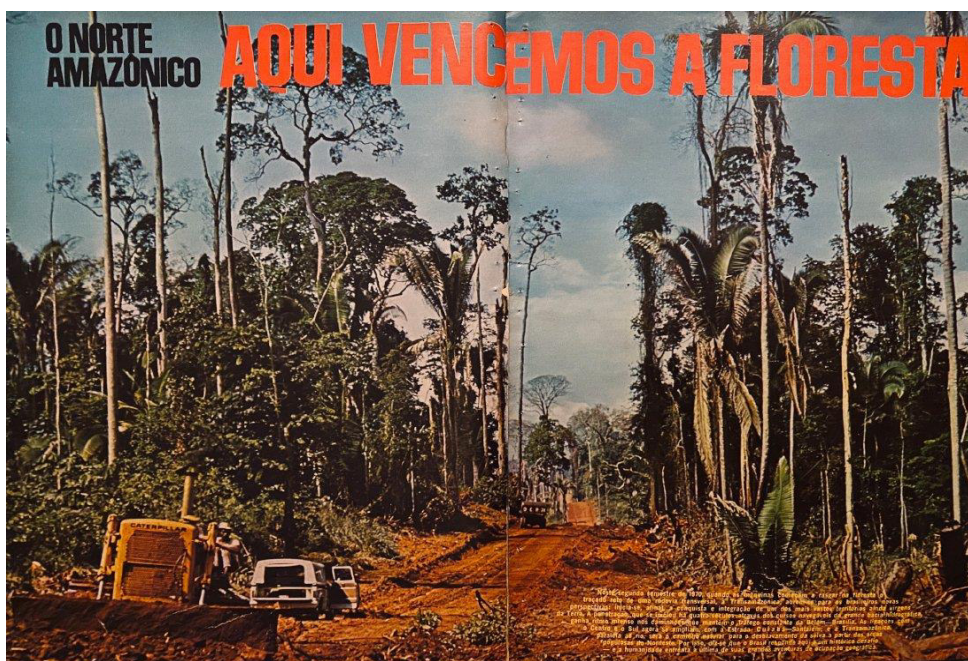


Fonte: Brito (2009, p. 30).

A Amazônia Legal compõe uma região de interesse econômico nacional e internacional; e sobretudo, na segunda metade do século XX, seu território foi apropriado e reordenado para atender as demandas do capital (OLIVEIRA, 1991, 2016). Houve uma abertura política da região para a entrada do capital internacional, com apoio do Estado, seja ao facilitar a entrada de empresas monopolistas na região, com inserções de impostos ou ao promover políticas de base, dando condições técnica e logísticas para que tais empresas investissem na região (BECKER, 1982).

De acordo com Becker (1982), dentre os mecanismos implementados pelo Estado, para que houvesse um fluxo maior de migração e investimentos na região amazônica, ocorreu a abertura de rodovias proporcionando a interligação por vias terrestres na região, chamada pela geógrafa, de integração física (Figura 11). Aconteceu, também, a integração psicossocial, com destaque para a influência ideológica do Estado por meio de propagandas, fortalecimento das redes de telecomunicações, levando os valores do centro do país para a periferia e a força política, atuando diretamente no processo de ocupação e reorganização do território.

Figura 11 – Edição especial da revista Manchete, lançada em outubro de 1970: Conquista da floresta viabilizada pela abertura da rodovia Transamazônica



Fonte: Folha de São Paulo. Acervo: Ricardo Cardim. Outubro de 2022

A abertura de rodovias na Amazônia Legal mostra a aliança entre capital e Estado, ao passo que investiu/investe na infraestrutura para que empresas adentrem no território. No contexto da segunda metade do século XX, Oliveira (1991) é firme ao afirmar que o discurso defendido pelo Estado para justificar a abertura da região para a entrada do capital internacional

se dava por meio da ideia de “integrar para não entregar”. Todavia, o objetivo era outro: incentiva-se o processo migratório para a região, com o propósito de apropriar o território e reordená-lo de acordo com os interesses capitalistas, com o discurso dos espaços vazios.

Segundo Machado (1992), a “tese dos espaços vazios” se dava em torno da justificativa que não havia população na região, ou que o quantitativo era pouco para a extensão territorial. Porém, não levaram em consideração as populações locais que já viviam há várias gerações no território, com suas territorialidades e modos de vida. A territorialidade diz respeito à própria gestão do território, suas relações cotidianas, sociais, econômicas, políticas e culturais, suas funções e objetos espaciais (SOUZA, 1999). Ademais, está ligada diretamente aos diferentes usos e apropriação do território.

Na concepção de Raffestin (1993), a territorialidade é multidimensional, refletindo o vivido territorial pelos membros de uma coletividade social, definida como um conjunto de relações que se originam da tríade sociedade-espaco-tempo, com a finalidade de buscar a autonomia associada aos recursos de um sistema. Já para Saquet (2009, p. 87), “[...] a territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades”.

Quando se incentiva o processo migratório na Amazônia Legal e o Estado aliado ao capital subsidia sua expansão no território, as comunidades locais (índigenas, posseiros, quilombolas, ribeirinhos, posseiros) e todos os povos do campo em suas territorialidades são diretamente afetados e o conflito paulatinamente instala-se. Ocorre que o capitalismo, com seu modo de produção contraditório, desigual e combinado adentra e espolia tudo e todos que encontra pela frente, mesmo que isso signifique a morte de pessoas e a destruição da natureza. Pois, e “[...] a tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz.” (MARTINS, 1988, p. 160).

Essa situação é retrata por Martins (1980) e Oliveira (1992), ao falarem da contradição presente na organização agrária brasileira, ao evidenciarem que sua principal característica é justamente a concentração fundiária na mão de uma minoria capitalista e a intensificação da desigualdade social nos diferentes grupos sociais que compõem o campesinato e retiram seu sustento da terra de trabalho. A região amazônica tem uma realidade diversa, complexa e contraditória, pois ao passo que na segunda metade do século XX houve fortes incentivos de ocupação na região por meio das políticas de ocupação, e aumento paulatino de pastagens, e plantios de soja em grandes extensões, o conflito e a morte no campo também se acentuaram.

Martins (2009), ao ver na fronteira o desdobramento da teoria da expansão territorial do capital, revela como principal característica o conflito social e a expansão capitalista que reordenam o território, resultando em diferentes territorialidades, a qual esta tese usa para entender e explicar a realidade encontrada na área de estudo (Norte do Tocantins), no século XXI, a partir da expansão da fronteira agrícola, especialmente por meio das produções de soja e eucalipto. Essa situação é geradora e intensificadora de conflitos sociais pela terra e território, e antagonicamente de resistências camponesas. Ou seja, pela fronteira do humano.

A Amazônia Legal, e conseqüentemente o Tocantins são espaços fronteiriços em que o agronegócio tem chegado de maneira intensiva. Esse é o caso da área de estudo, sobretudo no século XXI, quando se pensa em monopolização do território. E, como Martins (2009) pontua de maneira clara, a fronteira é também uma continuidade da própria expansão capitalista. Em suas palavras:

A teoria da fronteira é [...] basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital. Novos terrenos são ocupados de modo capitalista quando é possível extrair deles a renda capitalista da terra, ao menos a renda absoluta, isto é, quando é possível embutir nos preços dos produtos nela cultivados, além da renda territorial, a taxa média de lucro do capital. [...] (MARTINS, 2009, p. 157).

Para se chegar a uma visão heterogênea da fronteira, inclusive para entendê-la como uma dimensão do capital, pesquisadores brasileiros e estrangeiros dedicaram-se a estudá-la para além de um limite fixo entre países, estados e municípios, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Definições sobre o conceito de fronteira

Autor	Algumas definições e pontos de vista sobre conceito de “fronteira”
Friedrich Ratzel	As fronteiras são o órgão periférico do Estado, destacando-se duas características: fronteira como zona – as cidades – e fronteira como linha – traçado geodésico. Linhas e zonas são limites.
Rudolf Kjellén	As fronteiras são a epiderme dos Estados.
Jacques Ancel	As fronteiras são isóbaras políticas, ou seja, linhas permanentes de tensão entre dois campos de força.
Jean Gottmann	Afirma que o mundo não é uma “bola de bilhar”, sem fronteiras, porque o território é o “abrigo de um povo”, por isso a importância das fronteiras delimitando regimes políticos distintos.
Everardo Backheuser	Tomando as ideias de Ancel e de Backheuser, elabora uma “equação de pressão de fronteira” (Supan já havia proposto uma fórmula parecida), por considerar a fronteira como construção geopolítica dos Estados.
Karl Haushofer	A fronteira é a região da expansão. Um povo deve adquirir o “sentido” da fronteira, “esse precioso fator espiritual que mantém a vida”. A fronteira não corresponderia à linha geométrica do direito internacional.
Hildebert Isnard	As fronteiras são a cristalização dos limites da organização do espaço realizado por distintos projetos políticos, inclusive projetos não estatais.
Michel Foucher	“A fronteira é uma descontinuidade geopolítica, com funções de delimitação real, simbólica e imaginária”. Considera as fronteiras segundo diádes, bem como a existência de fronteiras internas.
Claude Raffestin	A fronteira é zona camuflada em linha. As divisões político-administrativas são encaradas também como fronteiras (fronteiras internas), porque elas seriam a

	armadura de sustentação e de vitalidade da fronteira externa. Zonas e linhas fariam parte de um sistema de limites.
Lia Osorio Machado	A fronteira é um espaço que viabiliza o novo (formas de ocupação e usos da terra) medida pela ação do Estado e do setor privado.
Bertha K. Becker	A fronteira não é um acontecimento isolado, é um espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado, definido em relação a sua estrutura e potencialidade de recursos. Em uma perspectiva espaço-temporal, a fronteira pode ser definida não totalmente estruturada capaz de gerar novas realidades. Uma fronteira móvel.
Carlos Alberto da Silva Franco	A fronteira é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista. É reflexo da sociedade e também uma dinâmica interna própria assentada principalmente nas relações capitalistas.

Fonte: Cataia (2008); Martins (2009); Becker (1990); Machado (1992); Ferrari (2014). Adaptado pela autora (2023).

Existem diferentes olhares e formas de compreender a fronteira, dependendo do objetivo, da ideologia e do arcabouço teórico metodológico escolhido pelo pesquisador. De acordo com Ferrari (2014), o conceito de fronteira se modificou ao longo do tempo, à medida que as sociedades também evoluíram e sofreram alterações tecnológicas, políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas. A palavra fronteira passou a ser mais utilizada a partir do século XIV, na França, sendo originada, inicialmente, como adjetivo feminino do substantivo *front* e *frontière*, pelos militares, que iam até o *front* defender seus territórios.

Ferrari (2014) e Albuquerque (2010) afirmam que, em um primeiro momento, o *front* e o *frontière* assumiram funções estritamente militares: uma espacial (frente entre duas organizações) a outra como linha de defesa marcada pela construção de casas (fortificações) equipadas militarmente. O *front* relaciona-se diretamente à conquista territorial e estabelecimento de limites (ALBUQUERQUE, 2010). Nas sociedades primitivas e tradicionais, a ideia de fronteira enquanto limite territorial já ocorria, mesmo que de maneira figurada. “Na crença de certos grupos, a fronteira era denominada por forças mágicas, lugar de oferendas às divindades protetoras do grupo, e também lugar da expulsão de males do seio de alguma tribo ou comunidade [...]” (FERRARI, 2014, p. 5).

Segundo Ferrari (2014), na pré-história, a fronteira era vista de maneira simbólica, pois, ainda não havia uma separação entre sociedade particular e pública, e o uso da terra se dava de maneira coletiva por todos os componentes de um mesmo grupo tribal, os quais estavam sempre em movimento, à procura de meios (alimentos, moradia) que garantissem sua sobrevivência. Apesar de a terra ser usada coletivamente por um grupo, havia conflitos, segundo a autora, pois, eles a defendiam de outros grupos que tentassem usá-la.

Na Grécia, no período clássico, inicia-se um entendimento diferente sobre a fronteira: “[...] passando de um espaço religioso diferenciado e hierarquizado a um espaço homogêneo do tipo geométrico” (FERRARI, 2014, p. 8). Com isso, a fronteira passa de uma

compreensão mística, religiosa, para uma concepção mais político-administrativo. No período renascentista, com o avançar de várias ciências, como matemática, astronomia e a geografia, a fronteira passa a ser vista também como um instrumento de poder. Nesse caso:

[...] é graças ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da cartográfica moderna surgida no Renascimento, que as fronteiras seriam representadas e projetadas por meio de traçados precisos entre duas soberanias; é a fase da representação da fronteira por meio da linearização. Assim com o avanço das ciências e com o Estado moderno, o conceito de fronteira tende a ser associado ao limite político territorial, sendo caracterizada como “fronteira linear” (FERRARI, 2014, p. 9-10).

O debate contemporâneo sobre a fronteira emergiu na Europa enquanto limite político territorial. Por outro lado, nos Estados Unidos da América, surgia o conceito de fronteira móvel, pautada nos estudos de Frederick J. Turner, ao pesquisar e desenvolver sua tese de Doutorado sob o oeste americano. Seus estudos, ao ver de Albuquerque (2010, p. 279-280) resultaram em um novo significado de fronteira, “[...] vista agora como frente de expansão dos pioneiros que passaram a ocupar os ‘espaços vazios’ do território nacional na famosa Marcha para o Oeste”. Sua teoria influenciou pesquisadores por todo continente, inclusive brasileiros (sociólogos e geógrafos).

A mudança na compreensão da fronteira, ao longo tempo, leva à reflexão entorno da diferenciação de limite e fronteira, necessária também para entender a opção por tal conceito, nesta tese. Para Machado (1998), limite é uma palavra originalmente criada para indicar o fim da ligação interna de uma unidade político-territorial. Concepção essa reforçada pelo conceito contemporâneo de Estado, em que a soberania é assegurada pelo governo central que exerce controle sobre o território por meio de diversos mecanismos (força física, formulação de normas institucionais e estruturação de sistema de comunicação própria – língua, educação etc.).

No entendimento de Machado (1998), o limite simula linhas abstratas instaladas política e burocraticamente, cuja função é resguardar internamente um determinado território. Nesse mesmo viés de pensamento, Hissa (2006, p. 35) entende o limite como “sinal de contato entre dois ou mais territórios; linha ou faixa que estabelece passagem para dois ou mais campos de natureza supostamente distinta; zona de transição entre domínios ou propriedades”. Nesse caso, o limite é algo que estimula a ideia de distância e separação. A partir da leitura de ambos pesquisadores, percebemos que o limite, em relação à fronteira, tem uma conotação política mais explícita. Diferenciando limite de fronteira, Machado (1998, p. 42) explica que:

A fronteira está orientada para fora (forças centrífugas), enquanto os limites estão voltados para dentro (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do Estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono.

É comum haver uma confusão entre o conceito de fronteira e a noção de limite. Todavia, é preciso entender que tal conceito se modificou, e é necessário, segundo Moodie (1965), fazer uma distinção conceitual entre fronteira e limite, pois:

Esta diferenciação no significado da palavra “fronteira” e “limite” ajuda a esclarecer muita das dificuldades ligadas à relação que surge da justaposição dos Estados. Sempre existiram as fronteiras e somente quando tentam definir as regiões é que os geógrafos entram no pleno conhecimento dos problemas decorrentes de sua existência. Sempre possuíram extensão espacial, sempre ocuparam partes da superfície do globo, mas em virtude de sua natureza transitória vem exigindo definição correta (MOODIE, 1965, p. 85).

Os limites, ao ver de Moodie (1965), têm basicamente a função de caracterizar dimensões do território de cada Estado, é/ou país e cidade. Por outro lado, a fronteira marca uma zona de integração e articulação, especialmente em decorrência da globalização e da aliança em blocos econômicos. Nesse debate, Haesbaert (2016) elucida que os limites são componentes indissociáveis das fronteiras, em especial, quando elas são definidas com uma conotação política. Dessa forma, “[...] o limite trabalha obrigatoriamente com alguma ideia de fixação, a fronteira envolve, sobretudo, a concepção de movimento e transformação do espaço” (HAESBAERT, 2016, p. 11).

No debate sobre fronteira e limite, Hissa (2006) contribui diretamente na diferenciação ao esclarecer que:

Fronteira e limites, em princípio, fornecem imagens conceituais equivalentes. Entretanto aproximações e distanciamentos podem ser percebidos entre fronteiras e limites. Focaliza-se o limite: ele parece consistir de uma linha abstrata, fina o suficiente para ser incorporada pela fronteira. A fronteira, por sua vez, parece ser feita de um espaço, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária e divide territórios. Fronteiras e limites ainda parecem dar-se as costas. A fronteira coloca-se à frente (front), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite, visto do território, está voltado para dentro, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, está voltada para fora como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. Entretanto, a linha que separa os conceitos é espaço vago e abstrato (HISSA, 2006, p. 34).

Haesbaert (2016), ao refletir sobre a obra de Martins (2009), “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano”, conclui que:

Se a fronteira pode representar uma espécie de dianteira que nos impulsiona para a frente, no rumo do novo, convocando-nos a transpor limites, nada garante que esse novo e que essa transposição seja apenas ou sobretudo positiva. Ao invés de apenas “frente” ou “início”, ela inclui também um fim – ou, pelo menos, um “com-fim” onde o mesmo e o Outro acabam, inexoravelmente, se encontrando – ou se desencontrando,

como destaca Martins. É nesse duplo sentido de “front”, enquanto espaço de luta, do avanço e da inovação e ao mesmo tempo da contenção, da retenção e da permanência – e, assim, também do conflito, como enfatiza Martins – que encontramos a “verdadeira” fronteira – e os limites da fronteira (HAESBAERT, 2016, P. 11).

Portanto, os estudos e percepções sobre a fronteira já não são os mesmos que outrora e evidenciam diferentes entendimentos acerca do conceito. Aquela fronteira que inicialmente era vista como assunto exclusivo de interesse militar (FERRARI, 2014); (ALBUQUERQUE, 2010) foi ultrapassada e abrange, na contemporaneidade, uma infinidade de olhares e percepções, podendo estudar as relações sociais, comerciais, políticas-econômicas, comunitárias e culturais, seja na cidade ou no campo em diferentes escalas.

No livro “Fronteiras e Nações”, Martin (1992) evidencia que a palavra fronteira foi associada historicamente a ideia de conflito, guerra e repressão. Situação a resultar em mobilização social, culminando na formação de novas territorialidades, haja vista que uma região fronteira é marcada pelas relações estabelecidas pela sociedade, seja ao reproduzirem suas práticas econômicas, sociais e culturais entre povos de diferentes esferas sociais.

Se o conflito é uma dimensão presente na fronteira, não se pode deixar de fora o olhar cuidadoso e crítico do sociólogo José de Souza Martins (2009), que discute a origem da atual leitura de fronteira a partir de duas designações clássicas: a frente de expansão e a frente pioneira. A frente pioneira (zona pioneira), pensada por geógrafos na década de 1940, fala da reprodução ampliada do capital e da conversão da terra em mercadoria. Ela é observada a partir da ótica do empreendedor, tendo como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e a implantação de instituições jurídicas e políticas no território.

A frente pioneira pode ser entendida como uma situação espacial e social que convida e induz à modernização, a formulação de novas concepções de vida e de mudança social. Todavia, é importante pontuar que o território é visto assim pelos de fora, por capitalistas, por sujeitos que veem nele a possibilidade de aumentar seu capital. Para os do lugar, é sua morada, é onde há suas memórias afetivas e relações familiares, como bem relatou uma camponesa, a senhora Marcia³:

Aqui chegaram esses sojero, não respeita nada, não respeita a nossa história, as nossas lembranças. Eu crie meus filhos aqui, hoje ajudo criar meus netos. Eu passava muito tempo aqui na beira desse rio Tocantins, olhando o sol sumir e minhas crianças brincando ali na água. Meu falecido marido, chegava do trabalho, ele era pescador e mexia com roça, colocava os peixes na bacia e fazia uma fogueira para assar os peixes. Juntavas os filhos e a gente ficava lá comendo peixe e tendo um momento juntos,

³ Nome fictício em homenagem à Márcia Nunes Lisboa, ambientalista ativista assassinada 06/01/2022, em São Félix do Xingu, no estado do Pará.

porque no dia a gente trabalhava muito no sol. Hoje eu vivo em constante medo, porque a qualquer momento eu posso sair daqui, porque esse povo que nunca nem pisou aqui, fala que a terra é deles. É muito injusto, aqui é o meu lugar. (Entrevista realizada em julho de 2022 em Barra do Ouro-TO)

Já a frente de expansão (utilizada por antropólogos a partir de 1950) é entendida em uma lógica inversa a da reprodução capitalista, levando em consideração todas as populações pobres que praticam uma agricultura de roça no limite do mercado (MARTINS, 2009). Ou seja, ela direciona-se à população que vive à margem do sistema capitalista que tem a terra como meio de sobrevivência e para o sustento da família. Nela, Martins inclui as comunidades indígenas, os camponeses, os castanheiros, os posseiros e os pequenos agricultores.

Para Martins (2009), a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade, é ponto limite de diferentes comunidades, é encontro e desencontro (concepções de vida, visões de mundo, temporalidades históricas) entre os que chegam e os que já estão no lugar. O conflito social é uma de suas principais características; é nela que se encontra o humano no seu limite histórico, é onde se cria o “novo”, uma nova sociabilidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais, em que os sonhos de quem chega podem ser realizados ou não. Para ele:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e moral dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagonista de nós. Quando a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque antropofagicamente nós e o outro que devoramos já nos devorou (MARTINS, 2009, p. 134).

Para Martins (2009, p. 150), “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”, e o que mais a caracteriza é a situação de conflito social. Ela é criada “pela expansão territorial do grande capital e da sociedade civilizada”, sendo constantes os conflitos entre os diferentes grupos sociais (capitalistas, camponeses, povos originários etc.) que ocupam o território e lutam pela permanência nele. Como bem expõe o autor, “[...] a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro” (MARTINS, 1996, p. 27).

Ainda segundo Martins (2009), a última fronteira brasileira é a região amazônica que, inclusive em 1953, foi denominada de Amazônia Legal: uma região estrategicamente pensada e arquitetada para atender, dentre outras coisas, a demanda do capital. Cabe elucidar, que a partir do golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da Ditadura Militar (1964-1985),

essa região passou a ser ocupada de maneira mais intensiva, rápida e violenta, processo que continuou, ainda que atenuado, com a restauração do regime político civil democrático de 1985.

Na verdade, trata-se de um espaço complexo e contraditório onde a expansão da fronteira agrícola, seja na figura do latifundiário, do grileiro, do empresário (inter)nacional ou com apoio do Estado, reorganiza o território e produz novas realidades socioespaciais. A esse respeito, Becker (1982) e Machado (1992) afirmam que o processo de ocupação da Amazônia Legal, na segunda metade do século XX, ocorreu alicerçado pelo Estado, por meio de políticas e programas de ocupação, fornecendo desde incentivos fiscais para que empresas nacionais e multinacionais se instalassem na região, a garantia da logística e infraestrutura, como, por exemplo, a abertura e pavimentação de rodovias por todo Brasil, dentre elas, a Rodovia Belém Brasília e Transamazônica.

Para Costa (1988), um dos equipamentos-chave nessa política de ocupação da Amazônia Legal foi a abertura das rodovias Transamazônica – BR-230 (migração leste para oeste) e Cuiabá-Santarém – BR-163 (migração do sul para o norte). As construções dessas rodovias possibilitaram a integração nacional, colocando a Amazônia em contato direto por vias terrestres com as demais regiões brasileiras. Becker (1982) acrescenta que a criação de uma rede rodoviária que interligue as regiões brasileiras foi elemento primordial para reduzir a distância física e permitir o acesso à região amazônica. Essa integração só foi possível devido às políticas de ocupação implementadas pelo Estado brasileiro. Políticas essas que também contribuíram direta ou indiretamente para o reordenamento territorial, no Norte do Tocantins.

2. 3 Políticas de ocupação na Amazônia Legal e a expansão da fronteira agrícola, no norte do Tocantins

As políticas de ocupação na Amazônia Legal expressam a aliança entre capital e Estado, pois, foi mediada por eles que capitalistas (latifundiários) adentraram na região (sobretudo na segunda metade do século XX) para explorar as riquezas naturais, fortalecer e inserir diferentes atividades econômicas, como a pecuária, as monoculturas com destaque para a soja, e intensificar a exploração de minérios. Cardoso e Muller (1978), ao contextualizar a expansão do modo de produção capitalista na região amazônica, evidencia elementos como, por exemplo, a migração e as relações de trabalho que ocorreram em consequência dessa expansão.

Essas políticas desenvolvimentistas são fruto também de um projeto maior, gestado na década de 1930, quando o então presidente Getúlio Vargas iniciou no Brasil o processo de

industrialização e unificação nacional e paulatinamente o país foi tendo mais pessoas vivendo na cidade do que no campo (OLIVEIRA, 1981). Ao se pensar a região amazônica, em um projeto integracionista nacional, tentava-se implantar um projeto de Estado Nacional Unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista, a qual tendia a ser hegemônica (COSTA, 1989; OLIVEIRA, 1981). O projeto Marcha para Oeste foi um exemplo claro desse momento.

De acordo com Cardoso e Muller (1978), o primeiro passo para a implementação de uma política desenvolvimentista na região amazônica ocorreu na Constituinte de 1946, ao inserir por meio do Art. n.º 199 a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), responsável por direcionar as ações na região, que passou a ser chamada de Amazônia Legal, em 1953. A SPVEA foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM⁴), em 1966, no período da Ditadura Militar (1964-1985). Um momento em que conflitos agrários eclodiam em todo território nacional, especialmente na região Nordeste do país.

Em um país como o Brasil, em que a política do favor é a base estruturante, resultando em um obscurecimento entre o que é público e o que é privado, concordamos com Martins (1994), ao falar que há uma persistência do passado nas estruturas sociais, políticas e

⁴ A SUDAM foi criada em substituição à SPVEA e passou a ser uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento. Em seguida, passou a ser vinculada ao Ministério do Interior. Foi criada com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional. A SUDAM foi instalada em 30 de novembro de 1966. O primeiro superintendente foi o General Mário de Barros Cavalcante. Já o primeiro superintendente da SUDAM civil assumiu no início de abril de 1974. Hugo de Almeida era engenheiro civil e industrial. Teve a missão de implantar a Zona Franca de Manaus e foi quem introduziu o sistema de reunião mensal do CONDEL. A SUDAM atuou principalmente na atração de investimentos para a Amazônia, por meio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e dos incentivos fiscais. Atuou, ainda, na coordenação e supervisão, outras vezes, mesmo na elaboração e execução de programas e planos de outros órgãos federais. Em 24 de agosto de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso, na medida provisória n.º 2.157-5, criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e extinguiu a SUDAM. Esta decisão foi tomada após várias críticas quanto à eficiência dessa autarquia, passando a ser a responsável pelo gerenciamento dos programas relativos à Amazônia Legal. Com uma estrutura pequena e orçamento limitado, a ADA atuou durante seis anos no planejamento regional e teve como principal foco o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) da Amazônia Legal. A Agência também iniciou a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), voltado para o financiamento de grandes projetos privados na Amazônia. Em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a nova Sudam, pela Lei Complementar N.º 124, de 3 de janeiro de 2007, em substituição à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). O Decreto N.º 6.218, de 4 de outubro de 2007, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e suas Funções Gratificadas. A SUDAM passa a ser uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), tendo como missão institucional promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional nos nove estados da Amazônia Legal. (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2023). Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 25 mar. 2022.

econômicas, o que acaba dificultando e até mesmo impedindo o país de avançar, sobretudo, no que se refere à Reforma Agrária.

Quando Martins (1994) defende que o poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo ainda estão presentes na política nacional, entendemos o contexto do avanço da fronteira agrícola na Amazônia Legal e o apoio do Tocantins ao incentivar a chegada do agronegócio e de agroindústrias, na área de estudo, sendo o município de Campos Lindos-TO um exemplo disso, ao ter terras doadas a terceiros com a justificativa que sediará um grande projeto voltado para a produção de grão no Cerrado, na década de 1990 (LOPES; SUZUKI, 2019).

Essa aliança entre estado e capitalistas representa e contribui com a manutenção de uma bancada política no congresso nacional que apoie a interesses da burguesia. E, sendo a política das décadas de 1960-70, composta por representantes políticos simpatizantes e defensores da classe capitalista, o Estado, representado e formado por pessoas com interesses políticos, econômicos e ideológicos, movia as peças no tabuleiro para que houvesse uma ocupação e exploração da região amazônica. Nesse contexto também estava havendo o debate em torno da separação do estado de Goiás e a criação do Tocantins. Cabe pontuar e refletir que não existe Estado neutro, no entendimento de Freire (1996), uma vez que ele é composto por pessoas que defendem uma causa ideológica, seja em prol de capitalista ou em prol da classe trabalhadora.

Portanto, a organização territorial que foi imposta à região amazônica a partir da expansão capitalista, é mediada por relações de poder (RAFFESTIN, 1993) que atuam no espaço por meio dos atores sintagmáticos, os quais podem ser representados pelo Estado, empresa ou organizações, grupos sociais e até mesmo o próprio indivíduo, que desenvolve relação de poder em menor ou maior escala no espaço.

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que "produzem" o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios" (RAFFESTIN, 1993, p. 153, grifos no original).

Sendo o espaço anterior ao território (RAFFESTIN, 1993), a territorialização capitalista na região amazônica engendrou é/ou intensificou conflitos sociais no campo. Pois,

antagonicamente, o Estado incentivou o processo migratório para região (pautado no discurso do vazio demográfico, não considerando a população local) enriquecendo ainda mais capitalistas nacionais e estrangeiros e expulsando famílias do campo. As quais acabaram tendo que migrar para áreas periféricas ainda mais distantes dos centros urbanos (BECKER, 1994, 1982).

A expansão capitalista na região resultou em diversos problemas ambientais (desmatamento, erosões, queimadas, assoreamentos de rios etc.), sociais (conflitos por terra e território, violência física e psicológica), concentração fundiária e a chegada paulatina de indústrias, mineradoras e empresas monopolistas na região, na segunda metade do século XX. Afinal, estamos falando de uma região rica em recursos naturais, minerais, hídricos e com biodiversidade única. Esses elementos fazem com que seja uma área de interesse capitalista e de expansão da fronteira agrícola, alicerçada pelo Estado ao apoiar e incentivar os grandes empreendimentos.

A apropriação do território capitalista, intensificou conflitos e violências no campo, entre os diferentes grupos sociais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, machadeiros, coletadores, posseiros, assentados, acampamentos) que compõem o campesinato regional. Esses sujeitos são entendidos enquanto uma classe social, os quais tiveram/tem que lutar em defesa do território e da terra de trabalho frente à expansão da fronteira agrícola, apoiada pelo Estado neoliberal.

Na concepção de Becker (2005, 1994, 1982), a força política atuou diretamente sobre a ocupação da região amazônica, e o Estado forneceu incentivos fiscais para que muitas empresas se instalassem nas áreas fronteiriças, com o objetivo de atrair o setor privado para a região, a criação da Zona Franca de Manaus é um desses exemplos. Essas ações foram coordenadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com apoio do Banco da Amazônia S.A. (BASA). Os investimentos e incentivos econômicos eram provenientes do setor público e privado.

Os projetos e políticas de ocupação espacializadas na Amazônia Legal foram diversos e tiveram como ponto comum, na maioria das vezes, o incentivo do Estado e a aliança entre este e o capitalismo. Inclusive, muitos deles contribuíram diretamente para o reordenamento territorial do estado do Tocantins, como por exemplo, o PROTERRA: o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-TO (GETAT) e o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM). No Quadro 2, foi possível identificar algumas políticas e projetos de ocupação na Amazônia Legal, com o ano de seu surgimento e objetivo.

Quadro 2 – Principiais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953-1988)

Ano	Programas e projetos criados	Objetivos
1953	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)	Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia.
1958	Rodovia Belém-Brasília	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia
1960	Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364)	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia
1966	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	Integrar porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e inserção de impostos.
1967	Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)	Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos.
1968	Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético.
1968	Incentivos Fiscais/Sudam	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas.
1970	Programa de Integração Nacional (PIN)	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da Sudene e Sudam.
1970	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)	Promover a capitalização rural.
1970	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Ministério do Interior (INCRA)	Executar a estratégia de distribuição controlada da terra.
1974	POLOMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infraestrutura urbana.
1980	GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia – TO GEBAM – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas	Regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos.
1980	Programa Grande Carajás (PGC)	Explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região.
1981	(POLONOESTE)	Pavimentar a BR-364; promover a colonização.
1985	Projeto Calha Norte (PCN)	Oficialmente, assegura a soberania nacional, fiscalizar a circulação e assistir índios.
1987	Projeto 2010 Ministério das Minas e Energia, Eletronorte	Implantar rede hidrelétrica para estimular o desenvolvimento industrial da região.
1988	Programa Nossa Natureza Ministério do Interior,	Oficialmente, rever legislação ambiental para a região e zoneamento agroecológico na Amazônia.

Fonte: BECKER (2015, p. 14-15)

Muitos desses projetos e programas foram criados durante o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND – 1972/1974) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1975/1979) e marcam um interesse geopolítico sobre a Amazônia Legal.

No I PND, houve vários projetos e programas de colonização dirigidos à Amazônia brasileira, por iniciativa pública e privada. Entre esses programas, estão o Projeto Integrado de Colonização (PIC) e o Programa de Integração Nacional (PIN). Tais projetos foram implantados depois de um estudo prévio e com área de ação selecionada antecipadamente,

segundo Miranda (1990). Os projetos de iniciativa governamental aparecem de forma dispersa na Amazônia Oriental e de forma concentrada na Amazônia Ocidental (principalmente em Rondônia) e apresentam-se de três formas: os integrados de colonização; os de assentamento dirigido, e os de assentamento conjunto. Na Amazônia Oriental, destacam-se os projetos construídos ao longo da rodovia Transamazônica, principalmente o PIC Altamira (Projeto de colonização oficial organizado a partir de assentamento conjunto).

No II PND, lançado no governo do General Ernesto Geisel, aprofunda-se cada vez mais o processo de internacionalização da economia brasileira. Gonçalves Neto (1997) observa que o governo, além de fomentar o processo industrial nos setores empresarial e agropecuário, incentivou a ocupação das terras nas regiões fronteiriças (principalmente na Amazônia Legal), fornecia estímulos à agroindústria, promovia programas de redistribuição de terras e de estratégias de ocupação de novas áreas (Centro-Oeste, Amazônia, vales úmidos do Nordeste) e, principalmente, investia na modernização do setor rural.

Becker (2005), inclusive, chama a atenção para esse momento, marcado pela interligação local-global, pautada na mercantilização da natureza e exploração dos recursos naturais e do *saber* das comunidades tradicionais que viviam no território. A Amazônia Legal passou a ser vista mundialmente como um grande laboratório de biotecnologia (BECKER, 2005).

Oliveira (2007), Cardoso e Muller (1978) explicam que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), juntamente com o Programa de Integração Nacional (PIN), e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), foram peças fundamentais no projeto do Governo Federal de colonização da Região Amazônica. O Incra foi responsável pelos projetos de colonização dirigida na região, os quais se deram às margens da rodovia Transamazônica (BR-230). O PIN, por ter como objetivo incorporar as regiões consideradas economicamente atrasadas no Brasil (Norte/Nordeste), a modernidade já encontrada nas outras regiões brasileiras, e por prever a construção de rodovias no país, inclusive a Transamazônica. Além disso, Oliveira (2007, p. 123) destaca que o PIN objetivava:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas, realizando, em grande escala e numa região com importantes manchas de terras férteis, o que Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala e em áreas menos férteis. 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo um quadro de soluções limitadas para ambas as regiões. 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada

à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável. 4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semiárida do Nordeste. 5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e a nova fronteira agrícola, evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas e superpovoadas do Centro Sul.

Segundo Oliveira (2007), o PROTERRA tinha entre seus objetivos promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão de obra, fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Conforme o autor, o proprietário que não aderisse ao PROTERRA espontaneamente era ameaçado de desapropriação, e o pagamento poderia ser efetuado em títulos de dívidas públicas (resgatáveis num prazo de 5 a 20 anos). E, assim, formava-se um projeto articulado nos bastidores do governo militar. Dessa forma:

[...] criava o governo do General Médici um programa que simplesmente contrariava o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação através de pagamento com ‘Títulos da Dívida Agrária’. Entretanto, agora através do PROTERRA, passava esta desapropriação a ser feita ‘mediante prévia e justa indenização em dinheiro’ (alínea “a” do artigo 3). Estava estabelecido mais um elo da “contrarreforma agrária”, ou seja, uma reforma a favor dos latifundiários (OLIVEIRA, 1991, p. 82, grifos no original).

Prieto (2017, p. 11) afirma que “[...] Buscava-se a incorporação da Amazônia Legal ao processo de produção do capital em escala nacional e internacional, incorporando economicamente a região a partir do desenvolvimento da agricultura capitalista empresarial”. Tratava-se de uma estratégia geopolítica de ocupação e exploração da Amazônia que tinha como pano de fundo um discurso ideológico, pautado na ocupação dos vazios demográficos dessa região, com os excedentes populacionais nordestinos com objetivo de “integrar” a região Norte ao restante do País.

Tanto o PIN quanto o PROTERRA contribuíram diretamente na (re)organização territorial tocantinense. O primeiro por ter uma relação direta com a abertura das rodovias na região, o segundo por ter sido utilizado por fazendeiros ao adquirirem recursos financeiros para fazerem o cercamento da propriedade e para comprarem algumas matrizes, ou seja, algumas cabeças de gado (REINALDO, 2016).

De acordo com Lopes (2018), no Tocantins, a distribuição de terras para capitalistas ocorreu com apoio do Estado, que vendeu essas terras por um valor simbólico. É um estado que também recebeu investimentos por meio de políticas de ocupação econômica do Governo Federal, como o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento

Agrícola da Região do Cerrado (PRODECER), na sua terceira etapa (a partir de 1996). Esse último tinha como principal finalidade produzir grãos em áreas do Cerrado.

O PIN contribuiu direta ou indiretamente na (re)organização do antigo Norte Goiano, hoje Tocantins, uma vez que até a primeira metade do século XX, o principal meio de deslocamento no antigo Norte Goiano era por vias fluviais, essa logística só mudou após a abertura da BR-153; até então, os rios Tocantins e Araguaia eram os principais elos de interligação do território com o restante do país (BRITO, 2016; BESSA, 2013; MACHADO, 1979).

De acordo com Bessa (2013), a abertura da rodovia Belém-Brasília, no norte goiano/Tocantins, intensificou a migração de vários pontos do país para a região, favorecendo diretamente o crescimento e/ou o surgimento de muitos municípios (Araguaína, Colinas, Gurupi, Paraíso). A lógica do então Norte Goiano foi alterada no século XX, com a expansão dos eixos rodoviários.

Com isso, os rios não são mais os únicos meios de escoamento de produção e interligação do território, e isso criou um novo padrão embrionário na rede urbana na região (Bessa, 2013). Os núcleos urbanos localizados em áreas ribeirinhas (Pedro Afonso, Tocantinópolis no rio Tocantins, Araguacema, Araguatins no rio Araguaia) perderam de forma considerável sua relevância na hierarquia urbana local em detrimento dos municípios localizados às margens da rodovia: Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Guaraí, Colinas.

Machado (1979) cita os exemplos de Paraíso do Norte (atual município de Paraíso do Tocantins) e de Colinas de Goiás (conhecida atualmente como Colinas do Tocantins), que surgiram em decorrência da abertura da Rodovia Belém-Brasília/BR-153. O primeiro município foi fundado em 1958, com a instalação de uma pensão que atendia os trabalhadores de empreiteiras que construía a rodovia, e em seu entorno surgiam moradias formando o povoado, emancipado em 23 de outubro de 1963. Na época as principais atividades econômicas existentes eram as plantações de arroz de meeiros, que preparavam a terra para a abertura de pastagens, e a lavoura comercial de arroz produzida por posseiros e pequenos proprietários rurais. Segundo a autora, o município, a partir de 1975, teve um aumento de produtividade com investimentos do PROTERRA. Já o segundo:

Colinas de Goiás, a 60 km de Araguaína a 300 km de Paraíso do Norte foi fundada em razão da estrada por volta de 1960. Anteriormente, era um povoado de ranchos de palha próximo de estrada pioneira. Surgiu como núcleo de pequeno comércio para atender as posses localizadas em terras devolutas do estado, entre a estrada e o rio Araguaia, destacando-se a área do Vale do rio das Cunhas (afluente do Araguaia) de terras férteis. Em 1958 o IDAGO já demarcava as posses onde os habitantes praticavam pequena lavoura de subsistência a lavoura comercial de arroz. As posses,

em torno de 2,3 alqueires, foram exploradas por piauienses e maranhenses e muitas delas chegaram a receber títulos de propriedade. As ligações comerciais, desde o início, eram Anápolis, graças à exportação em pequena escala de gêneros alimentícios (MACHADO, 1979, p. 106).

Um dos relatórios feitos por Orlando Valverde, publicado em 1957, mostrou as modificações da paisagem a partir da abertura da rodovia Belém Brasília, relatando que muitos trabalhadores do lugar e de fora trabalharam ao longo de sua construção. Ademais, relações de trabalho foram modificadas e questões fundiárias ocorreram principalmente por meio de grilagem de terras, ocasionando conflitos e resistências. A migração para o Norte Goiano recebeu populações de diferentes regiões brasileiras, especialmente do Nordeste.

Com o anúncio da construção da rodovia Belém-Brasília na década de 1950, a grilagem de terra aumentou, as populações foram expropriadas de suas terras e caminharam em direção a novas áreas, [...] como, por exemplo, a microrregião do Bico do Papagaio, antigo extremo norte de Goiás, hoje Tocantins. Os assentamentos e as ocupações de terra criaram povoados e formação de pequenos proprietários e posseiros. Muitos desses proprietários eram mulheres que se embrenharam na luta pela Reforma Agrária, conquistando, então, um pedaço de chão, ou foram trabalhar nas sedes de fazenda. Outro fator de ocupação que merece ser destacado se relaciona ao processo de expropriação das terras que ocorreu no Maranhão nas décadas de 1950 e 1960, o que provocou uma retirada de dezenas de famílias em busca de terra no Bico do Papagaio (BRITO, ALMEIDA, 2017, p. 234-235).

Segundo Valverde (1957), muitos dos migrantes eram machadeiros que se aventuravam na floresta para construir novas lavouras, especialmente aquelas ligadas à subsistência. As mulheres geralmente trabalhavam com a coleta e a extração do coco-babaçu e cuidavam dos afazeres domésticos. As vilas foram formadas a partir do agrupamento de pessoas que criavam dinâmicas no território. Reinaldo e Brito (2019) explicam que se trata de uma população diversa composta por homens e mulheres que desenvolvem diferentes atividades: coletores, quebradores, machadeiros, motosserristas, garimpeiros, meieiros, entre outras. Sader (1986) cita o exemplo de Tocantinópolis, que tem sua origem ligada às correntes migratórias oriundas do estado do Maranhão.

As áreas de cerrado do Maranhão como também em Goiás, seriam as primeiras a serem ocupadas por grandes fazendas de criação de gado. A pecuária extensiva utilizou os pastos naturais, estabeleceu pequenas roças dentro de seus limites, com uma escassa população de moradores e agregados, que também fariam a coleta do babaçu que aparecia nas margens da floresta mista e ao longo dos rios (SADER, 1986, p. 52-53).

A partir dos estudos de Valverde (1957), Machado (1979) e Sader (1986), é possível identificar que, até meados do século XX, a área de estudo tinha um tipo de organização territorial baseada sobretudo nas atividades agropastoris, ligadas, na maior parte, à pecuária

bovina e às atividades extrativistas. A organização regional muda à medida que ocorre a abertura das rodovias, em especial a BR-153 (conhecida também como BR-14 ou Transbrasiliana). A locomoção, que até então era feita por meio dos rios, passou a ocorrer pelas rodovias. Além disso, Machado (1979) explica a abertura de caminhos denominados de picadas, em meio a mata fechada para ocupação territorial e expansão do gado. Isso acontecia igualmente em outros municípios tocantinenses, por exemplo, em Paraíso do Tocantins:

A partir do asfaltamento da rodovia aumentou a exportação de gado, vinda do bananal e do vale do Araguaia. Em consequência, Paraíso do Norte tornou-se um centro de comércio do gado bovino, magro e gordo, que se desloca pela rodovia. O gado gordo é exportado para Belém enquanto o gado magro era exportado para o sul de Goiás (MACHADO, 1979, p. 105).

A década de 1960, marcada por políticas de integração nacional desenvolvidas pelo Estado, e pela implantação da Ditadura Militar (1964-1985), contribuiu diretamente para a reorganização do norte de Goiás, e também da área de estudo, que abarca parte desse território. Ocorreu, inclusive, a expansão da fronteira agrícola na região. Machado (1992) afirma que à medida que essa expansão adentra no território, a vegetação nativa dá espaço para estradas e moradias. O gado, até então, era criado solto, pois ainda não havia o cercamento na maioria das propriedades. À proporção que ocorria a expansão ou ocupação econômica do território norte Goiano, atual estado do Tocantins, introduzia-se a pecuária extensiva.

Carmolândia é uma amostra interessante dessa situação. Localizado a 32 km de Araguaína, o município teve seus primeiros habitantes na primeira metade da década de 1960 oriundos de correntes migratórias do Sul, Centro-oeste e Nordeste, segundo Reinaldo (2012).

Inclusive, uma das estradas que deu acesso a Xambioá, local onde aconteceu a Guerrilha do Araguaia, passa pelo município, e muitos dos moradores da época trabalharam em sua abertura. O povoado era também ponto de apoio de viajantes que iam para áreas de mineração, no Pará, ou que vinham de lá. Muitas mulheres lavavam roupas dos viajantes, ou faziam almoço: era uma maneira de conseguirem um pouco de dinheiro para suprir os gastos da família, como nos relatou dona Marcia Nunes⁵: “eu lembro que nós lavávamos a roupa das pessoas que passava por aqui, seja o povo que ia pro garimpo, ou aqueles que iam para Guerrilha do Araguaia ali em Xambioá, também servíamos comida, era uma renda para sustentar nossa casa” (Entrevista realizada em janeiro de 2020, em Carmolândia-TO).

⁵ Nome fictício em homenagem a ambientalista Marcia Nunes, assassinada em 06/01/2022, em São Feliz do Xinguú, no estado do Pará.

Portanto, era comum o apoio dado aos viajantes que passavam por Carmolândia. Além disso, a pecuária e a agricultura de subsistência com destaque para roça de toco eram muito comuns no referido município. E, no século XXI, a pecuária ainda é um forte elemento na economia de Carmolândia-TO (REINALDO, BRITO, 2022), o que mostra que a organização territorial carmolandense teve e tem uma ligação direta com a expansão da fronteira agrícola, no Norte do Tocantins. A principal rodovia (TO-162) que passa no referido município foi construída (Figura 12) na década de 1960 para facilitar a chegada de militares até o município de Xambioá-TO, para combater a Guerrilha do Araguaia, na década de 1970.

Figura 12 – Abertura da TO-162 no perímetro de Carmolândia (déc.1970)



Fonte: Araújo e Jacintho (2004, p. 30).

A rodovia TO-162 foi aberta de maneira rudimentar e manual, com utilização de foices, machados e enxadões que arrancavam os tocos das árvores. Atualmente, a referida rodovia é o principal meio de circulação e deslocamento dos municípios de Carmolândia, Araguanã e Xambioá, no Norte do estado. O trecho que passa em Carmolândia (Figura 13) está bem diferente do registro fotográfico feito na década de 1960, a rodovia pavimentada, contribui diretamente para a circulação econômica tocantinense, inclusive, ainda, é comum a passagem de boiadas nela, na atualidade (REINALDO, BRITO, 2017).

Figura 13 – Trecho da Rodovia TO-162 que passa no município de Carmolândia-TO



Fonte: Acervo da autora, 2020.

A mudança no espaço agrícola tocantinense foi incentivada por políticas públicas e federais, por meio de projetos de desenvolvimento agropecuários e agroindustriais, no Tocantins, alguns dos quais são citados por Santos (2013): a produção de grãos (soja, milho, arroz), em Campos Lindos-TO; o ecoturismo, no Jalapão (silvicultura, hortifrutigranjeiros, floricultura). No sudeste do estado, destaca-se a pecuária e, no Bico do Papagaio desenvolve-se o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI), que tem como objetivo aproveitar as potencialidades locais. Aos poucos, o Cerrado, que por muito tempo foi visto como improdutivo, passa a compor os interesses de capitalistas, enquanto *locus* de investimento.

As transformações das paisagens do Cerrado se deram em paralelo com a sua ocupação econômica, especialmente com a introdução de técnicas cada vez mais sofisticadas e pesquisas realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) financiadas pelos Governos Federal e Estadual, por exemplo, aquelas direcionadas, inicialmente, à correção dos solos ácidos do Cerrado. A Embrapa descobriu que o “[...] processo de Calagem tornaria possível, ao solo ácido, uma alta produção agrícola. Em Goiás, essas pesquisas foram feitas na década de 1970, o que propiciou a chegada da fronteira agrícola neste território” (CHAVEIRO, CASTILHO, 2007, p. 9).

Segundo Chaveiro e Castilho (2007) várias pesquisas foram realizadas sobre o Cerrado para implementar políticas e melhoramento do solo, voltando-os para a produção agrícola. A partir de então, muitas pesquisas acadêmicas vêm sendo realizadas por

pesquisadores de todo o Brasil sobre os impactos do avanço da fronteira agrícola na vida dos povos do Cerrado, chamados por Mendonça e Thomaz Júnio (2005) de povos cerradeiros.

Um das políticas voltadas para a modernização e ocupação capitalista dos cerrados foi implementada no II PND, o Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado (PRODECER), pelo Decreto nº 75.320 de 29/01/1975. O programa foi constituído de cooperação financeira e cooperação técnica e teve como objetivo tornar a região dos Cerrados produtiva, aproveitando todo seu potencial. Todavia, não levava em consideração a população local. Além do PRODECER, há o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia⁶ (POLOMAZONIA), pelo Decreto n.º 74.607, de 25/09/1974); e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados⁷ (POLOCENTRO), pelo Decreto nº 75.320 de 29/01/1975.

De acordo com Inocêncio e Calaça (2009), o PRODECER ocorreu em três etapas: a primeira etapa (PRODECER I) iniciou-se em 1980, no Oeste de Minas Gerais; a segunda (PRODECER II) foi implantada em 1987, em Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia; a terceira (PRODECER III) ocorreu a partir de 1995, nos estados do Maranhão e Tocantins. O PRODECER teve como meta a criação de polos de desenvolvimento agrícola nas novas fronteiras agrícolas na região dos Cerrados, investindo, entre outras coisas, na produção de soja nessas áreas.

Para Pessôa e Inocêncio (2014), a participação japonesa no PRODECER e nos demais programas com financiamentos do Japão representa os interesses internacionais no Cerrado como área estratégica de suprimentos agrícolas na divisão internacional do trabalho, o que acabou se concretizando com a cultura da soja. Essa ação direta do governo, ao assinar o acordo com os japoneses para a produção de grãos exportáveis no Cerrado, caracteriza a dimensão do poder do Estado na ocupação, ordenação e reordenação do território – no caso exposto, através da agricultura.

Pessôa e Inocêncio (2014, p. 14) afirmam que o PRODECER cumpriu seu principal papel, “[...] o de articular o capital público ao privado de modo a estabelecer, em definitivo, todas as condições para a territorialização do capital no Cerrado [...]”. Isso contribuiu diretamente para a expansão da fronteira agrícola na região Norte, com a introdução de

⁶ O POLOMAZÔNIA objetivava “[...] desenvolver regiões da Amazônia com base em suas potencialidades minerais e agropecuárias, ocupando espaços vazios e investindo em projetos de infraestrutura” (FURTADO, 2014, p. 85). Para tanto, propunha dezesseis polos de desenvolvimento para a Amazônia, alguns deles voltados para associação entre produção de energia e indústria extrativa mineral.

⁷ O POLOCENTRO tinha por finalidade promover o desenvolvimento e a modernização de atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no Oeste de Minas Gerais, mediante à ocupação racional de áreas selecionadas, com características de Cerrado (Art. 1, Decreto n.º 75320, de 29/01/1975).

sofisticadas técnicas de produção e a reprodução ampliada do capital no campo. Todavia, se por um lado essa modernização agrícola gerou a concentração de capital para uns, para outros, trouxe medo, opressão, morte, perseguição, perda de territórios e expulsão do campo.

Muitos desses programas contribuíram diretamente com a migração de pessoas de diversos pontos do país para região amazônica. Era a fronteira agrícola se expandindo rumo ao Norte do Brasil, e provocando rearranjos no território, por meio da territorialização do capital, seja na figura do próprio Estado, seja na de fazendeiros, ou mesmo na figura da própria monopolização do território pelas empresas estrangeiras.

O estado do Tocantins também se insere como *locus* de interesse de capitalistas na expansão da fronteira agrícola, inclusive por meio de políticas ligadas à modernização agrícola, como o PRODECER, PROTERRA e o POLOCENTRO. Barbosa (1999) revela que a própria criação do estado, em 1988, estava relacionada aos interesses políticos e econômicos da elite agrária da região, por meio da Ação da União Democrática Ruralista (UDR). “[...] a UDR representa uma das organizações mais radicais os latifúndios brasileiros [...] defende os interesses de latifundiários que controlam hoje mais de 410 milhões de hectares das terras brasileiras” (OLIVEIRA, 1994, p. 87). Esses projetos já são caminhos encontrados para configurar o território, como um território da expansão agrícola. O estado é criado, configurado a partir de conflitos políticos e para atender aos interesses capitalistas e a expansão da fronteira agrícola.

Sendo o Tocantins um dos estados em que tem uma parte do seu território localizada no bioma Cerrado, também entra nesse rol de pesquisas e estudos. E, o avanço da fronteira agrícola se deu em função de pesquisas e investimentos dos Governos estadual e Federal. A esse respeito, Lima (2017) mostra algumas dessas políticas e programas de incentivos fiscais voltadas para a indústria, para o agronegócio e para empresas no livro “Fronteira moderna de grãos e as transformações no espaço agrário tocantinense”. As políticas citadas pela autora foram implementadas no século XXI, como mostra o Quadro 03.

Quadro 3 – Programas de incentivos fiscais no Tocantins

Nome do incentivo	Beneficiários	Finalidade	Incentivo
Proindústria (Lei nº 1.85, de 9 de julho de 2003, regulamentada pelo decreto nº 2.845, de 14 de setembro de 2006)	Indústria	*Estimular a utilização e a transformação de matéria-primas locais. *Gradativa exoneração da produção. *Geração de emprego e renda. *Interiorização da atividade industrial.	*Isentos de ICMS: matéria-prima e insumos para operações internas, energia elétrica, vendas para órgãos públicos, operações internas e importação de equipamentos e bens para a fixos, p
Prosperar (lei nº 761, de 08 de junho de 1995)	Empresas com projetos de viabilidades econômica para implementação ou expansão de unidade industrial, agroindustrial, comercial atacadista e turística.	*Geração de imposto. *Geração de emprego e renda.	*Isentos de ICMS: Operações internas e importações de equipamentos e bens para ativos fixos, energia elétrica e uso de serviços de comunicação nos primeiros 5 anos, após 5 anos 50% do valor.
Comércio atacadista (Lei nº 1.201 de 29/12/2000)	Empreendimentos atacadista com Termo de Acordo de Regime Especial – TARE (não se estende a produção de produtos primários, industrializados no próprio estabelecimento e saída de mercadorias para consumo final).	*Desenvolvimento comércio atacadista. *Geração de emprego e renda.	*Crédito fiscal nacional.; *Carga tributária do ICMS de 2% importação para revenda, 2% operações internas, 1% nas interestaduais. *0, % para FDE.
Produção de Carne (Lei nº 1.173 de 02/08/2000)	Frigoríficos e abatedores com TARE e de acordo com as especificidades da Adapecto.	*Desenvolver produção de carnes. *Industrialização do couro de exportação. *Geração de emprego e renda.	*Crédito fiscal de acordo com produto manufaturado do couro, carne para importação e exportação. *Carga de ICMS de 3% e 0,3% de contribuição para o FDE.
Produção de frutas e pescados (lei nº 1.303 de 20/03/2002)	Produtos rurais, indústria, comércio.	*Desenvolvimento de atividades industriais, comerciais, de produção rural e transporte	*Isentos de ICMS até dezembro de 2015: operações internas, produtos agrícolas, pescado de água doce, máquinas e implementos agrícolas. *ICMS 12% para indústria e comércio, 7% para produtos primários.
Indústria automotiva (Lei nº 1.349 DE 13/12/2002)	Indústria automotiva e de fertilizantes.	*Geração de emprego e renda	*Inserção de ICMS: praticamente em todo o processo de produção, exceto para importação de matérias-primas e insumos.

			*Crédito de 100¢ do valor do ICMS em prestação de serviço interestadual.
Complexo Agroindustrial (Lei n° 1.695 de 13 de junho de 2006)	Fábricas de rações e suplementos de animais, reprodutores, comerciantes e abatedores de animais, genética e desenvolvimento de novas tecnologias de criação, industrialização e produção de aves, suínos, caprinos e ovinos.	*Modernização do setor agropecuários. *Ampliar exportação. *Geração de emprego e renda.	*Inserção do ICMS em quase toda a cadeia de produção, com descontos variados de acordo com o tipo de animal e atividade. *Contribuição de 0,3% para o FDE.
E-Commerce (Lei n° 1.641 fr 298/12/2005)	Empresas que comercializem exclusivamente pela internet.	*Geração de emprego e renda. *Fomentar novo segmento econômico. *Utilizar capacidade logística.	*Contribuição de 1¢ do ICMS sobre vendas, 2% em mercadorias importadas para revenda. *0,3% para o FDE.
Comércio atacadista de medicamentos (Lei n° 1.790 de 15/05/2007)	Empresas de medicamentos.	*Utilizar capacidade logística. *Geração de emprego e renda.	*Isento: vendas para órgãos públicos. *Tributação efetiva de 3¢ nas operações internas, 2% para importação de mercadorias para revenda, 1% operações interestaduais. *0,3% para o FDE.
Industria da confecção (Lei n° 2.229 de 03/12/2009).	Industria de confecção.	*Geração de emprego e renda.	*Isento de ICMS: matérias-primas, insumos, produtos industrializados, máquinas e equipamentos para ativo fixo, prestação de serviços de transporte, serviços para órgãos públicos. *Carga efetiva de 2¢ de ICMS do faturamento. *Contribuição de 0,3% FDE.
Prologística (lei n° 2.558, de 1° de março de 2012)	Operadoras logísticas, centros logísticos e distritos empresariais.	*Utilização e diversificação logística.	*Isenção de até 75% sobre prestação interna e interestadual de transportes de todos os modais e sistemas de armazenamento.

Fonte: Lima (2017, p. 114-117).

Com isso, é possível afirmar que os incentivos estaduais beneficiam os mais diversos setores da economia, e muitos deles são voltados para o ramo do agronegócio, como por exemplo, a Lei nº 1.695 de 13/06/2006, ou até mesmo para a produção de carne, pela Lei nº 1.173 que beneficia os frigoríficos. No caso dessa última, uma das finalidades é desenvolver e aumentar a produção de carne. E, se no passado (segunda metade do século XX), a pecuária era o principal produto da fronteira agrícola, no século XXI, ela continua sendo um importante produto voltado para o capital, mas agora com uma ligação com mercado mundial a partir da exportação de carnes.

A expansão da pecuária vinculada ao agronegócio transforma esse produto em commodities, ou seja, produto com preços fixados em escala global, junto às bolsas de valores no mercado mundial.

2. 4 Na trilha da formação territorial: a territorialização da pecuária e a mundialização da produção

A pecuária é uma atividade econômica que contribuiu diretamente para a ocupação do território tocantinense. As frentes pecuaristas eram oriundas dos estados de Pernambuco e da Bahia, e na trajetória feita entre ambos estados e o Tocantins, passavam pelo Maranhão (CABRAL, 1992; VELHO, 2009).

No norte do Tocantins, a presença das atividades econômicas voltadas para a pecuária se intensificou na segunda metade do século XX, segundo Dias e Vasconcelos Filho (2015). Essa época coincide com as políticas desenvolvimentistas voltadas para a ocupação econômica da Amazônia Legal.

Essa intensificação da produção pode ser entendida também a partir da leitura de Medeiros Neto (1970), ao afirmar que o Governo Federal influenciou nesse processo, seja ao apoiar pesquisas de melhoramento bovino ou ao introduzir novas espécies, raças bovinas no Brasil, as quais puderam melhor se adaptar aos diferentes climas brasileiros. “O meio-técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2006, p. 157) entra nesse momento como um elemento que contribuiu diretamente para o aumento da produção bovina, seja por meio das pesquisas de melhoramento genético, ou pelo desenvolvimento de tecnologias no processamento dos derivados do leite e no manuseio dos animais. Cabe enfatizar que, a partir da década de 1960 (sobretudo na década de 1970), emerge a Revolução Técnica Científica, marcando uma nova era na história.



Em uma escala mundial, as relações sociais e econômicas se configuravam à medida que as relações capitalistas também se modificavam, passando de um Capitalismo Industrial para uma etapa monopolista (Capitalismo Financeiro), alterando as relações de trabalho, por meio da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), na segunda metade do século XX. Um momento caracterizado pela mundialização do capital por meio da união de empresas, formando os monopólios, conhecidos também como multinacionais (OLIVEIRA, 2005).

A história de sua formação reside nas crises de 1874 e de 1929. As duas guerras mundiais legaram novas organizações econômicas e políticas, e os Estados nacionais conheceram novas ordenações territoriais. A lógica que dominou o mundo do século XX foi aquela ditada por dois processos: a expansão geográfica do socialismo e a formação dos monopólios capitalistas. Com a crise que se abateu sobre os países socialistas no final da década de 80, a principal característica do mundo no fim do século XX passou a ser a mundialização. (OLIVEIRA, 2005, p. 242)

A emergência dos Estados Unidos como potência econômica capitalista e a transformação interna das empresas norte-americanas foi um marco histórico que contribuiu diretamente para o processo de mundialização do capital (OLIVEIRA, 2005). O mundo dividia-se em duas potências mundiais, tornando-se bipolar (1945-1990) pelos modos de produção Capitalista e Socialista. A expansão das empresas multinacionais envolveu três processos inter-relacionados: 1) necessidade de movimentos internacionais; 2) produção capitalista internacional; 3) existência de ações de governos em nível internacional. Esses momentos podem ser melhor descritos no Quadro 4, elaborado com base no texto de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005).

Quadro 4 – Processos que ocasionaram a mundialização do capital

1	Necessidade de Movimentos Internacionais	Foi determinado pela necessidade da reconstrução da Europa e do Japão depois da Segunda Guerra Mundial. O Plano Marshall e as fusões entre empresas industriais americanas e europeias, as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, os acordos de San Francisco e a Guerra Fria serviram de base para os fluxos de capitais norte-americanos na Europa, no Japão e no mundo. Foi um momento em que se consolidava a constituição/unificação contraditória (Capital nacional x estrangeiro) do mercado financeiro internacional.
2	Produção Capitalista Internacional	Derivou dos monopólios da pesquisa, e conseqüentemente, da tecnologia, que somados ao fluxo de capitais internacionais, abriram as economias nacionais, internacionalizando-as. Ao mesmo tempo, geraram as bases da produção internacional, qual seja, o controle da força de trabalho, dos mercados e das fontes de matérias primas nacionais. Esse controle redundou na formação do mercado mundial de mão-de-obra e, simultaneamente, na posse dos monopólios das fontes de matérias primas e na repartição dos mercados, substituindo a disputa pela cooperação entre as empresas estrangeiras que se associavam ou se fundiram com as nacionais. A produção capitalista internacional derivou, da incorporação de mão-de-obra de muitos países em uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada. Dessa forma, a maior parte da força de trabalho empregada pelas multinacionais estão fora de seus países de origem.

3	Ações Internacionais de Governo	Decorreu dos dois processos anteriores, somados a necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional. As organizações governamentais internacionais constituem uma realidade do mundo pós-Segunda Guerra Mundial. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros, e a presença de organismos supranacionais (os blocos econômicos), formados por governos nacionais empenhados numa economia internacionalizada, passaram a compor cada vez mais o capitalismo que se mundializava. A formação de verdadeiros governos nacionais derivou do desgaste dos poderes clássicos dos Estados Nacionais e do emprego crescente de instrumentos de política econômica internacional consentâneos com a tendência de internacionalização do capital e do trabalho pela empresa multinacional. As receitas de política econômica do Fundo Monetário Internacional há muito tempo se tornaram políticas econômicas de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos das multinacionais. Essas constituíram, nos pós-guerra, uma verdadeira rede de mundial de aplicação/capitação de capital e mão-de-obra. Disso resultou a unificação simultânea do capital mundial e da força de trabalho mundial no seio de um novo sistema que modificou completamente o sistema de economias nacionais característico do capitalismo concorrencial. Essa unificação reduz a independência dos Estados nacionais e exige a formação de instituições supranacionais para manejar a interdependência crescente dos mesmos.
		
CONSEQUÊNCIA		
		
Os três processos, combinados contraditoriamente, estão na base da formação do mercado mundial, derivado da posição internacional alcançada pelas empresas multinacionais norte-americanas gestadas na perspectiva monopolista do capitalismo, desde o final do século XIX. Dessa realidade, resulta sua posição de vanguarda no mundo.		

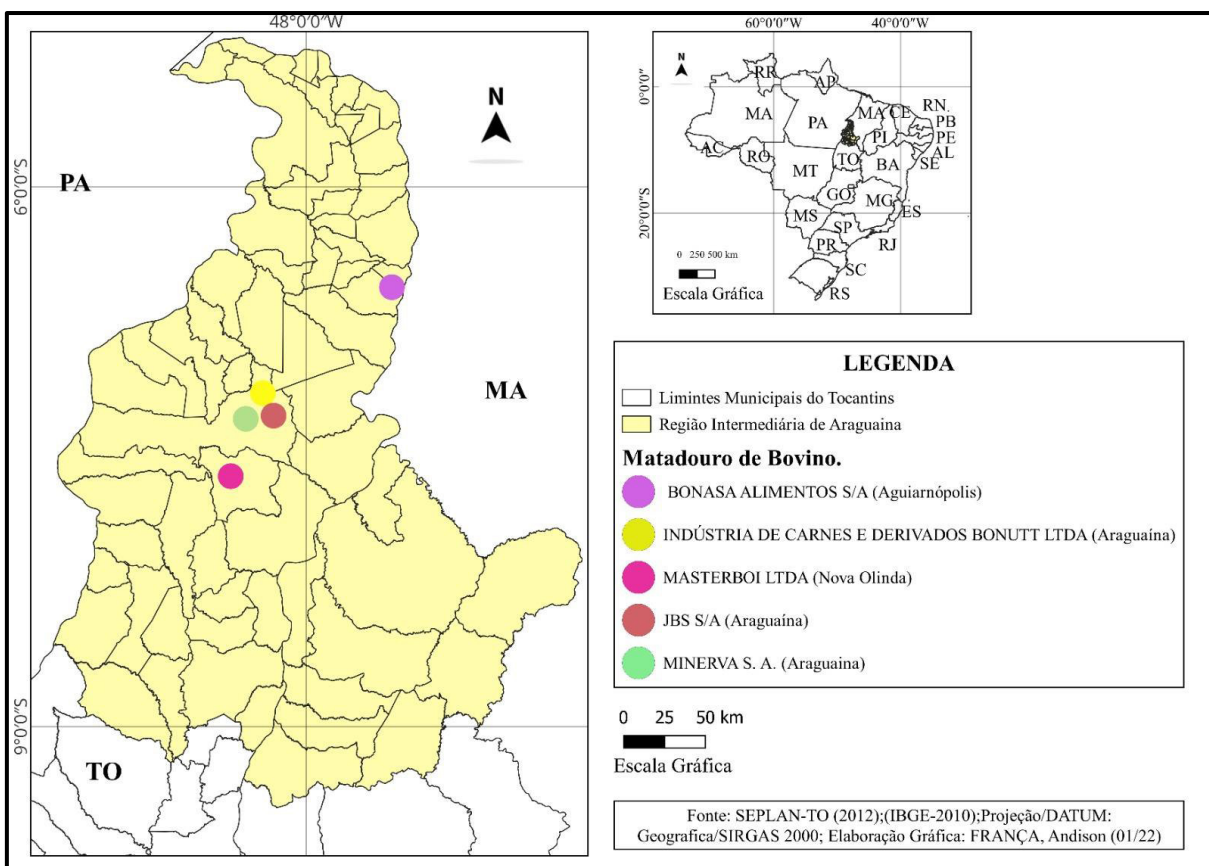
Fonte: Oliveira (2005). Org. Autora (2023).

Portanto, com a mundialização do capitalismo ocorreu uma expansão de empresas monopolistas por todo o globo terrestre, e as áreas de interesse dessas multinacionais não são somente os países ricos, e sim aqueles que melhor podem ter seus recursos naturais e a força de trabalho explorada com mais facilidade, essa última por meio da mais-valia⁸. Dentre as empresas que fazem parte do rol da mundialização capitalista, Oliveira (2016) destaca as do ramo de produção de carne bovina, como por exemplo, o Grupo JBS S/A – Friboi, Minerva Foods S/A, Marfrig Global Foods S/A, dentre outros, as quais além de processar a carne têm se especializado em seus derivados.

⁸ Mais-valia: forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não-pago), sob a forma de lucro e renda (OLIVEIRA, 20017, p. 180).

A porção Norte do estado do Tocantins também tem sido área de espacialização dessas empresas monopolistas voltadas para a produção de carne bovina. Na Região Geográfica Intermediária de Araguaína, por exemplo, se localizam 5 (cinco) frigoríficos (Mapa 05 que abastecem não só a população regional, mas também o Oriente Médio) (SILVA, 2017), configurando a relação local-global presente nos espaços fronteiriços.

Mapa 5 – Localização dos frigoríficos na Região Geográfica Intermediária de Araguaína.



Fonte: Seplan. Elaboração: Andison França (2022).

Em uma pesquisa realizada nos sites das empresas, identificamos que a maioria das filiais voltadas para a produção de carne bovina foram implantadas na área de estudo, na primeira década do século XXI (Quadro 5), em pontos estratégicos, geralmente localizados próximo de uma rodovia, devido a facilidade de escoamento da produção. A “[..] decisão locacional dessas empresas é influenciada pela disponibilidade de mão-de-obra, proximidade com a matéria-prima e vias de circulação, que possibilitam acesso aos portos de Itaqui na capital maranhense” (SILVA, 2017, p. 200). Quando se implanta um empreendimento dessa proporção, ocorre um estudo prévio do território onde deseja-se colocá-lo.

Quadro 5 – Empresas nacionais e mundiais responsáveis pelo processamento e comercialização de carne bovina, na área de estudo

Empresa	Criação das filiais (Norte do Tocantins)	Característica
Minerva	Abril de 2007	A Companhia detém 32 unidades industriais, sendo três plantas de processamento de proteína, uma no Brasil e duas na Argentina, 25 plantas de abate e desossa de bovinos e 2 plantas de abate e desossa com foco em ovinos, todas, de bovinos, situadas na América do Sul, estrategicamente localizadas em seis estados brasileiros, nas cidades de Assunção, San Antonio, Tablada e Belén, no Paraguai, nas cidades de Melo, Canelones e Montevideú, no Uruguai, nas cidades de Rosário, Pilar, Berazategui, Colonia Caroya e Venado Tuerto na Argentina, e nas cidades de Bucaramanga e Ciénaga de Oro na Colômbia, próximas aos portos a partir dos quais seus produtos são exportados, bem como aos principais mercados internos, além das 4 plantas na Austrália com foco em ovinos. A Companhia exporta para mais de 100 países em cinco continentes através de 11 escritórios comerciais além de operar 14 centros de distribuição sendo 11 localizados no Brasil e 1 no Paraguai, 1 na Argentina e 1 no Chile. (https://ri.minervafoods.com/)
JBS	2015	A JBS produz e comercializa proteína bovina por meio de duas Unidades de Negócios: a Friboi, no Brasil, e a JBS USA Beef, presente nos Estados Unidos, Canadá e Austrália. Por meio de uma plataforma global de produção e distribuição, a JBS está presente em mais de 20 países, com mais de 450 unidades produtivas e escritórios comerciais. (https://jbs.com.br/sobre/jbs/)
Bonnut	2003	Atua no mercado de corte e desossa desde o ano 2000, o frigorífico Boi Brasil deu início às suas atividades em Goiás e desossa uma média de 500 peças bovinas mensalmente. Possui 4 unidades no Brasil, divididas em três estados (Tocantins, Goiás e Minas Gerais) abastece o mercado nacional. (http://www.boibrasil.ind.br/br/empresa)
Masterboi		A Masterboi é uma empresa pernambucana com matriz em Recife-PE, está presente no mercado nacional a mais de 22 anos, atua no ramo de processamento de carne bovina. O grupo Masterboi tem 6 lojas, 2 centros de distribuição e 3 frigoríficos, um deles localizado em Nova Olinda-TO. (https://www.masterboi.com.br/compliance)
Bonasa	A partir de 2000	A Bonasa S.A é resultado da evolução da empresa Asa Alimentos fundada na década de 60 pelo empresário e pioneiro do Distrito Federal Aroldo Silva Amorim. Com uma experiência que soma mais de mais de 50 anos na avicultura e 20 na pecuária, a longa estrada da Bonasa se identifica com o desenvolvimento da avicultura no Centro-Oeste e com a pecuária na região Norte do Brasil. A atuação da empresa abrange toda a cadeia produtiva, incluindo a criação de aves – avós, matrizes e frangos de corte - suínos, fabricação de rações e armazenamento de grãos, abate, processamento e comercialização de alimentos refrigerados. A Bonasa tem filiais no Distrito Federal, e nos estados de Goiás, Tocantins e parte e parte da região Norte e Nordeste, e tem em seu portfólio atual mais de 160 itens distribuídos em 25 mil pontos de venda. Em 2014, a marca passou a exportar seus produtos para os países da Ásia, África, Oriente Médio, América Central e Caribe, com departamento próprio para esse segmento comercial. (https://www.bonasa.com.br/grupo-bonasa.html).

Fonte: Site das empresas. Org. Autora 2023.

Essas empresas expressam bem o processo de monopolização do território estudado por Oliveira (2016), ao explicar que, na lógica neoliberal, busca-se controlar toda cadeia produtiva. Já que, “a mundialização da economia pressupõe uma descentralização da atividade

industrial e sua instalação e difusão por todo o mundo. Pressupõe também um outro nível de especialização dos produtos oriundos dos diferentes países do mundo para o mercado internacional” (OLIVEIRA, 2005, p. 248). A JBS S/A é um exemplo desse monopólio (Figura 14), produzindo, em diferentes continentes bovinos, ovinos, aves, suínos, apicultura e, também, produtos derivados de origem animal.

Figura 14 – Área de especialização da JBS



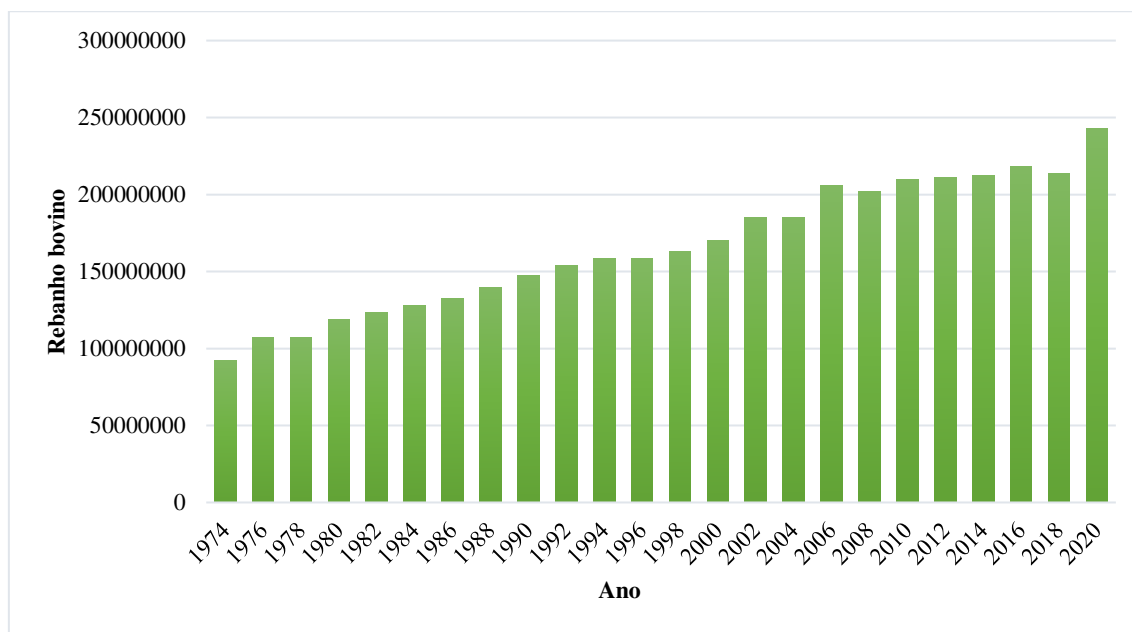
Fonte: Recorte do site oficial da empresa (2023).

Portanto, essa expansão capitalista, na área de estudo, é a expressão dessa fase monopolista do capital, onde as distâncias geográficas não representam mais dificuldade para o alcance do mercado, sendo essa uma das características atuais da fronteira agrícola na área de estudo. Essa, por sua vez, está diretamente relacionada à modernização e à tecnificação do/no campo e tem se expandido por todo território nacional, ocupando grandes extensões de terra voltas para diferentes produções, dentre elas, os grãos (HUERTAS, 2009; SILVA, 2006). Apesar de a maioria dos frigoríficos se localizar no perímetro urbano ou bem próximo a ele, a área de estudo é referência na criação bovina, por isso chamou atenção desse tipo de investimento (SILVA, 2017).

Atividade econômica essa que faz parte das atividades agropecuárias presente na região norte do Tocantins, e que para ser implementada precisa de uma extensão de terra considerável, o que além de destruir a vegetação nativa contribui para problemas e conflitos sociais na região. Pois as pessoas direto ou indiretamente foram impactadas a produção bovina tem aumentado ao longo do tempo em todo estado do Tocantins (Gráfico 1), conforme os dados

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que evidência que a presença de empresas monopolistas corrobora com esse crescimento, pois são elas que compram os animais para abater, processar e exportar.

Gráfico 1 – Crescimento do rebanho bovino de 1974 a 2020, no Tocantins



Fonte: Elaborado a partir dos dados do censo agropecuário e do IBGE⁹. Org. REINALDO, -Thayssllorranny Batista (2023).

A partir dos dados expostos no Gráfico 1, é possível observar que o crescimento da criação de gado, no Tocantins, começa a ser mais expressiva em 1988, com mais de 100.000.000 cabeças de gado. Com a criação do estado, em 1988, a bancada ruralista tem investido em atividades relacionadas ao agronegócio da produção de carne. Desde a década de 1990, esse crescimento continua sendo mais expressivo, sobretudo, a partir dos anos 2000, com mais de 150.000.000 cabeças de gado, em todo estado tocantinense. Nos anos seguintes, o rebanho bovino continuou crescendo e, em 2020, chega a ter mais de 200.000.000 cabeças de gado em todo território estadual. Esse dado evidencia que a pecuária ainda é uma atividade econômica ligada à fronteira agrícola que continua existindo no século XXI.

Nos anos 2000, a conjunta política neoliberal compunha todos os setores da sociedade, e a pecuária, que outrora ocorria de maneira rudimentar e ajudava a abrir picada em meio ao território também se modernizou. Observamos, ainda, que a criação de suínos se destaca desde 1974, porém, sem muito crescimento ao longo dos anos seguintes.

⁹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 15 jan. 2023.

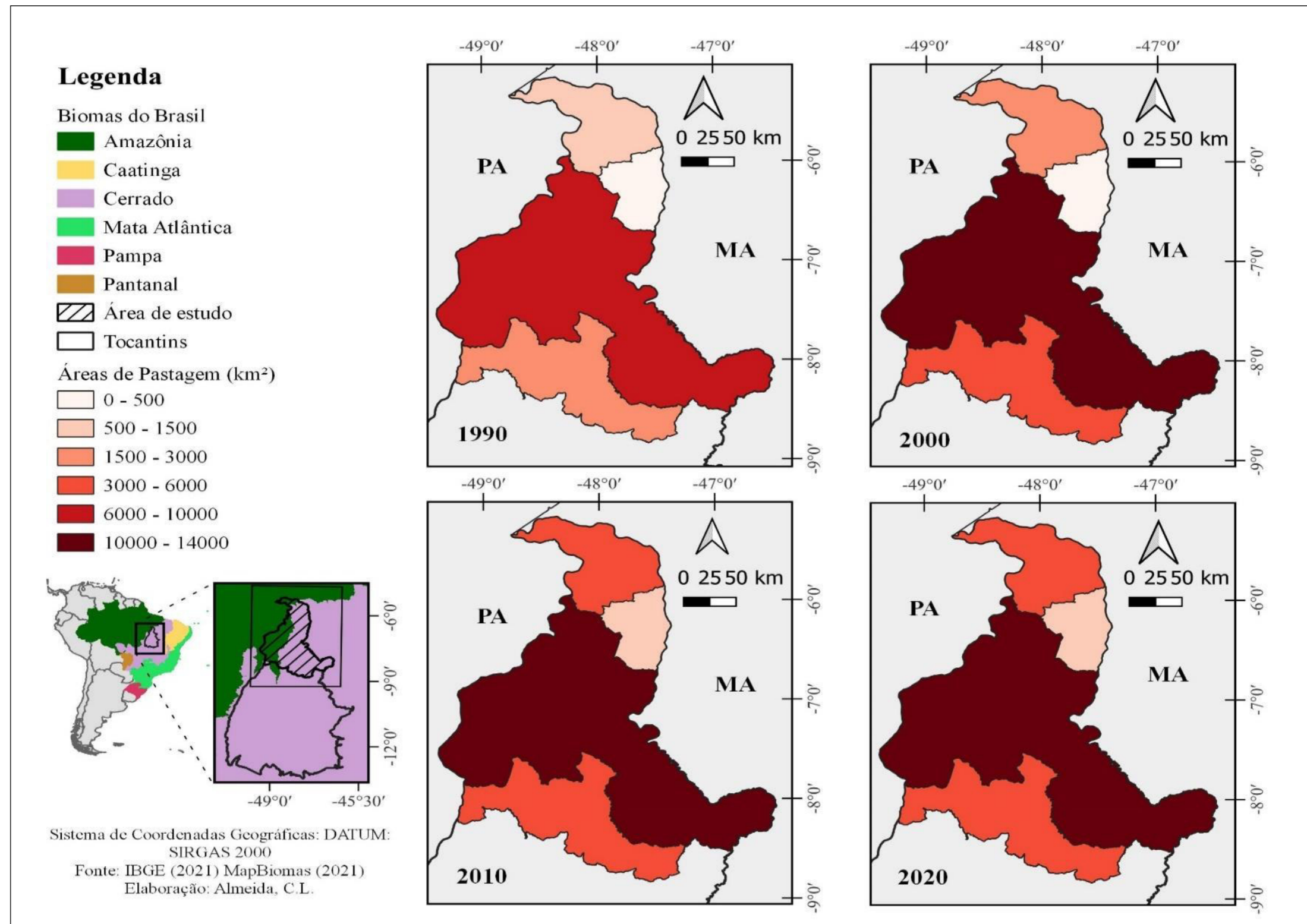
Nesse quantitativo de animas, inserem-se tanto os criados para serem comercializados em frigoríficos e açougues quanto os criados por camponeses, que os usam, em sua maioria, para alimentar a família e, também, vender seus derivados, como leite e doce, como nos relata o senhor Antônio¹⁰:

Aqui eu acordo cedo, bem cedo, umas 4 horas vou pro curral, e começo a tirar o leite da vacas. Eu levo parte para cidade de moto, coloco dois botijões um de cada lado da moto e vou de porta em porta vender. Geralmente o preço do litro e em torno de 3 a 4 reais, do dinheiro que arrecado ajudo a manter as coisas aqui de casa. Além do leite vendido na cidade, nos usamos o leite no nosso consumo, e para alimentar nossos animais. Fazemos coalhada, queijo, requeijão, doce de leite, comemos, doamos para nossos familiares, para a igreja e vendemos uma pequena parte (Entrevista realizada em julho de 2022, em Carmolândia-TO)

O crescimento da pecuária no território pode ser identificado também a partir dos dados do Mapbiomas que possibilitou a elaboração de um mapa mostrando a espacialização desse crescimento ao longo dos últimos 30 anos. No Mapa 6, é possível observar que as áreas de pastagens, no Norte do Tocantins, se expandiram em todas as regiões geográficas imediatas que compõem a área de estudo, no caso, as Regiões Geográficas Imediatas de Araguaína, Araguatins, Colinas e Tocantinópolis. Isso evidencia que a pecuária, sobretudo, a criação de gado ainda é um forte elemento capitalista no território tocantinense. Além disso, percebe-se que a Região Geográfica Imediata de Araguaína foi a que mais aumentou nas áreas de pastagens por km², ao longo dos últimos 30 anos, em um crescimento contínuo, chegando até 2020 com cerca de 10.000 a 14.000 de pastagens por Km².

¹⁰ Nome fictício em homenagem ao quilombola Antônio Gonçalves Diniz, assassinado em 02/07/2021, em Ilhéus, na Bahia.

Mapa 6 – Expansão das áreas de pastagens de 1990 a 2020 no Norte do Tocantins



Fonte: MapBiomas. Elaboração: Cicero Lima de Almeida, Thaysslorranny Batista Reinaldo (2022)

De acordo com Silva (2017), o município de Araguaína-TO é um dos que mais se destaca em produção da pecuária bovina voltada para o abastecimento do mercado externo, isso porque trata-se de uma cidade polo que é referência em saúde e educação para todo o Norte do Tocantins e estados vizinhos, como Pará e Maranhão. O gado produzido e processado nos frigoríficos, conhecidos também como abatedouros, abastece o mercado externo com a carne de maior qualidade, e a comunidade local fica com a de menor qualidade.

Silva (2017) expõe um dado importante a ser considerado para entender a dinâmica da expansão capitalista na região, entendida como espaço fronteiro – que é “justamente um local visado pelo capitalismo (BECKER, 1990; MACHADO, 1992)” – ao mostrar, na sua pesquisa, que houve um salto na balança comercial de Araguaína-TO, que até os anos 2000 apontava uma exportação de cerca de 450 mil dólares, e uma década depois saltou para 65 milhões de dólares. Esse salto coincide com a chegada das empresas monopolistas à região, que ocorreu justamente nas duas primeiras décadas do século XXI. Além disso, a carne bovina, produzida em Araguaína-TO, é exportada para diferentes lugares do mundo, como mostra Silva (2002, p. 202).

A pecuária de exportação tem o Oriente Médio como principal mercado consumidor, destino de mais que metade da produção, com relevância para Egito e Irã, consumidores de 38%; já no MERCOSUL, Venezuela e Chile são responsáveis pela participação de 18,5% do bloco econômico; há ainda consumidores na Europa Oriental, com proeminência para o mercado russo, África e Ásia.

Se até meados do século XX, existia uma pecuária em moldes rudimentar, voltadas mais para o mercado regional, seja por meio da carne, do leite e seus derivados, no século XXI, a relação local-global passa a ser mais evidente, e o capitalismo se apropria do espaço, dando novas configurações ao território das comunidades regionais, haja vista que o modelo agroexportador do agronegócio associa diferentes formas de investimentos capitalista na exploração da terra, com objetivos de buscar lucros extraordinários na dinâmica especulativa da economia mundial. Desse modo, a expansão do agronegócio pressupõe a incorporação de novas terras a sua dinâmica e a exploração do território camponês. Um exemplo claro dessa situação ficou evidente no relato da senhora Joene¹¹, moradora da zona rural de Araguaína-TO.

Moro aqui perto de Araguaína, nossa chácara é pequena, vendíamos leite todo dia cedo na cidade, meu marido acordava as 4 da manhã para tirar leite das vacas. Eu fazia queijo, coalhada e doce e vendia, com a ajuda do dinheiro arrecadado da venda do leite na cidade. Pois tinha que comprar os ingredientes que eu não tinha em casa, às vezes nos também vendíamos uma cabeça de animal, geralmente as novilhas, para a população local. Hoje, com a criação dos frigoríficos, e esse Minerva que fica aqui

¹¹ Nome fictício em homenagem a Joene Nunes Lisboa, ambientalista assassinada em 06/01/2022, em São Feliz do Xingu, no estado do Pará.

pertinho praticamente, a gente nem consegue mais vender o leite e o nosso gado como a facilidade de antes. Até vende, mas é mais difícil. Outro dia meu marido escutou assim de uma moça, e ficou até magoado, nem sei se vocês são limpos, se tem higiene ao fazer esses queijo, eu compro no mercado que sei de onde vem. Aquilo me magoou porque a gente faz as coisas com tanta dedicação e falamos disso, e outras todas as minhas coisas são limpas. Moramos aqui a muitos anos, meu pai morou aqui na década de 1950, até trabalhou na obra da BR-153, criávamos algumas vacas e elas serviam para alimentar a nossa família e também ajudava a comprar roupas, calçados e remédios com o dinheiro arrecadado da venda do leite e dos seus derivados, como o queijo e o doce, por exemplo. (Entrevista realizada em julho de 2022 no município de Araguaína-TO).

O descontentamento da dona “Envira” torna ainda mais evidente que, em um mundo cada vez mais globalizado onde o capital financeiro adentra e reordena o território, a fronteira agrícola do século XXI já não se comporta da mesma maneira que a das décadas de 1960/70/80 do século XX, pois o controle desses espaços está nas mãos de corporações econômicas mundiais, que monopolizam o território sem nem ao menos pisar fisicamente nele. E, se a frente pioneira que adentrava no Tocantins até a segunda metade do século XX, e nas décadas de 1960-1970, tinha a pecuária como principal atividade econômica, nos anos de 1990 e sobretudo no século XXI, outras produções voltadas para o mercado externo são introduzidas no Tocantins. Na área de espacialização de pesquisa desta tese, inicia-se, portanto, a produção de eucalipto no ramo da silvicultura e a intensificação da monocultura da soja¹².

Nessa era neoliberal, o Norte do Tocantins vai sendo espoliado e reordenado não só pelas atividades relacionadas à pecuária, mas também pelas monoculturas, tendo a soja como produção mais expressiva, e atividades ligadas a Silvicultura, sobretudo por meio do eucalipto. Produções que se efetivam com aporte do Estado, por meio de incentivos fiscais e que mostra uma situação descrita por Domingues e Bermann (2012) ao chamarem a atenção para as consequências dessas práticas que impactam diretamente às vidas da população local.

Em relação aos impactos sociais, observa-se o deslocamento de populações das áreas rurais das regiões de expansão da fronteira agrícola para as grandes cidades devido à introdução da monocultura da soja por meio da mecanização, uso de fertilizantes e sementes melhoradas geneticamente, além de expansão de grandes propriedades de terra. As grandes empresas ocupam espaços no campo antes ocupado por culturas familiares diversificadas, reduzindo o emprego no campo e a capacidade de produção de alimentos tradicionais, comprometendo a segurança alimentar da população. (DOMINGUES; BERMAN, 2012, p. 2).

A pecuária e as atividades provenientes dela, seja por meio da venda do gado de corte ou para o abate, continua sendo uma atividade importante, no norte do Tocantins, sobretudo no município de Araguaína. Trata-se de um elemento que conjuntamente com a soja

¹² Essa já tinha seus plantios em Campos Lindos-TO na década de 1990 e no Sul do Estado.

e o eucalipto são os principais compositores da fronteira agrícola, no século XXI, na área de estudo, como mostrar-se-á no capítulo seguinte.



3 A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO SÉCULO XXI E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, NO NORTE DO TOCANTINS

“Nunca na história da humanidade houve condições técnicas e científicas tão adequadas a construir um mundo da dignidade humana, apenas essas condições foram expropriadas por um punhado de empresas que decidiram construir um mundo perverso” (Milton Santos).

O capitalismo monopolista tem alcançado e reorganizado territórios em diferentes pontos do mundo. O Brasil e, conseqüentemente, o estado do Tocantins, também fazem parte desse processo. A modernização da agricultura e os desdobramentos que o processo ocasiona, como desmatamentos, impactos ambientais, conflitos socioterritoriais, desigualdades sociais, modificações nas relações de trabalho e nos usos da terra, têm despertado curiosidade em geógrafos e pesquisadores de outras ciências e gerado diferentes estudos.

Cabe contextualizar que o estado do Tocantins também faz parte dessa lógica global, e o território tocaninense tem sido reordenado a partir de interesses capitalistas, situação que gera e/ou intensifica os conflitos por terra e território na região. Um dos marcos principais desse cenário é a chegada do agronegócio, no século XXI, demonstrando a expansão da fronteira agrícola por meio de investimento hegemônico do capital financeiro e em pesquisas ligadas diretamente à reprodução ampliada do capital e à conversão da terra de trabalho em terra de negócio. É justamente sobre o papel do capitalismo no reordenamento territorial, no Norte do Tocantins, a partir da expansão da fronteira agrícola que este capítulo disserta.

3. 1 Tocantins: um território pensado para atender o capital

O território tocaninense é fruto de uma luta histórica, em um movimento liderado pela elite agrária regional que tinha entre seus objetivos a emancipação e criação do estado do Tocantins, o qual fazia parte do território de Goiás, até o dia 5 de outubro de 1988, sendo, então, criado pela Assembleia Constituinte desse mesmo ano, que coincide com a criação da Constituição Federal de 1988, na redemocratização do país, após vinte e um (21) anos de Ditadura Militar (1964-1985).

O Tocantins faz parte dessa realidade, pois foi um estado pensado e criado com políticas e alianças entre Estado e grandes proprietários de terras. É um estado que faz parte da Amazônia Legal, e que teve seu território reorganizado a partir da expansão da fronteira agrícola e das políticas de ocupação, inclusive, uma delas é a construção da Rodovia Belém

Brasília, que corroborou diretamente para a reorganização territorial. O trecho que passa dentro do Estado é chamado de BR-153, e antes da sua construção (década de 1950), a circulação de pessoas e mercadorias para outras regiões brasileiras se dava, sobretudo, pelos rios Tocantins e Araguaia (BRITO, 2017).

O movimento separatista foi fruto, ao ver de Barbosa (1999), de interesses políticos e econômicos, sobretudo de latifundiários que compunham a bancada ruralista no congresso nacional, os quais, tiveram peso relevante na aprovação da divisão territorial do estado de Goiás e, conseqüentemente, criação do Tocantins. O objetivo, ao se criar uma nova Unidade Federativa brasileira, foi também aumentar o quantitativo de votos dos simpatizantes da classe burguesa junto ao Congresso Nacional. Afinal, tendo mais votos é mais fácil aprovar leis e regalias para a classe de políticos e proprietários de terras. Essa situação política é muito estudada por Martins (1994), na obra *O Poder do Atraso*, ao revelar que as trocas de favores na política nacional não são recentes.

O discurso utilizado para endossar a opinião pública em torno da criação do estado pautava-se no subdesenvolvimento e no isolamento. Por sua vez, a justificativa usada por lideranças políticas e agrárias é que seu desmembramento viabilizaria o desenvolvimento econômico da região (BARBOSA, 1996; CAVALCANTE, 2003). Assim, desde o princípio, houve interesse de capitalistas em criar o estado pela bancada da União Democrática Ruralista (UDR) junto ao Congresso Nacional, uma vez que quem estava por trás desse movimento eram também capitalistas.

Ao contextualizar o movimento separatista que resultou na criação do Tocantins, Cavalcante (2003) mostra que, na década de 1950 (sobretudo nos anos de 1956 a 1960), houve uma intensificação do mesmo. Esse foi um momento que coincide com a política de integração nacional via projetos de ocupação econômica na Amazônia Legal, configurando um momento propício para o desmembramento do então Norte de Goiás ou Norte Goiano do Centro-Sul Goiano. Afinal, ao criar mais uma Unidade Federativa no Brasil, necessitaria, conseqüentemente, de mais políticos no Congresso Nacional que representassem também interesses da bancada ruralista.

Portanto, da mesma forma que as políticas de ocupação rumo a Amazônia Legal pautavam-se na justificativa do isolamento e no pouco povoamento do território, o movimento separatista em prol da criação do Tocantins usava o mesmo discurso que vinha, na verdade, carregado de interesses políticos e econômicos. Pois, trata-se de um território rico em recursos naturais, minerais e hídricos que tem sido alvo do agronegócio por meio da monopolização do território e da territorialização do capital por intermédio de multinacionais, sobretudo no século

XXI, onde o capital financeiro gera diferentes territorialidades. Cabe elucidar que a territorialização do capitalismo, no campo brasileiro, está diretamente relacionada à invasão e expropriação dos territórios indígenas (OLIVEIRA, 1997).

Nessa perspectiva, ao analisar a criação do Tocantins, quando uma bancada ruralista se esforça para haver o desmembramento do território Goiano, tem interesses políticos e econômicos por trás, movidos também pelo interesse nos recursos naturais presentes no território. Um exemplo claro foi a própria criação do município de Campos Lindos-TO, na década de 1990, com a justificativa de implementação do maior Polo de Produção de Grãos e Frutas, o qual contraditoriamente expropriou mais de 90 famílias que moravam no território há várias gerações (LOPES, SUZUKI, 2019; SANTOS, 2013; CANUDO, 2004).

No contexto de criação do estado do Tocantins, em uma escala nacional e mundial, o capitalismo passava por um processo que François Chesnais (1996) denomina de mundialização do capital, ao evidenciar a aliança da classe burguesa capitalista ao nível mundial ao criarem as empresas mundiais. Esse processo, tem como característica a produção de commodities, sob a égide do capital financeiro internacional. Nesse caso, Oliveira (2005) explica a formação dos monopólios capitalistas denominados de multinacionais, são, na verdade, a expressão moderna da etapa monopolista do capitalismo mundial.

Para Harvey (1992), o capitalismo, ao longo do tempo, passou por fases e por processos que o marcaram. Um desses momentos se deu na década de 1970, ao falar das diferentes formas que esse modo de produção age para acumular capital, citando o exemplo da aliança com o sistema financeiro, que passou paulatinamente por uma reestrutura técnica e organizacional para obter maiores vantagens e lucros através do meio técnico-científico-informacional. É um momento, no olhar de Oliveira (2005, 2016), que evidencia a aliança entre Estado e empresas, trazendo à tona uma dinâmica que prioriza a integração entre as diversas tecnologias e os diferentes setores da economia. Paralelo a isso, emergem pesquisas cada vez mais voltadas para o ramo do agronegócio, a produção de alimentos modificados geneticamente é exemplo disso.

A “Revolução Verde”, segundo Porto-Gonçalves (2018), trouxe à tona os estudos biotecnológicos dos transgênicos com suas sementes geneticamente modificadas, maquinários agrícolas, insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, mostrando o poder da alta tecnologia e de agriculturas empresariais pautadas no discurso da segurança alimentar, em um momento em que a Revolução Técnica Científica e Informacional também despontava e a modernização da agricultura alcançava uma escala global.

Esse momento ocorreu na segunda metade do século XX, e também foi conhecido como “Paradigma da Revolução Verde”, por marcar um processo de transformação na agricultura a partir da introdução de recursos tecnológicos na produção. A esse respeito, Rigotto e Rosa (2012, p. 88) explicam que:

Essa escalada inicia-se na segunda metade do século XX, quando empreendedores de países industrializados, por meio de um conjunto de técnicas, prometiam aumentar estrondosamente a produtividade agrícola e responder ao problema da fome nos países em desenvolvimento. E a chamada Revolução Verde passa a se conformar como modelo de produção racional voltado para a expansão das agroindústrias e baseado na utilização intensiva de sementes híbridas e de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), na mecanização da produção e no uso extensivo de tecnologia.

O advento da “Revolução Verde”, pautado também no discurso da “segurança alimentar” (MANIGLIA, 2009, p. 126), contribuiu diretamente para a ocupação e exploração das áreas de Cerrado, inclusive no Tocantins. Pois, justificava-se a ocupação de novas áreas com o discurso que seriam utilizadas para produção de alimentos. Além disso, era um momento em que o Brasil adentrava também nessa lógica global de produção, agindo a partir de três pilares: 1) pesquisa agropecuária; 2) assistência técnica; 3) crédito rural subsidiado, segundo Campagnolla e Macêdo (2022), esse era o padrão adotado em outros países (México e Estados Unidos), onde esse novo paradigma foi implementado.

Os estudos de ocupação das áreas de Cerrado, por exemplo, ocorreram paralelo a esse momento, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada na década de 1970, com pesquisas voltadas para o melhoramento do solo. O Cerrado, segundo Dutra e Souza (2017), foi uma das áreas escolhidas para a experiência em larga escala do pacote tecnológico da Revolução Verde, com apoio e incentivo do Estado. A modernização agrícola e a expansão de agriculturas “modernas” no Cerrado provocaram impactos ambientais e sociais em diversas comunidades que já viviam a gerações no território, como evidenciam os autores em sua pesquisa, ao afirmarem que:

A degradação das áreas de Cerrado é relativamente recente. Este Bioma teve sua vegetação original suprimida na última metade de século na esteira do desenvolvimento da agricultura “moderna”, sustentada no discurso lançado com a Revolução Verde e da produção de alimentos para uma população mundial crescente. O Cerrado cumpriria a função de celeiro mundial de alimentos. Na prática, entretanto, o Bioma se transformou em campo de testes do Pacote Tecnológico, composto pela mecanização agrícola, insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e sementes híbridas. Como resultado, além da não resolução do problema da fome, este modelo gerou impactos socioambientais irreparáveis, com contaminação de cursos d’água e da água subterrânea, desmatamento da vegetação original, extinção de diversas espécies da fauna, expropriação das comunidades tradicionais e consequente extinção de conhecimentos historicamente construídos (DUTRA, SOUZA, 2017, p. 2).

De acordo com Dutra e Souza (2017), o avanço da agricultura moderna nas áreas de Cerrado, com apoio do Estado, teve como marco a década de 1970, a partir da implantação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que se estenderam até 1985. Tais planos tinham entre seus objetivos organizar o território brasileiro, com base em uma lógica geopolítica, que buscava integrar os “vazios demográficos”, principalmente o Centro-Oeste e a Amazônia. Além disso:

[...] os planos elaborados pautavam-se pela criação de projetos que favoreciam diretamente a ocupação e o desenvolvimento dessa região como, por exemplo: Programa de Crédito Integrado (PCI), Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). (DUTRA; SOUZA, 2017, p. 8).

Esses programas resultaram na expansão da fronteira agrícola e na incorporação de extensas áreas de cerrado ao processo produtivo. Um movimento antagônico gerador de riqueza para classe burguesa e pobreza para a classe trabalhadora, pois, para aumentar as áreas de produção (soja, milho, arroz) muitos sujeitos foram expulsos do campo. Essa situação contribuiu diretamente para o aumento de casos de violência no campo no Brasil.

Com a expansão capitalista monopolista, por todo globo terrestre, o território tocantinense também entra no rol de interesse local-global, seja por ser rico em biodiversidade e recursos naturais, ou por ter um solo propício para plantação de soja ou ainda pela facilidade do Estado em apoiar a entrada de empresas no Tocantins. O interesse da classe burguesa pelo território tocantinense não é recente, e em outros momentos econômicos também se fez presente e influenciou no reordenamento territorial.

A pesquisa realizada por Cerqueira (2016) corrobora na identificação de alguns desses momentos, como por exemplo, o período aurífero (século XVIII); a atividade agropecuária tradicional (século XIX e XX); a colonização espontânea e oficial em zonas pioneiras (primeiras décadas do século XX); a exploração dos garimpos de cristal, que deram origem a algumas cidades no Norte (primeira metade do século XX), como Cristalândia-TO, Pium-TO e Dueré-TO. Esses são demonstrativos de que os elementos economia e política foram pilares para o reordenamento territorial, em diferentes momentos da história do povo tocantinense, os quais foram espoliados de diferentes maneiras, e muitos mortos e ameaçados com a chegada da expansão capitalista, como evidencia o autor, ao se basear em Giraldim, afirmando que:

[...] antes da chegada dos povos não indígenas, a partir do século XVIII, a região entre os rios Araguaia e Tocantins, que hoje forma o Estado do Tocantins, era povoada por diversos povos indígenas. Dentre eles podemos citar os Akroá, Xacriabá, Xavante, Xerente, Javaé, Xambioá e Karajá em sua maioria pertencentes ao grupo linguístico

Macro-Jé. Somente os Avá-Canoeiros, pertenciam ao tronco linguístico Tupi. A população indígena do atual estado do Tocantins sofreu os impactos de ocupação dos não indígenas e para garantir o desenvolvimento da região o governo apelou por expedições armadas e construções de presídios o que levou a dispersão e até mesmo a completa extinção de algumas tribos indígenas da região (CERQUEIRA, 2016, p. 6).

Segundo Oliveira (1997), à medida que o capitalismo se expandiu sobre o território indígena, o espaço e tempo do universo cultural dos povos originários foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. Fato resultante desde a chegada do europeu nas terras que hoje formam o Brasil, que os dizimou, configurando um verdadeiro genocídio. Os povos originários veem o território por um olhar totalmente diferente do capitalista, nesse caso, o:

Território indígena é, portanto, um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. Há que se ressaltar, ainda, que a apropriação de recursos naturais não se resume produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria-prima para a construção de casas, para enfeites, para a fabricação de arcos, flechas, canoas e outros e, ainda, em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem. Para que o povo possa sobreviver e se reproduzir, necessita de muito mais terras do que as que utiliza simplesmente para plantar. E é justamente esse espaço da sobrevivência, com tudo que ela implica, que denominamos território. E o território indígena tem uma particularidade: o de ser coletivo e pertencer igualmente a todo o grupo. Não existe a propriedade privada entre os índios. Todos têm acesso à terra, e esse acesso é efetivado através do trabalho e de ocupação de fato de uma determinada porção do território tribal. Os grupos indígenas também têm diferentes formas de concepção de seu território. Alguns, fundamentalmente sedentários, estabelecem fronteiras definidas. Outros, como é o caso dos povos Jê do Brasil Central, têm (ou tiveram) suas fronteiras em constante expansão em função de atividades guerreiras, ou da caça e coleta (OLIVEIRA, 1997. p. 160).

Lira (2018), Santos (2019) e Cerqueira (2016) concordam que a expansão do capitalismo tem impactado diretamente os povos originários que vivem nas terras tocaninenses. E, no século XXI, esses povos precisam resistir diariamente e lutar em defesa de seus territórios, frente a expansão da fronteira agrícola, que tem como principais elementos nessa contemporaneidade, o investimento do capital financeiro para produção de *commodities* como a soja, e a implementação da silvicultura (com destaque para a plantação de eucalipto) e a pecuária. Essas são atividades econômicas que fazem parte do rol de exportação local para uma escala mundial, a exemplo do Oriente Médio, que recebe boa parte da carne produzida em Araguaína-TO (SILVA, 2017). Todas essas atividades têm expropriado e expulsado muitos grupos sociais que compõem o campesinato na região, inclusive, os indígenas e posseiros.

Cabe lembrar que a pecuária é também um elemento econômico forte na Região Geográfica Intermediária de Araguaína, e, além disso, soma força na mundialização da

agricultura quando pensada no norte do Tocantins, pois, parte da produção é exportada para o exterior, como evidencia o site oficial de um dos frigoríficos (Figura 15), localizados no município de Araguaína-TO, no caso, o Minerva.

Figura 15 – Internacionalização da produção de carne bovina



Fonte: <https://minervafoods.com/> (13/08/2022).

Quando se pensa na mundialização do capital, a união entre empresas de todo o mundo é uma das características nessa fase neoliberal do capitalismo financeiro monopolista (CHESNAIS, 1996; BROWN, 2019). A expansão do frigorífico Minerva Foods por toda América Latina é um exemplo dessa união entre empresas e grupos econômicos.

A monopolização do território está diretamente relacionada à mundialização do capital e a internacionalização da economia brasileira. No que concerne à ligação ao nível mundial do modo capitalista de produção, François Chesnais (1996) aponta para a fusão e a aliança entre empresas de diferentes continentes e para o alcance dessa parceria nos diferentes povos que habitam a Terra, para explorar mão de obra, força de trabalho, matéria-prima, recursos minerais naturais, incentivos fiscais ou qualquer coisa que possibilite a reprodução ampliada do capital e sua acumulação, nem que, para isso, a própria vida humana seja posta em risco.

A palavra “mundial”, usada por Chesnais (1996), traz à luz o impacto que esse processo da mundialização do capital tem causado às diversas comunidades que ocupam o planeta Terra, já que a palavra globalização, na visão do autor, traz “empiricamente” a ideia de um mundo nascendo sem fronteiras, e as grandes empresas como destituídas de nacionalidade, o que não é verdade. Pelo contrário, a mundialização do capital fez com que desigualdades já

existentes se intensificassem, e instituições, políticas e mundiais, fossem criadas para facilitar a expansão do capital pelo mundo:

A mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é produzir em "qualquer lugar do mundo" onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente seja possível. Sua hegemonia se deu pelo processo de consolidação dos oligopólios internacionais denominados empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. Esse processo histórico teve como sujeitos principais, a emergência dos Estados Unidos como, praticamente, única potência militar e econômica no mundo. (OLIVEIRA, 2012, p. 3).

Oliveira (2012, 2016) afirma que não é preciso ser dono da terra ou estar nela para que ocorra a monopolização do território, pois as empresas controlam o processo produtivo, mesmo não sendo proprietárias dela. As principais empresas monopolistas que atuam no Brasil, segundo o geógrafo são:

No Brasil, monopolizam o setor de grãos as empresas mundiais ADM, Cargil, Bunge, LDC; Los Grobos, El Tejar e Enrique Bañuelos; as nacionais Caramuru e AMAGGI, que está indo para a Argentina; e as cooperativas Coamo e Cocamar. No setor de sementes atuam a Monsanto e a Syngenta. O setor do leite é dominado pela Nestlé. No setor de suco concentrado de laranja cabe destacar a antiga aliança da Cutrale com a Coca-Cola, fazendo com que ela assumisse plantas industriais da multinacional na Flórida nos Estados Unidos. Pode-se destacar também a proposta de fusão entre a Citrovita do grupo Votorantin e a Citrosuco do grupo Fischer. No setor de carnes, a BRF – Brasil Foods tornou-se a maior empresa mundial de carnes de aves e suínos; a JBS (Friboi) adquiriu a Swift argentina, a Swift Foods & Company norte-americana, a Inalca italiana, a Smithfield Beef norte-americana, a australiana Tasman e por fim associou-se ao grupo nacional Bertin, tornando-se a maior empresa mundial de carne bovina. O mesmo aconteceu parcialmente com o Marfrig Group, que possui atuações na Argentina, Uruguai, Chile e comprou o segmento de peru da francesa Doux Frangosul e a Seara Alimentos da Cargill no Brasil. Neste setor há ainda o grupo Unilever e a Doux Frangosul (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Entre as empresas monopolistas citadas por Oliveira (2005), encontram-se algumas, como a Cargil, Bunge (Campos Lindos-TO) e a JBS (Araguaína-TO), identificadas ao longo dos trabalhos de campo.

Segundo Oliveira (2012), muitos dos processos de fusões, associações e aquisições das empresas monopolistas foram feitas com a participação do BNDES e dos fundos de pensão dos trabalhadores das estatais brasileiras. Ademais, as empresas monopolistas juntam de forma articulada alianças de classe com o capital mundial e fazem simultaneamente “[...] a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra” (OLIVEIRA, 2012, p. 10). Assim, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da

propriedade para produção, na produção em si e na comercialização. Trata-se de uma verdadeira aliança entre capital, burguesia e Estado.

A renda da terra é um dos principais atrativos para o monopólio de terras, pois é “[...] um lucro extraordinário, suplementar, permanente [...] é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio” (OLIVEIRA, 2007, p. 43). Em outras palavras, Rodrigues (2001, p. 19) explica que “a renda se constitui num tributo que se paga ao proprietário da terra, e que resulta do monopólio da terra por uma classe ou fração de classe” (RODRIGUES, 2001, p. 19). Nessa ótica, além da renda da terra, um dos principais anseios do capitalismo é a geração de lucro, o qual é extraído por meio do trabalho social não pago (mais valia). A lógica capitalista segue sendo a acumulação de capital, definido por Oliveira (2007, p. 180) como:

Capital: produto de uma relação social que se estabelece entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho, força essa que os primeiros compram e os segundos vendem; materializa-se no dinheiro investido no processo de produção de mercadorias, de onde se extrai a mais-valia.

A extração da mais-valia e a apropriação do território no processo de mundialização do capital, engendra diversos problemas sociais e ambientais, indo desde o desemprego ao aumento da fome, situação observada no Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO. Uma comunidade que, após ser expulsa das terras onde morava, passou a viver em um acampamento no meio do Cerrado tocantinense, em situação de violência (física e psicológica) e conflito ao lutarem para retornar para a terra de trabalho, em que outrora moraram.

A territorialização do capital, segundo Harvey (2004), é a garantia da aplicação das condições de acumulação capitalista, marcada pela produção desigual do território e intensificação das desigualdades sociais. Nesse caso, “a territorialização é em última análise resultado de lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas” (HARVEY, 2004, p. 108).

Para Oliveira (2012), a territorialização do capital ocorre quando a agricultura é desenvolvida sob a forma capitalista. Um exemplo disso são as produções mecanizadas, como as monoculturas da soja, o eucalipto e produção de carne bovina para abastecer o mercado externo. Nesse contexto, ocorre também a apropriação da renda capitalista da terra em sua forma absoluta¹³ e diferencial¹⁴. A partir da leitura das obras do pesquisador, foi possível

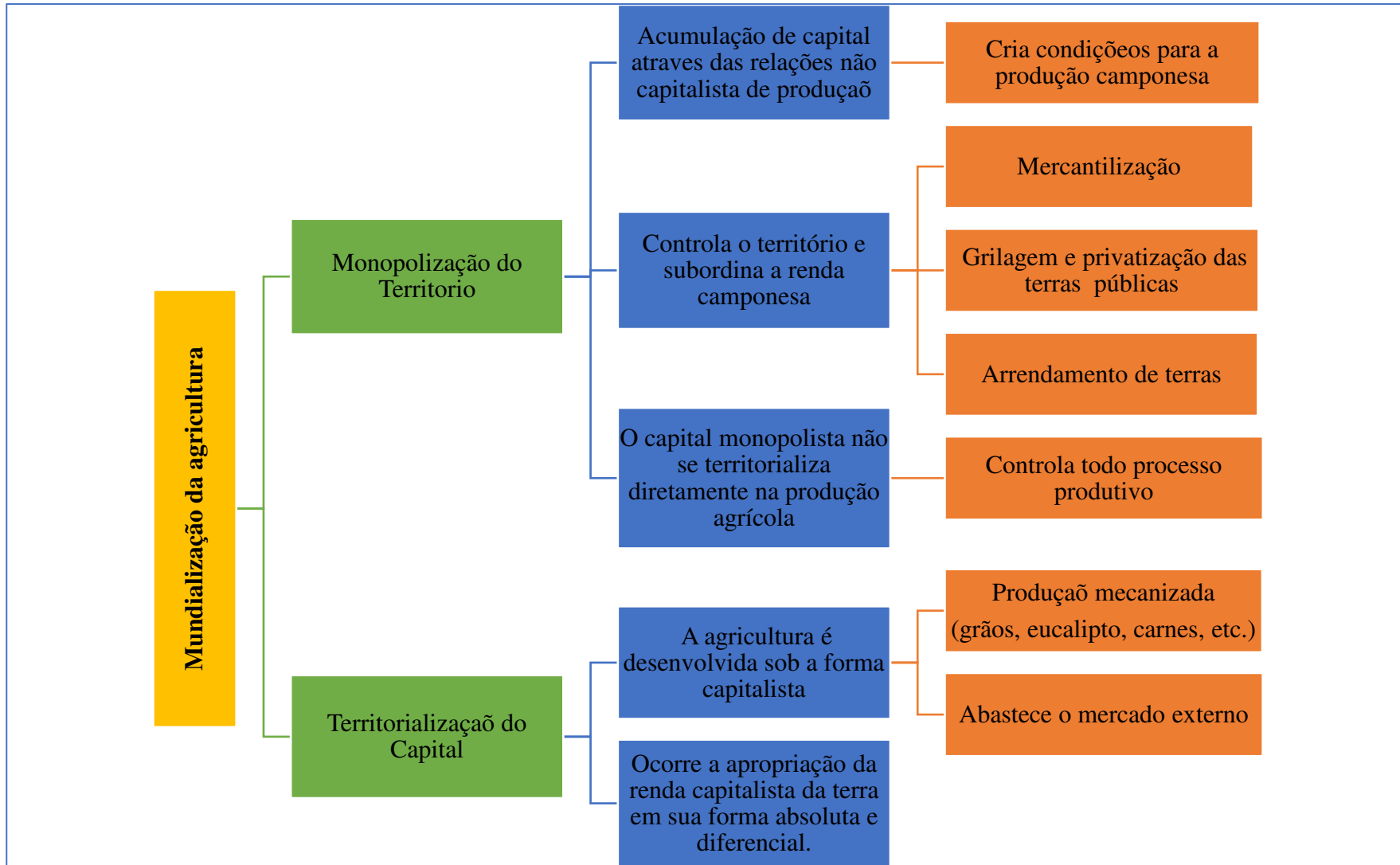
¹³ A renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário da terra e o interesse da sociedade como um todo (OLIVEIRA, 2007, p. 56).

¹⁴ A renda capitalista da terra é, pois, aquela parte suplementar do lucro que o capitalista recebe acima do lucro médio. Quando resulta da diferença da fertilidade natural ou da localização é renda da terra diferencial I, mas, quando provém do aumento da fertilidade decorrente de investimento de capitais para melhorar a fertilidade natural, é renda da terra diferencial II. Trata-se, pois, de uma terceira causa da renda da terra diferencial, mas

sistematizar o fluxograma (Figura 16) que sintetiza os dois conceitos trabalhados: a monopolização do território e a territorialização do capital.

ao contrário das outras, é uma causa eminentemente capitalista, pois se trata do efeito do investimento de capital (OLIVEIRA, 2007, p. 52).

Figura 16 – Processos de monopolização do território e territorialização do capital



Fonte: Oliveira (2005, 2016). Org. REINALDO, Thayssllorranny Batista (2023)

Da aliança entre capital e Estado surgiu também o fortalecimento das relações econômicas. Sobre esse ponto, Oliveira (2016) declara que o capitalismo não está centrado somente nos países ricos, mas sim, está em todos os lugares do mundo, onde as empresas multinacionais estão. Assim, a produção capitalista internacional é proveniente da incorporação de mão de obra de muitos países em uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada. É por isso que a maioria da força de trabalho empregada nas multinacionais está fora de seus países de origem, inclusive no norte do Estado do Tocantins, onde muitos sujeitos trabalham nas lavouras de soja e eucalipto; muitos desses são camponeses que usam o trabalho assalariado para complementar a renda da família, pois não conseguem se manter somente com a produção na terra de trabalho, sobretudo, após a chegada da soja na região, que além limpar do solo, toda vegetação nativa ou boa parte dela polui o solo e os rios que passam dentro da terra dos camponeses.

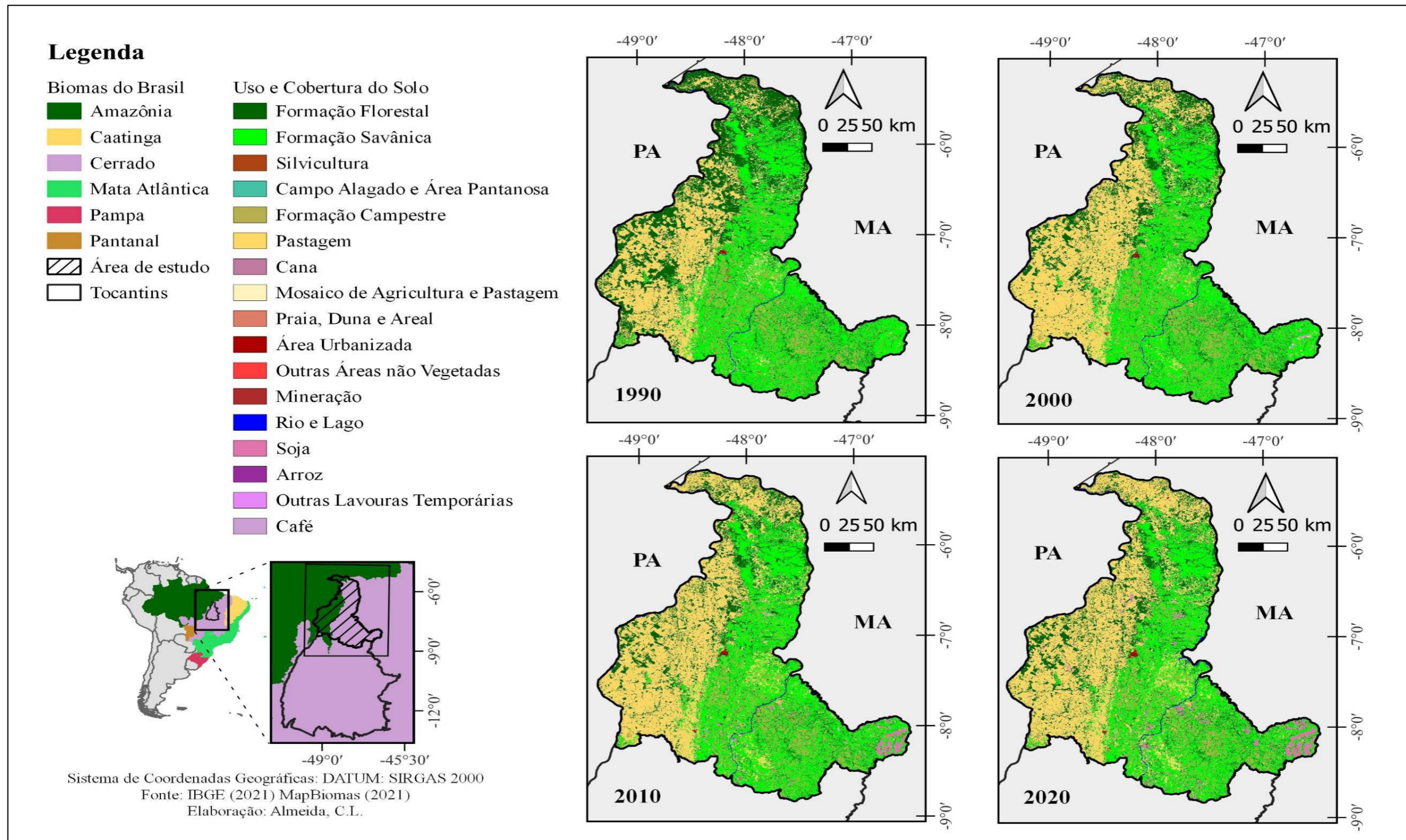
De acordo Oliveira (2005, 2016), a ligação entre mercados mundiais foi possível devido à associação de empresas nacionais a empresas estrangeiras mundiais, transformando ambas em mundiais, em uma espécie de aliança. Nesse caso, o capital disseminou-se pelos países emergentes, arrebatando setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais.

Essa expansão capitalista por todo o globo terrestre é uma das expressões do neoliberalismo, que adentrou, conforme Dardot e Laval (2016), em todos os setores da sociedade, deixando um rastro de destruição por onde passa. Haja vista que:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 14).

A partir dessa leitura da expansão monopolista do capital, ocorrendo em paralelo ao movimento que endossou o debate em torno da divisão do estado de Goiás e consequentemente criação do Tocantins, é preciso considerar também esse contexto econômico ao refletir sobre a formação territorial e a expansão do agronegócio, na fronteira agrícola, na região, que se intensificou sobretudo a partir de 1990, como podemos observar no Mapa 7, que mostra numa escala de 30 (trinta) anos, com intervalo a cada 10 (dez) anos, a expansão do uso do solo no Norte do Tocantins. Demonstrativo esse que ajuda na reflexão sobre a expansão das atividades econômicas na área de estudo. Dentre elas, no Mapa destaca-se o aumento das áreas de pastagens, de plantio de soja e das atividades do ramo da silvicultura.

Mapa 7 – Uso e ocupação do solo no Norte do Tocantins (1990-2000)



Fonte: MapBiomas. Elaboração: Cicero Lima Almeida, Thayssllorranny Batista Reinaldo (2022).

No Mapa 7, podemos observar que a abertura de novas pastagens na área de estudo foi intensa desde a década de 1990, sobretudo no bioma Amazônia. Cabe explicar que quando esses dados foram coletados, mostrando o ano de 1990, já havia uma extensão considerável do uso do solo por pastagens, geralmente usadas para a criação do gado. Essa situação reforça a tese dos diferentes pesquisadores que já relataram a influência da pecuária no reordenamento territorial da região e até mesmo como elemento intensificador e gerador de conflitos por terra e território (ASSIS, 2009; VELHO, 2009). Afinal, nessas áreas, já moravam diferentes sujeitos, inclusive os povos originários.

Pode-se observar, ainda, que a expansão da pecuária aumentou consideravelmente na Região Geográfica Imediata de Tocantinópolis, no extremo norte do estado. Trata-se de uma área que se insere em uma região nacionalmente conhecida como Bico do Papagaio, regionalizada, inclusive, devido os conflitos agrários (SADER, 1986; ROCHA, 2015).

O avanço da pecuária é observado também por toda parte ocidental (ANEXO B) da área de estudo, as quais abrangem boa parte da vegetação florestal do bioma Amazônia. Pois como já foi escrito em outros momentos, no estado do Tocantins, existem dois biomas: Amazônia e Cerrado; é justamente na área de estudo que se encontra a área de transição entre eles. A parte ocidental do estado é a que faz limite com os estados do Pará e Mato Grosso, porém, a área com o bioma Amazônia é que faz limite com o Pará.

Observa-se, também no Mapa 7, que, ao longo do tempo, as áreas de vegetação nativa de ambos os biomas diminuíram, visto que ao longo dos 30 (trinta) anos ocorreu uma diminuição intensa das áreas de floresta. Esse é um reflexo de diferentes atividades que podem ir desde a derrubada da mesma para pastagens e criação de gado, como o aumento populacional e crescimento de cidades (principalmente Araguaína-TO). Além disso, ocorre também a derrubada ilegal de madeiras na área estudada, como alguns entrevistados apontaram:

Daqui só escuto o motosserra estralando dentro dessas matas, muitas vezes até durante a noite. O povo sabe que é proibido, mas mesmo assim corta, já não basta as queimadas, se tirassem um pé ou outro pra fazer uma casa, ou arrumar uma cerca eu até entendia, mas pra vender ou fazer não sei nem o que? Nãoomono entendo não, é todos nós perdemos com isso (Entrevista realizada em março de 2020 em Carmolândia-TO).

Outro interlocutor da pesquisa destacou que:

Eu lembro que cheguei aqui nos anos 1970 tinha tantas árvores, altas, tudo verdinha, chovia tanto. Pouco a pouco a foram derrubando tudo, para criar gado, construir cidades. Nos lá em casa continuamos criando nossas vaquinhas, vendendo nosso leite, por um tempo, depois tentaram comprar nossas chácaras. E tudo foi mudando. (Entrevista realizada em julho de 2022 em Araguaína-TO).

Além das pastagens, a soja foi outro produto *commodities* que se expandiu na área de estudo, configurando a expansão da fronteira agrícola na região; resultado de interesses capitalistas alicerçados por uma política neoliberal.

Observa-se no Mapa 7 que a produção de soja, até 1990, era praticamente inexistente, e que nos últimos dez anos do século XX, já havia algumas plantações na Região Geográfica Imediata de Araguaína-TO, especialmente no município de Campos Lindos-TO, criado justamente com apoio do Governo Estadual da época, no caso, o então Governador José Wilson Siqueira Campos (LOPES; SUZUKI, 2019), para ser um polo de produção de grãos. A expansão da soja, na década de 1990, corrobora com o entendimento da organização da fronteira, no século XXI, sobretudo ao evidenciar e reforçar a aliança existente entre o Estado e a classe burguesa, entre, agora, o Estado e o Capital mundial. Os autores elucidam que diversas famílias foram expulsas de terras, e essas foram doadas a terceiros pelo então governador.

O aumento da produção exposto no Mapa 7 é consequência do contexto político-econômico das duas primeiras décadas do século XXI. A partir do dia 06 de maio de 2015, por exemplo, todo o território tocantinense passou a fazer parte do Projeto MATOPIBA, região considerada a última fronteira agrícola nacional. Uma região pensada e proposta pelo Governo Federal por meio do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA-MATOPIBA) e da criação do Comitê Gestor via Decreto Federal nº 8447 (6/05/2015), no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016), tendo como ministra da agricultura a Kátia Abreu (Partido Progressista), defensora da classe burguesa e do agronegócio, conforme mostra uma fala da mesma em uma reportagem¹⁵ realizada pelo jornal Senado Notícias, emitida no dia 19/10/2016.

Nós queremos ter um continente de prosperidade, não com uma varinha de condão, não apenas uma ideia ufanista, mas temos condições e meios para fazer com que os produtores nativos, os pequenos e os médios possam ser inseridos nesta grande prosperidade do agronegócio.

O nome MATOPIBA refere-se ao acrônimo das siglas dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e é uma das expressões da fronteira agrícola atual no estado do Tocantins. Trata-se de uma área estrategicamente pensada para o agronegócio, e tem impactado diretamente milhares de famílias que vivem no campo. Pois, a expansão do agronegócio, além de contribuir diretamente para a expropriação do homem do campo, de camponeses-posseiros,

¹⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/10/19/katia-abreu-destaca-potencial-do-matopiba-ultima-fronteira-agricola-do-pais>. Acesso em: 13 set. 2021.

ribeirinhos e quebradeiras de coco babaçu, invade o território de comunidades tradicionais e dos povos originários e polui a água, gerando conflitos socioterritoriais com os ribeirinhos. Essa realidade é vivenciada, por exemplo, pelos ribeirinhos dos municípios de Araguaia-TO, Tocantinópolis-TO, e no povoado Porto Lemos, em Santa Fé do Araguaia-TO.

A expansão da fronteira agrícola, segundo Jesus (2020), é resultado também da junção de políticas pensadas no âmbito global, e da modernização da agricultura no território brasileiro, haja vista que as inovações tecnológicas passaram a exercer um poder relevante sobre a agricultura. Trata-se de uma política neoliberal que beneficia a classe capitalista em detrimento da camponesa. Além disso, existem tensões e conflitos sociais que são fruto dessa contradição que sustenta a manutenção de uma modernização desigual e conservadora.

O estudo de Jesus (2020), sobre a fronteira agrícola nas áreas do MATOPIBA, ajuda-nos a entender diretamente o território tocantinense, especialmente a área de estudo, o qual, no século XXI, tem a soja e o eucalipto como uma de suas principais atividades econômicas que reordenam o território para atender suas demandas.

3. 2 Da soja ao eucalipto: as transformações espaciais recentes no norte do Tocantins e a expansão da fronteira agrícola

A modernização e a tecnificação na fronteira agrícola têm se expandido por grandes extensões de terra voltadas para diferentes produções, com destaque especial para os grãos. Segundo Silva (2006) e Huertas (2009), as regiões Centro-Oeste e a Amazônia Legal têm sido impactadas com a produção de monoculturas, tanto em questões ambientais quanto sociais. Para Silva (2006, p. 2):

A fronteira agrícola capitalista brasileira é um processo social que reflete e condiciona a (re)produção de um espaço geográfico através da incorporação de terras e mão de obra em áreas selecionadas pelas forças sociais representantes do processo de reprodução do capital em direção a espaços até então periféricos e marginalizados.

No caso, a expansão da fronteira agrícola está diretamente relacionada com o agronegócio, e, também, com a utilização de técnicas sofisticadas no campo e até mesmo no processo de industrialização nos espaços agrários. A esse respeito, Machado (1995) explica que não se trata de um conceito fechado, e sim de um entendimento sobre o processo em que o pioneiro é visto como aquele que induz o novo (formas de ocupação e usos da terra) a partir das relações de reprodução ampliada do capital. Nesse processo, o conflito com os habitantes do lugar se instala ou se intensifica, conforme mostrou Martins (1980, 1996, 2009).

Quando a fronteira agrícola, por meio do agronegócio se expande no Norte do Tocantins, modificam-se também as relações sociais e de trabalho da/na população local.

Assim, por exemplo, camponeses que outrora conseguiam se manter com o cultivo na terra de trabalho, atualmente, já não conseguem e trabalham, na época de colheita da soja, em Campos Lindos-TO, como forma de complementar o sustento da família, como relataram camponeses campolindenses.

Meus filhos trabalham nas plantações de soja que são vendidas para a Bunge. Com isso, eles conseguem comprar as coisas que eles precisam e ajuda também nos gastos lá de casa. Hoje está tudo caro, a gente não consegue mais manter totalmente do trabalho na roça, antigamente eu até conseguia, mas hoje foi tudo ficando mais caro, as terras já não produzem como antes e até mesmo os peixes dos rios desapareceram em alguns lugares e em outros diminuíram. Eu acho que tem a ver com essas plantações de soja, porque o povo derrubou tudo para plantar soja dizendo que ia ser bom, ia dar trabalho. É deus, mais é só por um período de tempo e também a gente não consegue mais produzir como antes. (Entrevista realizada em julho de 2022 em Campos Lindos-TO)

Já a senhora Maria Lucia¹⁶, ao lembrar do contexto da década de 1980, fez o seguinte relato:

Aqui tínhamos fartura, a mandioca, o feijão, a abobora, o arroz, tudo plantado de acordo com a época da chuva e as fases da lua. Eu aprendi isso com meus pais, não sei ler, mais sei certinho a melhor época de plantar e também um monte de remédio caseiro para dor de cabeça, gripe e comida que faz mal. Eu nem gosto mesmo de remédio de farmácia, mas hoje em dia minhas plantas e colocada aqui no quintal eu nem posso mais ir onde morava. Sai de lá, criei meus filhos lá. Hoje lá só tem soja e mais soja. Meus filhos trabalham na época da colheita, mas me dar uma tristeza danada quando eu lembro do fim da tarde, da fartura que eu tinha e hoje a maioria das coisas eu preciso comprar (Entrevista realizada em julho de 2022 em Campos Lindos-TO).

Nas narrativas, entendemos quando Martins (2009) chama-nos a atenção para a necessidade de olhar para a fronteira enquanto processo espacial e social, não se restringindo a entendê-la somente como um limite geográfico. Pois, com as mudanças sociais e econômicas ocorridas ao longo do tempo, é necessário ultrapassar o olhar restrito (HISSA, 2006; FERRARI, 2014; MACHADO, 2005). Nesse sentido, quando o capital monopolista se expande nesse espaço e dá uma nova funcionalidade para ele, a partir da ação dos atores sintagmáticos do território (Estado Neoliberal, empresas multinacionais, grupos sociais), novas territorialidades são geradas.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2004, p. 3).

¹⁶ Nome fictício em homenagem a Maria Lúcia do Nascimento, liderança de uma Assentamento localizado em União do Sul no estado de Mato Grosso, assassinada em 13/08/2014.

Dentre as territorialidades modificadas, os modos de vida da população são um exemplo: se antes dona Maria da Luz¹⁷ podia plantar e sustentar os filhos somente com a lida na terra de trabalho, na atualidade, isso já não é mais possível, porque ela não tem mais a terra para trabalhar e precisa comprar desde alimentos processados a alimentos que antes eram a base da produção familiar (arroz, feijão, abóbora, fava, milho, amendoim, mandioca, criação de ave e porcos); na atualidade, ela precisa se organizar em um pequeno lote de 30x60 metros para tentar, pelo menos, plantar e manter vivo o que dava sentido para ela. Porque, segundo ela, apesar da lida na terra não ser fácil, sobretudo debaixo de um sol de mais 30°, ela era feliz e guarda lembranças daqueles momentos:

Acordava bem cedo, passava o café, arrumava os filhos para ir à escola. Meu esposo ia pra roça, quando era na época de plantar, ele plantava, quando era pra colher juntava os filhos, vizinhos, todo mundo e ajudava. Eu matava umas três galinhas, porque no trabalho pesado precisa estar bem alimentado, fritava uns ovos, fazia uma farofa, cozinhava arroz e ia pra lá também. Cortava arroz, batia arroz, colocava arroz no sol, nós sabíamos os que estávamos comendo. Hoje em dia eu nem sei o que eu como de fato, porque meu médico me disse que eu preciso por exemplo parar de comer um monte de coisa de mercado, essas coisas que vem embalada, milho, sardinha, salsicha, ele disse lá várias coisas. Mas na verdade eu acho que nem esse arroz aqui é feito como naquele tempo, a máquina que deve colher o nosso era todo mundo, catava, sorria, contava história, lembrava de causos do passado, falava da vida dos outros. No outro dia, por mais que eu estava cansada, eu sorria quando lembrava das histórias. Hoje eu sei que não tenho a força de antes, mas eu me lembro de tudo, e sinto falta da paz de viver na roça. Sento aqui nessa área vejo caminhões passar carregado de soja, antes nessas estradas nos passávamos a pé, de animal, de bicicleta indo pra roça, pra casa do vizinho que morava na chácara vizinha. Hoje eu nem sei mais onde muitos deles andam. Só sei que muitos de nós que perdemos a nossa terra, tivemos que procurar outros meios pra viver. Outros que estão na terra e não conseguem produzir, arrendaram ela para plantar soja (Entrevista realizada em julho de 2022 em Campos Lindos-TO)

A expansão da fronteira agrícola na região não provocou somente impacto ambiental, mas atingiu diretamente a vida da população em todos os seus aspectos (emocional, físico, trabalho, economia, cultura) o relato de dona Maria da Luz. Uma narrativa repleta de evidências importantes para entender a área de estudo, a partir da monopolização do território com a expansão da produção de soja enquanto uma *commodities* fundamental na produção do agronegócio. No processo, as terras camponesas quando não são desapropriadas em “benefício” da produção de grãos para o mercado mundial, são arrendadas a preços inferiores para a produção de soja.

Com isso, empresas monopolistas arrendam a terra para produzir soja em Campos Lindos-TO, terras essas que, no passado (até a última década do século XX), camponeses

¹⁷ Nome fictício em homenagem a posseira Maria da Luz Benício de Sousa, em Junco do Maranhão, em 18/06/2021.

plantavam alimentos para o consumo da família. Geralmente, a prática de arrendar a terra ocorre com frequência entre os fazendeiros. Os camponeses, na sua maioria, ainda plantam e comercializam na feira da cidade a produção e têm como complemento da renda familiar, muitas das vezes, a aposentadoria, o Bolsa Família e a ajuda vinda de filhos e familiares.

O arrendamento de terra é uma prática recorrente no Brasil, e tem uma relação direta com a renda fundiária. Essa, por sua vez, é uma categoria espacial da Economia Política, pois ela é um lucro extraordinário suplementar e permanente que ocorre seja no campo ou na cidade (OLIVEIRA, 2007). O lucro permanente é produto do trabalho excedente, que é “a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência” (OLIVEIRA, 2007, p. 43). A renda terra é uma fração da mais-valia (trabalho não pago).

[...] no modo capitalista de produção, a renda da terra é sempre sobra acima do lucro (do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, aliás, sem esse lucro médio nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir). Ela é, dessa forma, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que a mais-valia, ou seja, trabalho excedente (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

De acordo com Oliveira (2007), a renda da terra no modo capitalista de produção se divide em renda diferencial (resulta da concorrência) e renda absoluta (resulta do monopólio), ambas têm a ver com a reprodução do capital. Na prática, o autor pondera que é difícil distinguí-las, mas ele esclarece que:

A renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado. Já a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta de fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para coloca-la para produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas (OLIVEIRA, 2007, p. 43-44).

Além da renda diferencial e da renda absoluta, Oliveira (2007, p. 44) cita a renda de monopólio, que é “[...] também lucro suplementar oriundo derivado, de um preço de monopólio, de certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotado de qualidades especiais”. Essas formas de renda citadas existem quando a produção agropecuária é baseada nas relações capitalistas de produção. Com a expansão do agronegócio na área de estudo, essa prática passou a ocorrer com mais frequência. Da produção de soja, por exemplo, em Campos Lindos, parte é produzida por meio de arrendamento de terras.

Em Campos Lindos-TO, foi possível perceber que a expansão da monocultura da soja impactou diretamente o meio ambiente e a população local. Camponeses que antes podiam

plantar na terra e pescar nos rios, na atualidade, já não o fazem com frequência, primeiro porque o uso dos agrotóxicos nas plantações contribuiu/ contribui com a poluição dos recursos hídricos, desmatamento e a poluição do solo; segundo porque muitos camponeses acabaram sendo desterritorializados da terra de trabalho com apoio do Governo Estadual e tiveram que buscar outros meios para sobreviver: um deles foi trabalhar na propriedade privada, em casa de famílias, na prefeitura e até mesmo para os produtores de soja na época de colheita. A riqueza gerada por meio do agronegócio fica restrita à burguesia, e aos moradores campolindenses ficam os impactos socioambientais dessa monocultura.

As terras que antes serviam especialmente para sustentar famílias de camponeses são atualmente usadas para produzir commodities vendidas para empresas monopolistas (Bunge e Cargill) e abastecer o mercado mundial. Essa situação antagônica, além de evidenciar a expansão capitalista, mostra o quanto os espaços fronteiriços são complexos e contraditórios (MARTINS, 2009).

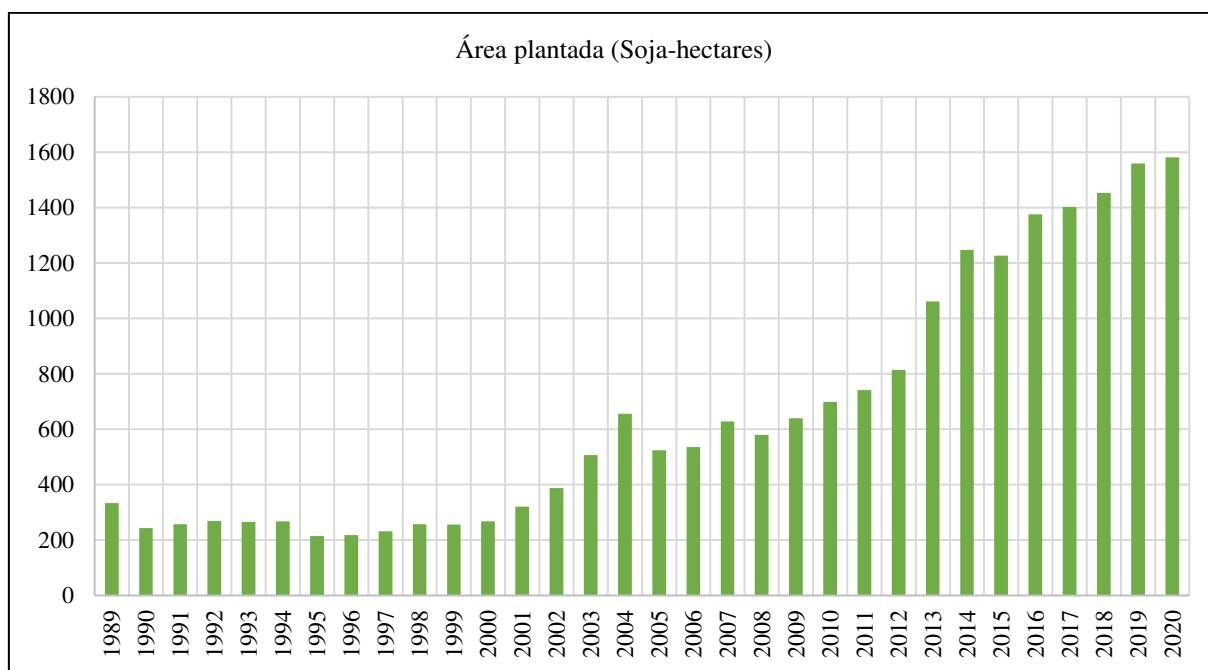
Por meio dos dados coletados tanto *in loco* quanto no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificamos que a monopolização do território, via empresas monopolistas tem sido um dos elementos que compõe a paisagem da fronteira agrícola, no Tocantins, no século XXI, situação evidenciada pelo aumento do cultivo de soja, conforme mostra o Gráfico 2. As duas primeiras décadas desse século mostram um crescimento significativo de áreas plantadas em todo território tocantinense, sobretudo após a implantação da região MATOPIBA, voltada para a modernização agrícola e produção de grãos com apoio e incentivo do Estado.

É importante destacar que esse aumento ocorreu em um momento em que o Brasil vivenciava uma de suas fases políticas mais complexas, na qual a presidente Dilma Vana Rousseff sofreu um Impeachment, deixando a presidência em 2016, cargo assumido pelo vice-presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2019). O mesmo saiu quando o presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) assumiu o cargo, com uma política voltada para beneficiar a classe burguesa (FERNANDES et al., 2020). No olhar dos autores, “[...] o primeiro ano do governo Bolsonaro foi caracterizado pela promoção de uma política ultra neoliberal com alguns elementos próximos do pós-fascismo, onde o latifúndio tem a total liberdade para praticar a violência” (FERNANDES et al., 2020, p. 333).

Essa informação é salutar quando a relacionamos com a expansão da monocultura da soja, no Tocantins, e com o crescimento de políticas públicas voltadas para o agronegócio. No Gráfico 2, as áreas plantadas de soja cresceram na segunda década do século XXI, sendo que a partir do ano de 2013, as áreas plantadas eram cerca de 1.000 a 1.200 hectares. De 2016

a 2017, continuou aumentando, chegando a cerca de 1.200 a 1.400 hectares plantados. A partir de 2015, todo o território tocantinense passou a fazer parte do MATOPIBA, uma decisão política que contribuiu com esse aumento.

Gráfico 2 – Produção de soja no Tocantins de 1989 a 2020 (área plantada)



Fonte: Elaborado com base no IBGE. Elaboração: REINALDO, Thaysslloranny Batista. 2023.

Os anos em que mais houve áreas plantadas no Tocantins foi de 2019 a 2020, justamente no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. O Gráfico 2 mostra que, na década de 1990, havia plantações de soja no Tocantins; em 1989, por exemplo, a área de soja plantada girava em torno de 100 a 200 hectares. Esse dado é importante e leva a reflexão da expansão dessa monocultura no Tocantins, as primeiras plantações ocorreram no sul do Estado, tendo Porto Nacional-TO como um dos municípios pioneiros nesse processo (REINALDO, 2016).

A expansão da soja, no Tocantins, segundo Reinaldo (2016), tem uma relação direta com o próprio processo de modernização da agricultura e com a expansão da fronteira agrícola nas áreas de Cerrado. Trata-se de um momento em que o Estado e o setor privado por meio da criação de uma cooperativa voltada para fazendeiros portuenses e da região sul do Tocantins, denominada de Cooperativa Agropecuária Portuense LTDA (Cappol), criada na década de 1970 para dar suporte à produção e ao processamento de grãos (arroz, milho e soja). A Cappol tinha sua sede em Porto Nacional-TO.

Para Reinaldo (2016) e Rocha (2015), a produção de soja em Porto Nacional-TO ocorreu com apoio da Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural (EMATER) e da EMBRAPA que forneceram suporte técnico aos fazendeiros que tivessem interesse em cultivar a monocultura com visitas periódicas às propriedades (Figura 17). A assistência técnica era para todos os produtores, independente dele ser ou não ser sócio da cooperativa. Nesse momento, em uma escala global, a agricultura se mundializava.

Figura 17 – Monocultura da soja em Porto Nacional-TO (década de 1980)



Fonte: Acervo pessoal de Deijayme Aires da Silva (REINALDO, 2016, p. 111).

A “[...] CAPPOL serviu como ponto de apoio para a expansão da fronteira agrícola no antigo Norte Goiano [...]” (REINALDO, 2016, p. 140), no que se referia à secagem e ao armazenamento de grãos como também ao suporte no transporte da produção. Ocorre que essa cooperativa, na ocasião (1970-80), era considerada um empreendimento relevante na região. A comercialização do produto realizava-se em Anápolis-GO, o que aumentava o custo da produção e do transporte (Figura 18).

Figura 18 – Comercialização e transporte de soja, em Porto Nacional-TO (dezembro de 1980)



Fonte: Acervo pessoal de Deijayme Aires da Silva (REINALDO, 2016, p. 111).

As experiências com os plantios de soja, na década de 1980, contribuíram para que a monocultura se expandisse por outras áreas do Tocantins, inclusive por Campos Lindos-TO, localizado na Região Geográfica Imediata de Araguaína. Esse é um município que mostra com propriedade os antagonismos dos espaços fronteiriços, construídos pelo capital e para a expansão do capital.

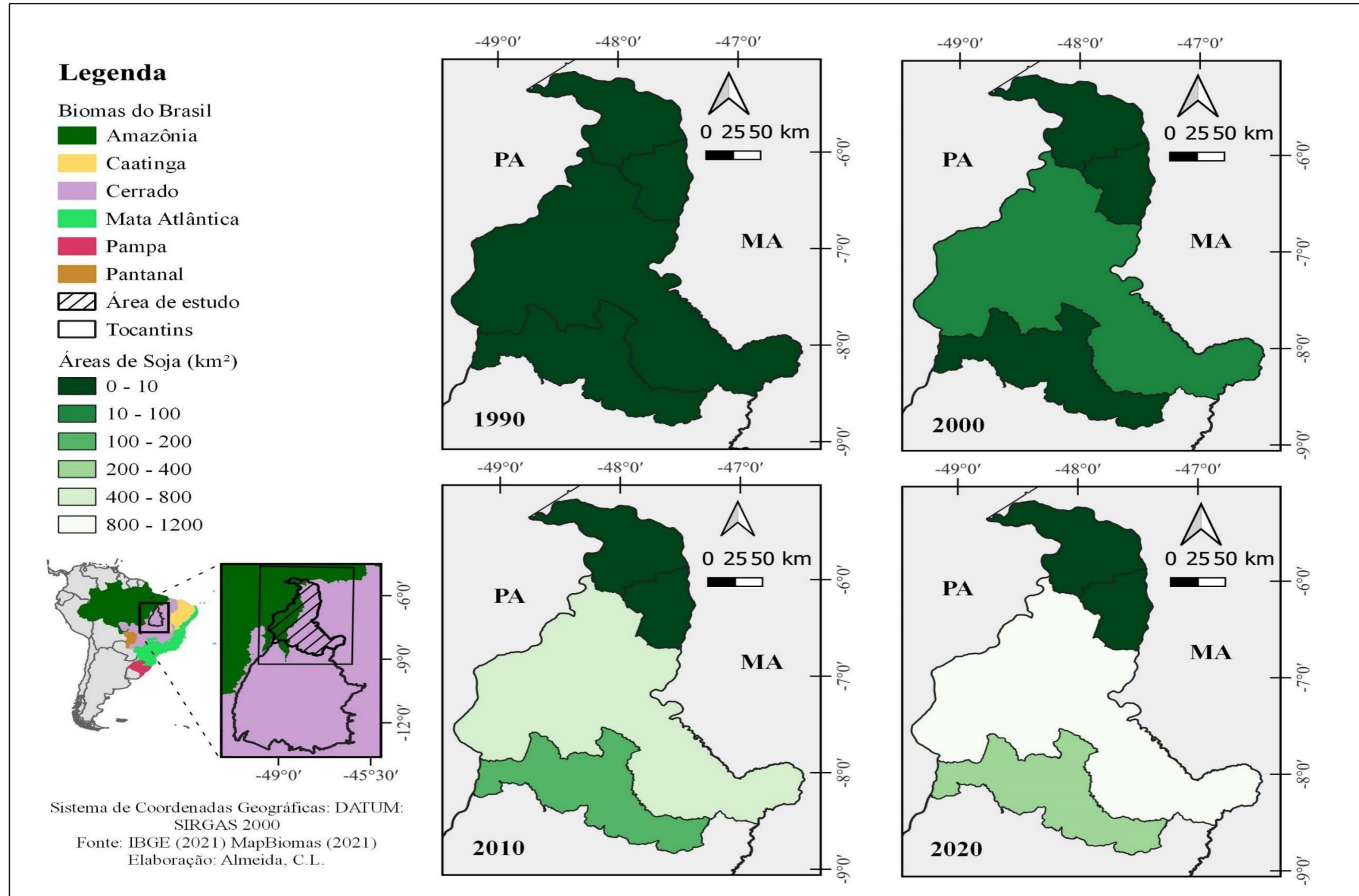
A soja entra como um dos principais produtos produzidos pelo agronegócio no Brasil, segundo Oliveira (2003). E, se por um lado, gera riqueza para a minoria (latifundiários, empresários nacionais e estrangeiros), por outro, provoca impactos ambientais e sociais para os povos do lugar. Esse é “Um fator que influenciou a rápida expansão das lavouras de soja nos estados amazônicos foi o grande estoque de terras, comercializadas a preços bastante inferiores àqueles praticados em regiões de plantação já consolidadas” (COSTA, 2015, p. 174).

Lima (2017) afirma que a soja vem se constituindo como um dos principais produtos agrícolas produzidos no Tocantins e o início de seu cultivo no estado tem uma relação direta com os projetos e programas voltados para a ocupação econômica do Cerrado, como, por exemplo, o PRODECER, implementado pelo Governo Federal. O Estado e o setor privado em parceria atuam diretamente na exploração de novas áreas para expandir essa monocultura. A produção em larga escala ocorre por meio de empresas monopolistas que estão territorializadas em diferentes pontos do território tocantinense, como, por exemplo, em Campos Lindos-TO.

No Mapa 8, elaborado na área de estudo, mostramos que o crescimento das áreas de plantios de soja ocorreu principalmente no século XXI. Na primeira representação cartográfica da década de 1990, que evidencia justamente a produção de soja nas Regiões Geográficas Imediatas de Araguaína, Araguatins, Colinas e Tocantinópolis, percebemos, que até 1990, os plantios de soja eram mínimos ou inexistentes na área de estudo, ocupando uma escala de 0 a 10km² de plantação. Essa informação foi confirmada durante os trabalhos de campo, pois entre os entrevistados, ninguém falou da existência de cultivos de soja no norte do Tocantins, nas décadas anteriores a 1990. E, no banco de dados do IBGE, encontram-se dados a partir da década de 1990, na área de estudo, sobretudo em Campos Lindos-TO.

Na última década do século XX, já existiam algumas áreas de plantações de soja na Região Geográfica Imediata de Araguaína-TO, especialmente no município de Campos Lindos-TO. Esse é um dado que reforça o estudo de outros pesquisadores na região, como Lopes e Suzuki (2019) e Cifuentes (2013) que afirmam que o território foi desapropriado para sediar um dos maiores projetos voltados para o agronegócio da região, na década de 1990.

Mapa 8 – Especialização e crescimento da soja de 2000 a 2020 no Norte do Tocantins



Fonte: MapBiomas. Elaboração: Cicero L. Almeida, Thayssllorranny Batista Reinaldo (2022).

A partir dos anos 2000, a Região Geográfica Intermediária de Araguaína tinha um crescimento significativo de área de soja plantada, ocupando cerca de 10 a 100 km². A expansão dessa monocultura continuou crescendo na primeira década do século XXI, isso porque o Tocantins passou a abastecer o mercado externo por meio das empresas monopolistas Bunge e Cargill, a partir de 2007 (MAPA DE CONFLITOS, 2023). Os dados expostos no site Mapa de Conflitos mostram com precisão esse crescimento da soja em Campos Lindos ao longo do tempo: o município que mais produz soja na área de estudo.

Em 1999, Campos Lindos produziu 9,3 mil toneladas de soja. Em 2007, saltou para 127,4 mil, com um crescimento de 1.370% em oito anos. No Brasil, a produção aumentou 187% no mesmo período. Os valores saltaram de R\$ 2,2 milhões, em 1999, a 55,1 milhões, em 2007, acompanhados de perto por multinacionais como Bunge e Cargill, que estimularam a produção de soja: instalaram grandes silos de armazenamento no município, fornecendo insumos e com compromissos de compra de tudo o que for produzido (MAPA DE CONFLITOS¹⁸, 2015).

A expansão dos plantios de soja continuou aumentando de 2010 a 2020, e a Região Geográfica Imediata de Araguaína foi a que mais se destacou, com cerca de 800 a 1.200 km², seguida da Região Geográfica Imediata de Colinas, com um quantitativo de 400 a 800 km². Esse crescimento tem uma relação direta com a região MATOBIPA e com as políticas governamentais de apoio ao agronegócio, a partir do golpe de 2016, e entrada do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2019, com uma política de ataque aos povos do campo e de incentivo a burguesia (MEDEIROS, 2020).

Os plantios de soja continuaram a crescer em 2020, inclusive o maior produtor de soja no ano referido foi o município de Campos Lindos-TO, que produziu cerca de 228.090 toneladas de soja (Gráfico 3), seguida dos municípios de Peixe-TO (177.780 toneladas); Lagoa da Confusão (143.037 toneladas); Mateiros-TO (138.000 toneladas); Porto Nacional-TO (137.600 toneladas); Caseara-TO (133.300 toneladas); Santa Rosa do Tocantins (114.700 toneladas); Monte do Carmo-TO (105.480 toneladas); Aparecida do rio Negro (102.000 toneladas) e Alvorada (94.350 toneladas).

¹⁸ Disponível: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/to-projeto-de-monocultura-de-soja-transformou-municipio-em-campeao-nacional-de-pobreza-e-desigualdade/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

Gráfico 3 – Os dez municípios tocantinenses que mais produziram soja, em 2020



Fonte: Dados do IBGE. Elaboração: REINALDO, Thaysslorranny Batista (2023).

Campos Lindos-TO aparece com destaque na produção de soja, no ano de 2020, e é um município que mostra os impactos diretos da expansão da fronteira agrícola no território tanto em questões ambientais quanto sociais, pois à medida que ele desponta no ranque ocupando o primeiro lugar, se destaca como um dos piores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado e o pior da Região Geográfica Imediata de Araguaína, conforme mostram os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (IDH), expostos na Tabela 1.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano na Região Imediata de Araguaína-TO

UNIDADES FEDERATIVAS	2000	2010
Brasil	0,612	0,727
Tocantins	0,525	0,699
Ananás-TO	0,496	0,671
Angico-TO	0,485	0,648
Aragominas-TO	0,402	0,593
Araguaína-TO	0,580	0,752
Araguanã-TO	0,388	0,604
Arapoema-TO	0,480	0,680
Babaçulândia-TO	0,397	0,642
Barra do Ouro-TO	0,360	0,603
Campos Lindos-TO	0,343	0,544
Carmolândia-TO	0,447	0,640
Darcinópolis -TO	0,410	0,581
Filadélfia-TO	0,447	0,621
Goiatins-TO	0,347	0,576
Muricilândia-TO	0,386	0,596
Nova Olinda-TO	0,467	0,631
Pau D'Arco-TO	0,426	0,661
Piraquê-TO	0,431	0,621
Riachinho-TO	0,361	0,572
Santa fé do Araguaia-TO	0,439	0,616
Wanderlândia-TO	0,474	0,638
Xambioá-TO	0,504	0,671

Fonte: Elaborado com base nos dados do Atlas Brasil. Org. REINALDO, Thayssllorranny Batista. 2023.

Os dados coletados são da Região Geográfica Imediata de Araguaína, por ter sido a que mais cresceu em produção de soja na referida década. O discurso de “desenvolvimento” de governadores e aliados sobre o agronegócio no Brasil não se sustenta, pois além da produção de soja impactar diretamente o meio ambiente, destrói as comunidades locais, seja por serem expulsas das terras de morada ou por não conseguirem produzir seu alimento como antes, devido a expansão da monocultura que polui as águas e o solo, conforme nos relatou o senhor Isac¹⁹:

Essa terra já não produz mais como antes, eu acho que pode ser porque desmataram tudo para plantar soja. Eles passam jogando veneno em pequenos aviões e o vento acaba trazendo pra nossa terra. Antes aqui eu plantava arroz, feijão, fava, milho de tudo um pouco, eu comia e dava para meus filhos, que também já tem suas famílias. Hoje em dia eu continuo morando aqui, muitos companheiros tiveram que mudar pra cidade, por causa dos conflitos e porque não foram considerados famílias tradicionais, mas nós estamos aqui, porem eu não consigo plantar como antes. (Entrevista realizada em julho de 2022 em Campos Lindos-TO)

Para compreender os índices de IDH (Tabela 1) dos municípios localizados na Região Geográfica Imediata de Araguaína, recorreremos ao banco de dados do IBGE (2023) que mostra a produção de soja, em 2020 no Norte do Tocantins (Quadro 06), e novamente, a supracitada região geográfica apareceu como a maior produtora de soja da área de estudo.

¹⁹ Nome fictício em homenagem ao indígena Isac També, assassinado em 12/02/2021, no estado do Pará.

Porém, em contrapartida há, também, os IDH mais baixos, com destaque para o município de Campos Lindos-TO, que numa linha temporal de 10 (dez) anos, teve o IDH abaixo da média das demais Unidades Federativas do Tocantins (ano 2000: IDH, 0,343/ano 2010: IDH, 0,544) e da média do estadual e nacional, e da média nacional e estadual. Ainda não é possível saber se o IDH de 2020 de Campos Lindos-TO melhorou, piorou ou continua igual, pois o Censo Demográfico só foi realizado em 2022, mas a soja continua aumento suas áreas de plantações e a quantidade produzida. Ademais, a Região Geográfica de Araguaína continua sendo a que mais produz soja, seguida de Colinas e Tocantinópolis.

Quadro 6 – Municípios da área de estudo que produziram soja, em 2020

Regiões Geográficas Imediatas	Unidades Federativas	Soja produzida (toneladas)
Araguaína	Campos Lindos	228.090
	Goiatins	228.090
	Darcinópolis	29.439
	Santa Fé do Araguaia	23.688
	Araguaína	15.915
	Piraquê	13.534
	Barra do Ouro	12.557
	Babaçulândia	6.079
	Muricilândia	2.016
	Ananás	1.800
	Wanderlândia	1.613
	Xambioá	1.260
	Aragominas	1.200
	Arapoema	1.188
Nova Olinda	1.036	
Colinas	Itapiratins	30.363
	Itacajá	15.155
	Palmeirante	9.871
	Bernardo Sayão	1.248
	Tupiratins	930
	<u>Bandeirantes do Tocantins</u>	840
	Juarina	270
	Brasilândia do Tocantins	200
Tocantinópolis	Luzinópolis	1.080
	Palmeiras do Tocantins	900
Goiatins	-	-

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE. Org. REINALDO, Thayssllorranny Batista (2013).

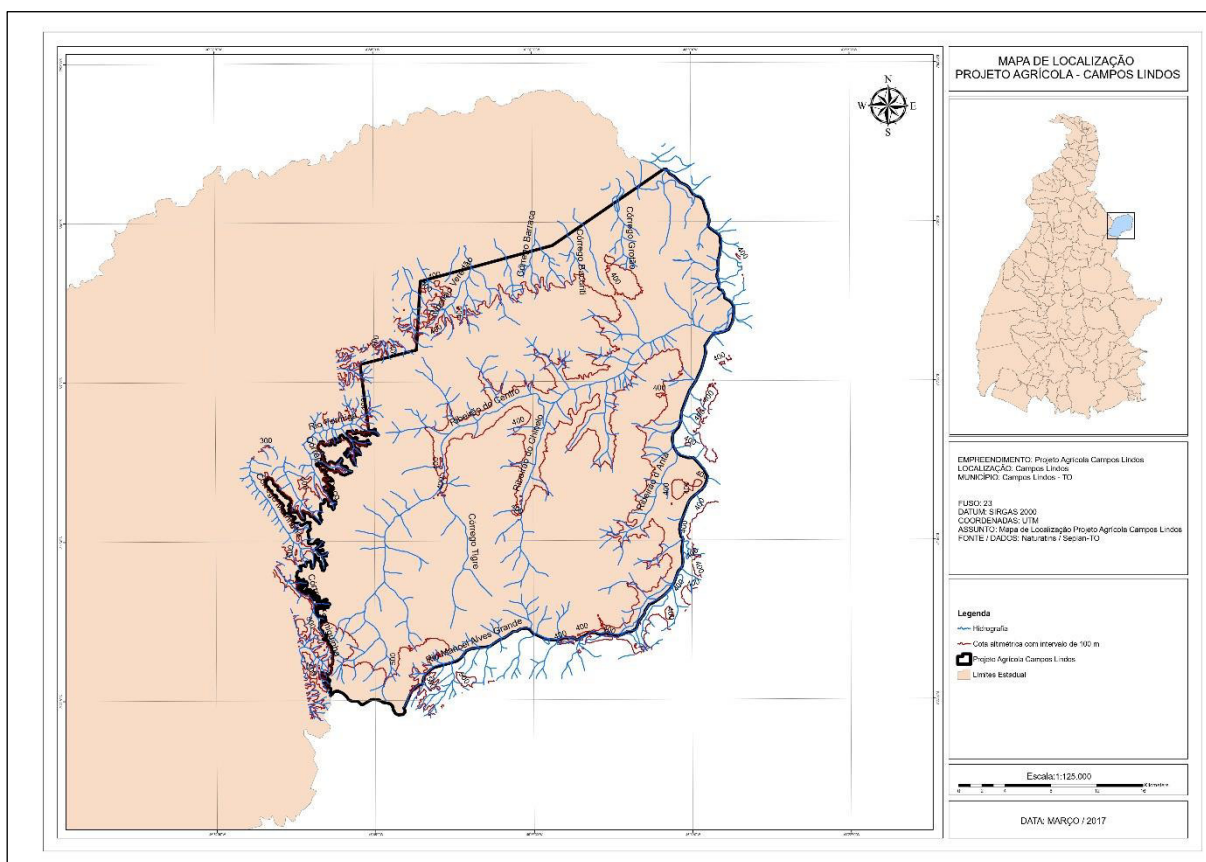
A expansão da fronteira agrícola, no norte do Tocantins, tem a soja como um dos elementos econômicos que atua na reorganização e exploração do território, no século XXI; situação diferente da realidade vivenciada até meados de 1980 quando a pecuária era a principal

atividade econômica. O crescimento do monocultivo de *commodities* provocou diretamente o aumento de conflitos no campo.

Nos espaços apropriados pelo capital já existiam camponeses que moravam no território; muitos deles a várias gerações e que tinham suas territorialidades com o meio, como as quebradeiras de coco babaçu, os ribeirinhos, os posseiros, assentados, quilombolas, povos originários, os quais compõem o campesinato regional. São sujeitos que têm uma forma de viver e de lidar com a terra totalmente diferente dos capitalistas. Na agricultura camponesa, a principal característica é a força do trabalho familiar, a ajuda mútua e a parceria (OLIVEIRA, 2007).

Em Campos Lindos-TO, foram desapropriadas mais de 90 famílias que moravam no campo na década de 1990, para implementação de um grande polo de produção de grãos (SANTOS, 2013). De acordo com Lopes e Suzuki (2019), Cifuentes (2013) e Canudo (2004), para implantar o Projeto Agrícola Campos Lindos (Mapa 9), o então governador José Wilson Siqueira Campos desapropriou, com a justificativa de que eles não eram donos da terra, comunidades locais tradicionais que viviam no território há várias gerações e doou a terra a terceiros (amigos, políticos, empresários, para citar alguns), gerando uma situação de conflito e violência no território. O fato resultou em conflitos, reivindicações, organização político-social e luta por moradia e justiça para a população local que foi empurrada para as margens dos rios.

Mapa 9 – Mapa de localização do Projeto Agrícola Campos Lindos



Fonte: Silva (2017, p. 129).

A implantação do monocultivo de grãos (soja, em maior quantidade, e milho, em menor quantidade) em Campos Lindos-TO e a expropriação de centenas de famílias camponesas tradicionais fizeram com que a comunidade se mobilizasse. E, com apoio dos movimentos sociais, da Comissão da Pastoral da Terra (CPT/sede de Araguaína), da Federal dos Trabalhadores na Agricultura do Tocantins (FETAET) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Lindos foi feito um pedido de realização de um estudo antropológico pelo Ministério Público Federal na região. Esse estudo constatou que das 94 (noventa e quatro) famílias desapropriadas, 35 (trinta e cinco) eram consideradas moradores de comunidades tradicionais (MPF, 2014). As comunidades tradicionais conseguiram voltar para a terra após muita luta. Segundo o relato do Sr. Jonata²⁰:

No dia da desapropriação feita pela polícia militar, o sindicato orientou os trabalhadores a não entrarem em confronto com os policiais. Eles saíram das casas sem nada e foram para casas de parentes e amigos próximos na cidade. Os objetos

²⁰ Nome fictício em homenagem a Jonatas de Oliveira dos Santos, posseiro assassinado no Engenho Roncadorzinho, no município de Barreiros, estado de Pernambuco, no dia 10/02/2022.

(móveis, roupas todos os pertences) foram deixados em casa, saíram só com o corpo, filhos e os documentos. Após a saída dos moradores, a polícia recolheu seus pertences (móveis, porcos, galinhas) e levaram para um galpão na cidade. O presidente do sindicato da época teve que sair às pressas e se refugiar na Contag em Brasília, porque havia sido ameaçado de morte, pelos fazendeiros e polícia militar. Ele ficou mais ou menos vinte dias na sede da Contag capital. Teve inclusive um boato feito por uma das funcionárias da Associação Planalto dos Fazendeiros. É uma associação comercial que o líder do Sindicato dos trabalhadores tinha se vendido para os fazendeiros por 7.000 reais, coisa que nunca ocorreu. É mentira. Estratégia usada para desestabilizar e desarticular o movimento sindical. Eu inclusive fiquei sobre a mira de dois policias armados. Além de mim no sindicato tinha mais trabalhadores dentro da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Todos nós que estávamos no sindicato fomos ameaçados, eles queriam mostrar a força e nos intimidar. Afinal eles estava lá para garantir o direito dos fazendeiros e não os nossos. Não houve resistência entre os trabalhadores e a polícia militar porque eles foram orientados pelo sindicato, Comissão da Pastoral da Terra (CPT), e FETAET a não resistir à ação da polícia, porque é uma força desproporcional. Nisso os moradores da comunidade, no caso os agricultores familiares, ficaram mais ou menos uma semana na cidade, e quando as coisas se acalmaram voltaram para suas terras. Nisso perderam móveis, roupas, produção, animais, como galinhas, porcos, porque tinha ficado no galpão da antiga cazetins e não pegaram mais. Ou seja, perderam tudo. E na verdade a polícia até falou que eles poderiam ir lá pegar seus pertences, só que nós descobrimos, porque algumas nos alertaram que na verdade era somente uma estratégia usada para prender os camponeses. (Entrevista realizada em janeiro de 2022)

Um dos entrevistados participou ativamente no dia em que houve a remoção das famílias da terra (década de 1990): um momento em que emoções afloraram nos camponeses que deixaram plantações, casa e criações para trás. Na ocasião, até integrantes de movimentos sociais e lideranças sindicais foram ameaçadas ao darem suporte aos moradores. O Relatório Antropológico foi feito nas comunidades raposa, passagem de Areia, Gado Velhaco, Vereda Bonita, Primavera, Sítio Novo e Caboclos. O estudo descobriu que se trata de povos tradicionais que estão a mais de três gerações na terra. A pesquisa mostrou que o conflito envolvendo diferentes grupos sociais (sem-terra, posseiros, pequenos produtores) e os produtores de soja na região tem impactado diretamente os modos de vida das comunidades locais, consideradas na pesquisa como comunidades tradicionais. Ainda segundo o referido documento, a criação do município ocorreu em um contexto complexo e desde o início tem uma relação com interesses capitalistas no que cerne ao monocultivo de grãos, especialmente a soja. Ao contextualizar essa situação, o Relatório Antropológico (2014) explica que:

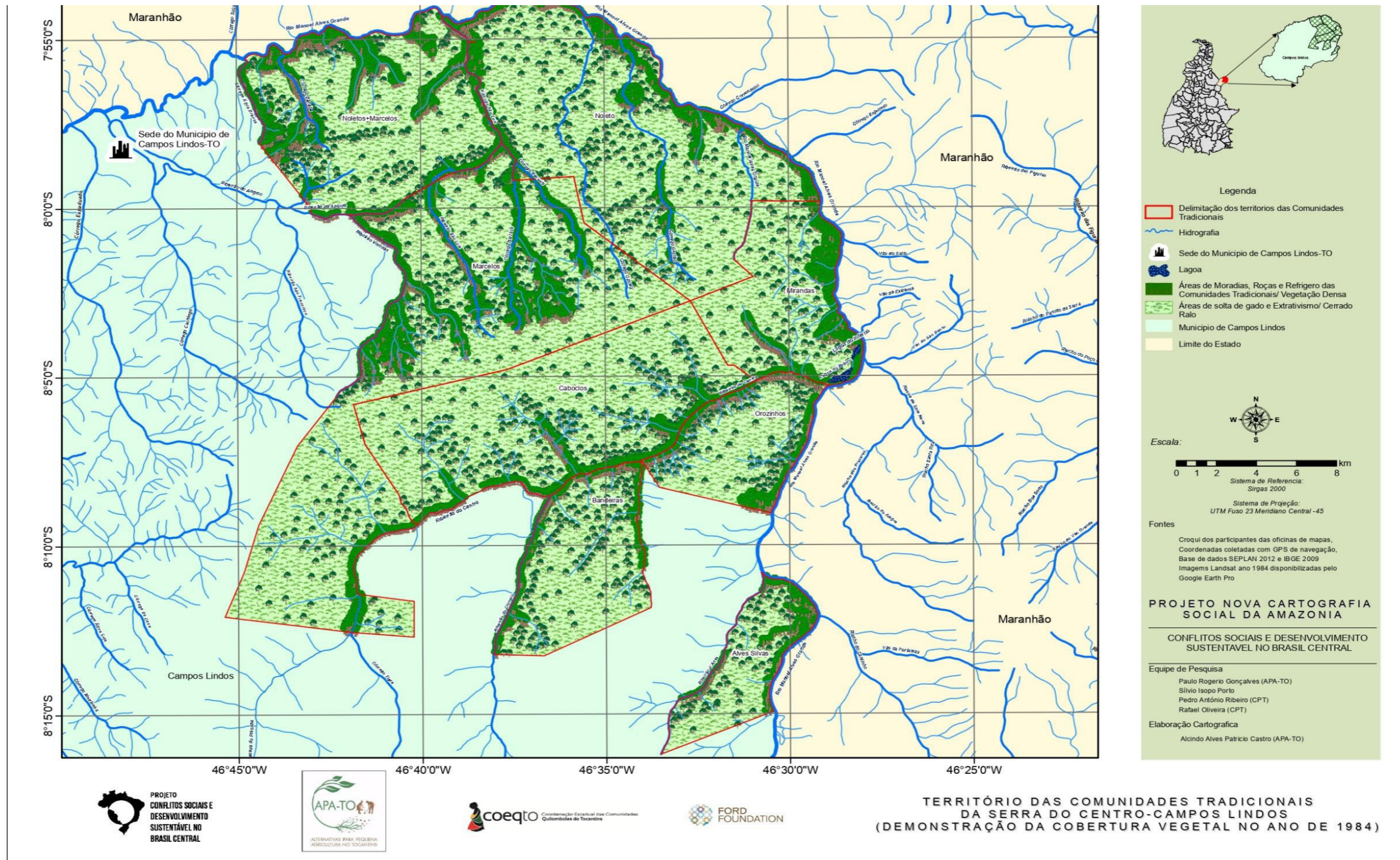
O território do município de Campos Lindos é dividido em duas “datas” (títulos paroquiais), denominados Santo Antônio e Santa Catarina. Para nossos propósitos, enfocaremos a Data/Fazenda Santa Catarina, que foi registrada em 1858, com 44.000 alqueires e pertencia às famílias Soares Gil e Cruz, de Caxias-MA. Conforme alguns registros históricos, estes sujeitos expulsaram os índios Xerente da região, os forçando a atravessar o rio Vermelho por diversas vezes, até que não mais voltaram. Em 1943 a fazenda Santa Catarina passa a fazer parte do distrito de Cangalha, pertencente ao município de Piacá (atual Goiatins). Posteriormente, em 1966, a localidade passou a se chamar Monte Lindo, já pertencendo ao município de Goiatins.

No ano de 1972 a fazenda Santa Catarina foi vendida para a Tabacaria Londres, do Rio de Janeiro e, em princípios da década de 1980, o governo do estado de Goiás demarcou, através do IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás), áreas em torno de 2.000 e 3.000 ha, as quais foram vendidas a empresários vindos da região Sul do país. Finalmente, no início dos anos 90, o governador do recém criado estado do Tocantins, Siqueira Campos, esteve na região e propalou a notícia da criação de mais um novo município, que teria o nome de Campos Lindos.

Desde sua criação, o município tem uma realidade marcada pela contraposição entre os grandes empresários da soja, por um lado, e os pequenos agricultores, posseiros e os sem terra, pelo outro. No caso em tela, das comunidades da região da Serra do Centro, o grande marco dos impactos trazidos pelo agronegócio é o Decreto Estadual 436/97, que declarou que uma área de terras com aproximadamente 105.590ha, no Loteamento Fazenda Santa Catarina, passaria a ser de utilidade pública, para fins de desapropriação, com o objetivo de se implementar grandes empreendimentos de produção de grãos. Começava, naquele momento, a história do Projeto Agrícola Campos Lindos (Relatório Antropológico MPF 2014, p. 2-3)

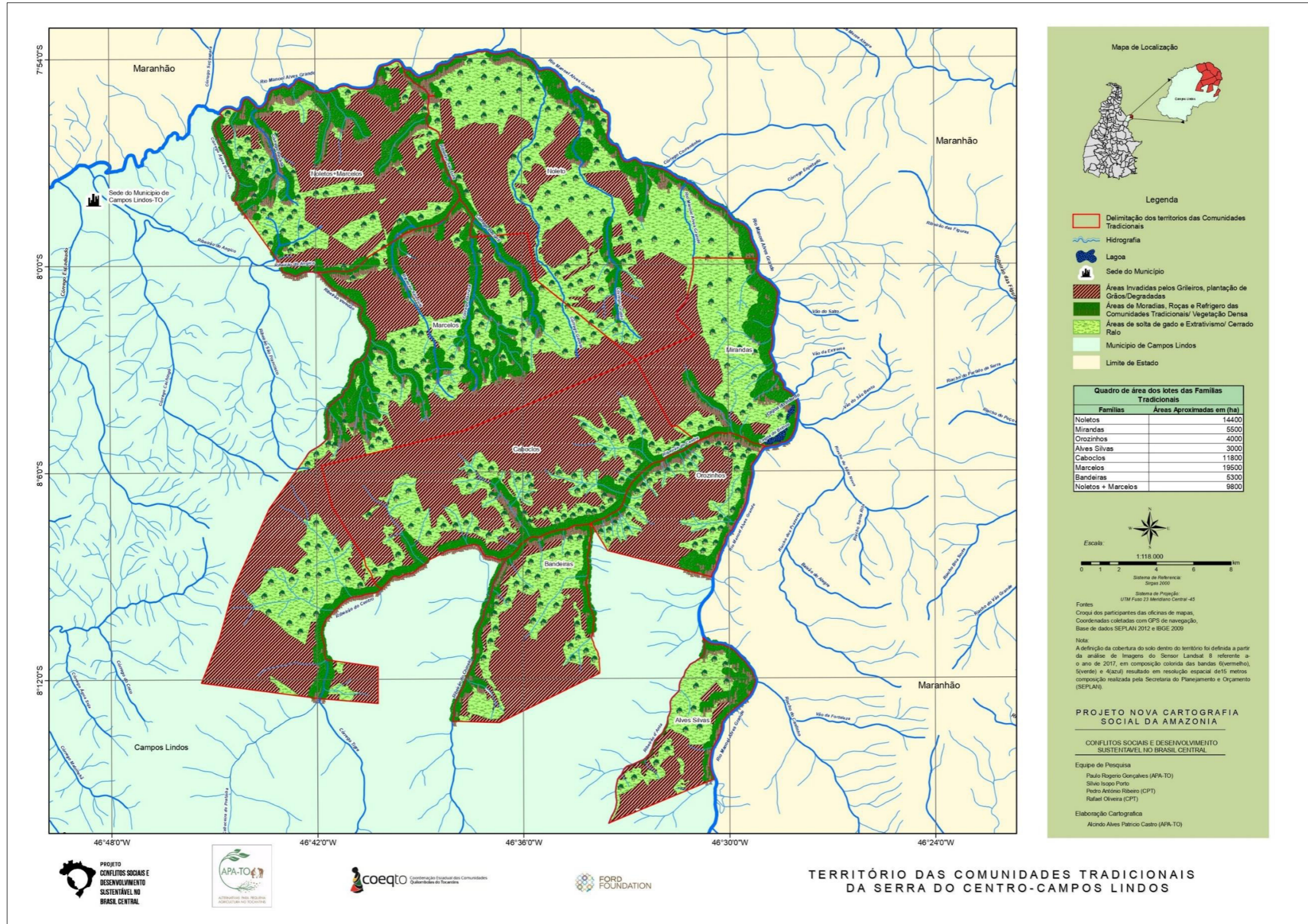
Além do Relatório Antropológico, uma pesquisa feita em parceria com professores de Universidades públicas nacionais, por meio da técnica da cartográfica social, mostrou como era o território na década de 1980, na visão da comunidade local (Mapa 10), e como estava o território, no final da primeira década do século XXI (Mapa 11), após o aumento dos plantios da soja na região. Estamos nos referindo a um trabalho importante que ajuda a entender os impactos da expansão da fronteira agrícola no território.

Mapa 10 – Território das comunidades tradicionais da Serra do Centro – Campos Lindos-TO (demonstração da cobertura vegetal de 1984)



Fonte: Gonçalves et al (2018, p. 27). (Cartilha)

Mapa 11 – Território das comunidades tradicionais da Serra do Centro em Campos Lindos-TO



Fonte: Gonçalves et al. (2018, p. 27) (Cartilha).

Os Mapas 10 e 11 ajudam a compreender visualmente a expansão da fronteira agrícola e a ocupação do território pelo capital. No Mapa 10, havia uma vegetação nativa preservada, mesmo já tendo centenas de famílias vivendo a várias gerações no território (GONÇALVES et al., 2018). Já o Mapa 11 mostra a expansão dos plantios de soja no território das comunidades tradicionais. A vida das comunidades antes da chegada do agronegócio, em Campos Lindos-TO, com base no relato dos moradores, que praticavam o extrativismo vegetal: o gado era criado solto, pois não havia, ainda, o cercamento das propriedades, e eles plantavam coletivamente.

Com a criação do Projeto Serra do Centro, na década de 1990, essas mesmas comunidades tiveram seus modos de vida transformados e precisaram se articular coletivamente para continuarem na terra. A igreja católica, por meio da CPT e os líderes sindicais, teve um papel importante na mobilização coletiva da sociedade em torno da luta pela terra. Esse dado é relevante e vai de encontro com a tese de Santos (2019a), ao afirmar que a igreja católica foi importante na constituição das resistências camponesas, no norte do Tocantins, mas especificamente no Bico do Papagaio²¹, na segunda metade do século XX. Tendo o Padre Josimo como um de seus maiores representantes, essa ação não se restringiu ao extremo norte do estado.

A expulsão das famílias camponesas para implementação das monoculturas modernas com aval do Estado é a representação da aliança entre capital, Estado e latifúndio. Ela traz à tona, segundo Cifuentes (2013), as injustiças e impactos causados pela expansão capitalista, já que:

A expansão das lavouras de soja tem sido viabilizada pela concentração de grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários, a produção intensiva tem causado a degradação dos solos e do meio ambiente, a exclusão social, a expulsão de populações inteiras aumentando a marginalização da periferia das cidades, a violação de direitos humanos, o trabalho escravo, a asfixia da agricultura familiar produtora de alimentos, e até a morte por contaminação com agroquímicos utilizados intensivamente nas lavouras de soja (CIFUENTES, 2013, p. 31).

A maior parte da produção da monocultura da soja de Campos Lindos-TO é comercializada pelas multinacionais Bunge (Figura 19) e Cargill que tem acordos com os fazendeiros do município. Elas compram cerca de 98% da produção e o restante é vendido de forma direta pelo produtor para a ADM do Brasil LTDA. A Bunge tem dois silos de

²¹ Refere-se a uma área localizada no extremo norte do estado do Tocantins, entre os estados do Pará e Maranhão, no território tocantinense sua porção extrema é formada por dois rios, o Araguaia e o Tocantins, cujo formato da confluência, “bico”. Os municípios estaduais que situam nessa área são: Ananás; Aguiarnópolis; Augustinópolis; Esperantina; Itaguatins; Praia Norte; São Bento; São Sebastião e Tocantinópolis.

armazenamento de grãos e a Cargill dois armazéns, e ADM do Brasil LTDA um armazém para armazenar grãos. A soja é transportada para o porto de Itaqui e de lá exportada.

Figura 19 – Silo de armazenamento da Bunge, no município de Campos Lindos-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, janeiro de 2020.

Além da soja, em Campos Lindos-TO, também é produzido milho (conhecido como safrinha, por ser plantado no mesmo espaço que havia plantações de soja) e algodão. A soja é plantada entre outubro e a primeira quinzena de novembro de cada ano e colhida geralmente a partir da primeira quinzena do mês de janeiro. O milho (safrinha) é plantado à medida que ocorre a colheita da soja, uma colheitadeira colhe a soja, e atrás, a plantadeira semeia as sementes do milho da safrinha. O processo é feito com auxílio de máquinas (Figura 20) de ponta, que substituem vários trabalhadores.

Figura 20 – Colheita da soja, em Campos Lindos-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, janeiro de 2020.

No período do plantio e da colheita, são contratados trabalhadores temporários, conhecidos localmente como trabalhadores safristas. A contratação é feita de forma verbal, mediante indicação de parentes, amigos e colegas de trabalho. De acordo com Sr. Rafael²², na maior parte dos casos, quem já trabalhou em uma colheita indica outro trabalhador e já fica combinado com o gerente da fazenda sua participação na próxima safra. Essa situação evidencia a precarização do trabalho, pois os trabalhadores não têm acesso aos direitos básicos, tampouco a carteira assinada.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais de Campos Lindos e Região (SIDTAAR), os safristas não têm os seus direitos trabalhistas assegurados (carteira assinada) e trabalham em condições precárias, com altas jornadas de trabalho, sem direito a férias e a décimo terceiro. Para tentar melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida do trabalhador, o sindicato faz acordos coletivos com as fazendas da região de abrangência do sindicato: Campos Lindos; Goiatins; Barra do Ouro;

²² Nome fictício em homenagem a Rafael Bini, pequeno proprietário assassinado em 15/02/2022, em Bom Jesus do Sul Área.

Palmeirante; Babaçulândia e Filadélfia. Nem todos os fazendeiros são abertos para fazer os acordos coletivos e muitos dos trabalhadores são filhos dos camponeses.

Pode ser utopia minha, mas meu sonho é que todos os fazendeiros da região façam acordos coletivos de trabalho, e que inclusive a venda da produção só ocorra se o fazendeiro tiver um acordo coletivo de trabalho devidamente homologado na justiça do trabalho. E ainda criarmos uma convenção coletiva de trabalho que lute para criar um piso salarial para nossa área região incluindo Balsas e o sul do Maranhão, que produz muita soja também. Os trabalhadores são diversos, tem uns que são da cidade e outros da zona rural, moram na sua pequena chácara e, além de ter o trabalho temporário, ele vive da agricultura familiar. Tem camponês que inclusive mora na chácara dele e trabalha de carteira assinada nas grandes fazendas produtoras de monoculturas e pecuária (Entrevista realizada em janeiro de 2020).

A ação do sindicato é importante em Campos Lindos-TO, e é por meio dele que o SIDTAAR realiza acordos coletivos com as fazendas produtoras de soja. Durante a entrevista, um dos interlocutores da pesquisa citou, inclusive, uma das fazendas produtoras de soja do município que tem feito acordo coletivo com o Sindicato, é a Fazenda Horizontina Norte, do grupo Bartira. O acordo é renovado anualmente, em geral, no mês de outubro. É, portanto, através do Sindicato que muitos trabalhadores conhecem os seus direitos e encontram apoio para reivindicá-los. A esse respeito, Thomaz Júnior, Pontes (2012) fala da importância dos sindicatos e dos seus militantes para a classe trabalhadora o processo de resistência, ao contribuir diretamente com sua formação política. Na sua visão:

Mesmo entendendo que os sindicatos, vistos como estrutura orgânica institucional de representação dos trabalhadores, tiveram, desde a origem a demarcação de órgãos de colaboração de classe, ou de colaboração direta dos trabalhadores para com o Estado (como prescrito na própria CLT), a história mostra que, apesar de não podermos esperar dos sindicatos ações mais arrojadas do ponto de vista de ações transformadoras, é sobejamente conhecida do público a importante participação dos sindicatos e de seus líderes e militantes para a resistência e formação política dos trabalhadores brasileiros, inspiradas nos ideais libertários do anarco-sindicalismo, num primeiro momento, nos primórdios do século XX, e pela democratização e conquistas sociais de vulto para os trabalhadores, em particular, e para a sociedade brasileira, em geral, especialmente a partir de 1980. (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 25-26).

Além das fazendas produtoras de soja e milho (safrinha), o sindicato também media a negociação entre fazendeiro e trabalhador nas fazendas produtoras de eucalipto. Muitos trabalhadores acabam tendo problemas de saúde devido ao uso de agrotóxicos nas plantações. Os camponeses que estão no fundo do vale, nas margens dos rios são diretamente impactados em questões de saúde, ambientais e na luta pela terra. Esses retiram da terra de trabalho o sustento familiar, e vendem somente o excedente na feira da cidade. Entre os alimentos plantados pelos camponeses (Figuras 21 e 22), temos: arroz, mandioca, feijão, batata doce,

banana, milho, abobora, e outros alimentos usados no consumo familiar. É comum também cultivarem plantas medicinais (capim-limão, hortelão, erva-cidreira, boldo etc.) e hortaliça.



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo janeiro de 2020.

Essa relação camponesa com a terra é considerada por Martins (2009) como não capitalista, pois eles só comercializam o excedente após ter garantido o sustento da família, que é a prioridade principal. Os camponeses de Campos Lindos-TO foram diretamente impactos pelos projetos agrícolas na região, baseados nos discursos que promoveriam o desenvolvimento. Só não explicaram que esse “desenvolvimento” era direcionado para capitalistas e não para a classe trabalhadora.

A chegada de empresas monopolistas (Bunge, Cargill, JBS, Suzano), latifundiários e capitalistas rentistas, que espoliam o território, no século XXI, é uma expressão da organização da fronteira agrícola na área de estudo. Afinal, geram conflitos e tensões entre os diferentes grupos sociais que compõem o campesinato e que já viviam no território antes da expansão do agronegócio.

A expansão da fronteira agrícola, em Campos Lindos, além de modificar os modos de vida dos camponeses gerou conflitos e, também, resistências. Era o estranho (empreendimentos capitalistas, fazendeiros) impactando diretamente os do lugar, era a situação de fronteira engendrando conflitos, produzindo novas territorialidades e reorganizando o território. As monoculturas compõem a realidade e a fronteira na atualidade. A luta dos povos não é mais somente contra o latifúndio, mas é também contra o capital financeiro: rentistas,

donos de grandes empresas multinacionais, cujas transações financeiras ocorrem nas bolsas de valores. Aos do lugar, os camponeses restaram lutar por seus territórios, resistindo e se organizando politicamente em sindicatos e associações e também pela solidariedade.

A realidade da fronteira agrícola no Norte do Tocantins não se restringe a Campos Lindos, pois abarca outras comunidades, outros territórios e realidades, como os povos originários; quilombolas; ribeirinhos; quebradeiras de coco babaçu; camponeses-posseiros; assentados; enfim, todos os grupos sociais que lutam pela terra de trabalho e retiram dela o sustento da família, e que na contemporaneidade não luta somente contra grileiros, latifundiários, fazendeiros, mas também contra aqueles que muitas vezes nem conhecem pessoalmente o lugar e que comandam tudo por um clique de celular ou até mesmo no computador. A soja e o eucalipto são produtos que compõem a realidade da fronteira agrícola no Norte do Tocantins, reorganizando a vida da comunidade local e produzindo novas territorialidades.

3.3 A “floresta verde” não é planta do Cerrado nem da Amazônia é o eucalipto que vai se alastrando

No caso do eucalipto, a apropriação do meio ambiente enquanto mercadoria pelo capitalismo, segundo Porto-Gonçalves (2018), tem se utilizado do meio técnico-científico para produzir diferentes plantações (monoculturas em larga escala, celulose, entre outras) pelos continentes. O Brasil se insere também nesse cenário, com plantios em larga escala pelo agronegócio. As plantações de eucalipto tornaram-se verdadeiras florestas verticalizadas no lugar da vegetação nativa. No norte do Tocantins, no século XXI, foram instaladas sedes de empresas produtoras de celulose (Sinobras, Eco Brasil, Suzano) voltadas ao plantio de eucalipto, tecas, e outras vegetações ligadas à silvicultura. As paisagens que outrora tinham como principal característica econômica as atividades ligadas ao extrativismo e a agropecuária, na contemporaneidade, têm a soja e o eucalipto como *commodities* na reorganização territorial.

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), elaborado em 2012, pela Suzano Papel e Celulose discorre sobre o projeto da empresa voltado para a silvicultura no norte do Tocantins, que abrangeria os municípios de Augustinópolis-TO, Buriti do Tocantins-TO e Sítio Novo do Tocantins-TO, com a justificativa que promoveria desenvolvimento e emprego na região. O documento traz como um de seus principais eixos os benefícios e utilidades da produção de eucalipto:

Do eucalipto, em especial, tudo é aproveitado. A celulose do tronco é usada para a produção de papel, tecido sintético e cápsulas para remédios. Os galhos e folhas ficam no campo, servindo de adubo natural, além de proteger o solo. A madeira é utilizada na produção de lenha e carvão, mas também na produção de móveis de habitação, postes e acabamentos na construção civil. Do eucalipto também se obtêm óleos utilizados em produtos de limpeza, alimentícios e perfumaria. Há ainda o mel produzido a partir do pólen de suas flores. Assim é possível dimensionar a importância da cultura do plantio de florestas de eucalipto e o lugar que estas ocupam na economia brasileira (RIMA, 2012, p. 10).

O relatório não faz alusão às comunidades tradicionais, e se apoia na justificativa que a plantação de eucalipto não causa impactos ambientais; informação que é contrária a visão de muitos pesquisadores (PORTO-GONÇALVES, 2018; CASTRO, 2018; BOTELHO, ANDRADE, 2012), ao afirmarem que os impactos socioambientais são inúmeros, refletindo-se, por exemplo, no aumento do desmatamento da vegetação nativa, na diminuição de recursos hídricos, na redução da biodiversidade local e na modificação no modo de vida de populações tradicionais ao terem o território apropriado pelo capital.

Porto-Gonçalves (2018) afirma que, na prática, pautadas em um discurso de desenvolvimento, as empresas produtoras de celulose deixam um rastro de destruição por onde passam, “capturam o discurso do financiamento para o sequestro do carbono e, até mesmo, se apresentam com selo verde” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 378). É importante pontuar que, muitas vezes, o discurso utilizado pelas grandes empresas tenta passar uma naturalidade e sustentabilidade que não existe ao explorarem os recursos naturais.

No Assentamento Amigos da Terra, em Darcinópolis-TO, e no povoado Campestre, em São Bento do Tocantins-TO, os assentados e as quebradeiras de coco babaçu identificaram a entrada de representantes de empresas monopolista nas comunidades, realizando palestras com a população e com estudantes, buscando se inserir dentro do ambiente escolar e os assessorando como estratégia de buscar uma maior aceitação dos mesmos. Uma das entrevistadas do Assentamento Amigos da Terra relatou sua opinião:

O pessoal da empresa já ajudou muito nossa comunidade, ajudou na abertura do poço, reformou escola, ajudou nossos jovens a ir até Palmas para um curso. Já nos ajudou com assistência técnica, eu antes era totalmente contra as plantações de eucalipto, hoje eu continuo achando que prejudica mais mudei um pouco a minha visão. Há eles também fazem muitas palestras nas escolas do município. (Entrevista realizada em janeiro de 2020).

Em São Bento do Tocantins, tivemos a oportunidade de dialogar com as quebradeiras de coco babaçu e com moradores do município, e ficou muito clara a divergência

de opiniões em torno da implantação da empresa Sinobras e da expansão do eucalipto, no município, nos seguintes relatos de Estela²³ e Regina:

Aqui em São Bento do Tocantins as coisas melhoraram depois da chegada da Sinobras, meu esposo e meu filho por exemplo trabalham lá. Eu quebro coco, mas eu acho bom o trabalho da empresa, como eu coeto coco aqui na comunidade não vi maiores problemas. E também acho que como eu ouvi em uma palestra feita por eles no dia do meio ambiente, eles usam com sustentabilidade, então acho que isso de prejudicar a natureza muitas coisas não ocorrem como por exemplo secar os rios. (Entrevista realizada em setembro de 2019).

Dona Regina, moradora do povoado Campestre, também emitiu sua opinião sobre a chegada de empresas voltadas para as plantações de eucalipto, no município.

Eu acho que que eles prejudicam sim e muito, ali na mata dos coqueiros diminuiu muito. Eu vi que os rios secaram, que alguns animais agora aparecem menos. Os aviões passam jogando veneno o vento traz aqui para nós. Eu acho que eles falarem que não prejudica é mentira, e a gente precisa conversar sim sobre isso. (Entrevista realizada em setembro de 2019).

As narrativas mostram que uma das estratégias do capital para entrar nas comunidades é dividir opiniões. Durante as entrevistas, quando a Sra. Regina falou sua visão sobre a plantação de eucalipto em São Bento do Tocantins-TO, sobretudo nas áreas em que havia coqueirais (palmeiras de coco babaçu), houve um olhar de desaprovação e interferência no diálogo pela Sra. Estela, falando que ela estava equivocada e que era preciso olhar os benefícios e não somente os prejuízos.

A opinião de aprovação em torno da produção de eucalipto emergiu também no Assentamento Amigos da Terra em Darcinópolis-TO, quando uma assentada relatou:

As empresas ajudam a comunidade, já reformaram nossa escola, ajudaram nossos filhos a irem para um curso formativo em Palmas. Ajudaram a abrir um poço artesiano aqui no assentamento. Eu até acho que para a natureza não é bom essas plantações, mais depois que vi algumas palestras deles aqui na comunidade e nas escolas eu vi que eles usam com equilíbrio. (Entrevista realizada em janeiro de 2020 em Darcinópolis-TO).

Portanto, fazer com que as comunidades não cheguem em um consenso, tendo opiniões divergentes, é uma estratégia utilizada pelo capitalismo neoliberal nesse momento de expansão da fronteira agrícola, no Norte do Tocantins, cujos elementos já não são somente a pecuária, como outrora fora até a década de 1980. Quando o capitalista faz alguma intervenção junto a população, esse apoio não é feito porque o capitalismo é bom e ajuda a comunidade,

²³ Nome fictício em homenagem a Estela Vera, indígena Guarani assassinada em 15/12/2022, em Japorã, Mato Grosso do Sul.

mas sim porque é uma forma de buscar o apoio dos moradores, podendo, dessa forma, articular sua expansão no território de maneira “silenciosa”. Cabe destacar que essa realidade não é específica dos municípios de Darcinópolis-TO e São Bento do Tocantins-TO, mas ocorre também em outros municípios que produzem eucalipto (Figura 23), como Ananás-TO, Palmeirante-TO, Goiatins-TO e outros.

Figura 23 – Plantação de eucalipto da empresa Eco Brasil Florestas, em uma propriedade privada, a caminho de Palmeirante-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo 2019.

A entrada dessas empresas nas comunidades é uma estratégia do capitalismo monopolista para ganhar a confiança da população, e assim explorar o meio ambiente. Essa é uma situação que vai de encontro a visão de Shiva (2003, p. 17), ao defender que “as monoculturas primeiro ocupam a mente depois são transferidas para o solo”, não respeitando o saber local. Na produção de eucalipto, por exemplo, segundo a pesquisadora indiana, o saber ocidental é imposto ao saber local, apoiados em cientificidade e voltados para a comercialização, produtores de monoculturas ligadas a silvicultura, com predomínio do cultivo de eucalipto, “se baseiam exclusivamente na exploração comercial das florestas” (SHIVA, 2003, p. 27), enquanto, no saber local (chamado por ela também de sistemas locais), as veem como a dimensão da própria vida.

A floresta e o campo são um continuum ecológico, e as atividades realizadas na floresta contribuem para satisfazer às necessidades alimentares da comunidade local, enquanto a própria agricultura é modelada de acordo com a ecologia florestal tropical. Alguns habitantes da floresta obtêm comida diretamente do seu meio ambiente enquanto a própria agricultura é modelada de acordo com a ecologia da floresta tropical. Alguns habitantes das florestas obtêm comida diretamente de seu meio ambiente, enquanto muitas comunidades praticam a agricultura fora da floresta para a fertilidade da terra cultivável. No sistema “científico” que separa a silvicultura. Portanto, essa separação apaga o espaço cognitivo que relaciona a silvicultura à produção de alimentos, quer diretamente, por meio dos elos de fertilidade. Os sistemas de saber que nasceram da capacidade que a floresta tem de fornecer alimentos são, por conseguinte, eclipsados e finalmente destruídos, tanto pelo descaso quanto pela agressão. A maioria dos sistemas locais de saber tem-se baseado na capacidade que as florestas têm de manter a vida, não no valor comercial das florestas. (SHIVA, 2003, p. 25-27).

Shiva (2003) trabalha com comunidades indianas; sua leitura contribui para entendermos a área de estudo no século XXI, sobretudo a partir da introdução do ramo da silvicultura com destaque para a produção de eucalipto, no Norte do Tocantins, sendo essa prática um dos elementos que compõem a fronteira agrícola na atualidade.

A estratégia de convencer as comunidades não é exclusividade de empresas ligadas à silvicultura; Foschiera (2009), em sua tese de doutorado sobre o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e os ribeirinhos tocaninenses impactados pela construção de barragens no rio Tocantins, nos alertava para a intervenção do capital nas comunidades para desarticular a própria organização coletiva dos ribeirinhos e facilitar a realização dos acordos feitos entre comunidade impactadas e empresas ligadas à hidrelétricas.

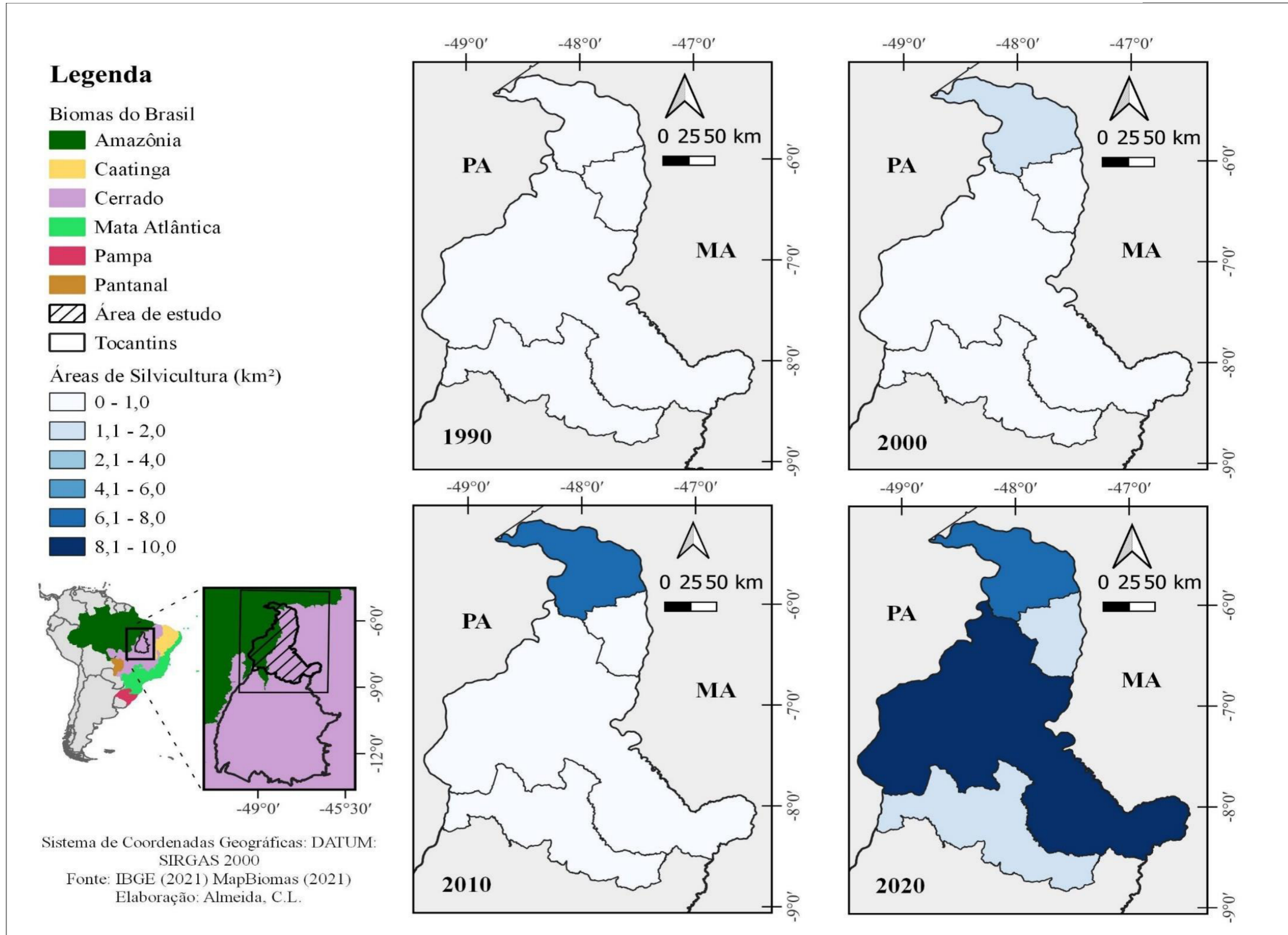
Os primeiros plantios de eucalipto, no Norte do Tocantins, ocorreram na primeira década do século XXI. Sua expansão tem (re)organizado o territorial e a vida de sujeitos sociais que compõem o campesinato regional, como as quebradeiras de coco babaçu, que perderam babaçuais para a expansão de produção de eucalipto. Os povos originários que sofrem com a poluição das águas e do solo em consequência do uso indiscriminado de agrotóxicos utilizados nas plantações de soja e eucalipto. Assentados e ribeirinhos, todos são prejudicados na reorganização do território para atender às demandas do capital.

As produções voltadas para a silvicultura fazem parte da fronteira agrícola tocaninense contemporânea, mas esse mesmo território, para as populações tradicionais, é o território da vida e da esperança, onde sempre viveram e criaram os filhos e netos, tecendo afetividades e lembranças. O eucalipto, no Norte do Tocantins, é muito recente quando comparado a formação do espaço geográfico tocaninense. Todavia, empresas monopolistas têm encontrado maneiras de adentrarem nas comunidades e trabalharem suas mentes (SHIVA, 2003).

Das empresas voltadas para a produção de eucalipto, destacamos a Suzano, a Sinobras Florestal e a Eco Brasil, instaladas em Araguaína, em 2007; com filiais no Norte do Tocantins, todas foram implantadas após os anos 2000. Essa informação vai de encontro aos dados mostrado no Mapa 12, cujo objetivo é mostrar a espacialização das plantações de eucalipto, no período de 1990 a 2000.

A partir da elaboração do Mapa 12, identificamos que, nos anos 1990, não havia ainda plantações de eucalipto, no Norte do Tocantins. É possível observar que de 2000 a 2010, havia algumas plantações de eucalipto na área de estudo, cerca de 1,1 a 2,0 Km², sobretudo na Região Geográfica Imediata de Tocantinópolis. De 2010 a 2020, houve um crescimento intenso de produção na Região Imediata de Araguaína, tendo um percentual de 8,1 a 10 km². Essa mesma região se destaca com plantações de soja e criação de gado, e tem o município de Araguaína-TO como polo de desenvolvimento.

Mapa 12 – Espacialização da produção de soja de 1990 a 2000, no Norte do Tocantins



Fonte: MapBiomas. Elaboração: Cicero L. Almeida, Thayssllorranny Batista Reinaldo (2022).

No que se refere às áreas de plantações das empresas Suzano, Sinobras Florestal, Eco Brasil, são muitos os municípios que plantam eucalipto para as mesmas. Na sede da Eco Brasil, identificamos por que a mesma tem plantações em Goiatins, Palmeirante, Wanderlândia, Barra do Ouro e no município de Araguaína. A empresa tem quatro sedes no norte do Tocantins, nos municípios de Barra do Ouro (povoado Morro Grande), Palmeirante (Fazenda Taboca), Wanderlândia, Araguaína (Fazenda Clarão da Luz), e o escritório central fica localizado no perímetro urbano da cidade de Araguaína. A produção é vendida para a Suzano, que a leva para a fábrica de celulose, em Imperatriz-MA.

Segundo o *site* oficial da Sinobras Florestal²⁴ (Figura 24), a sede da empresa, no Tocantins, localiza-se no município de São Bento do Tocantins e a matriz fica em Fortaleza-CE. A Sinobras Florestal domina todo o sistema produtivo, desde o plantio do eucalipto para produzir sobretudo carvão, usados como combustível nos fornos de produção e processamento do aço, à venda e à comercialização do metal já transformados em barras, telhas, vergalhões, entre outros produtos, no mercado interno e externo. “Quando o preço cai no exterior, eles nos ligam aqui e paramos toda a produção. Somos todos interconectados, é uma grande empresa de tecnologia de ponta”: falou um dos responsáveis técnicos do setor de produção, em São Bento do Tocantins, na sede da empresa, que optou em não se identificar²⁵.

Figura 24 – Site da Sinobras Florestal



Fonte: Recorte do site oficial da Sinobras (2020)

²⁴ Disponível em: <https://www.sinobras.com.br/index.php/institucional/sinobras-florestal>. Acesso em: 23 set. 2020.

²⁵ Trabalho de campo realizado em setembro de 2020 na sede da Sinobras Florestal, em São Bento do Tocantins.

Na sede da empresa, em São Bento do Tocantins, identificamos que a segurança e o monitoramento da fazenda e da plantação são feitos por drones, e quando é identificado algum problema, os trabalhadores responsáveis vão até o ponto verificado de motos para resolver o problema. Quando é detectado algum foco de incêndio, o grupo de brigadistas, treinados pela empresa, vai até local conter o incêndio. Toda propriedade é monitorada por câmeras de segurança instaladas em pontos estratégico e pelos drones que sobrevoam diariamente a plantação de eucalipto. As imagens vão direto para os celulares dos responsáveis e para uma sala de monitoramento que acompanha toda a movimentação da propriedade em tempo real.

Para os gestores, a produção de eucalipto não causa maiores problemas ao meio ambiente. A instalação da Sinobras Florestal no município proporcionou desenvolvimento, melhorias na infraestrutura local e mais empregos para a população. De acordo com Claudio²⁶: “A população aqui só ganhou, asfaltamos a estrada de chão, muitos jovens não precisam mais sair para trabalhar fora, estão aqui conosco. Muitos pais de famílias também. E isso aí que falam que eucalipto acaba com os rios perto, é mito” (Entrevista realizada em setembro de 2020, em São Bento do Tocantins-TO). É o discurso de quem depende diretamente da empresa para sobreviver, defendendo a bandeira do agronegócio.

As áreas de produção da Sinobras estão próximas aos territórios das quebradeiras de coco-babaçu, em São Bento do Tocantins; entre eles, os do Povoado Campestre que têm como principal renda a coleta do coco-babaçu e a comercialização de seus derivados (azeite, carvão, artesanatos). Muitos dos homens do povoado trabalham na empresa e dependem do salário para sustentar a família ou complementar a renda familiar.

Na comunidade, as opiniões sobre a produção de eucalipto são divergentes, pois alguns o veem como algo positivo, e outros, como negativo. A fala de duas mães de família, quebradeiras de coco-babaçu, mostram essa situação: para Izaura²⁷, “[...] esses eucalipto derrubou a mata de babaçuais que tinha aqui. Os rios tão secando, o povo fala que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Só que eu acho que tem o eucalipto seca o rio., viu?” (Entrevista realizada em setembro de 2019, em São Bento do Tocantins-TO). Para dona Tatiane²⁸, “a empresa Sinobras trouxe mais emprego, meu marido trabalha lá, acho que não tem tanto

²⁶ Nome fictício em homenagem ao posseiro Claudio Souza de Oliveira, assassinado no Povoado São Joaquim, em Tuntum Maranhão, no dia 15/08/2006.

²⁷ Nome fictício em homenagem a sem-terra Izaura Alves Muniz, assassinada no Acampamento Lago Verde, no município de Baião, no estado do Pará, no dia 20/06/2006.

²⁸ Nome fictício em homenagem a sem-terra Tatiane Alves Muniz assassinada no Acampamento Lago Verde, no município de Baião, no estado do Pará, no dia 20/06/2006.

impacto assim que nem o povo fala não. Ter até tem, mas deve ser bem menos” (Entrevista realizada em setembro de 2019, em São Bento do Tocantins-TO).

“As empresas buscam estabelecer, segundo seus modos de avaliação, uma relação pautada na aplicação de estratégias que possibilitem uma avaliação positiva, buscando a confiança comunitária” (CASTRO, 2018, p. 176). Por isso, o reconhecimento prévio do território é uma das primeiras estratégias utilizadas.

[...] as grandes empresas sempre enviam representantes para realizar trabalhos de reconhecimento nas comunidades em que suas atividades podem causar impactos socioambientais, as formas como esses representantes atuam têm grande potencial para produzir resultados positivos, caso eles tenham a capacidade de dialogar e de antecipar problemas locais (CASTRO, 2018, p. 176).

O reconhecimento e a busca de parceria das empresas produtoras de eucalipto com a comunidade local foram visualizados também no Assentamento Amigos da Terra, em Darcinópolis-TO, criado na década de 1990.

No Assentamento, já houve palestras e cursos da empresa Suzano Papel e Celulose S/A. “A empresa Suzano ajuda muito o povo, aqui do acampamento é nossa parceira”: fala uma moradora da comunidade. Essa empresa planta no Tocantins, porém, sua sede fica em Imperatriz, Maranhão. Castro (2018) desenvolveu uma pesquisa de doutorado voltada para as estratégias utilizadas pelas grandes corporações empresariais (Vale S/A e Suzano Papel Celulose S/A) para entrar no território das comunidades locais. O referido estudo mostra que a territorialização dessas empresas gera e intensifica conflitos no campo. No caso, o autor fez sua pesquisa nas comunidades rurais do Assentamento Francisco Romão, em Açailândia (MA), e da Reserva Extrativista do Ciriaco, em Cidelândia (MA). Conforme o autor, uma das estratégias usadas pela Suzano é o reconhecimento da área e o levantamento das comunidades (dificuldades, anseios), com o objetivo de traçar parceria e evitar conflitos diretos.

A territorialização da empresa no Norte do Tocantins, como mostra o Rima (2014), feita pela empresa Suzano Papel e Celulose S/A, abrangeu inicialmente os municípios de Augustinópolis, Araguatins, Buriti do Tocantins, Sitio Novo do Tocantins, São Miguel do Tocantins. Os trabalhos de campo revelam que mais municípios, como Darcinópolis-TO, Tocantinópolis-TO, São Bento do Tocantins-TO, entre outros, também compõem a área e a abrangência da empresa, evidenciando sua expansão. O eucalipto produzido nas propriedades rurais, após colhidos, são deixados em locais próximos às rodovias para serem recolhidos pelos

caminhões e levados até Imperatriz (Figuras 25 e 26), e todo o processo é feito com auxílio de máquinas.

Figura 25 – Eucalipto colhido esperando para ser transportado nas proximidades do Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, 2019.

O eucalipto é transportado em caminhões tritem (Figura 26) para os estados de Tocantins e do Maranhão; esse último recebe boa parte da produção de eucalipto na sede da empresa Suzano, em Imperatriz-MA.

Figura 26 – Caminhão tritem carregado de toras de eucalipto estacionado às margens da BR-153, no povoado Floresta, em Wanderlândia-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, 2019.

Em conversas informais com motoristas dos caminhões que transportam o eucalipto, identificamos que fazendeiros da região arrendam a terra para empresas como a Suzano plantem eucalipto. Dessa forma, a empresa, mesmo tendo sua sede em outro estado (Maranhão, município de Imperatriz) monopoliza o território e se territorializa nas comunidades tradicionais da região. A Tabela 2 mostra a produção de eucalipto por município, na área de estudo.

Tabela 2 – Produção de eucalipto, no Norte do Tocantins (2017-2018)

MUNICÍPIOS	PRODUTO	AREA TOTAL (HA)		AREA COLHIDA (HA)	
		2017	2018	2017	2018
ARAGUATINS	Eucalipto	2.195	2.965	317	2.195
ITAGUATINS	Eucalipto	222	222	0	0
CACHOEIRINH A	Eucalipto	683	683	0	0
ANGICO	Eucalipto	2.212	2.017	1.790	508
RIACHINHO	Eucalipto	724	388	343	0
PALMEIRAS DO TOCANTINS	Eucalipto	1.481	1;00 1	1.161	0
PAU D'ARCO	EUCALIPT O	0	2	0	0

Fonte: Sidra, IBGE (2019). Org. REINALDO, Thayssllorranny Batista. Junho de 2019.

Boa parte da produção de eucalipto é destinada a cidade de Imperatriz -MA e de lá é enviada a outros locais, inclusive para o exterior. Como podemos observar na Tabela 2, no município do Norte do Tocantins, o local que mais teve área plantada, em 2017, foi Araguatins, com uma área total de 2.195 hectares, e em 2018, com 2.965 hectares, seguido pelos municípios de Angico com 1.481 hectares em 2.017, e 2.017 hectares plantados em 2018. No que se refere à área colhida, o município que mais se destacou foi Araguatins-TO com uma área colhida de 317 hectares, em 2017 e 2.195 hectares, em 2018. Grande parte dessa produção é destinada à produção de papel e celulose.

A chegada de empresas voltadas para a produção de eucalipto, no Norte do Tocantins, tem gerado preocupação e mobilização dos povos originários em defesa de seus territórios. O povo Apinajé, localizado entre os municípios de São Bento do Tocantins, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, Cachoeirinha e Tocantinópolis, na região do Bico do Papagaio, Norte do estado do Tocantins, mostrou insatisfação por meio de uma nota de repúdio compartilhada no site do Conselho Indígena Missionário²⁹ (emitida em 01/01/2015). Nela, os indígenas deixam claro seu descontentamento e preocupação com a natureza, em especial com

²⁹ Disponível: <https://cimi.org.br/2015/01/36880/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

os recursos hídricos no seu território. O documento foi elaborado por caciques; Agentes Indígenas de Saúde (AIS); professores; estudantes; anciãos; lideranças; membros diretores e Conselhos Consultivo e Fiscal da Associação União das Aldeias Apinajé (PEMPXÁ), reunidos nos dias 27 e 28 de dezembro de 2014, na aldeia de São José, para discutir questões relacionadas ao desmatamento do Cerrado em torno do território indígena. Segue parte do documento:

Mais uma vez viemos denunciar a destruição da cobertura vegetal de grande parte das áreas de cerrado e florestas do entorno do Território Apinajé, com a finalidade de plantar eucaliptos, soja, cana e outros que não sabemos, porque não fomos informados sobre a finalidade desses desmatamentos, que estão ameaçando as nascentes de águas e a existência de espécies nativas de plantas e animais de nosso cerrado.

Denunciamos também a forma equivocada e criminosa como as empresas estão chegando e avançando sobre as matas ciliares e nascentes que correm para dentro da terra Apinajé, situação que está comprometendo e ameaçando as cabeceiras e os mananciais de água, que podem ser assoreados, poluídos por agrotóxicos e/ou totalmente secos, afetando diretamente as aldeias Prata, Cocal Grande, Baixa Funda São José, Areia Branca, Furna Negra, Bacabinha, Bacaba, Boi Morto, Brejinho, Patizal e Palmeiras. Não aceitamos a implantação e continuação dessas atividades de desmatamentos ilegal no entorno de nosso território, que são empreendimentos potencialmente agressivos, poluidores e destruidores do meio ambiente, que provocam alterações e destruição da natureza e podem levar nossos jovens a situações de tráfico de pessoas, para exploração de trabalho escravo em carvoarias, e plantio de eucaliptos, soja e cana, como já acontece no MS (GINI, 06/01/2015).

Os povos originários afirmam no documento que não foram consultados sobre a implantação dos empreendimentos em torno de seus territórios, com destaque especial para a produção de eucalipto, e afirmam que, além dos problemas ambientais, sociais e culturais também ocorrem, gerando conflitos, ameaças, doenças, prisões de lideranças e indígenas e até mesmo mortes.

É inaceitável que o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS tenha emitido licenças ambientais para desmatamento no entorno da terra indígena Apinajé, sem informar e consultar nossas organizações representativas, e sem comunicação alguma com os órgãos da Administração Pública Federal; nesse caso a FUNAI, o IBAMA e o MPF não foram notificados e nem estão participando do processo de licenciamento. Entendemos que como parte dos procedimentos para licenciamentos de empreendimentos (desmatamento, carvoarias, soja e eucaliptos e outros) no entorno da terra Apinajé, e/ou em qualquer lugar, devem ser realizadas consultas à comunidade, bem como devem ser realizados também Estudos de Impactos Ambiental – EIA, e divulgado Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, o que nesse caso nunca é realizado.

Ressaltamos que esses empreendimentos estão vinculados a graves problemas ambientais, sociais e culturais, e dessa forma representam uma potencial ameaça a nosso território e às nossas comunidades, sendo também um grande gerador de conflitos sociais, que acabam resultando em graves ameaças, perseguições, doenças, prisões e mortes, afetando nosso povo.

Diante das dúvidas e da falta de informações verdadeiras sobre esses desmatamentos, solicitamos, do Ministério Público Federal de Araguaína-MPF/AGA, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Natureza do Tocantins –

NATURATINS, providências cabíveis e imediatas no sentido do embargo definitivo dessas atividades nas proximidades de nosso território (GINI³⁰, 06/01/2015).

Apesar do apelo dos indígenas, os plantios de eucalipto próximos ao território continuam ocorrendo. A expansão do capital nos territórios indígenas, além de gerar conflitos e perda de territórios, tem violado a cultura tradicional deles, baseada no respeito e no uso sustentável da natureza. No Brasil, as populações indígenas, conforme Oliveira (1994), foram massacradas, perseguidas e na maioria expulsas de seus territórios em nome de um “desenvolvimento”. A esse respeito, o autor afirma: “o território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena” (OLIVEIRA, 1994, p. 15).

Além das comunidades indígenas, outros grupos sociais, como camponeses, posseiros, quebradeiras de coco-babaçu, quilombolas, ribeirinhos, também têm sido impactados pela expansão do modo capitalista de produção sobre seus territórios. A marca dos projetos voltados ao desenvolvimento e relacionados à monoculturas, à hidrelétricas ou à agricultura geram conflitos. Nesse processo, concordamos com Martins (1980), ao pontuar que os conflitos ocorrem porque o território é disputado por duas lógicas: uma é a reprodução socioterritorial dos povos do campo, com suas relações sociais de produção baseadas no trabalho familiar e no respeito à natureza como bem comum, e a outra consiste na geração de lucros pelas empresas privadas, apoiadas e incentivadas pelo Estado Neoliberal.

³⁰ Disponível: <https://cimi.org.br/2015/01/36880/>. Acesso: 15 mar. 2020.



Feller

4 OS SUJEITOS DA FRONTEIRA: UM RETRATO DA DIVERSIDADE SOCIAL E DOS CONFLITOS

“A força da alienação vem da fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”. (Milton Santos)

Este capítulo objetiva mostrar a diversidade de conflitos socioterritoriais, no Norte do Tocantins, a partir da expansão da fronteira agrícola no território. Partimos da perspectiva que sua expansão engendra conflitos e resistências camponesas. Na elaboração deste capítulo, os dados da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) foram essenciais para termos uma amostragem quantitativa dos conflitos na área de estudo, e os trabalhos de campo possibilitaram uma análise qualitativa e reflexiva dos mesmos, haja vista que os conflitos no Norte do Tocantins são reflexo da expansão capitalista neoliberal via expansão da fronteira agrícola.

4. 1 Da diversidade de sujeitos a diversidade dos conflitos: camponeses, capitalistas e a luta por terra e território no Norte do Tocantins

Diversidade: palavra que representa bem a realidade do Norte do Tocantins e sua heterogeneidade e complexidade das/nas relações sociais dos povos do campo, da floresta e das águas, sujeitos que fazem parte do campesinato regional, os quais se autoidentificam como quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, assentados, posseiros, pequeno agricultor e que retiram da lida no território, na terra e na água o sustento familiar.

A expansão do capitalismo engendra conflitos no território, já habitado em suas frações pelas comunidades locais, sujeitos que se territorializam e reproduzem seus modos de vida, que enfrentam muitas vezes conflitos mediados pelo uso de violência (física e psicológica) e conflitualidades. No olhar de Fernandes (2003, p. 6):

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e consequentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento.

Refletindo geograficamente sobre os conflitos e conflitualidades, Vasconcelos (2015, p. 78) define que “a conflitualidade corresponde ao território tensionado, o conflito instituído representa a tensão territorial entre os desejos de liberdade, segurança e autonomia”. Quando pensamos nessa lógica no Norte do Tocantins, é possível identificar a diversidade de tensões territoriais nas terras e territórios dos povos originários, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, quebradeiras de coco babaçu, que resistem frente a expansão do capitalismo.

Entender a área de estudo desta tese a partir dos movimentos e conflitos socioterritoriais é importante, pois se trata de um território tensionado a partir da expansão da fronteira agrícola. Entendida nesse caso, na “ótica” capitalista, como um espaço com potencial de expansão agropecuária com disponibilidade de terras e aptidão para o funcionamento de mercados (MULLER, 1992). Trata-se de um espaço que viabiliza o novo (formas de ocupação e usos da terra) mediado pela ação do Estado e do setor privado (MACHADO, 1992). Território esse que para o campesinato regional (quebradeiras de coco babaçu, posseiros, assentados, ribeirinhos, comunidades tradicionais, indígenas) é o território da vida e da esperança.

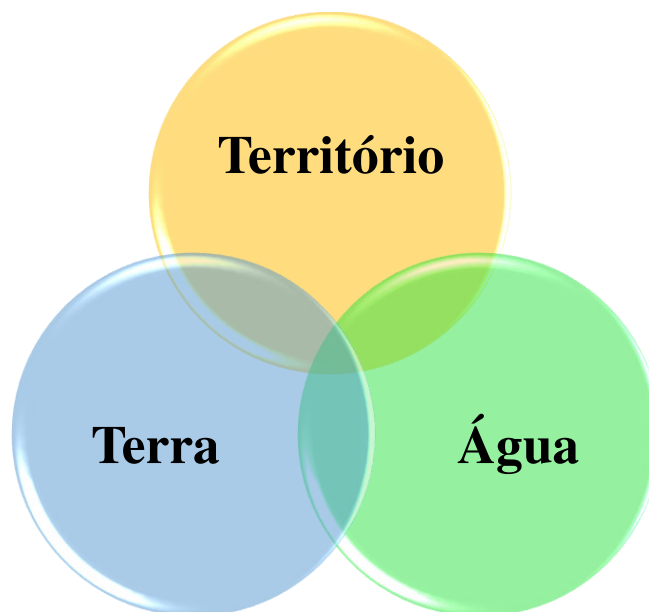
Olhar para o Norte do Tocantins, nessa ótica, ajuda-nos a ter a dimensão da luta e da organização coletiva, dos sujeitos que são diretamente impactados no processo de expansão do capitalismo e da modernização da agricultura no campo, porque tudo isso tem relação com a questão agrária no Brasil. Ocorre que a expansão do agronegócio (latifundiários, empresas monopolistas ligadas a soja, ao eucalipto e até mesmo a produção de carne), monopoliza o território, seja ao controlar os preços e dominar todas as cadeias produtivas (agrotóxicos por exemplo, empresas de assistência técnica e manutenção de maquinários), seja ao submeterem trabalhadores e fazendeiros a renda da terra, por meio de arrendamentos da propriedade; ou ainda, por contribuir diretamente no processo de expropriação do camponês gerando tensões no território que se materializam muitas vezes, na forma de violência física e psicológica.

Essa realidade tem uma relação com a questão agrária e a luta pela terra, que sempre esteve relacionada aos conflitos pelo acesso à terra em todo território nacional e com a apropriação da natureza por capitalistas, apoiados pelo Estado. E, sendo a Amazônia Legal um território de interesse global, o Tocantins também faz parte dessa realidade. Portanto, ao monopolizar o território, o capitalismo o reordena para atender suas demandas. Nesse processo, os conflitos e as conflitualidades envolvendo os diferentes sujeitos sociais que compõem o campesinato tocantinense acabam tendo que lidar com uma série de situações (econômicas, modos de vida, culturais) relacionadas à luta por território, terra e água.

Portanto, cabe enfatizar que os conflitos (tensões territoriais) e as conflitualidades, no Norte do Tocantins, surgem em grande parte por terra, território e água (Figura 27),

relacionados de maneira direta ou indireta, com a expansão do agronegócio sob as comunidades em estudo.

Figura 27 – Esquema dos conflitos estudados no Norte do Tocantins, Brasil



Fonte: Elaboração Thayssllorranny Batista Reinaldo (2023).

O Norte do Tocantins é um território que chama a atenção de capitalistas por suas riquezas naturais, sendo os recursos hídricos um deles, pois, a água é um dos elementos que contribui diretamente na produção do agronegócio. O estado do Tocantins é banhado por dois grandes rios, o Araguaia e o Tocantins, e ambos formam a maior bacia hidrográfica totalmente brasileira. Os conflitos pela água é um elemento presente em todo território tocantinense, e em pleno século XXI, a água tem se tornado mais escassa devido ao uso indiscriminado por parte da humanidade. Estudiosos (WELZER, 2010; SHIVA, 2003b) levantam a hipótese que ela será uma das causas das próximas guerras.

A terra, no Brasil, é historicamente elemento de disputas territoriais por parte de diferentes classes sociais, e desde a lei de Terras de 1850, a única forma de tê-la enquanto propriedade é por meio da compra, haja vista que a questão agrária no Brasil tem uma relação direta com a concentração da terra, sendo essa uma de suas características, juntamente com a intensificação de desigualdades sociais no campo. A esse respeito, Oliveira (1991) considera que essa realidade contribui para entendermos o processo de desenvolvimento desigual do capitalismo, sendo, nesse caso, a estrutura fundiária uma de suas causas.

A partir das leituras realizadas em Oliveira (1991), entendemos que se trata de uma questão-chave para o estudo de lutas de classes feitas no território pelos camponeses, na qual o

trunfo, valor e poder em jogo é o acesso à terra. Ele chama, ainda, a atenção para refletir sobre a funcionalidade da terra como reserva de valor para capitalista.

Nesse mesmo viés de pensamento, o território, entendido a partir do modo de produção capitalista, contraditório-desigual-combinado, é apropriado de diversas maneiras pelas populações camponesas e pelos capitalistas, gerando conflitos em torno da terra, do território e da água. Cabe fazer uma reflexão acerca do território que estamos falando, visto que existem diversas percepções a respeito desta categoria já consolidada na ciência geográfica. Nesse caso estamos partindo do olhar de Oliveira (1995), ao entender que o território é produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de sua existência. Trata-se de uma unidade dialética, contraditória da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve, portanto:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. [...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *priu* ou um a *priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 1995, p. 280).

Na análise sobre o território, que perpassa a luz do capitalismo, tem-se a contradição, que é inerente a esse modo de produção. Conforme Oliveira (1995, 1999, 2002), de um lado, reproduz relações puramente capitalistas (relações de trabalho assalariado), e, de outro, relações não-capitalistas de produção e de trabalho (trabalho familiar camponês, peonagem, parceria, entre outras), todas necessárias a sua lógica de desenvolvimento.

Segundo Oliveira (1995, 1999), essa lógica é gerada pelo processo de produção propriamente dito, reprodução ampliada (extração da mais valia) produção do capital (extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho, decorrendo daí várias formações ou a destruição do território e de suas frações. Em outras palavras, podem existir várias realidades em um mesmo território ou em suas frações, já que diferentes sujeitos (ribeirinhos, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, posseiros, quilombolas, capitalistas etc.) se territorializam nela.

No Brasil, a questão agrária é marcada historicamente por situações de violência e conflito no campo, seja na luta pela terra ou pelo território. A desigualdade social, a concentração fundiária e as injustiças acompanham a história do povo brasileiro, desde a invasão do europeu, ainda no Período Colonial. O acesso à terra é uma luta que ultrapassou os séculos, graças à organização da classe camponesa, que tem resistido e se organizado coletiva e politicamente frente a expansão do capital.

A classe camponesa nasce da contradição do capitalismo, ao ver de Oliveira (2002), e o processo de produção do capital se faz movido pelas relações não-capitalistas, por exemplo, por meio da parceria e do trabalho familiar. Todavia, o camponês não é capitalista, pois não é dono dos meios de produção. Rosa Luxemburgo (1985) ajuda a compreender essa contradição do capitalismo, ao afirmar que o mesmo não consegue se reproduzir a partir dele mesmo, já que ele precisa de sociedades não capitalistas para se expandir e ampliar. A autora enfatiza que a permanência do campesinato no capitalismo faz parte da lógica capitalista a partir da extração da renda em trabalho, em produto e da terra.

Diferentes pesquisadores têm se dedicado ao estudo dos camponeses, nos dando diferentes definições, portanto, trata-se de um conceito heterogêneo que depende também da visão do(a) pesquisador(a) e da matriz teórica metodológica por ele seguida. Ao longo do tempo, estudiosos teorizaram acerca dos rumos do campesinato. Esse é o caso de Lênin (1985), que acreditava no seu desaparecimento, ou seja, no seu fim, pois para ele, o campesinato era um resquício da sociedade feudal, e, por isso, seria superado pelo modo de produção capitalista.

Para Kautsky (1980), o campesinato sofreria uma diminuição, porém, não iria desaparecer. Na sua concepção, o que se vivia era um momento de desintegração frente a superioridade dos estabelecimentos agrícolas que emergiam na Europa, no início do século XX. A essência da teoria de Kautsky pauta-se na explicação que os camponeses tornar-se-iam proletários, e desapareceriam. Uma das justificativas dessa corrente teórica é que muitos camponeses “ao tentarem produzir para o mercado, acabariam indo à falência e perderiam suas terras para os bancos, ou mesmo teriam de vendá-las para saldar dívidas. Com isso, “os camponeses tornar-se-iam proletários” (OLIVEIRA, 2004, p. 34).

Outra corrente paradigmática sobre os rumos do campesinato, e do camponês, pauta-se na teoria que ele encontraria alternativas para continuar existindo, portanto, apesar da expansão do capitalismo e da própria industrialização no campo, ele não iria desaparecer. Dentre os estudiosos que defendem essa teoria, temos Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, e, no Brasil, podemos citar, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Rodrigues Brandão, Margarida Maria de Moura, Alfredo Wagner dentre outros. Sendo essa última matriz do pensamento a que contribui diretamente na elaboração e entendimento desta tese.

Portanto, apesar de toda expansão do capitalismo e dos empreendimentos tecnológicos no campo a partir da expansão da fronteira agrícola no Norte do Tocantins, acreditamos que o campesinato e os grupos sociais que o compõem (quebradeiras de coco babaçu, assentados, posseiros, ribeirinhos, indígenas, quilombolas) não irão desaparecer. Pelo

contrário, a partir da coletividade e da resistência encontram um caminho e uma possibilidade de continuarem resistindo e existindo no território.

Chayanov (1974), em seus estudos, ao falar sobre a economia camponesa na sociedade, defende a relevância do trabalho familiar, como base estruturante do campesinato. Nesse caso, a família desempenha um papel importante na atividade camponesa. Para ele, uma das formas do camponês resistir frente ao capitalismo seria por meio das cooperativas e associações. Na sua visão, é preciso ver o camponês como um sujeito criativo da sua própria existência, capaz de se (re)organizar, inclusive, em momentos de crise.

Chayanov (1974) reconhece que o campesinato está fora do modo de produção capitalista. Ele afirma que o campesinato é um modo de produção, pois suas características são: a força do trabalho familiar; a unidade econômica camponesa e a pequena propriedade como local das atividades. Nesse caso, a própria família produz seu meio de produção. Em seu entendimento, o aumento da produtividade do trabalho camponês se deve à pressão exercida pelas necessidades do consumo familiar. Em outras palavras, existe um balanço entre trabalho-consumo para suprir as necessidades básicas da família. Assim, se comercializa somente o excedente. É justamente essa organização que corrobora para que essa classe consiga resistir e se (re)organizar em momentos de crise, sobretudo, frente ao desenvolvimento do capitalismo, na agricultura.

A contribuição de Chayanov (1974) foi demonstrar porque o campesinato, apesar de toda precariedade enquanto economia, permanece e se reproduz como classe social, contestando a teoria do desaparecimento do camponês. Para o autor, o capitalismo é uma realidade que não poder ser negada, mas nem tudo é explicado pelas relações capitalistas de produção. É nesse sentido, que Chayanov propõe uma teoria do campesinato a partir da morfologia da Unidade Econômica Camponesa, a qual baseia-se no trabalho-consumo.

Entendemos que Chayanov contribui diretamente com estudos de outros pesquisadores, dentre eles, Teodor Shanin e Bartra Verges, ambos também discutem temáticas ligadas ao campesinato e defendem a existência do camponês. O primeiro, Shanin (1983), vê o campesinato como uma classe e como um modo de vida, afirmando que a transformação capitalista da agricultura não resulta somente na diferenciação e polarização social, como “previu” Lênin, mas fundamentalmente nos processos de diferenciação, pauperização e marginalização, estabelecida e resultante da relação criada entre o campesinato e o capitalismo, em cada formação territorial.

Para Shanin (1983), o camponês é flexível e capaz de se adaptar em momentos de crise; por meio da resiliência, consegue se (re)organizar e crescer mesmo em uma situação

difícil e complexa frente ao capitalismo, adaptando-se e reproduzindo seus modos de vida de alguma maneira. A resiliência camponesa, para o autor, assenta-se na natureza da economia familiar, que ainda não é tão estudada quanto as economias estatal e de mercado. O campesinato, nessa perspectiva, não é uma realidade estática e o campesinato, enquanto classe social, representa um movimento importante na luta pelos direitos e pelo acesso à terra, frente a uma agricultura cada vez mais globalizada e modernizada.

Nessa mesma linha de pensamento, Bartra (2011) afirma que um dos maiores desafios contemporâneos é pensar e entender o camponês, pois esse é um sujeito heterogêneo, que na atualidade não precisa necessariamente viver no campo, mas que pode reproduzir seus costumes e modos de vida na cidade. Bartra também acredita que o camponês consegue se reorganizar e resistir em tempos de crise, pois o que os move não é o capital, a figura do dinheiro (apesar de ele ser importante para seu sustento) e sim outros valores, como, por exemplo, a família e a própria ética camponesa.

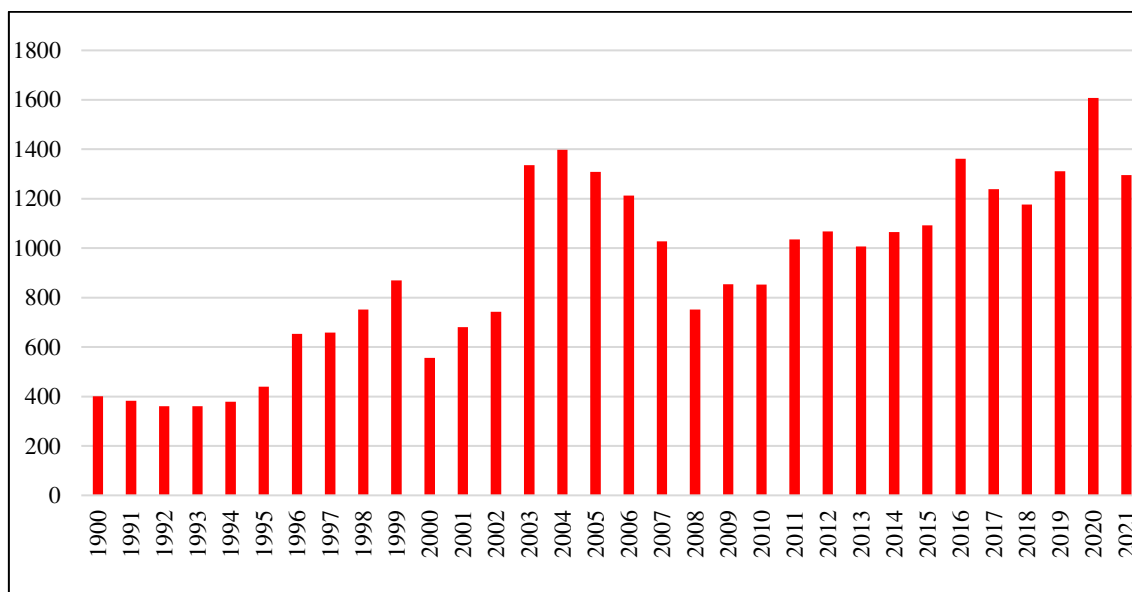
Teodor Shanin (1980) corrobora para pensar no universo das relações sociais do camponês, e identifica algumas de suas características mais gerais, como, por exemplo, o trabalho familiar, a economia de subsistência, a tradição oral que geralmente são subservientes a redes sociais mais amplas, possuem dinâmicas baseadas nos ciclos naturais (ano agrícola) e possuem uma tendência à agriculturação com a expansão comercial. Essas características, conforme aponta o autor, podem ser identificadas em vários lugares do planeta Terra. Não levar essas questões em consideração ao se estudar o universo camponês pode arriscar e contribuir para sua “mistificação”.

A violência no campo é uma realidade que traz à tona a injustiça e as relações contraditórias do capitalismo rentista, que tem como cerne a renda da terra. Essa é caracterizada por Marx (2008) como uma fração da mais-valia, apropriada pelo proprietário fundiário, distribuída de maneira desigual entre a população. No Brasil, muitos sujeitos já morreram na luta por terra e território e a violência física e psicológica é usada para matar, difamar, intimidar e desarticular movimentos sociais.

Os casos de violência no campo ocorridos no Brasil desde 1985 são catalogados pela CPT. As informações são disponibilizadas anualmente por meio do Caderno de Conflito no Campo, com informações relevantes que ajudam pesquisadores(as) a entender a dinâmica dos conflitos agrários no território nacional. Os dados “são catalogados por situações de disputas em conflitos por terra, conflitos por água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais” (CPT, 2015, p. 13).

Desde a catalogação dos dados da CPT, muitos casos de violência por terra foram registrados no Brasil. Nos últimos 30 anos, por exemplo, foram notificados mais de 15.500 conflitos em todo território nacional, conforme mostra o Gráfico 4. Os anos com menor índice de conflito por terra no Brasil foram 1990 (401 conflitos); 1991 (383 conflitos); 1992 (361 conflitos); 1993 (361 conflitos); 1994 (379 conflitos); 1995 (440 conflitos). Em seguida, ocorreram momentos de oscilações na quantidade de conflitos: os anos com maior número de conflitos registrados foram 2020 (1.608 conflitos); 2004 (1.398 conflitos); 2003 (1.335 conflitos); 2016 (1.361 conflitos); 2019 (1.311 conflitos); 2005 (1.308 conflitos); 2011 (1.305 conflitos); 2021 (1.295 conflitos); 2017 (1.239 conflitos); 2012 (1.035 conflitos); 2007 (1.027 conflitos). Em seguida, os anos de 1999 (870 conflitos); 2009 (854 conflitos); 2010 (853 conflitos); 1998 (751 conflitos); 2002 (743 conflitos); 2001 (681 conflitos); 1996 (653 conflitos) e 2000 (556 conflitos) registraram todos mais 550 conflitos cada.

Gráfico 4 – Conflitos por terra no Brasil de 1900 a 2021 (CPT)

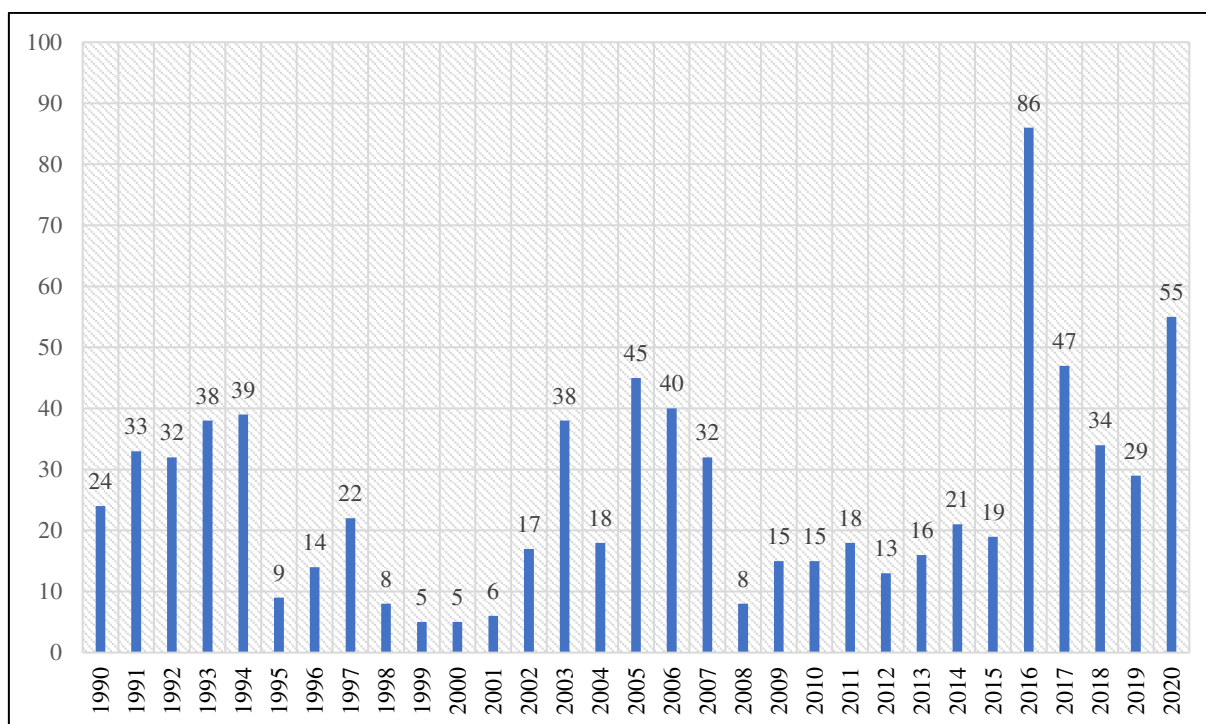


Fonte: Caderno da Comissão da Pastoral da Terra (CPT). Organização. REINALDO, Thaysslloranny Batista, 2022.

Cabe explicar que mesmo com a disponibilidade sistematizada dos dados coletados pela CPT, é possível que os números de vítimas e situações de violência sejam maiores do que as evidenciadas no Brasil, porque existe uma dificuldade de reportar tais casos junto aos órgãos competentes. A violência no campo é também uma realidade vivenciada pelos diferentes grupos sociais que compõem o campesinato no Tocantins: homens e mulheres que enfrentam desafios frente a expansão da fronteira agrícola no território e que se mobilizam coletivamente para resistir e se defenderem frente a expansão do capital.

O aumento de conflitos por terra no campo traz à tona um problema histórico no Brasil: a concentração fundiária e a desigualdade social (OLIVEIRA, 1992). No caso do Norte do Tocantins, parte desses conflitos é reflexo dessa desigualdade, somada à modernização do campo e à expansão da fronteira agrícola. E, assim como houve um aumento ao longo do tempo do número de conflitos por terra no Brasil, o Tocantins também faz parte dessa realidade, conforme mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Conflitos por terra no Tocantins de 1990 a 2020 (CPT)



Fonte: Caderno da Comissão da Pastoral da Terra (CPT). Organização. REINALDO, Thayssllorranny Batista, 2022.

O ano em que mais houve conflito agrário no Tocantins foi 2016, com 86 notificações; em seguida, foi 2020, com 55 casos; 2017, com 47 notificações; 2005, com 45; 2006, com 40; 1994, com 39; 1993, com 38; 1991, com 33; 1992, com 32; e 2019, com 29. Os anos com menos conflitos registrados foram 1999 e 2000, com 5 casos cada um. Em seguida, vêm os anos de 1989 e 2001, com 6 casos.

Os dados de ambos os gráficos (4 e 5) contribuem para a reflexão da dimensão dos conflitos por terra na área de estudo, os quais têm uma relação direta com o contexto nacional e com a aliança entre Estado e latifúndio. Historicamente, a concentração de terras é uma das características da estrutura fundiária brasileira, que já emergiu desigual, quando D. João III criou as Capitâneas Hereditárias, em 1934, e doou extensas faixas de terras, chamadas de

sesmarias a terceiros, formando grandes propriedades rurais (PINTO, 1995). Essa questão continuou a ser consolidada com a criação da Lei de Terras em 18 de setembro de 1950. Dessa forma, somente a burguesia teria acesso, pois ex-escravos, migrantes e camponeses não teriam condições financeiras de pagar pela terra) (PINTO, 1995; PANINI, 1990).

O conflito e a violência no campo são marcas de todo esse processo de formação de latifúndios no Brasil e expressa uma aliança histórica entre Estado e latifundiários. Por isso, quando os Gráficos 4 e 5 evidenciam que houve mais números de registros de conflitos por terra no Brasil e no Tocantins, na segunda década do século XXI, mais precisamente após 2015, cabe refletir sobre o contexto político, econômico e social que ocorria na época. 2016, por exemplo, foi um ano marcado pelo golpe via impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016) e com a entrada do então vice-presidente Michel Temer, que saiu após a entrada do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Brown (2019) ajuda-nos a entender esse momento na conjuntura política brasileira, com uma relação direta com os povos do campo e com a expansão do capital nos territórios camponeses. Para ela, a ascensão de políticos com aptidões ideológicas de direita tem como base de discurso uma mistura de patriotismo, militarismo e família e não é exclusividade do Brasil, pois tem se alastrando por todo o Ocidente, inclusive nos Estados Unidos da América. Esse movimento possibilita intensificar discursos de ódio e opressão frente as populações menos favorecidas. Quando pensamos essa dimensão no Brasil e no Tocantins, mediada por um discurso neoliberal, identificamos também um aumento de conflitos por terra e território.

Nesse mesmo viés, Fernandes et al. (2020), Alentejano (2020), refletem sobre o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, e chegam à conclusão de que houve uma intensificação de conflitos e ataques aos povos do campo, pois se tratava de políticas voltadas para o agronegócio. Portanto, a intensificação dos conflitos por terra é uma das expressões dessa política neoliberal. Além disso, quando o Gráfico 5 mostra um aumento significativo de conflitos no Tocantins, no século XXI, não podemos deixar de articular esse momento com a expansão da fronteira agrícola e com a intensificação do agronegócio.

A expansão da fronteira agrícola, no Norte do Tocantins, engendra e intensifica conflitos e conflitualidades no campo, uma vez que a expansão do agronegócio provoca também a desterritorialização de muitas famílias que vivem no campo. Cabe lembrar que o agronegócio, de acordo com Almeida (2009), se utiliza de agroestratégias para incorporar novas terras ao seu circuito produtivo.

Faz parte das agroestratégias a disseminação de uma visão triunfalista dos agronegócios articulada com uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial

agrícola. De acordo com esta formulação, no Brasil a terra seria um bem ilimitado e permanentemente disponível (ALMEIDA, 2009, p. 68).

Com efeito, devido ao aumento de áreas voltadas para o agronegócio, a “[...] sustentabilidade e a função social da terra são absolutamente desprezadas consoantes essa perspectiva ruralista e, seu efeito maior, consiste no agravamento dos conflitos sociais” (ALMEIDA, 2011, p. 28). E as terras tradicionalmente ocupadas são vistas a partir dessa ótica, como um “freio à capacidade produtiva” (ALMEIDA, 2011, p. 28).

A partir dessa leitura, entendemos os múltiplos ataques que os povos originários vêm sofrendo ao longo do tempo, inclusive no estado do Tocantins, onde plantações de eucalipto, soja e a pecuária extensiva têm sido um dos elementos geradores de conflitos e conflitualidades no território. A luta desses povos é histórica no Brasil, inclusive, Oliveira (2016) elucida que o território capitalista foi constituído pela violência e expulsão dos povos indígenas do território brasileiro.

Cabe fazer uma reflexão conceitual acerca da luta por terra e território, no Brasil. Essas, ao ver de Guedes (2016), estão ligadas diretamente à luta dos povos do campo. À luta por território relacionam-se as questões identitárias de indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Quanto às lutas por terra, pensa-se na dimensão da formação dos movimentos sociais que se mobilizam, coletivamente, em prol de uma classe, como o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse caso, não se pode deixar de enfatizar que as disputas por terra ou território compõem o campesinato, e buscam a sobrevivência e uma qualidade de vida melhor

Com base nos textos de Guedes (2016), visualizamos que a luta por território traz no seu bojo a mobilização de indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, o reconhecimento formal de seus direitos, e a conquista e legalização do território em que vivem. Lembrando que a relação dessas comunidades com a natureza ocorre pautada no equilíbrio e na sustentabilidade, retirando delas somente o essencial para sua vida. Para os povos originários, por exemplo, o território é sagrado, inclusive Fleuri (2017, p. 285) acredita que:

A maioria das culturas originárias brasileiras também entendem a Terra como mãe (Pachamama). A mãe protege e promove a vida mediante dádiva e reciprocidade. A natureza torna a vida humana possível. Por reciprocidade os seres humanos são cuidados a cuidar e proteger a natureza.

É uma relação de equilíbrio e de sustentabilidade, regida por muita luta e embates em defesa dos seus modos de vida e território ao longo do tempo e do espaço. Pois como bem nos lembra Guedes (2016), a colonização do Brasil resultou em um trágico processo de

genocídio das comunidades indígenas, ocorrendo a diminuição de muitos traços culturais, como, por exemplo, a língua nativa por eles falada. Além disso, Santos (2019, p. 36) enfatiza que “[...] o universo da cultura indígena se contrapõe aos espaços de reprodução do capital, e vise e versa, com” ritmos” e “tempos” diferentes.”

Na expansão do capitalismo, as comunidades indígenas representam, ao ver deles (capitalistas), um “entreve” à expansão da fronteira agrícola e da modernização da agricultura, pois, a lógica do capital é usar esse território como reserva de valor e no momento em que essas comunidades se mobilizam, seja politicamente por meio dos movimentos sociais ou entre eles mesmo, e/ou com outro grupo social que se identifique com a causa, “dificultam” a expansão capitalista no território. Situação que tem ocasionado, ao longo do tempo, mortes de muitos indígenas, pois, no entender de Oliveira (1997, 2016), a territorialização do capitalismo no campo brasileiro está diretamente ligada à invasão e à expropriação dos territórios indígenas, nesse caso.

Deste modo, a territorialização do capitalismo no campo brasileiro, no ponto de vista de Oliveira (2016), pode ser compreendida como resultado da invasão, conquista e destruição de territórios indígenas. Essa situação vem ocorrendo a mais de 500 anos, desde a invasão dos portugueses. Na área de estudo, os povos originários foram os primeiros habitantes das terras que hoje compõem o território tocantinense, e assim como os indígenas de outras regiões brasileiras, também sofreram/sofrem violência, expropriação e expulsão dos seus territórios.

O conflito e a violência não são um problema do passado na vida dos povos originários tocantinenses, mas sim uma questão emblemática atual intensificada com a expansão da fronteira agrícola no território. A esse respeito, concordamos com Rocha (2022, p. 202), ao afirmar que:

Quanto a violência, os territórios indígenas no estado do Tocantins tem sido palco de inúmeras formas de agressão ao índio e ao ambiente onde vivem. A expansão da fronteira agrícola no estado tem ocasionado conflitos, principalmente quando sua lógica de produção, pautada pelo uso de agrotóxicos, causam danos ao solo e rios que fornecem água e alimentos nos territórios indígenas.

Os indígenas tocantinenses, segundo Rocha (2022), enfrentam diversas dificuldades, como, por exemplo, a falta de assistência à saúde de qualidade. Inclusive, a desassistência à saúde indígena, no olhar do autor:

É uma das formas de violência sofrida pelos indígenas pois, sendo povos de costumes culturais e alimentares diferentes do não índio, padecem de doenças causadas por ele, através da contaminação de rios e solos, doenças trazidas por invasores, dentre outras.

Problemas com alcoolismo são grandes geradores de mortes, incluindo suicídios nas aldeias, se tornando um problema de saúde (ROCHA, 2022, p. 202).

Portanto, são necessárias políticas públicas voltadas para a Saúde, Educação, segurança e respeito ao território dos povos originários, pois, muitos dos seus direitos são violados. Em pleno século XXI, muitos indígenas tocaninenses ainda vivem em situações sociais precárias e com medo de terem seu território ameaçado e invadido por capitalistas, por meio da expansão da fronteira agrícola.

De acordo com Nascimento (2019), os povos originários tocaninenses somam um total de aproximadamente 14 mil indígenas, que equivale a menos de 1% da população do Tocantins, isso de acordo com dados do IBGE (2010). Eles estão divididos em 09 (nove) etnias e distribuídos em todas as regiões do estado, com exceção da região Sudeste. Esse vazio demográfico populacional indígena nessa localidade está relacionado a dois fatores: brigas entre etnias indígenas disputando territórios e ao processo de ocupação feito pelo homem branco no período da mineração, que proporcionou dizimação ou expulsão dessas etnias do Sudeste do estado. As etnias indígenas estão distribuídas da seguinte forma, no Tocantins (Quadro 7):

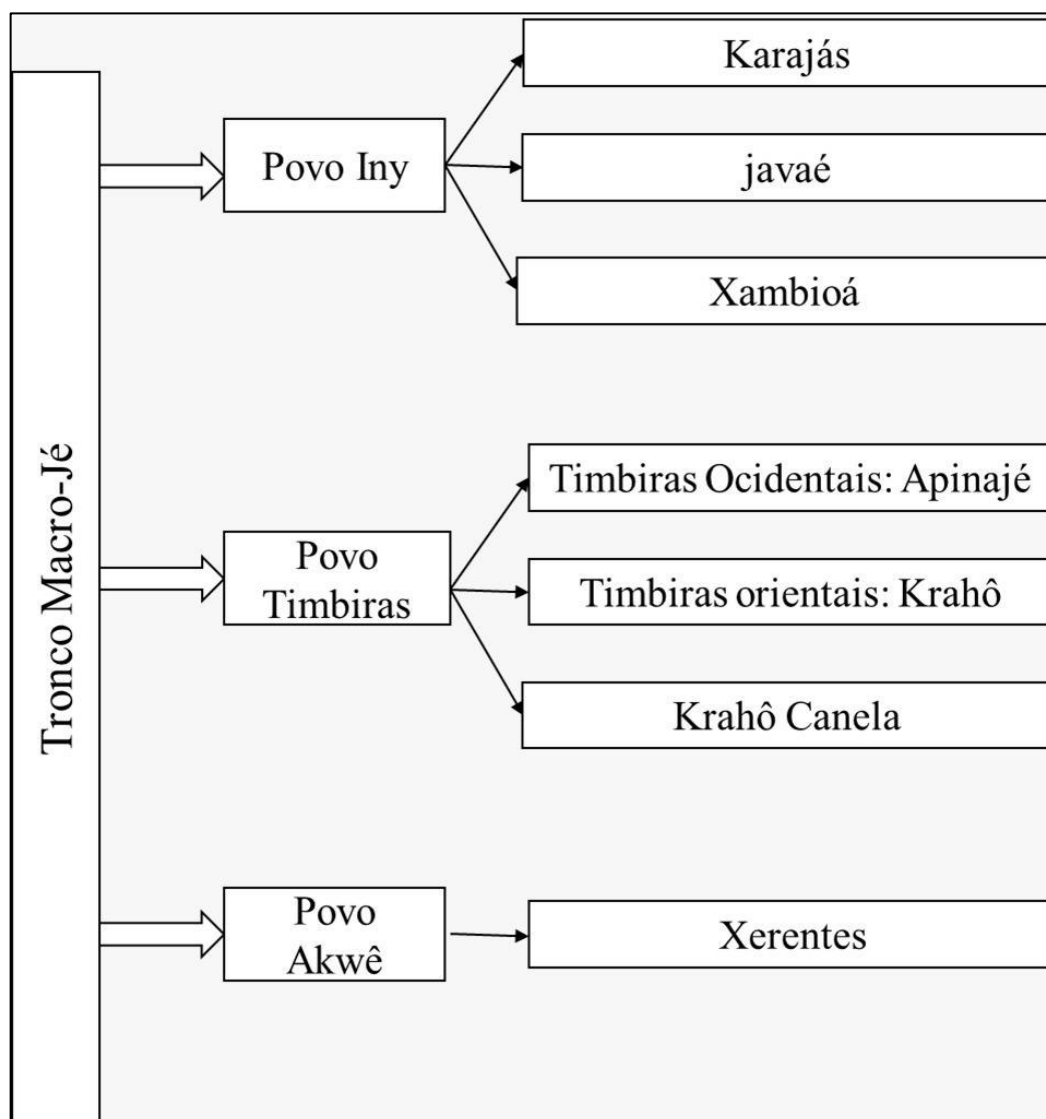
Quadro 7 – Localização das aldeias indígenas no Tocantins

Tribos		Localização
1	1. Apinajé	Tocantinópolis, Maurilândia, Cachoeirinha e São Bento
2	Xambioá	Santa Fé do Araguaia
3	Krahô	Goiatins e Itacajá
4	Xerente	Tocantínia
5	Krahô-Canela	Lagoa da Confusão
6	Karajá	Ilha do Bananal
7	Javaé	Ilha do Bananal
8	Avá-Canoeiro	Ilha do Bananal
9	Pankararu	Gurupi

Fonte: GEO, (2017).

As 09 (nove) etnias indígenas tocaninenses originaram-se de 03 (três) povos indígenas brasileiros: Iny, Timbira e akwê, conforme demonstra a Figura 28:

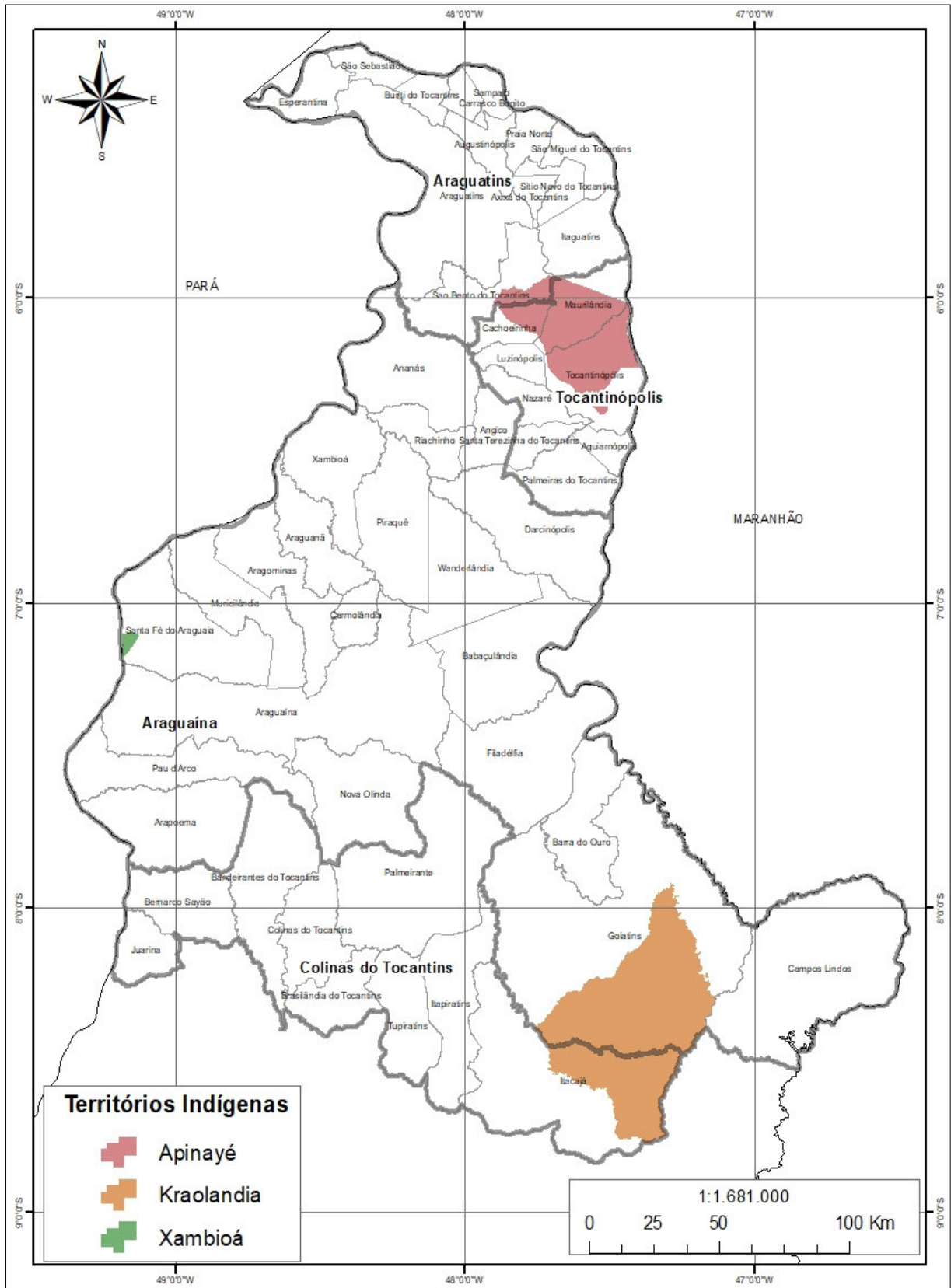
Figura 28 – Povos indígenas brasileiros que originaram as etnias do Tocantins



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Geo (2011).

Das terras indígenas demarcadas, localizadas na área de estudo, temos a terra indígena apinayé (Região Imediata de Tocantinópolis), a terra indígena Xambioá, (Região Imediata de Araguaína) e a terra indígena Kraolândia, localizada em duas Regiões Imediatas: Araguaína e Colinas, conforme mostra o Mapa 13. Os territórios indígenas possuem diversidade cultural, expressada na oralidade, nas danças, na culinária, nos rituais, nas pinturas corporais.

Mapa 13 – Terras indígenas localizadas no Norte do Tocantins, Brasil



Fonte: Elaborado com base nos dados da Seplan. Elaboração: José Marcos Duarte Rodrigues (2023).

De acordo com Geo (2017), os povos originários Apinayé, conhecidos também como “timbiras ocidentais” (NASCIMENTO, 2018, p, 04), ocupam uma área territorial dos municípios de: Tocantinópolis, Maurilândia, Cachoeirinha e São Bento, com uma população de aproximadamente 1.900 indígenas. Ainda segundo o autor, os apinayé são conhecidos como grandes guerreiros do Norte tocantinense em virtude de sua bravura. Foi a resistência dessa etnia que garantiu sua sobrevivência ao longo do tempo, pois, assim como outros indígenas do Brasil, sofreram intimidação e violência por não indígenas (física, ameaças, apropriação ou tentativas de apropriação do território, preconceito).

Ainda segundo Geo (2017), e de acordo com dados do Conselho Indígena Missionário (CIMI), em 1780, 600 indígenas da etnia Apinayé trabalhavam na agricultura, na criação de gado e na navegação fluvial e viviam em torno da cidade. Na contagem seguinte, por volta de 1880, havia 1.362 na aldeia Boa Vista, atual Tocantinópolis. O índice populacional indígena dos Apinayé do século XVIII ao século XIX estão evidenciados no Quadro 8:

Quadro 8 – Demonstrativo do crescimento populacional indígena entre os séculos XVIII e XIX

Período	Quantitativo Indígena
Em 1780	600 índios
Por volta de 1880	1.362 índios

Fonte: Geo (2017). Adaptado pela autora (2023).

Esse dado é interessante de ser analisado, pois diferente de estudos que mostram a diminuição de indígenas em algumas etnias brasileiras, o povo apinayé, por volta de 1880, tinha mais indígenas que em 1780, ou seja, em cerca de 100 anos, a população dobrou. Isso ocorreu, segundo a análise de Geo (2017), justamente pela característica de resistência da comunidade, que não aceitava e resistia frente a submissão ao trabalho escravo por não indígenas no processo de povoamento do Bico do Papagaio.

No que diz respeito aos aspectos econômicos e culturais dessa etnia, com base em Nascimento (2019), podemos dizer economicamente que os apinajé tradicionalmente plantam milho, mandioca, amendoim, feijão, batata doce e inhame e coletam andu, pequi, buriti, bacaba, bacuri, babaçu, açai, murici, tucum e palmito que complementam a alimentação. A coleta de babaçu, artesanato, pesca e agricultura de subsistência é a base da economia dessa etnia. Culturalmente, praticam o ritual de homenagem aos mortos – Párkape, e o ritual para retorno do espírito do doente ao corpo – Mêkaprî. Ademais, são pertencentes ao tronco linguístico macro-Jê.

Conforme Geo (2019), os povos originários Karajá são conhecidos como Karajá do Norte ou Xambioá-Karajá, em virtude de pertencerem ao povo Iny. Antes de 1500, os Karajás (Povo Iny) subiram o rio Araguaia. Eles migraram, entre outros motivos, devido às invasões de seu território e confrontos com outras etnias. A migração sazonal levou os Karajás para várias regiões até conquistarem o território onde vivem, nas aldeias da Ilha do Bananal e em Santa Fé do Araguaia no Tocantins, Mato Grosso e Pará, sempre às margens do rio Araguaia. No Tocantins, existem três grupos: os Karajá/Xambioá, Karajá e Javaé.

No que se refere à etnia indígena Xambioá, Nascimento (2019) afirma que:

Xambioá, também conhecidos como Karajá do norte, moram no município de Santa Fé do Araguaia, localizadas nas margens direita do rio Araguaia. Falam a mesma língua que os Karajás e os Javaé da Ilha do Bananal. Predominantemente por famílias Karajás Xambioá, mas também por um grande número de famílias Guarani Mbyá. Muitas são ainda constituídas através de casamentos interétnicos entre indígenas e não indígenas, assim como a do povo Guarani foi, em determinado momento, crucial para o restabelecimento quantitativo do povo Karajá-Xambioá (NASCIMENTO, 2019, p.104).

Para Karajás (2016), os povos originários Karajás Xambioá têm uma relação de sustentabilidade com a natureza, pois entendem que a mesma é essencial para sua vida e continuidade do seu povo. Sem eles, as futuras gerações não terão qualidade de vida. A produção é baseada na agricultura de subsistência, com plantações nas roças de toco, coleta de frutos, caça e pesca, práticas que garantem a alimentação deles.

A luta do povo Karajá Xambioá pelo território, ao ver de Karajá (2016), perpassou em meio ao contato e conflito com diversos grupos indígenas Kayapó, Xikrin, Metuktire e os já extintos Irã-amrãire, os Apinayé e os Akwem (Xerente), no século XIX, cujas aldeias situavam-se ao longo do rio Araguaia. Esses indígenas também foram vítimas das expedições das entradas e bandeiras que ocorreram no antigo Norte goiano, ainda no Período Colonial.

Os conflitos perpassavam tanto os diferentes povos indígenas quanto os não indígenas. Trata-se de uma realidade que não é restrita aos Karajás Xambioá, mas, de uma maneira geral, aos povos originários do Brasil. Essa situação é trabalhada por Martins (2009), nos dois primeiros capítulos da obra “Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano”. Ao falar dos povos originários da Amazônia, o mesmo afirma que a luta indígena é contra toda forma de opressão.

A cultura do povo Karajá Xambioá é rica, e muitas histórias são repassadas entre as gerações, inclusive, várias delas estão sistematizadas na obra “Aspectos Históricos e Culturais do povo Karajá – Xambioá”, organizada por Francisco Edviges Albuquerque e Adriano Dias Gomes Karajá (2016). Uma dessas, fala sobre a origem da pintura corporal

Xambioá, feita com a tinta extraída do jenipapo, pensada a partir de um olhar para a paisagem e para os peixes do rio.

Segundo Geo (2017), a população Krahô, no Tocantins, é de aproximadamente 2.612 habitantes que moram na região de Itacajá e Goiatins, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. No final do século XVIII, os Krahô habitavam a região do sul do Tocantins quando foram registrados os primeiros contatos com a frente de colonização. Eles, então, recuaram para a margem direita do rio Tocantins. Os Krahô enfrentam diversas dificuldades, inclusive são impactados diretamente pelo agronegócio, com o aumento de plantios de soja e eucalipto nos arredores do território, tendo que lidar com a poluição oriunda dos agrotóxicos utilizados nas plantações.

Para Nascimento (2019), culturalmente, os Krahô acreditam que o mundo está dividido em dois partidos, ou duas metades: O Katam jê (que representa o inverno), e o Wakme Jê (que representa o verão). Segundo a tradição, essas forças, que estão presentes em tudo, é que regem a natureza e o homem. Eles acreditam que todos os seres, animais, vegetais ou minerais, possuem alma, conhecida como karõ – que pode afastar-se do corpo. Quando morre um krahô, acontece a separação definitiva e depois o kraõ se transforma em animal. O menino Krahô recebe o nome geralmente de seu tio materno, enquanto a menina quase sempre da tia paterna.

No que refere aos aspectos econômicos, Geo (2017) cita a realização da Festa da Batata que celebra a colheita e é realizada durante o verão, quando existe comida suficiente para alimentar todos que participarão dos rituais. Na Festa do Milho (pônhê), os Krahô comemoram a fartura das roças. Em relação ao cultivo dos alimentos, os indígenas praticam a agricultura familiar, com a prática da roça de toco. Outro traço cultural desse povo é a corrida de toras (geralmente de buriti), que conta com a participação de homens e mulheres. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas³¹, em uma nota emitida em 28/09/2022, explica como ocorre a festa da tora e o que ela representa para o povo Krahô.

Para a etnia Khraô, a modalidade está associada a algum ritual, segundo o qual variam os grupos de corredores, assim como o percurso e o tamanho dos troncos. As corridas são realizadas sempre com duas toras praticamente iguais. Os participantes se dividem em dois grupos de corredores rivais, cabendo apenas a um atleta de cada grupo carregar a tora, revezando-se em um mesmo percurso. As corridas se realizam no sentido de fora para dentro da aldeia, nunca de dentro para fora, ou mesmo dentro dela, quando são estabelecidos os pontos de largada e chegada no pátio de uma casa chamada woto, uma espécie de oca preparada para as práticas culturais, sociais e políticas. Nas aldeias Khraô, a corrida é sempre realizada ao amanhecer e ao

³¹ Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/cultura-conheca-a-corrida-tradicional-indigena-com-tora>. Acesso em: 25 jan. 2023.

entardecer. As corridas vindas de fora acontecem geralmente no final da tarde, quando os Krahôs retornam de alguma atividade coletiva, como caça e roça. Ela é praticada também nos rituais, festas e brincadeiras. Nesses casos, as toras podem representar símbolos mágico-religiosos, como durante o ritual do "Porkahoks", que simboliza o fim do luto pela morte de algum membro da comunidade. Pela manhã, a corrida ganha um sentido de ginástica para a preparação do corpo. Corre-se com as toras ao redor das casas, no sentido anti-horário.

Em uma das aldeias³² (Figura 29) do território Krahô, localizada no município de Goiatins, identificamos que são muitas as situações de conflitualidades com fazendeiros da região, em função da utilização de agrotóxicos nas plantações. Quando realizam a pulverização aérea nas plantações localizadas nas mediações da Terra Indígena, as correntes de vento levam respingos do agrotóxico para o território indígena, poluindo também os rios. Cabe explicar que essa realidade não é restrita a essa comunidade ou ao povo Krahô, mas ocorre em várias comunidades indígenas localizadas na área de estudo.

Figura 29 –Terra Indígena Kraolândia em Goiatins-TO



Fonte: Paulo Sergio (2022).

Na Terra Indígena Kraolândia, muitos são os problemas enfrentados, inclusive vários deles (Educação, Economia Saúde etc.) são apresentados na plataforma de dados do Instituto Socioambiental (ISA). A Terra Indígena Kraolândia tem cerca de 2.992 habitantes,

³² Como se trata de situações de conflito, optamos por não identificar a comunidade nem colocar fotos que mostrem nomes e rosto.

vivendo em uma área de 303 mil km². A população enfrenta dificuldades relacionadas à questão fundiária com conflitos com fazendeiros e exploração dos recursos naturais, situação que já gerou, inclusive, interdição de rodovia na região. Os indígenas se organizam por meio de associações para reivindicar melhores condições de vida para a comunidade. Entre as associações, o site oficial do ISA (2023) cita oito, que estão descritas por nome no Quadro 09:

Quadro 9 – Associações existentes na Terra Indígena Kraolândia no Tocantins

Nome das associações
Associação Comunidade Indígena Mãkraré
Associação de Pais e Mestres das Aldeias Nova, Rio Vermelho e Bacuri
Associação Hahi de Mulheres Krahô
Associação Hotxwa Companhia Ihken
Associação Indígena Awkeré
Associação Indígena Inxecatti
Associação Wokran Krahô
Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

Fonte: Disponível: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3735#sobreposicoes>. Acesso em 10 de março de 2023.

É comum aparecerem notícias nos telejornais e nas mídias digitais sobre conflitos envolvendo os povos originários, latifundiários e empresas produtoras de eucalipto e soja, haja vista que o capitalismo adentra no território indígena e busca de todas as formas explorá-las ou expulsá-los. Para barrar esse processo a resistência é um elemento essencial. A resistência se dá na busca do reconhecimento e demarcação das terras indígenas e na garantia de seus direitos, que quando comparados com a história de formação do território brasileiro é tão recente.

Existe uma diversidade de sujeitos no Tocantins e diferentes conflitos e conflitualidades, pois são territórios que perpassam também uma lógica capitalista, ou melhor falando, que despertam interesses por parte destes. Nesse sentido, para os capitalistas esse espaço é visto como fronteira agrícola, passível de acumulação de renda e expansão do capital. Para os povos originários, é o território da vida, da esperança, da sobrevivência.

Os conflitos e as situações de violência contra os povos originários, ao ver de Martins (1996), têm uma relação direta com a expansão capitalista e com o próprio cercamento das propriedades rurais, movidos pelo desejo de aumentar a renda fundiária. Essa situação, não se restringe a Região Amazônica, tem aumentado consideravelmente a fome e a desigualdade social dos povos do campo, da floresta e da água. Em meio a expansão capitalista, a vegetação

nativa vai dando espaço às pastagens, às criações de gado, aos minérios, às monoculturas e às empresas voltadas para a modernização agrícola no campo. E, em meio ao reordenamento territorial, “o arame farpado vai cercando tudo, vai tirando cada um de seu lugar. E no verão já não há terra para plantar, rio para pescar, mata para caçar” (MARTINS, 1986, p. 9), ao relatar a realidade dos indígenas que vivem na Região Amazônica.

No Tocantins, as cercas do agronegócio geram muitas situações de violência contra os povos indígenas que vivem no território e que acabam tendo que resistir e lutar para permanecer nos seus locais de morada, como no caso dos povos indígenas Krahô, segundo Santos (2015). Esses, conforme o pesquisador, vivem na Terra Indígena Kraolândia, localizada entre os municípios de Goiatins, e Itacajá e os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno, afluentes da margem direita do rio Tocantins, onde reproduzem seus modos de vida e culturas herdados de seus antepassados.

O povo tem sua economia baseada principalmente na agricultura rudimentar de baixo impacto ambiental, embora existam outras atividades, como a coleta e pesca. Do cerrado, eles tiram aquilo o que necessário para sua sobrevivência e reprodução biológica, social e cultural. Essas atividades estão profundamente associadas ao conhecimento que os Krahô possuem sobre a natureza, seus ciclos e potencialidades. (SANTOS, 2015, p. 40).

São povos que já migraram, segundo Santos (2015) do Sul do Maranhão, para o território que hoje forma o estado do Tocantins devido conflitos com criadores de gado, que se expandiam no território vindos do Piauí para o Sul do Maranhão por volta da primeira metade do século XIX. Apesar dos conflitos ocorrerem na época de uma maneira mais direta com pecuaristas, duas frentes se expandiam na região: a pastoril e a agrícola, ambas dependiam uma da outra para se manter.

A área agrícola precisava do gado da pastoril para alimentar seus escravos; a área de criação não necessitava tanto das mercadorias produzidas pela área agrícola, mas dos artigos que esta recebia por seus portos de mar: sal, bebidas alcoólicas, instrumentos de ferro, etc. Quanto aos alimentos vegetais para consumo da população local, seu plantio se fazia em ambas as áreas (MELATTI, 2009, p. 11).

As frentes pastoril e agrícola viam os povos indígenas como “dificultadores” para adentrarem nos territórios, o que gerava ainda mais conflitos, pois, para os indígenas, o território é o lugar da vida e da esperança, da natureza a mãe terra (FLEURI, 2017). Para os capitalistas é um meio de acumular e reproduzir seu capital, haja vista ser um sistema econômico que tem como principal base a propriedade privada dos meios de produção, e objetiva o lucro e a acumulação de riqueza a todo custo. Cabe lembrar que Harvey (2005, p. 43) é pontual ao afirmar

que “a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista”. E, quando o assunto é o campo, a propriedade privada da terra e a renda fundiária são um dos pilares do modo de produção capitalista, que é desigual, contraditório e combinado, ao ver de Oliveira (1997, 2002).

Quando se pensa na dimensão da fronteira, enquanto um desdobramento da expansão do capital, as populações do território, que resistem, e que se mobilizam, são coletivamente vistas por eles (capitalistas) como uma “barreira” para usarem a terra das comunidades visando a expansão de suas produções.

O capital rentista recebe apoio do Estado. Esse, por sua vez, no olhar de Martins (1996), é um aliado do capital na tarefa da extração da renda da terra. Uma das melhores formas de se perceber essa situação é no modelo agrícola que tem ocupado grandes extensões de terras no Brasil e expulsado do campo famílias que usam a terra de trabalho e o território para sobreviver. Cabe destacar que isso ocorre também porque “[...] a tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz” (MARTINS, 1988, p. 160).

E nesse “jogo” desigual de luta por terra e território, a burguesia aliada ao Estado tem mais vantagem que os diferentes grupos sociais que vivem no campo e que encontram apoio, na maioria das vezes, na própria coletividade e nos movimentos sociais para lutar e resistir frente a expansão do capital. Nessa situação, concordamos com Martins (1996), ao afirmar que o território capitalista é o território das desigualdades, do conflito e da morte, haja vista que, para Oliveira (1995):

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é, pois, gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais valia/produção do capital/extração da renda da terra). É esta lógica contraditória que constrói territórios diferentes do mundo ou faz com que frações de um mesmo território conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital (OLIVEIRA, 1995, p. 281).

Nesse caso, o referido autor conclui, na sua teoria, que a análise da agricultura brasileira deve ser feita no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista de produção no Brasil. Dessa forma:

Este procedimento passa necessariamente pelo entendimento do desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo que avança produzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção necessárias à sua lógica de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1995, p. 280).

Essa situação está no cerne da luta pela terra, que tem como centro a expropriação dos homens e mulheres do seu meio de trabalho (a terra). No Norte do Tocantins, são muitos os conflitos por terra, mediados pelo uso da violência contra os povos do campo, especialmente os posseiros.

4. 2 Conflitos por terra no Norte do Tocantins e a realidade da fronteira do humano para os que são vistos pelo capitalismo como “barreira” no avanço do “progresso”

São muitos os grupos sociais que vivem no Norte do Tocantins, e diversas as realidades por eles vivenciadas: uns terão mais conflitos devido à expansão do agronegócio ou ainda por todos os elementos que compõem a fronteira agrícola, na contemporaneidade, agindo simultaneamente no mesmo espaço reordenando o território. É importante pontuar que se trata de um território rico em recursos hídricos e minerais que desperta a atenção de investidores brasileiros e estrangeiros, sendo visto por eles como uma área economicamente rentável, compondo, assim, a fronteira agrícola.

A expansão da fronteira agrícola traz consigo uma leva de destruição por onde passa, seja da natureza, seja dos modos de vida das comunidades, seja das relações de produção previamente existentes, seja na qualidade de vida das comunidades. Na verdade, é difícil calcular os impactos causados pela expansão do capital no campo, sobretudo nessas áreas de expansão da fronteira agrícola e modernização da agricultura, pois, os impactos não são somente materiais, são, na sua maioria, subjetivos e atingem a população, como demonstrado nas falas das camponesas-posseiras do Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO. No relato de dona Maria da Luz Benício³³ de fica evidente a situação conflituosa em que vivem.

Minha filha estava grávida, era o primeiro filho dela. Em uma noite tivemos que sair correndo, ela por causa dos sustos perdeu a criança, depois disso minha filha nunca mais foi a mesma. Hoje faz tratamento para depressão, saiu daqui do acampamento, tem crises forte de ansiedade. Esse povo não sabe o mal que nos faz (Entrevista realizada em dezembro de 2019).

Outra moradora do Acampamento Gabriel Filho também se preocupa com a situação vivenciada por todos(as) e reforça a concepção de que o impacto do avanço da fronteira agrícola no território vai muito além do material, e que, por mais que o estudemos, não é possível chegar a uma totalidade, porque muitas questões não conseguem ser explicadas com

³³ Nome fictício em homenagem a camponesa-posseira Maria da Luz Benício, assassinada em 18/06/2021 em Junco no estado do Maranhão.

profundidade pela ciência geográfica, como os impactos psicológicos, por exemplo. Na fala da interlocutora Giovana Deodoro³⁴:

Tem gente aqui que vendeu tudo que tinha na cidade para investir na terra que nós morávamos. Hoje vivi aqui nesses barracos de lona, passando toda necessidade. A gente se sente muito humilhado, porque nos tratam como desordeiros. Falam: lá vem o povo que quer tomar a terra alheia. Acha que a gente vivi aqui nessa situação por simples querer. Eu sou muito preocupada com essas crianças, que vivem com medo. Aqui, menino de cinco anos sabe o que é jagunço. Nossas crianças têm medo, muitos acordam a noite assustados. Vivem sempre em alerta. Como vai ser o futuro deles? A saúde mental deles? (Entrevista realizada em setembro de 2019).

Ambos os relatos são de moradoras do Acampamento Gabriel Filho; todavia, essa realidade não é restrita a esse local. Ao contrário, pois outras comunidades da área de estudo vivem situações similares, como, por exemplo, os sujeitos que vivem na Gleba Tauã, no município chamado Barra do Ouro-TO, e que também lutam pela terra.

Cabe refletir que, para uma família que vivi ou viveu a várias gerações em uma determinada localidade e que de repente precisa sair dela, porque alguém chegou dizendo que é dono da terra, mostrando um documento que nem se quer sabe-se se é verdadeiro, o impacto não é só material, é também imaterial. É essa a realidade que milhares de famílias tocantinenses, que vivem na área de estudo, enfrentam cotidianamente. O Estado, muitas vezes, é conivente com a situação, pois a omissão é também uma forma de apoiar quem oprime. A chegada do agronegócio engendra e intensifica paulatinamente o conflito no território, pois existem diferentes relações de interesse neste território.

Para entender essa relação de interesses e conflitos, Castro (2005) corrobora ao argumentar que eles surgem também das relações sociais. Ela cita um exemplo no seu livro “Geografia e Política” de conflitos em diferentes escalas e de como eles vão mudando de configuração, seja em um bairro, cidade, ou seja, em uma Unidade Federativa e do quão complexos são, pois envolvem pessoas e diferentes interesses. A análise da autora contribui para se pensar os conflitos e conflitualidades na perspectiva de que eles mudam dependendo de sua escala. Por exemplo, em um mesmo grupo social (povoado Campestre em São Bento do Tocantins: Quebradeiras de Coco Babaçu), moradores são a favor da entrada das empresas monopolistas produtoras de eucalipto, no caso, a Sinobras Florestal, sob a justificativa de que

³⁴ Nome fictício em homenagem a indígena Maria da Luz Benício, assassinada em 18/06/2021 em Mato Castelhana.

eles geram trabalho para a comunidade e que usam o meio ambiente com equilíbrio, enquanto outros moradores da comunidade afirmam o contrário³⁵.

Já na dimensão do município, as questões e conflitos perpassam o interesse em facilitar a implantação de empresas na região, ou em administrar os conflitos e as conflitualidades que surgem entre os capitalistas e o campesinato regional. Nesse caso, é importante pontuar, a partir da visão de Castro (2005, p. 41), que “[...] as questões e os conflitos de interesse surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos seus interesses”. E, continua:

Na realidade em toda sociedade organizada há interesses diferenciados, se a vontade de realizá-los gera conflitos e se a política é o modo de organizar esses conflitos de interesses para que, de modo solidário, todos possam alcançar seus projetos de vida, não é possível ignorar a política como uma instituição que faz parte das sociedades diferenciadas e complexas. E as sociedades se territorializam, ou seja, organizam o território para melhor atender aos interesses e às formas de vida de todos os seus componentes, ou daqueles mais influentes, não é possível ignorar a relação entre geografia e política (CASTRO, 2005, p. 41-42).

A política e o Estado influenciam na organização fundiária brasileira: as leis e o aparato jurídico são um exemplo disso. Martins (1994), a esse respeito, chama a atenção para a troca de favores que existe no cenário político. Esse, por sua vez, corrobora nos jogos de interesse e no reordenamento territorial, afinal, muitos empreendimentos do agronegócio são apoiados pelo poder público local, especialmente por meio de incentivos fiscais para que empresas invistam no território, a exemplo da Lei Federal n.º 9.532/97, que institui o Fundo de Investimento na Amazônia (Finam). Devido ao Tocantins ser um dos estados que compõe a Amazônia Legal, quem decidiu investir na região pode ter acesso aos benefícios concedidos por intermédio da referida Lei.

Em uma nota explicativa sobre a Lei Federal n.º 9.532/97, emitida pela Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins (2018), é explicado que:

Esse fundo prevê implantação, modernização, ampliação e/ou diversificação de projetos da iniciativa privada com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Para uma unidade de processamento de produtos, por exemplo, existe a vantagem da redução tributária do Imposto de Renda em até 87,5% sobre o lucro tributável. (Secretaria de Comunicação do estado do Tocantins, 29/11/2022).

³⁵ Durante esse diálogo, inclusive, algumas das mulheres que falavam de forma negativa da empresa foram coagidas pelas outras a não falar. A intimidação ocorreu nos olhares, na fala ao dizer não fala isso “[...] seu esposo trabalha lá”.

O Estado capitalista neoliberal e as políticas públicas voltadas para a modernização agrícola são elementos que precisam ser considerados ao se pensar os conflitos do campo na área de estudo, no sentido que tais políticas contribuem para que o agronegócio seja implantado no território. Isso ocorre, na maioria das vezes, carregado de um discurso calcado no “desenvolvimento”. Esse, por sua vez, restringe-se, sobretudo, a mão de obra de uma pequena parte (capitalistas) da população, como apontam Martins (1990, 1993), Oliveira (1994, 2016a) e Prado Júnior (2004).

É preciso enfatizar que o Estado, conforme discorrem Harvey (2005) e Jessop (2009), é uma instituição resultante de uma construção histórica de cada povo, inserido também no interior do modo capitalista de produção. Os autores chamam a atenção, ainda, para a necessidade de compreendê-lo enquanto um produto da luta de classes, não sendo o mesmo neutro e representando, os interesses das classes dominantes.

Sobre a “neutralidade” do Estado, Francisco de Oliveira (1981) é pontual no seu posicionamento ao concordar que não existe Estado neutro, pois este é gerido por pessoas, e essas têm interesses políticos e econômicos distintos. Portanto, as leis e políticas públicas pensadas para todo o campo são fruto desse jogo de interesse, e existe posicionamento ideológico e político em um plano maior.

São muitos os casos de violência física e psicológica sofrida pelos povos do campo em todo território nacional. Muitas pessoas já morreram no Brasil vítimas da covardia e da ganância, por defenderem os povos do campo e a natureza. Chico Mendes e o Padre Jósimo são uma dessas vítimas. O primeiro foi um grande defensor da natureza e das causas sociais dos povos do campo e o segundo também esteve engajado nos movimentos sociais no Norte do Tocantins e no apoio ao homem e a mulher do campo. Ambos foram assassinados de maneira covarde.

A violência no campo é uma realidade compartilhada por outros(as) pesquisadores(as), como Santos (2019a), Sader (1986) e Chaves (2015), que discutiram questões relacionadas ao conflito agrário no extremo Norte do Tocantins. Essa região é conhecida como “Bico do Papagaio”, e tem os conflitos socioterritoriais como uma de suas características. Outro geógrafo que também tem pesquisado questões relacionadas à violência no campo é Lopes (2009, 2018). Seus estudos têm como ênfase o trabalho análogo a escravidão. Todos ajudam a revelar um território complexo, trazendo à tona as diferentes formas de violência sofrida pela população tocantinense que mora no campo e que depende da terra de trabalho para sobreviver.

Parte desses conflitos pôde ser identificada ao longo dos trabalhos de campo. Em alguns momentos, o elemento que mais apareceu na fala dos interlocutores foi a figura do “gato”, ou seja, o aliciador, que é a pessoa responsável em levar o trabalhador do seu local de origem para o local do trabalho. Essa situação foi evidenciada nas pesquisas de Lopes (2009, 2018) e Reinaldo (2012), ao mostrarem que era uma situação que ocorria com frequência na área de estudo, sobretudo na segunda metade do século XX. Nesse período, as políticas de incentivo a migração e ocupação da Amazônia Legal ocorriam de uma maneira mais intensiva.

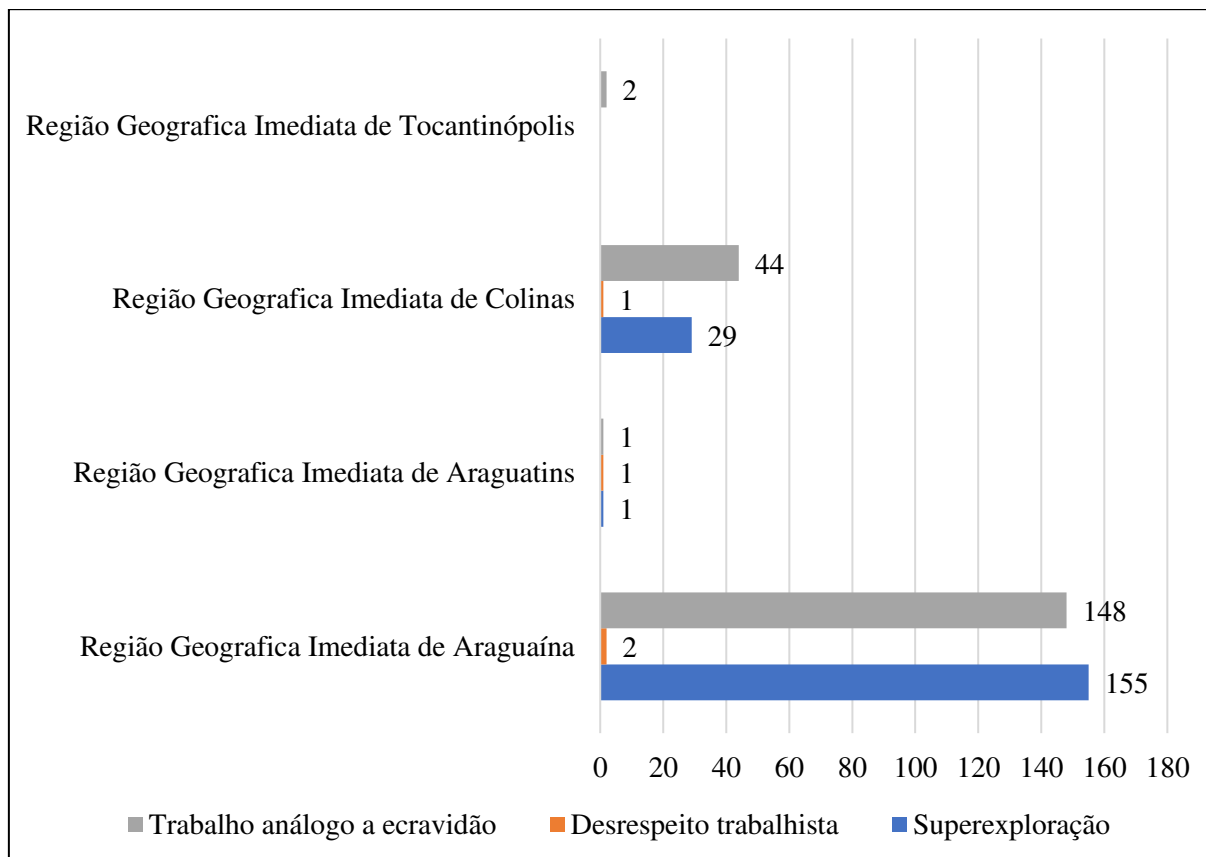
Lopes (2009; 2018) evidenciou, por exemplo, que o município de Araguaína-TO é “porta de entrada e saída” de aliciadores, que se aproveitam das pessoas para enganar e explorar o trabalhador. Nesse sentido, Reinaldo (2012) mostrou que o município de Carmolândia-TO, durante seu processo de formação territorial, também teve a figura do “gato” como um elemento central no processo migratório de trabalhadores para o município, especialmente nas décadas de 1960/70/80, quando ocorriam as políticas de ocupação rumo a Amazônia Legal. Em ambas as pesquisas, os autores destacaram os casos de violência e morte sofrida por trabalhadores que migravam à procura de trabalho e vida digna.

Essa é uma situação trabalhada por Martins (2009), ao contextualizar que fronteira tem como característica o conflito social e a migração de pessoas de diferentes pontos do Brasil para a Região Amazônica devido as necessidades. Apesar dos textos de Martins (2009) revelarem a realidade dos anos 1970-1980, ela ainda é existente. Os casos de violência sofrida em pleno século XXI por trabalhadores que saem de suas casas movidos pela necessidade de sustentar a si e a família e que em muitas das vezes acabam por trabalharem em condições análogas à escravidão, ainda são recorrentes na área de estudo.

No Gráfico 6, é possível identificar, por exemplo, os casos notificados desde os anos 2000 pela CPT, evidenciando as diversas formas de violência no trabalho. Novamente, percebemos que a Região Geográfica Imediata que mais teve casos de violência registrados foi Araguaína-TO, a que se destaca na produção do agronegócio de soja, gado e eucalipto. Os casos notificados, ao longo dos primeiros vinte anos do século XXI foram: 148 notificações de trabalho análogo escravo, 155 casos de superexploração e 2 casos de desrespeito trabalhista.

Em seguida, vem a Região Geográfica Imediata de Colinas, com 44 casos de trabalho análogo a escravidão, 29 notificações de superexploração e 1 caso de desrespeito trabalhista. Com menos notificações, vem a Região Geográfica Imediata de Araguatins, com 1 caso de trabalho análogo a escravidão, superexploração e desrespeito trabalhista. É importante explicar que esses são os números de registros e não mostram a quantidade de pessoas vítimas em cada notificação.

Gráfico 6 – Nº de notificações de violência no trabalho na área de estudo, no século XXI (2000-2020)



Fonte: Elaborado com base nos dados da CPT. Org. REINALDO, Thayssllorranny Batista, 2023.

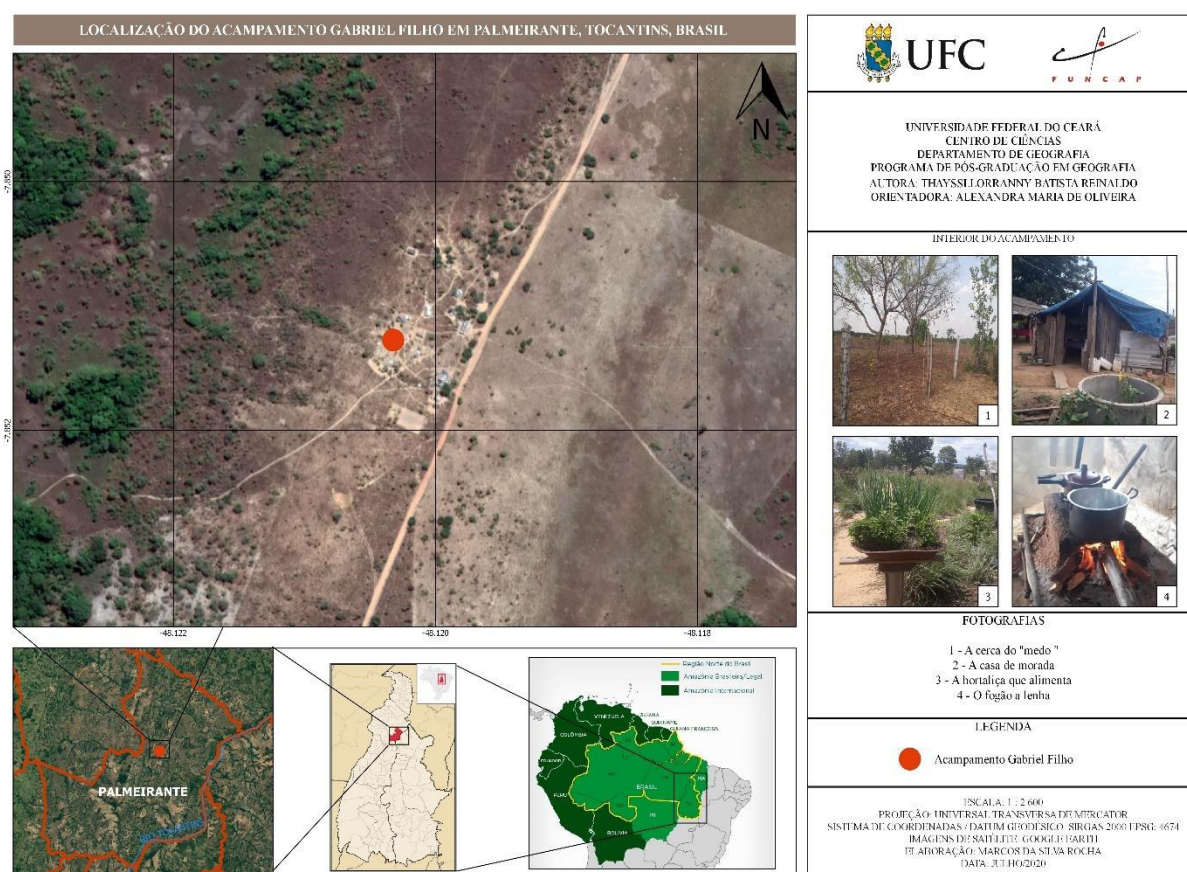
A expansão da fronteira agrícola engendra e intensifica casos de violência por trabalho, haja vista que o capítulo anterior mostrou que as Regiões Geográficas Imediatas de Araguaína e Colinas despontaram como as maiores produtoras de atividades relacionadas ao agronegócio, no século XXI. Nesse capítulo, elas aparecem como protagonistas do maior número de violência por trabalho, violência contra a pessoa e a superexploração. Isso traz à tona o fato de que a expansão da fronteira agrícola com o agronegócio intensificou conflitos no campo, pois a medida que as monoculturas avançam, os diferentes sujeitos sociais que compõem o campesinato regional têm sido expropriados do campo e/ou precisam lutar e resistir para permanecer ou voltar para a terra de trabalho.

Os conflitos no campo estão ligados, primeiramente à luta pela terra e seu acesso, seja na terra enquanto trabalho (usada para trabalhar e sustentar a família), seja na terra de exploração (usada para explorar o trabalho do outro nas mais variadas formas possíveis), as quais estão no seio do modo de produção capitalista. No caso do Brasil, a questão agrária tem duas faces “[...] a expropriação e a exploração” (OLIVEIRA, 2001, p. 110), e há uma

diversidade de situações e sujeitos que envolvem o campesinato brasileiro (MARTINS, 1981). Existe uma pluralidade de conflitos entre os mais diferentes grupos sociais.

O Acampamento Gabriel Filho, localizado no município de Palmeirante-TO, é um exemplo da violência e conflito por terra (Mapa 14). E, além de ter elementos que ajudam a entender a dimensão da fronteira do humano, trabalhada por José de Souza Martins (2009), mostra a relação de poder presente no território, à medida que a fronteira agrícola também se territorializa, por meio de plantações de soja e eucalipto, e monopolizam o território, através dos arrendamentos da terra de fazendeiros da região.

Mapa 14 – Localização do Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO



Fonte: Google Earth. Elaboração: Marcos da Silva Rocha, Thayssilorranny Batista Reinaldo (2020).

Quando Martins (2009) traz o debate da fronteira do humano, ele leva em consideração o momento histórico vivenciado pela comunidade e, também, as relações sociais e a violência, como elementos para entender esse processo.

Na área de estudo, a expansão do agronegócio caracterizada justamente pela ação capitalista, expropria os povos do campo e engendra antagonicamente enriquecimento de uma

classe³⁶, em detrimento da outra. No caso, os capitalistas seguem acumulando capital e os camponeses, acabam sendo expropriados do campo ou precisam se mobilizarem por meio dos movimentos sociais ou até individualmente para defenderem o acesso à terra e sua permanência nela.

À medida que a fronteira agrícola se expande, a fronteira do humano vai sendo degradada, e a violência é uma das consequências desse processo. Os camponeses-possesores do Acampamento Gabriel Filho (Figura 30) são exemplos da situação da fronteira do humano destacada por Martins (2009).

Figura 30 – Acampamento Gabriel Filho no município de Palmeirante-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo realizado, em 2022.

Quando falamos sobre a fronteira do humano relacionada ao conflito, entendemos que a expansão capitalista no território explora em todos os aspectos (trabalho,

³⁶ “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (TOHOPSON, 1987, p. 10).

psicologicamente, materialmente, imaterialmente) o ser humano. Sabemos que a violência no campo é um problema secular no Brasil, e diferentes são as intimidações (agressões físicas, ameaças verbais, pressão psicológica etc.) sofridas pelos povos do campo. No caso dos camponeses-posseiro do Acampamento Gabriel Filho, que são acompanhados pela CPT, a figura do jagunço e a violência contra a pessoa foram duas das constatações feitas a partir das narrativas dos(as) interlocutores(as) da pesquisa. Na fala de Milton Rodrigues³⁷:

A maioria dos pistoleiros que passa por aí é polícia. Eles mudam direto, assim a gente não sabe quem são. O que mais fica aí é um tal de Parazinho, os outro sempre muda. Ficam um tempo, depois vão embora. Só que, olha moça, eu acho que esse povo tem peixe grande na história, gente importante que dá apoio, porque não é possível tudo que nós tentamos fazer aqui dá errado. E outra, tem gente daqui de perto de nós que tá contra nós. Eles levam pra eles lá [pistoleiros] tudo que a gente fala aqui. Tudo que a gente tenta fazer aqui eles sabem lá. E digo mais, até areia e açúcar já colocaram na motinha velha que nós temos para acudir numa precisão. Esse povo é rui e odeia nossa gente. (Entrevista realizado em outubro de 2019 em Palmeirante-TO).

O jagunço, ao ver de Martins (1981), é aquele homem que presta serviço ao patrão, que inclui a realização de ações ilícitas e macabras contra a vida do camponês. É o “[...] bandido isolado, como arma de aluguel, a serviço de fazendeiros e políticos, nas disputas pelo poder e nas disputas pela terra” (MARTINS, 1981, p. 28).

A figura do jagunço, como mostra Martins (1981), acompanha a história de luta pela terra dos povos do campo, em que muitos já perderam a vida. Essa realidade também faz parte da vida dos posseiros do Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO, onde o líder Gabriel Filho³⁸ foi assassinado, em 2010, conforme relatos dos(as) interlocutores(as) e dados da CPT. O assassinato ainda segue na justiça à espera do julgamento, e, no local do assassinato, os moradores colocaram uma cruz em homenagem a Gabriel (Figuras 31 e 32).

³⁷ Nome fictício em homenagem ao Sem-Terra Milton Rodrigues, assassinado em 1/10/2016 em Alto Paraíso, Rondônia.

A ação penal nº 5000775-77.2012.827.2718 é a que fala sobre o assassinato de Gabriel Filho (Figura 32). O Camponês era natural de Fortaleza Ceará, e perdeu o contato com muitos dos familiares. Quando houve o assassinato, segundo os moradores, Gabriel Filho ficou um mês esperando o reconhecimento do corpo, quando, então, conseguiram localizar uma sobrinha que liberou/autorizou seu sepultamento, no município de Nova Olinda -TO.

Figura 31 – Cruz colocada no lugar em que houve o assassinato de Gabriel Filho, em sua homenagem



Fonte: Acervo da autora. Trabalho de campo, janeiro de 2020.

Figura 32 – Camponês-posseiro Gabriel Filho, assassinado em 2010



Fonte: Mongabay, notícias ambientais para informar e transformar³⁹ (23/08/2018).

O assassinato do posseiro contribuiu para que algumas famílias, por medo de morrer, desistissem da luta pela terra ou saíssem do acampamento. Houve casos em que moradores saíram do acampamento Gabriel Filho e foram participar de outros acampamentos. Além disso, muitos moradores continuaram resistindo e permaneceram na comunidade, buscando se informar sobre seus direitos e o apoio de instituições como, por exemplo, a CPT. Essa situação ficou evidenciada na narrativa da interlocutora Cleidiane Alves Teodoro⁴⁰:

Eu não sei ler, mas eu sei que quando moramos há muitos anos numa terra e produzimos nela nós temos direitos a ela com a usucapião. A gente precisa saber dessas coisas, porque se não como vamos lutar pelo que é nosso? Aqui ou se unimos e juntos tentamos voltar pra terra ou então tudo isso aqui vai acabar. Aqui é assim dividimos tudo, se hoje eu não tenho café e a vizinha tem, ela me dá um pouco. E assim eu também faço, se ela precisa de alguma coisa que eu tenho, eu divido. É por isso que eu ainda estou aqui a tantos anos, e além disso eu sei que a morte do Gabriel não pode ter sido em vão, mas claro que eu tenho medo de alguma coisa acontecer comigo ou com quem eu amo. (Entrevista realizada em outubro de 2019 em Palmeirante-TO).

O assassinato do líder Gabriel Filho provocou, medo e resistência. Afinal, umas das principais falas identificadas nas oralidades dos sujeitos visitados, foi que estavam na luta para que o desejo de Gabriel se cumprisse e que sua morte não tivesse sido em vão, como mostra a fala emocionada de Cleidiane Alves Teodoro, moradora da comunidade: “o sonho de Gabriel era

³⁹ Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2018/08/comunidade-desalojada-por-acusado-de-assassinato-busca-justica-para-gabriel-filho/>. Acesso em: 22 set. 2020.

⁴⁰ Nome fictício em homenagem a Sem-Terra Cleidiane Alves Teodoro, assassinada em 22/05/2016 em Buritis, Rondônia.

que todos nós tivesse uma terra, um lugar digno pra viver e criar nossos filhos. Ele falava se eu morrer eu quero que vocês consigam a terra. A morte dele não pode ter sido em vão” (Entrevista realizada, em setembro de 2019, em Palmeirante-TO).

A formação do Acampamento Gabriel Filho ocorreu na primeira década do século XXI, em 2007, quando cerca de 19 famílias ocuparam a Fazenda Freitas, antiga Fazenda Recreio e abriram seus lotes, construíram uma casa de moradia, o quintal e o roçado. Na época da ocupação, os possíveis proprietários disputavam na justiça a quem de fato pertencia a propriedade.

A ocupação da área pelos camponeses-posseiros, segundo a Sra. Cleidiane Alves Teodoro, decorreu em função primeiramente de um boato que as referidas terras não exerciam sua função social, ou seja, não eram terras onde havia produção agrícola. Eles chegaram a participar, inclusive, de uma reunião na Câmara municipal de Palmeirante, junto com outros(as) camponeses(as) que lutavam pela terra de trabalho. Na ocasião, chegaram à conclusão que poderiam entrar nas terras, que não haveria problemas; todavia, não foi isso que ocorreu. À medida que ocuparam a terra, o proprietário a reivindicou e colocou pistoleiros para fazer a segurança dela:

O povo falava que a gente acampar mesmo que demora dá certo. Que a terra sai, e quem é que não tem vontade de ter seu pedacinho de terra? A gente ficou um tempo lá nas margens da rodovia. Aí ouvimos falar que tinha uma terra lá em Palmeirante que não produzia nada, e que o dono tinha abandonado. A gente estava ali perto da ponte do João Aires em um barraco feito de lona. Uma vez choveu, o rio subiu, nosso barraco foi embora, perdemos nossas coisinhas que já eram poucas. Aí pouco tempo depois saiu essa história lá da terra, essa oportunidade. E o primeiro que foi pra lá, foi nosso irmão Gabriel Filho, que no final das contas foi assassinado covardemente em 2010 (Entrevista realizada em setembro de 2019 no Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO).

No acampamento, a rotatividade de famílias é comum. A maioria das famílias compreende migrantes de outros estados e que já passaram por outros acampamentos

No que se refere à formação dos acampamentos, recorremos a Fernandes (2012, p. 23), ao afirmar que:

Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terra; outra parte, está se organizando para preparar a ocupação da terra. A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio. [...] Os acampamentos são, predominantemente, resultado de ocupações. Assim sendo, demarcam nos latifúndios e nos territórios do agronegócio os primeiros momentos do processo de territorialização camponesa (FERNANDES, 2012, p. 23).

Os camponeses-possesores no Brasil vêm de uma história de luta e de migrações pelo território brasileiro (OLIVEIRA, 1994; MARTINS, 1981). A migração não é uma característica única do Acampamento Gabriel Filho e nem a rotatividade. No levantamento feito com a comunidade, identificamos alguns elementos que contribuem para essa rotatividade:

- Medo de permanecer na comunidade por causa das perseguições e ameaças constante de jagunços;
- Busca por outros acampamentos onde a violência não seja tão presente;
- Necessidade de trabalho e outras alternativas para sustentar a família e conseguir acesso à terra;
- Desejo de justiça;
- Cansaço, a falta de apoio de instâncias públicas e o preconceito sofrido cotidianamente pela sociedade em geral.

Viver em um acampamento não é fácil, e a realidade do Acampamento Gabriel Filho contribui diretamente para a reflexão em torno do capitalismo e da desigualdade. A esse respeito, recorremos a Jesus, Calaça e Silva (2013), ao entenderem que conflitos surgem com a expansão do capitalismo no campo, e os diferentes usos da terra pelo campesinato e pelo agronegócio. Nessa perspectiva, Fernandes (2008) nos leva a refletir sobre os conflitos e as conflitualidades no território. Para o geógrafo:

Pensar o território nesta conjuntura, deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagem geográficas completamente distintas. Nesta condição, temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo freqüente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das commodities que se utilizam dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p. 96).

Esse olhar sobre o território é importante, pois uma vez que os camponeses-possesores do Acampamento Gabriel Filho tinham a posse da terra de trabalho, viviam com mais qualidade de vida. Ocorre que era da terra que eles retiravam o sustento da família, plantavam

arroz, feijão, milho, abóbora, mandioca, criavam animais (galinhas e porcos), e até conseguiam comercializar na cidade de Palmeirante o excedente da produção. Quando eles foram retirados da terra, perderam seu instrumento de trabalho (a terra), passando a trabalhar para terceiros para complementar a renda da família.

A terra de trabalho sempre foi o requisito básico para os camponeses-posseiros do Acampamento Gabriel Filho, pois é por meio dela que o alimento é plantado, cultivado, colhido e chega à mesa da comunidade. Uma moradora, ao se lembrar da terra que outrora morava, nos relata que: “La na minha terrinha tinha muita fartura, no domingo eu matava duas galinhas vinha todos os filhos comer comigo, ou pelos menos os que podiam ir. O arroz era plantado, o milho, aqui no acampamento temos que comprar tudo, mas não temos dinheiro” (Entrevista realizada em setembro de 2019 no Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO).

Quando a comunidade do Acampamento Gabriel Filho foi expropriada da terra, eles precisaram se reorganizar para conseguir o dinheiro necessário para sustentar a família. Uma das alternativas foi justamente as mulheres ficarem no acampamento e os homens saírem para trabalhar em outras funções, seja assalariado ou não. Em dois momentos, encontramos somente mulheres no acampamento Gabriel Filho que buscam diferentes maneiras de sustentar a família, como, por exemplo, trabalhando na casa de famílias da cidade, pescando e coletando frutos do Cerrado (caju, pequi, mangaba, murici, dentre outros). Algumas mulheres trabalham para ajudar na complementação da renda e outras são as únicas responsáveis pelo sustento familiar.

Essa situação, vivenciada pelos camponeses-posseiros do Acampamento Gabriel Filho, pode ser entendida a partir dos estudos de Oliveira (1982, p. 21), ao afirmar que:

O capital é essa força que procura expropriar o lavrador ou pelo menos submeter o seu trabalho, que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho, da terra, para que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele, capital, como acontece com os operários. A união e a força dos trabalhadores do campo não vêm de dentro da sua condição social. O lavrador que trabalha isoladamente com a sua família não tem possibilidade de perceber a extensão social e a força política que todos os lavradores da sua sociedade. Somente quando o capital, de fora da sua existência, invade o seu mundo, procura arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada além da força dos braços, somente aí é que as vítimas dessa invasão, dessa expropriação, podem se descobrir como membros de uma classe.

Parafrazeando o autor, podemos dizer que uma das estratégias identificadas na comunidade foi arrancá-la da terra de trabalho, uma vez que é o acesso e permanência na terra que dá condições e autonomia para a classe camponesa. Observamos que o fazendeiro busca enfraquecer a organização coletiva da comunidade por meio da intimidação e violência.

Lembremos que estamos falando de uma comunidade que vivia na terra a mais de dez anos, pois eles ocuparam a Gleba Gabriel Filho em 2007 e foram desapropriados por meio de uma liminar judicial, em abril de 2018. Ao longo de dez anos, muita coisa ocorreu, como por exemplo, a morte do líder da comunidade, o camponês Gabriel Filho, em 2010, que foi homenageado ao colocarem seu nome na comunidade, que até então chamava-se Bom Jesus. Sua morte se deu em decorrência de conflito por terra, e o acusado do crime é, segundo a CPT e o Jornal online (Repórter Brasil), Paulo de Freitas, que briga na justiça com Pedro Bringel pela posse da terra. A reportagem⁴¹, realizada por Bárbara Vidal e Maurício Hashizume, em 09/11/2010, evidencia que:

Integrante do Acampamento Bom Jesus, Gabriel Vicente de Souza Filho não resistiu aos cinco tiros que recebeu em meados de outubro. Fazendeiro e dois pistoleiros são acusados pelo crime ocorrido em Palmeirante (TO). A violência associada aos conflitos de terra do país ceifou mais uma vida. Desta vez, a vítima foi o trabalhador rural Gabriel Vicente de Souza Filho, assassinado no Acampamento Bom Jesus, em Palmeirante (TO). Gabriel não resistiu aos cinco tiros recebidos no último dia 16 de outubro. A coordenação regional Araguaia-Tocantins da Comissão Pastoral da Terra (CPT) acusa o fazendeiro Paulo de Freitas e mais dois pistoleiros pelo crime. Uma testemunha presenciou o ocorrido. Segundo relatos, antes de ser alvejado, o sem-terra estava disposto a exigir que Paulo – que se apresenta como proprietário de parte da área em disputa – devolvesse seu fazão, subtraído à força das mãos de outra lavradora acampada. [...]No dia seguinte à ameaça, este mesmo sem-terra chegou a se deslocar até a delegacia de Palmeirante (TO) para fazer o boletim de ocorrência acerca do caso. Contudo, não encontrou ninguém na unidade policial para fazer o devido registro. No retorno, teve ainda de fazer um desvio por um caminho mais longo para evitar bloqueios por parte dos ameaçadores e chegar até o acampamento. Naquela mesma tarde, Gabriel foi assassinado. (Reportagem Repórter Brasil, 09/11/2010).

Além do assassinato de Gabriel Filho, a expropriação das famílias da Gleba Gabriel Filho, em 2018, foi um momento de comoção, revolta e tristeza, porque as famílias tiveram que deixar para trás suas casas e plantações, e o sonho de ter uma terra para trabalhar e dar a família uma vida melhor. Algumas famílias tinham vendido o pouco que tinham na cidade para investir na terra e ao saírem perderam tudo. Uma das famílias visitadas relatou seu descontentamento com a situação: “eu tinha uma casa boa, construída de tábuas. Eu tinha vendido um lote que eu tinha no setor morado do sol em Araguaína e comprei meu lote aqui na gleba, agora eu só olho para minha casa, que hoje abriga os jagunços, e eu aqui no barraco de lona. É muito injusto tudo isso” (Entrevista realizada em dezembro de 2020). Nas Figuras 33 e 34, é possível ver a moradia em que a interlocutora da pesquisa morava antes na Gleba Gabriel Filho e onde ela mora atualmente, no acampamento.

⁴¹ Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2010/11/trabalhador-rural-e-assassinado-em-acampamento-no-tocantins/>. Acesso em: 11 out. 2020.

Figura 33 – Casa de Morada – Acampamento Gabriel Filho, Palmeirante-TO (2018)



Fonte: Imagem: Thomas Bauer. <https://brasil.mongabay.com/2018/08/comunidade-desalojada-por-acusado-de-assassinato-busca-justica-para-gabriel-filho/> (2023).

A mesma moradora que antes morava na casa representada na Figura 33, atualmente (2020) vive em um barraco de lona (Figura 34), construído por mutirões de maneira improvisada, no meio do cerrado, sem nenhuma infraestrutura. Nesse barraco, vivem cerca de 7 pessoas (3 adultos, 3 crianças e 1 adolescente). É interessante pontuar que mesmo com toda dificuldade, a comunidade conseguiu puxar energia da casa da filha de uma das moradoras do Acampamento, que mora em uma terra próxima ao local, onde colocaram *intener*⁴², e uma antena parabólica, pois é por meio do celular que eles também pedem ajuda quando têm alguma emergência.

⁴² Durante a pandemia, quando não pude realizar os trabalhos de campo, foi por celular que eu conseguia saber notícias da comunidade e acompanhar tudo que acontecia.

Figura 34 – Barracos de lona – Acampamento Gabriel Filho, Palmeirante-TO (2020)



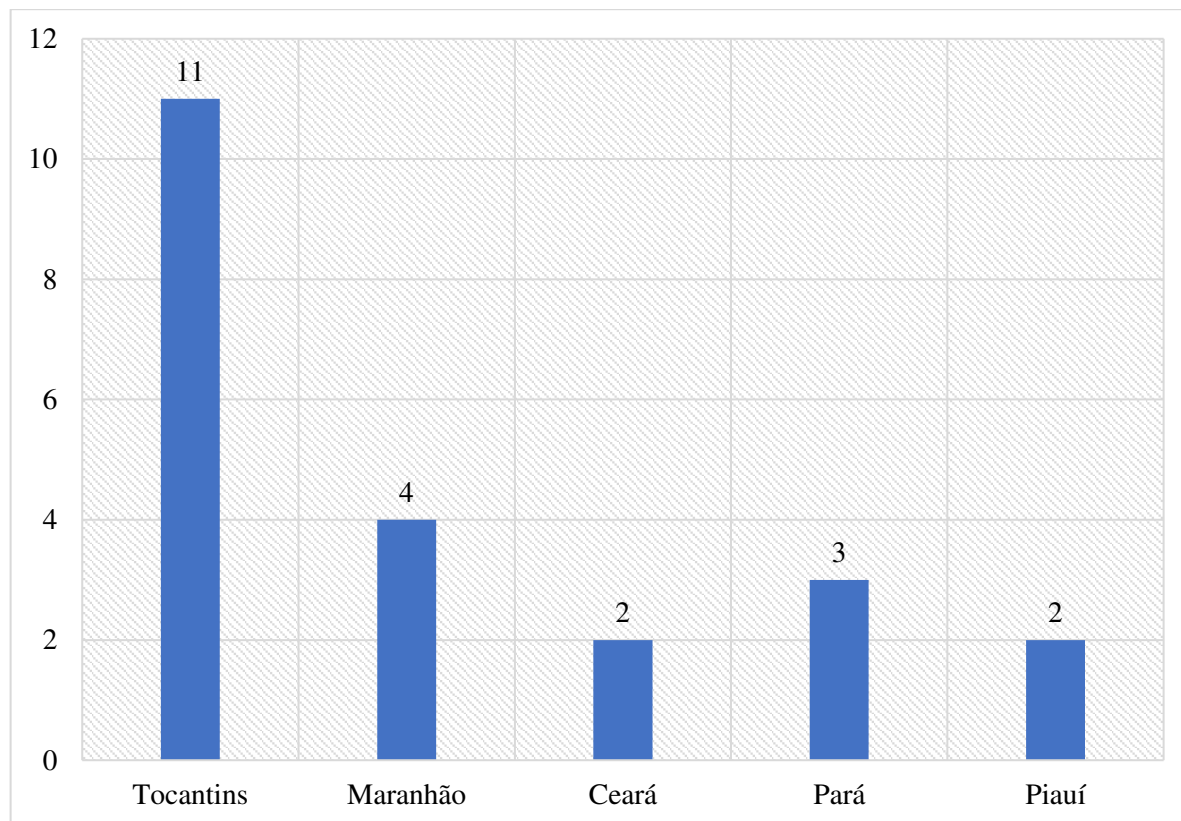
Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, janeiro de 2020.

Das 22 famílias que compõem o acampamento, 11 (onze) são oriundas de Tocantins e 11 (onze) de outros estados. São migrantes que migraram à procura de uma vida melhor e da realização de seus sonhos, o que é comum na história das camponeses-posseiros brasileiros, segundo Martins (1981) e Oliveira (1994).

No Acampamento Gabriel Filho, identificamos a origem de cada família que vivia na comunidade, no primeiro semestre de 2020⁴³. Nesse caso, observamos, no Gráfico 7, que 11 pessoas são oriundas do estado do Tocantins de diversos municípios (Araguaína-TO, Palmeirante-TO, Nova Olinda-TO, Colinas-TO); 4 são maranhenses; 2 do Ceará; 3 do Pará e 2 do Piauí.

⁴³ É importante datar o período de coleta dos dados porque é comum a rotatividade das famílias no acampamento.

Gráfico 7 – Origem dos moradores do Acampamento Gabriel Filho, Palmeirante-TO (Primeiro semestre de 2020)



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração: REINALDO, Thayssllorranny Batista (2023).

A migração é um elemento presente na vida dos posseiros. Essa situação já era evidenciada por Martins (1981), em sua análise, ao falar sobre os camponeses-posseiros e sua migração em busca da terra de trabalho como um meio viável de sustentar a família. O autor enfatiza que o posseiro não valoriza a terra como terra de negócio. Para ele, o que tem sentido é a posse da terra de trabalho, pois é do trabalho que vem as condições de dar o mínimo aos filhos, a esposa e dependentes. Por isso, para eles, a terra é um instrumento de trabalho, um mecanismo de vida. A esse respeito, seu Josias relatou⁴⁴:

Só queremos ter acesso à terra que nos expulsaram. Antes podíamos plantar e criar nossos animais, podendo sustentar nossos filhos de uma maneira mais fácil. Aqui nossos esposos precisam sair para trabalhar fora, porque já não temos a terra para trabalhar. Nossa família, por exemplo, plantávamos mandioca, abacaxi, arroz, feijão e vários outros alimentos, tínhamos fartura, agora se quisermos uma mistura ou vamos pescar, se o jagunço deixar ou quando conseguimos comprar na rua. (Entrevista realizada em janeiro de 2020, em Palmeirante-TO)

⁴⁴ Nome fictício em homenagem ao assentado Gonçalo Araújo, assassinado em 17/01/2014, em Campos de Júlio, Mato Grosso.

Na narrativa do camponês-possuidor, é expressiva a importância da terra como instrumento de trabalho para manutenção da família. Lembremos que alguns trabalhos clássicos já apontavam que o trabalho familiar é uma das características do campesinato (BARTRA, 2011; SHANIM, 1983; CHAYANOV, 1974). No acampamento Gabriel Filho, mesmo não estando na terra de trabalho, no pequeno espaço que eles moram, no quintal dos barracos, criam animais de pequeno porte, como, por exemplo, galinhas e porcos (Figura 35) que servem também para alimentar a família.

Figura 35 – Porcos criados no Acampamento Gabriel Filho, no quintal da moradia (Palmeirante-TO)



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, dezembro de 2019.

As condições de vida no Acampamento Gabriel Filho são precárias: falta saneamento básico, infraestrutura e até alimentação. Geralmente, os cômodos das moradias são divididos por pedaços de troncos de árvores, lona e sacos de fibra (Quadro 10, Figuras 36, 37 e 38). Tudo é usado para compor os objetos de casa. Assim, o que para muitos que vivem em outra realidade socioeconômica pode ser descartável, para os acampados é reciclado. As casas são feitas em mutirões e os moradores vivem sob constante ameaça e sentimento de medo. E, por causa da necessidade, muitas vezes acabam se arriscando e entrando na fazenda Freitas (proibida), para pescar e/ou coletar alimentos (frutas do cerrado). Marinalva⁴⁵, moradora da

⁴⁵ Nome fictício em homenagem a indígena Marinalva Manoel, assassinada em 01/11/2014 em Dourados, Mato Grosso do Sul.

comunidade relatou: “[...] muitas vezes já fui pescar com os meninos no rio escondido, porque não pode entrar lá na fazenda, mas eu não tinha nada para dar pra eles. Há dias não tinha mistura, então fui. E tenho fé que nunca me peguem” (Entrevista realizada em janeiro de 2020 no Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO).

Quadro 10 – Composição de fotografias que mostram o barraco no Acampamento Gabriel Filho – Palmeirante-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo de 2019-2020.

No Acampamento, a comida é feita, na maioria das vezes, no fogão a lenha (Figura 39). Somente uma residência tem fogão a gás, que é usado para emergências. Seu Sebastião⁴⁶ explica: “Esse fogão aí é usado para fazer um mingau de noite para crianças, ou tá chovendo e a gente quer um café aí faz aí. Mas comida, feijão essas coisas que leva muito gás, faz lá fora na lenha, porque gás tá caro” (Entrevista realizada em janeiro de 2020, Acampamento Gabriel Filho). Os(as) moradores(as) se ajudam e quando recebem alguma doação dividem entre si. É importante salientar que, segundo os camponeses-posseiros, as doações ocorrem de maneira particular, ou seja, quando alguém se compadece da situação e os ajuda sem intervenção do poder público.

⁴⁶ Nome fictício em homenagem a liderança Sebastião Agrisio da Silva, assassinado em 25/07/2002, em Eldorado dos Carajás, Pará.

Figura 39 – Fogão a lenha - Acampamento Gabriel Filho, Palmeirante-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, dezembro de 2019.

Alguns(as) moradores(as) têm plantas medicinais cultivadas no chão ou em bacias, baldes ou em algum recipiente que sirva para receber terra, adubo e a planta. Hortaliças (cebola, mandioca, coentro, abóbora) são plantadas no acampamento, em pequena quantidade. No momento da visita (dezembro de 2019), apenas 02 (dois) porcos pequenos eram criados em um chiqueiro feito de pedaços de madeira. Além disso, havia 16 (dezesesseis) cachorros, que avisavam quando os jagunços se aproximavam do acampamento. Tinha apenas um banheiro, feito de saco de fibra, que era usado por todos da comunidade. A água era colocada em potes feitos de barro ou em filtros. Alguns registros fotográficos (Quadro 11, Figuras: 40, 41, 42, 43, 44 e 45) mostram elementos que compõem a realidade da comunidade. Camponeses-possesores que, mesmo vivendo uma realidade complexa, na qual o medo é um elemento presente, encontram força na coletividade para lutar pela terra de trabalho da qual foram expropriados.

Quadro 11 – Composição de fotografias do Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO

Figura 40 – O carinho de mão e os cachorros, que avisam quando o jagunço chega



Figura 41 – Plantas medicinais



Figura 42- Pote de barro para por água



Figura 43 – Barraco do Acampamento após uma forte chuva



Figura 44 – Banheiro para uso da comunidade



Figura 45 – cisterna subterrânea



Fonte: Acervo da autora, trabalhos de campo, dezembro de 2019 e janeiro de 2020.

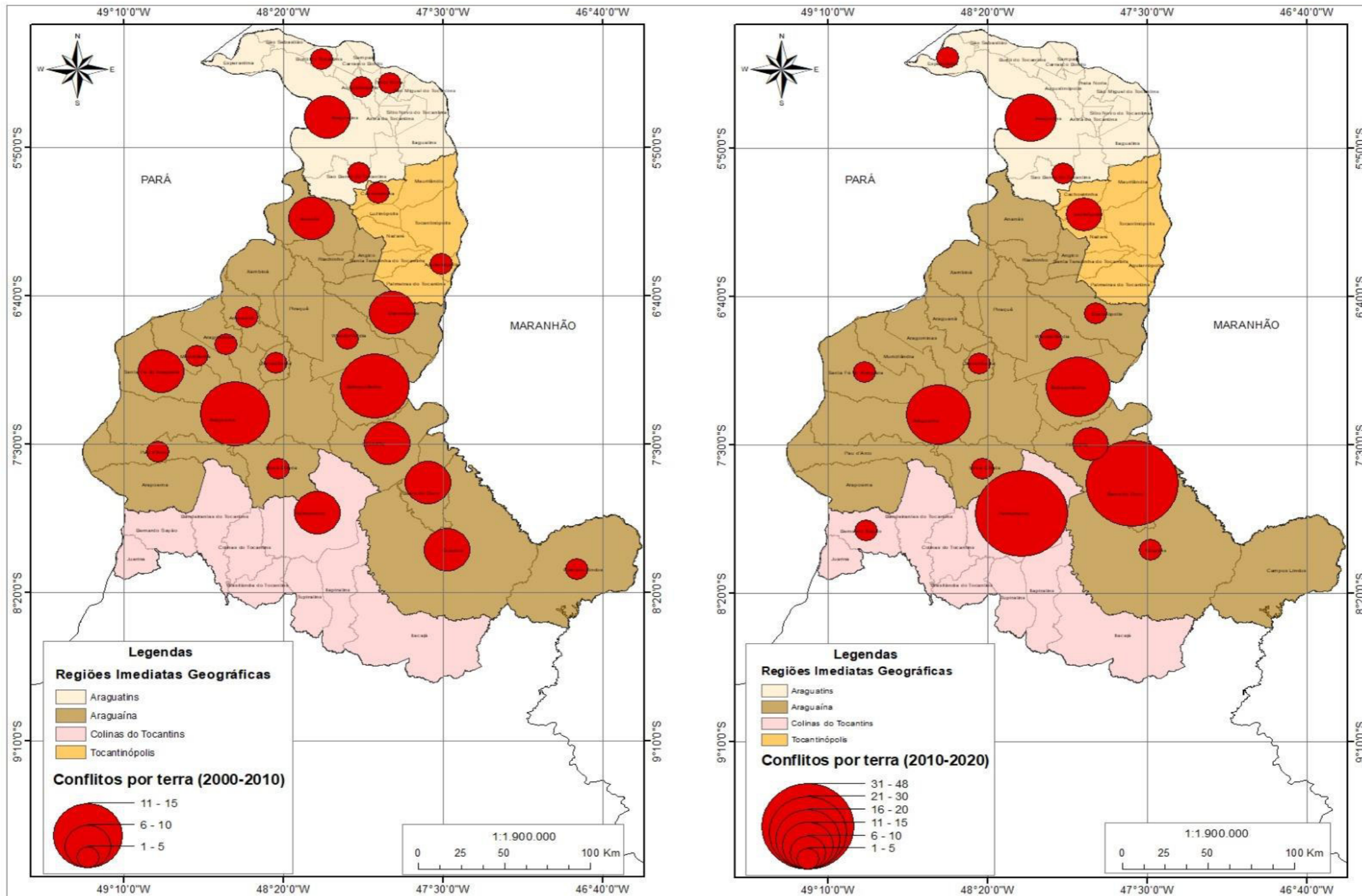
Nessa comunidade, realizamos 04 (quatro) trabalhos de campo, no decorrer de quase três anos, e houve mudanças no acampamento. No primeiro trabalho de campo, só havia barracos de lona, já no último havia um ou outro de madeira; a comunidade já estava mais organizada coletivamente e mobilizada com assessoria jurídica da CPT.

A situação vivenciada pelos camponeses-possesores do Acampamento Gabriel é uma mostra da desigualdade social brasileira: um país de dimensões continentais, rico em natureza e biodiversidade, e com um alto índice de concentração fundiária. Levantar o acampamento foi uma das possibilidades que a comunidade viu de lutar para retornar a terra de trabalho que lhes dava autonomia. A esse respeito, a partir da leitura de Feliciano (2006, p. 103), ao pontuar que “A ocupação de terras é uma forma de luta da classe camponesa na busca da criação e reprodução de um modo de vida baseado principalmente na autogestão e na liberdade”, entendemos que sem a terra, o camponês fica totalmente à mercê do sistema capitalista.

A realidade agrária no Norte do Tocantins é diversa e complexa, e a violência é um elemento usado para causar medo às comunidades que vivem no campo e que dependem da terra para o sustento, especialmente aquelas comunidades que representam um entrave ao capitalismo. Em um levantamento feito a partir dos dados disponibilizados pela CPT, sede nacional, foi possível sistematizar dados em forma de mapa. O período temporal utilizado foram as duas primeiras décadas do século XXI, porque são esses os anos que a CPT está sistematizada em um banco de dados de maneira digital, passíveis de serem enviados para pesquisadores(as) via E-mail.

Os dados disponibilizados pela CPT nos possibilitaram ampliar o olhar qualitativo em torno dos conflitos do campo na área de estudo, uma vez que realizamos trabalhos de campo e a pesquisadora vive na região, e conhece, desde a graduação, a realidade local presenciando muitas das transformações territoriais. No capítulo anterior, vimos que o século XXI teve um aumento significativo de produção entorno do agronegócio, com o aumento de produção de monoculturas como a soja e o eucalipto. Os Mapas 08 e 12 mostram esse crescimento espacializado ao longo do tempo. Percebemos, no Mapa 15, que os conflitos foram mais intensos na mesma área de expansão dessas produções, tendo como foco de conflitos a Região Imediata de Araguaína-TO.

Mapa 15 – Espacialização dos conflitos por terra no Norte do Tocantins de 2000 a 2020



Fonte: Dados fornecidos pela CPT. Elaboração: José Marcos Duarte Rodrigues e Thayssllorranny Batista Reinaldo, (2023).

Na elaboração do referido Mapa, recorreremos a CPT, que realiza anualmente a publicização dos Cadernos de Conflitos, fruto do acompanhamento feito nas comunidades que vivem em área de conflito por terra, água, trabalho e minério. No caso dos conflitos por terra.

Os conflitos por terra se compõem de:

Ocorrências – onde houve alguma forma de violência, por parte de grileiros, fazendeiros, empresários e seus subordinados.

Ocupações/Retomadas – ações de movimentos, ou de povos indígenas ou de comunidades quilombolas, entrando em áreas que reivindicam para reforma agrária, ou tentando retomar áreas das quais foram expulsos em tempos recentes ou remotos.

Acampamentos – ações dos movimentos populares como formas de pressão para buscar o reconhecimento de seu direito à terra, ou a outras políticas públicas (CPT, edição extra, p. 4).

Em uma escala temporal de vinte anos (2000 a 2020), houve várias situações de violência envolvendo a luta pela terra. As Regiões Geográficas Imediatas que mais receberam notificações de casos de violência foram Araguaína e Colinas, as quais também se destacam na expansão do agronegócio no território. Essa situação nos leva a refletir sobre o impacto direto da expansão da fronteira agrícola na comunidade e na expropriação do campesinato regional. Com a expansão do agronegócio, que requer áreas cada vez maiores, muitos sujeitos que vivem no campo e que mantêm o sustento a partir da terra de trabalho, acabam migrando para a cidade.

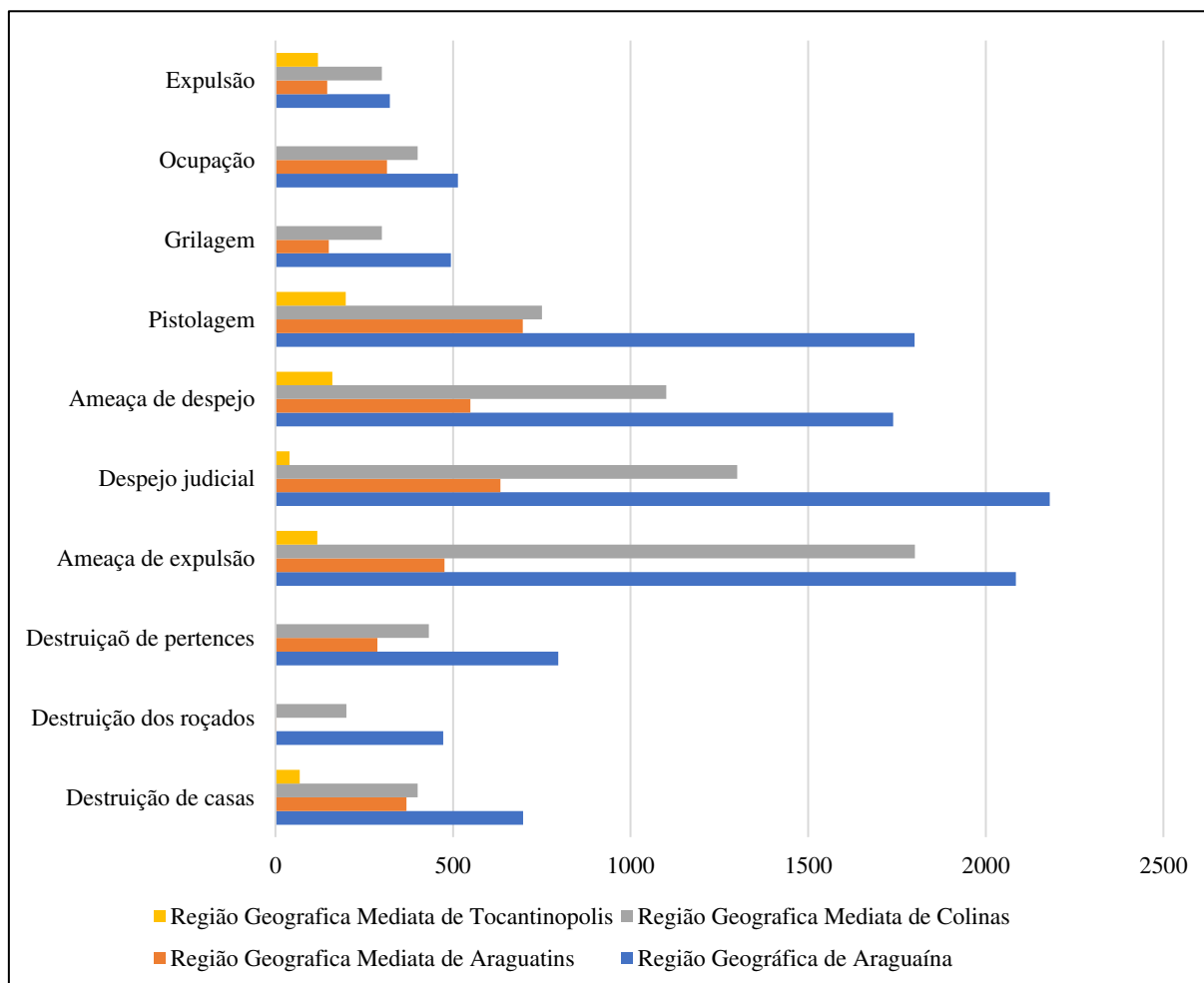
A esse respeito, recorreremos a Becker (1994), ao afirmar que, em muitos casos, essas pessoas acabam ocupando as áreas periféricas da cidade, pois eles já não têm o campo para trabalhar como outrora. Essa contextualização é necessária, pois as situações de violência sofrida pelas pessoas que moram no campo contribuem, também, para a desarticulação das comunidades e, acabam por expropriá-los da terra de trabalho levando-os para as periferias urbanas.

Da análise do Gráfico 08, é possível observar que, na Região Geográfica Imediata de Araguaína, as ações envolvendo conflitos por terra e a violência contra a comunidade, o despejo judicial, a ameaça de expulsão e a pistolagem se sobressaíram dentre as outras formas de violência, catalogadas pela CPT. O despejo judicial teve cerca de 2.180 casos, na Região Imediata de Araguaína; seguida de cerca de 1.300, na Região Geográfica Imediata de Colinas; 633 casos, na Região Geográfica Imediata de Araguatins; e 40 casos, na Região Geográfica Imediata de Tocantinópolis.

As ameaças de expulsão foram mais notificadas nas Regiões Imediatas de Araguaína e Colinas: a primeira com 1.739 casos e a segunda com mais de 500 casos. Elas também tiveram mais registros de pistolagem que inserem a presença de jagunços nas situações de violência. A destruição das casas, do roçado e pertences ocorreu com maior frequência na

Região Imediata de Araguaína e em Colinas. Elas se destacam com maiores produtoras de gado, soja e eucalipto e gado, conforme mostramos nos Mapas 06, 08 e 12 de espacialização da produção. A grilagem de terras é maior nas Regiões Geográficas Imediatas de Araguaína e Colinas, segundo os dados da CPT. As Regiões Geográficas Imediatas de Araguaína e Tocantinópolis também sofrem com situações de violência.

Gráfico 8 – Violência no campo, conflito por terra no século XXI (2000-2020)



Fonte: Elaborado com base nos dados da CPT. Org. REINALDO, Thayssllorranny Batista, 2023.

A violência, na perspectiva de Arendt (2004), é usada como coerção, na qual emprega-se uma força através dos movimentos físicos ou sociais apoiados em uma justificativa ou finalidade. Ou seja, “A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. E aquilo que necessita de justificar-se através de algo mais não pode ser a essência de coisa alguma”. (ARENDR, 2004, p. 32). Os casos de violência vivenciados pelos diferentes sujeitos da área de

estudo estão relacionados direto ou indiretamente à expansão do agronegócio no território e à luta de camponeses sem-terra por terra e território.

Em uma perspectiva sociológica, Martins (2009) apresenta a violência como uma das evidências de uma situação de fronteira. Muitos são os relatos de violência nos municípios de Palmeirante-TO (camponeses-posseiros), Barra do Ouro-TO (camponeses-posseiros) e em Tocantinópolis-TO (quebradeiras de coco babaçu), municípios nos quais tem ocorrido uma maior expansão do agronegócio com as produções de soja e eucalipto. O acampamento Gabriel Filho, por exemplo, é rodeado de produções de soja e eucalipto (Figuras 46-47), plantados em muitas vezes por meio do arrendamento.

Figura 46 – Troncos de eucalipto cortados nas mediações do Acampamento Gabriel Filho



Figura 47 – Soja nas proximidades do Acampamento Gabriel Filho



Fonte: Acervo da autora, trabalhos de campo de dezembro de 2019 e janeiro de 2020.

Ainda sobre a situação de violência vivenciada pelos camponeses-posseiros, em Palmeirante-TO, no Acampamento Gabriel Filho, a comunidade convivi cotidianamente com a presença dos jagunços e já houve assassinatos dos dois lados (camponês-posseiro e jagunço), conforme nos relataram os(as) interlocutores(as) da pesquisa. No segundo trabalho de campo, realizado na comunidade, em dezembro de 2019, foi organizada uma oficina de desenhos com as crianças, na qual pedimos para elas desenharem o que representava viver no acampamento. Participaram desse momento 8 (oito) crianças acompanhadas dos familiares, que observaram tudo de longe sem interferirem na elaboração dos desenhos dos pequenos. O elemento que mais apareceu nos desenhos foi a figura do jagunço e a representação da família (Figuras 48-49).

Figura 48 – Representação sobre o que é viver no Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO



Figura 49 – Representação sobre o que é viver no Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO



Fonte: Desenhos feitos por crianças de 8 e 9 anos, durante uma oficina realizada em setembro de 2019, no Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO.

A opção em olhar para a criança e respeitar a sua percepção sobre o Acampamento através do desenho se fez importante, porque, como bem nos afirma Ribeiro (2015, p. 16):

O desenho é uma forma de expressão e que a expressão é uma linguagem, um transmissor de emoções e sentimentos, o desenho da criança pode tornar-se um importante espelho sobre aquilo que são os pensamentos abstratos que esta não tem maturidade para transmitir verbalmente ou sob qualquer outra forma de expressão.

Nos desenhos, aparecem o retrato da família, a figura do jagunço armado e pessoas saindo de casa, representando as vezes em que eles já tiveram que sair no meio da noite à procura de abrigo. A esse respeito, os(as) interlocutores(as) da pesquisa relataram que é comum terem que sair do acampamento no meio da noite, devido a intimidação dos jagunços. Na narrativa da dona Maria da Paciência⁴⁷:

[...] ah, minha filha, já corremos no meio da madrugada com chuva, puxando menino e os pistoleiros alumando nós com lanterna. Já achamos pituca de cigarro lá atrás do último barracão aqui do acampamento. Ele curiava e sabia de tudo que a gente falava. Esse povo novo não escuta ninguém, eu já falei: gente, quando for conversar vamos mais pra cima, pro meu barraco, numa conversa aqui embaixo não. Mais o povo só aprende quando apanha. E aqui todo cuidado é pouco, porque a gente pode pagar com a vida nossa e de quem a gente ama.

A Sra. Júlia⁴⁸ complementa:

Aqui eles, esses perversos, já passaram de carro, caminhote fazendo barulho. Passaram de moto, sabe aquelas bem barulhenta só pra gente ter medo. Tentam nos cansar, estamos cercados de todas as formas. De todos os lados. Eles trocam de jagunço de tempos em tempos, pra gente não saber o rosto deles. Só que o meu coração sabe quando é um, não sei como. Aqui a gente vive aterrorizado. Ninguém dorme, às vezes dorme de dia e a noite sempre um fica acordado, pra oiar. Ah, e quando os cachorros latem, naquele maior alvoroço, pode saber que os pistoleiros por perto olhando. Eles ficam nas moitas, detrás das moitas, curiando e alumando com a lanterna. Eles fazem questão de nos saber que estão lá. Já encheram nosso tanque da motinha com açúcar, no motor. Acho que foi quando a gente dormiu, cansou, não viu. Não sei como fizeram. Só sei que foi eles. Colocaram açúcar, outra vez terra e na outra areia, para evitar que a gente corra, que tenha acesso à cidade, porque quando eles vêm, eu corro na frente com as crianças porque o alvo maior é sempre eu, porque eu denuncio, grito, corro atrás, não tenho medo. O Parazim me chama de teimosinha. A gente tinha 16 cachorro aqui. Acredita que hoje só tem 2 aqui de casa e outro do vizinho! Ninguém sabe o que houve. Pra mim eles foram foi envenenado. Um dia acuaram um bicho ali na mata, e minha mãe foi lá e ouviu homens conversando. Ela voltou, não viram ela. A caça acuada fugiu e nossos cachorro também. Uns ficaram sumido 4 dias, outros nunca apareceu, os que voltou ficava amuadinho, vomitava, uns cegaram, cambaleava e morria, é muito estranho, nem os bichos tem sossego aqui olha lá a gente se vai ter. (Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2020 no acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO).

Com base no relato da moradora, é possível distinguir diferentes estratégias de intimidação usadas por quem oprime. Uma delas é tentar diminuir as possibilidades de fuga, por isso colocaram açúcar e outra vez areia e terra no tanque da motocicleta de um dos moradores do acampamento, que é o principal meio de transporte da comunidade. Quando precisam de socorro, é na motocicleta que eles vão até a cidade, corre aos vizinhos, levam os

⁴⁷ Nome fictício em homenagem a sem-terra Maria da Paciência dos Santos, assassinada em 12/08/2014, em Eldorado dos Carajás, Pará.

⁴⁸ Nome fictício em homenagem a indígena Júlia Venezuela Almeida, assassinada em 08/12/2014 na aldeia Caarapó, Mato Grosso do Sul.

doentes, buscam e levam moradores até a estrada para pegar condução e ir para outros locais. Sem ela, esse deslocamento fica mais lento, e é dificultado.

A violência não é algo que se restringe aos adultos ou somente ao homem ou a mulher, mas a todos que estão inseridos na expansão do agronegócio, e que de alguma forma, representem um “entrave” à expansão capitalista no território. Martins (2009), quando fala das crianças que vivem nas áreas de conflito, já mostrava a complexidade dos espaços fronteiriços onde a expansão capitalista degrada o humano. É o estranho que chega e se interpõe aos do lugar. Dentre as situações que podemos citar como exemplo, há uma criança de seis anos que já sabe o que é a figura do jagunço geograficamente; não conseguimos calcular o impacto disso na vida da criança.

Na dimensão da luta pela terra, a intimidação é uma forma de violência que se infere sobre o outro, com objetivo de desarticular a mobilização coletiva do grupo, uma vez que, ao se organizarem politicamente, os camponeses lutam em prol do acesso à terra e na defesa de seus territórios de vida camponesa.

Entendemos que “a fração do território é conquistada na espacialização da luta como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. O território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização, na espacialização da luta pela terra” (FERNANDES, 1996, p. 242). A esse respeito, Diniz (2008) explica que a fração do território camponês é uma construção social, e se contrapõe ao uso da terra pelo latifúndio, pois nela são estabelecidas relações de solidariedade a partir do trabalho coletivo. No caso do Acampamento Gabriel Filho, essa coletividade é vista tanto nos relatos dos(as) interlocutores(as) sobre o trabalho na terra que outrora viveram, quanto na receptividade de outra comunidade que deixaram os posseiros fazer os barracos (Figura 50) do acampamento no local.

Figura 50 – Barracos no Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo de dezembro de 2019.

O Acampamento Gabriel Filho e a violência vivenciada por seus moradores são uma das expressões da fronteira do humano onde o sujeito é degradado (MARTINS, 2009) e ocorrem diferentes formas de intimidação (ameaças, agressões físicas e psicológicas). A presença de jagunços ameaçando a comunidade do referido acampamento é um dos exemplos desse processo. Essa realidade não é um caso específico dessa comunidade; pelo contrário, várias outras vivenciam situações similares de violência.

Sendo o conflito uma das características da situação de fronteira, a luta pela terra de trabalho, no Norte do Tocantins, traz um representativo importante para pensar essa dimensão. Muitos foram os relatos que indicam essa situação em todas as comunidades visitadas (Gleba Tauá, em Barra do Ouro-TO; Serra do Centro, em Campos Lindos-TO; Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO; Cajueiro, em Nova Olinda-TO) rodeadas pelo agronegócio (soja, eucalipto e gado).

Nos momentos de diálogos com as famílias que, por vezes atravessavam horas, percebemos que as barbáries no campo não se findaram com o fim da Ditadura Militar, pelo contrário, pois continuam existindo e se intensificando em pleno século XXI, como nos mostra o Quadro 12. Um copilado de relatos carregados de elementos, injustiças e realidades vivenciadas por camponeses(as) que vivem no Norte do Tocantins. Sujeitos que lutam cotidianamente contra toda forma de opressão e pelo acesso e permanência na terra, no território, na água e por melhores condições de vida.

Quadro 12 – Relatos de violência contra a pessoa, em diferentes conflitos envolvendo terra, território e água, no Norte do Tocantins, Brasil

Comunidade	Narrativa do(a) interlocutor(a) da pesquisa
Gleba Tauá (Barra do Ouro)	Me lembro do dia que destruíram meu barraco, que perdi galinhas que eu criava, minhas hortas. O trabalho de dias no sol, foi tudo perdido. Tanta terra esse povo tem, e não nos deixa quietos. E a gente sabe que eles nem cumpre a função social da terra e nem são os verdadeiros donos da terra, mas é isso né? (Entrevista realizada em janeiro de 2020).
Acampamento Gabriel Filho (Palmeirante-TO)	Um dia tive que sair correndo por dentro do mato. O povo deu uma carreira em nós, porque estávamos pescando lá no rio, e eles não querem de forma alguma que nós entre na terra, sendo que nós morávamos lá. Nossas casas, nossas plantações deixamos tudo pra traz, desde do dia do despejo, quando veio polícia e tudo e tivemos que sair da terra e da nossa casa e montar esse acampamento aqui. (Entrevista realizada em outubro de 2019).
Acampamento Gabriel Filho (Palmeirante-TO)	Já impediram nossas crianças de ir para a escola, não deixando o ônibus entrar ou dificultando que ele entrasse.
Quebradeiras de coco babaçu (Tocantinópolis)	Já ouvi muitos relatos de outras mulheres que levaram carreira dentro desses babaçuais. Antigamente algumas mulheres chegavam a abraçar a palmeira pra evitar que elas fossem derrubadas, porque com o aumento do gado e do eucalipto aqui na região, foram derrubadas muitas mais muitas palmeiras e é delas que nós tiramos o nosso ganha pão. (Entrevista realizada em janeiro de 2020, Tocantinópolis).
Ribeirinhos (Distrito de Porto Lemos em Santa Fé do Araguaia)	O rio é tudo pra mim, mas nós já tivemos que parar de pescar aqui nessas margens do Araguaia, porque ficava dentro da fazenda e o fazendeiro não queria deixar pescar no trecho do rio que passava por dentro da fazenda dele. E a gente saía procurando outro lugar pra pescar no rio. Já aconteceu de destruírem barcos e nossas ferramentas de trabalho. (Entrevista realizada em julho de 2022, Santa Fé do Araguaia-TO).
Acampamento Barra do Rio Lontra (Carmolândia-TO)	Eu já levei uma carreira dentro de uma fazenda porque eu estava catando maxixe. Nesse dia eu também estava pescando. Me senti muito humilhado, porque, o que é um maxixe pra eles? Eles nem se quer comem. Perde tudo. A gente não pode de jeito nenhum entrar na fazenda. (Entrevista realizada em julho de 2022 em Carmolândia-TO).

Fonte: Trabalhos de campo realizados em 2019, 2020 e 2022.

As narrativas contribuíram diretamente para o entendimento sobre o que tem sido a expansão do agronegócio na fronteira agrícola, no Norte do Tocantins. Para Martins (2009), na situação de fronteira, o conflito social é uma das características, porque para o “estranho”, os de fora “empresas monopolistas, latifundiários” que se apropriam do território, é só espaço passível de ser apropriado para aumentar seu capital. Para os do lugar, é o território da vida, da esperança, onde criaram vínculos afetivos e identidade. Essa situação ficou muito evidente nos relatos do senhor Celso⁴⁹ e da senhora Francinalva⁵⁰, moradores de Nova Olinda-TO e São Bento do Tocantins:

⁴⁹ Nome fictício em homenagem a Celso Rodrigues, indígena assassinado em 12/06/2013, em Paranhos, Mato Grosso do Sul.

⁵⁰ Nome fictício em homenagem a Francinalva Conceição Silva, sem-terra assassinada (estava grávida), em 08/01/2005, em Tucuruí, no estado do Pará, no Acamp. João Canuto.

A terra pra nós é importante demais, porque é dela que retiramos o nosso alimento, e temos condição de criar nossos filhos. Meus pais eram pessoas que colocavam roça. Eu os vi fazerem isso desde da minha infância. Eles nunca foram donos de terra. A gente até morava há muito tempo numa terra lá pro lado do Bico do Papagaio, mas o povo chegou e disse que a terra não era nossa, mostraram um documento, que eu nem sei se é verdadeiro e nos tiraram de lá. (Entrevista realizada em Araguaína, em julho de 2022).

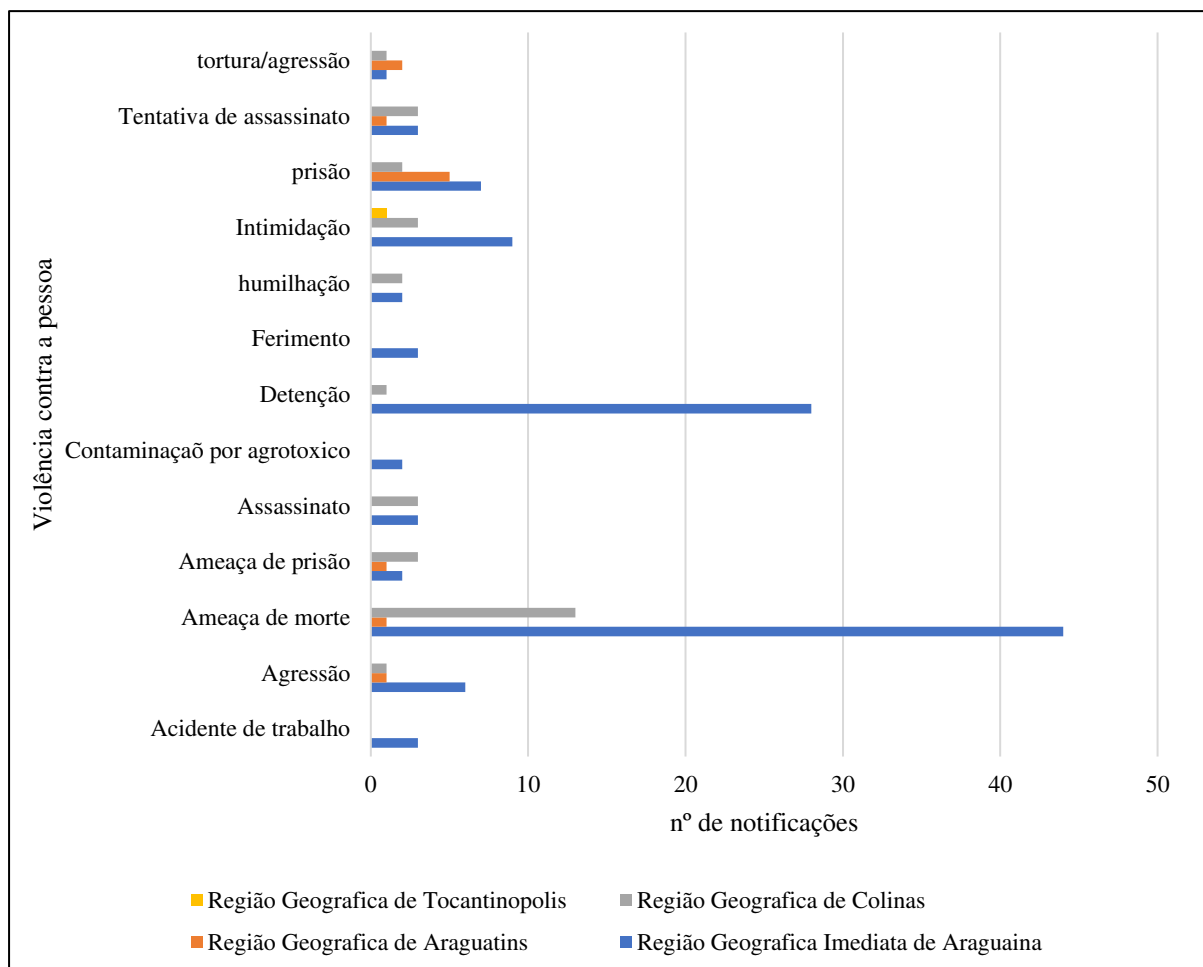
Na oralidade da senhora Francinalva:

Eu sou quebradeira de coco babaçu com muito orgulho, a vida não é fácil, mas sempre batalhei e criei mais seis filhos com esse trabalho aqui. Nasci no Maranhão e vim para o Tocantins na década de 1990, e eu aprendi a quebrar coco com a minha mãe. O coco pra mim é a possibilidade de ter minha renda, minha autonomia financeira. Mesmo sendo pouco, ele é meu, não preciso pedir pro meu esposo tudo que eu preciso. É muito importante termos nosso dinheirinho, e o coco babaçu me proporciona isso (Entrevista realizada em janeiro de 2020 em Tocantinópolis-TO).

Uma análise feita a partir dos dados disponibilizados pela CPT evidência, conforme o Gráfico 9, que a Região Geográfica Imediata de Araguaína foi a que mais teve situações de violência contra a pessoa, e a ameaça de morte e a detenção se sobressaíram dentre as demais. Isso revela que a expansão do agronegócio é um elemento gerador de expropriação no campo, na luta pela terra de trabalho.

Observamos, no Gráfico 9, que foram mais de 40 notificações por ameaças de morte, na Região Geográfica Imediata de Araguaína-TO: um dado que reflete a situação de violência na qual os camponeses estão inseridos. A intimidação, a prisão e a agressão se sobressaíram em relação as outras formas de violência contra a pessoa. A violência é uma das maneiras de tentar desarticular os movimentos sociais e as comunidades, pois muitas famílias acabam se vendo obrigadas a saírem da comunidade, por medo de morrer. Por isso, também, a rotatividade de pessoas, sobretudo nos acampamentos, ocorre com frequência. Dentre as formas de violência contra a pessoa, apareceram nos dados emitidos pela CPT, a tortura, a agressão e os assassinatos.

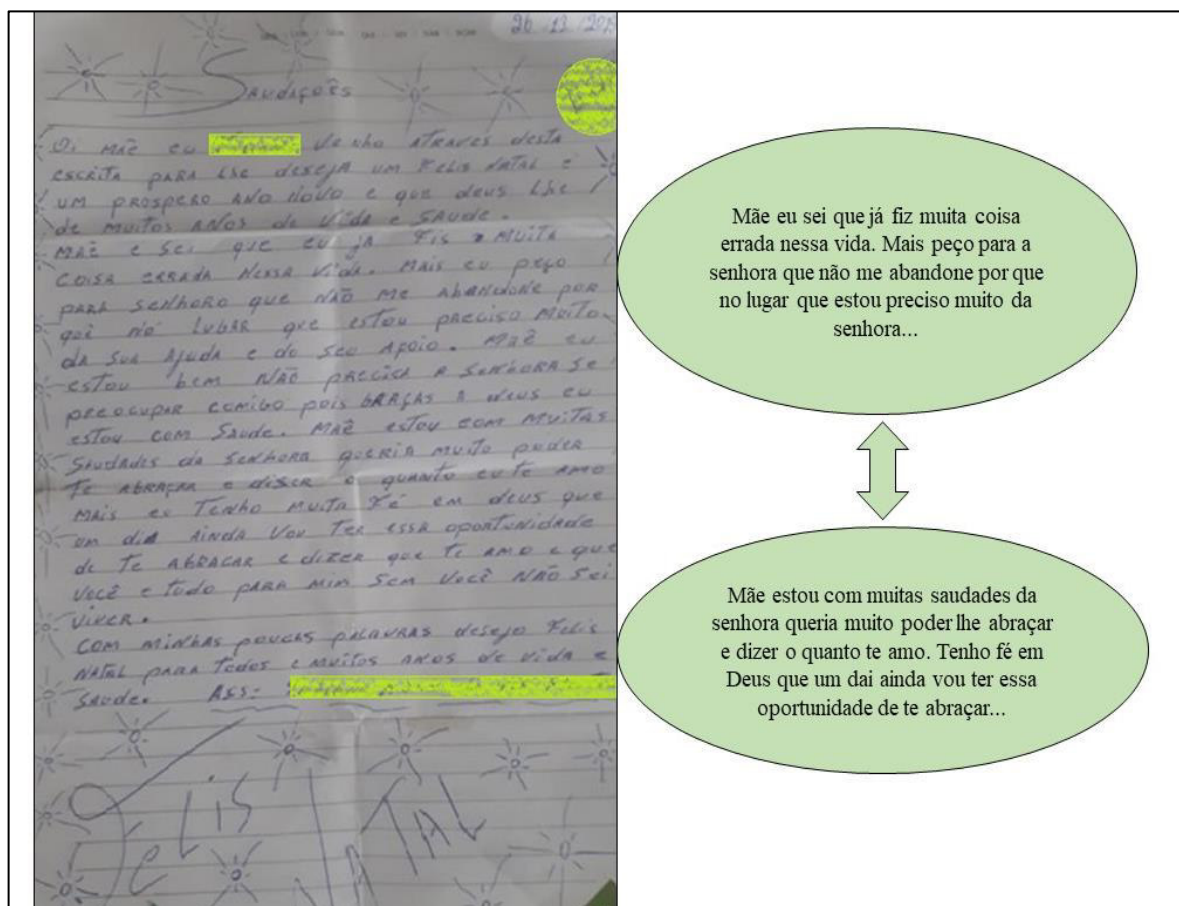
Gráfico 9 – Violência contra a pessoa no século XXI (2000 a 2020), no Norte do Tocantins



Fonte: Dados fornecidos pela CPT. Elaboração: REINALDO, Thayssllorranny Batista (2023).

A violência contra a pessoa causa tensões e um sentimento de medo constante na vida de muitos. Em se tratando de violência, há situações em que a morte dos camponeses segue na justiça e situações nas quais alguns camponeses-possesores encontram-se presos, suspeitos de envolvimento na morte do jagunço. Em cartas escritas por um camponês a sua mãe (Figura 51) a situação destacada é o retrato do que ocorre no campo em todo território nacional, a expressão dessa estrutura fundiária desigual, que beneficia uns (capitalistas) em detrimento de outros (camponeses).

Figura 51 – Carta endereçada a uma mãe no Acampamento Gabriel Filho, Palmeirante-TO



Fonte: Acervo de uma moradora do Acampamento Gabriel Filho, que autorizou a publicação da carta, 2020.

No Acampamento Gabriel Filho, mesmo a comunidade morando em meio ao cerrado, em um espaço cedido por outros camponeses-posseiros, sem saneamento básico e nenhuma infraestrutura, eles também criam alguns porcos e plantam algumas ervas medicinais e especiarias, como pimentas no quintal da casa. A esse respeito, umas das interlocutoras nos revelou:

Aqui eu planto hortelã, mastruz e algodão, e com eles eu já tratei dor de estômago, cuidei do machucado do dedo do meu neto. Até meu cachorro quando se machucou eu tratei com algodão e mastruz. E outra, como nós também não temos mais tanta facilidade de ir nos postos de saúde, pois ficamos longe da cidade e nem sempre temos condução, e nem sempre também conseguimos passar dentro da fazenda, para ir até a cidade temos que se virar como pode. Eu mesmo acredito mais em remédio caseiros do que nos remédios da farmácia. (Entrevista realizada em julho de 2022)

A utilização de plantas medicinais foi identificada na maioria das comunidades visitadas. São conhecimentos repassados entre as gerações, e muitas famílias as usam para tratar

diferentes patologias (dor de cabeça, resfriados etc.). Esse conhecimento milenar vem do aprendizado com as comunidades indígenas, segundo o relato do senhor Oziel Gabriel⁵¹:

Com o povo Krahô que mora aqui na redondeza eu aprendi muita coisa. Remédios bons para dor de barriga, remédio para dor de cabeça, remédio para melhorar a aparência da pele, como a utilização da babosa por exemplo. Como já trabalhei na escola, convivi muito tempo com os indígenas de lá e te garanto eles conhecem a natureza como ninguém. E cuidam dela muito melhor que todos nós. Hoje muito do que sei sobre remédios naturais devo a eles a seus ancestrais (Entrevista realizada em julho de 2022).

Mesmo com o avanço da fronteira agrícola que coloca muitos moradores das diferentes comunidades em situações de alerta continuamente, eles conseguem manter seus modos de vida e repassam o conhecimento entre as gerações.

Na área de estudo, não temos somente conflitos com uso de violência (física e psicológica), existem também conflitualidades presentes em todos os grupos de maneira direta ou indireta. Como exemplo disso temos as quebradeiras de coco babaçu que lutam pelo acesso aos babaçuais. São elas que garantem o sustento da família por meio do trabalho com a coleta e quebra do coco babaçu.

Algumas quebradeiras de coco babaçu vivem na terra, como o caso das mulheres do povoado campestre, em São Bento do Tocantins, já outras vivem no perímetro urbano dos municípios, como as quebradeiras de coco babaçu de Tocantinópolis, mulheres que mesmo diante dos desafios lutam por uma vida melhor.

4. 3 Dos conflitos por terra a luta das Quebradeiras de Coco Babaçu pelo acesso aos babaçuais e permanência de seus modos de vida, frente a expansão da fronteira agrícola

Os conflitos em torno da terra na área de expansão do agronegócio se dão não somente com camponeses-posseiros, mas também com as quebradeiras de coco-babaçu, que reivindicam, a princípio, a autorização para poder ter acesso aos babaçuais, matéria prima do seu trabalho.

As quebradeiras de coco-babaçu são mulheres que tiram seu sustento da coleta e extração do coco babaçu e produção de seus derivados (azeite, carvão, farinha de bagaço de coco, artesanatos). No Tocantins, especialmente em sua porção Norte, há grupos de mulheres

⁵¹ Nome fictício em homenagem ao indígena Oziel Gabriel, assassinado no dia 30/5/2013, em Sidrolândia, no estado do Mato Grosso do Sul.

que trabalham de forma coletiva ou individualmente com a coleta desse fruto. Os problemas enfrentados por esse grupo social são diversos, alguns dos quais são citados, com base nas informações cedidas pelas quebradeiras de coco:

- Desvalorização profissional;
- Dificuldade em conciliar trabalho e atividades de casa, incluindo a tarefa de cuidar dos filhos. Geralmente, eles são levados com a mãe para os babaçuais ou são deixados com o irmão mais velho, com parentes ou com conhecidos;
- Diminuição dos territórios babaçuais devido à expansão da pecuária, soja e eucalipto;
- Perseguição e/ou proibição da coleta do fruto pelos donos das propriedades;
- Recusa por parte das gerações mais novas em viver da lida com o babaçu devido ao preconceito;
- Falta de apoio do Estado.

Os ofícios de coletar, quebrar e preparar o coco babaçu e seus derivados são repassados entre as gerações ao longo do tempo. Da palmeira, praticamente tudo se aproveita, a mesma pode chegar a vinte metros de altura: das folhas, fazem-se cestos, bolsas, esteiras e cobertura de casas; do caule, são preparados adubos e ornamentações; da casca é feito o carvão; do mesocarpo pode-se fazer mingau, usado na alimentação infantil; da amêndoa extrai-se o óleo, conhecido também como azeite de coco, usado na alimentação, na indústria cosmética e na fabricação de sabão; do gongo, bichinho que fica dentro de alguns frutos, faz-se farofas. A Figura 52 mostra derivados do coco-babaçu.

Figura 52 – Agrupamento das práticas produtivas das quebradeiras de coco babaçu, mostrando o processamento manual do Coco Babaçu e seus derivados



Fonte: Elaborado por Thaysslorranny Batista Reinaldo com base nos trabalhos de campo realizados em São Bento do Tocantins e Tocantinópolis (2019-2020)

A relação das quebradeiras de coco-babaçu com a natureza ocorre de maneira sustentável, pois coleta-se somente o necessário para o consumo. O manuseio do coco não é fácil, pois exige agilidade e força (Figura 53). Muitas vezes, essas mulheres ficam horas sentadas sobre o fio de um machado afiado preso pelas pernas equilibrando o coco-babaçu que, após ser batido várias vezes com um pedaço de pau, conhecido regionalmente como porrete, tem suas amêndoas extraídas e depois processadas (pisadas, cortadas, torradas) para a obtenção do azeite, usado tanto em cosméticos quanto na culinária. Essas mulheres, geralmente saem de casa bem cedo e só retornam no fim da tarde. Na maioria das vezes, levam suas refeições já preparadas e se alimentam sob a sombra de árvores no campo.

Figura 53 – Quebradeira de Coco-babaçu em Tocantinópolis-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, janeiro de 2020.

É da extração do coco-babaçu que muitas mulheres tiram a principal renda para o sustento familiar. Trata-se, no entanto, de um trabalho pouco valorizado, cujo retorno financeiro é insuficiente na maioria das vezes para suprir as necessidades basilares da família. A coleta do coco é feita manualmente e o acesso aos babaçuais nem sempre ocorre de uma maneira tranquila. Em pleno século XXI, ainda ocorrem conflitos e tentativas de impedir o acesso das mulheres aos babaçuais.

A proibição da coleta do coco em propriedades privadas tem gerado, ao longo do tempo, situações de conflito, especialmente nas duas últimas décadas do século passado no extremo Norte do Tocantins. Segundo Teixeira (2011), é comum, nos territórios em que se

coleta o coco- babaçu, a ocorrência de conflitos entre os proprietários de terra e as mulheres. A maioria dos fazendeiros não quer fluxo de pessoas dentro de suas propriedades. Para proibir ou intimidá-las, colocam jagunços para fazerem a segurança nas fazendas ou derrubam os babaçuais e os cercam, instalando e acirrando os conflitos.

Se, por um lado, os conflitos causam medo, por outro, despertam nas mulheres mais sede por justiça e a necessidade de se organizarem politicamente, o que estimula a consciência de classe e de gênero. Nesse processo de despertar das mulheres, havia, reuniões entre elas nas comunidades rurais e em clubes de mães. Uma das representantes do movimento das quebradeiras era a dona Raimunda Gomes da Silva (falecida em 7 de novembro de 2018), que foi indicada ao prêmio Nobel da Paz e recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Dona Raimunda recebeu apoio de Padre Josimo, na luta pela terra e pelos babaçuais. Seu relato de luta está disponível em um documentário na *internet*.

Para Brito e Almeida (2017), a interdependência dessas mulheres com o coco babaçu tornou-se fator primordial de uma luta pela preservação dos palmeirais e uma resistência para se manterem no lugar. Desse modo,

O acesso à palmeira é a garantia de vida para essas mulheres, que vivem nos acampamentos, nos povoados ou nos bairros, sem infraestrutura alguma, das pequenas cidades da região. O direito à vida para essas mulheres é a livre circulação pelos palmeirais, garantia de sobrevivência. Cessando, pois, tal acesso, não há quebradeiras de coco (BRITO, ALMEIDA, 2017, p. 230-231).

Uma das conquistas, fruto da resistência e da coletividade desse grupo social, foi a aprovação, em 1997, da Lei do Babaçu Livre. Ela deveria garantir o livre acesso das quebradeiras aos babaçuais, entretanto, na prática, não é bem assim que ocorre, e muitos fazendeiros ainda proíbem a coleta do coco-babaçu em suas propriedades. Logo, a derrubada dos babaçuais continua modificando as paisagens e dando espaço ao agronegócio.

É importante observar que nem todas as mulheres que vivem da renda do coco-babaçu estão vinculadas as associações, como é o caso das quebradeiras do coco do Povoado Campestre, em São Bento do Tocantins, no extremo Norte do estado do Tocantins. As causas para que isso não ocorra ficaram explícitas na fala da dona Vitória Filha⁵²:

Não somos associadas ainda porque não sabemos como formar uma associação. Nem todas as mulheres veem importância nisso, porque aqui a gente se ajuda muito. Temos acordos verbais entre nós, por exemplo, se tivermos uma encomenda de vinte litros

⁵² Nome fictício em homenagem a Vitória Filha, assassinada no sítio São José, em Natividade, no estado do Tocantins, no dia 26/08/2003.

de azeite, todas produzem, para todas terem um dinheirinho. Além disso, eu não se podemos ser sociais da associação das quebradeiras de coco lá de Tocantinópolis, é longe daqui. E não temos muito dinheiro para viajar. Eu sei da importância de uma associação, mas isso ainda está distante da nossa realidade. (Entrevista realizada em setembro de 2019)

Trata-se de uma comunidade que vive há mais de três gerações na terra, em propriedades pequenas compostas por cerca de 15 (quinze) famílias, que usam a terra dos babaçuais como meio de subsistência. Os principais produtos produzidos pelos moradores e usados no consumo cotidiano da família são arroz, feijão, mandioca, milho, fava, abóbora, cebolinha e cheiro verde (horta). Além disso, as famílias criam galinhas, porcos e algumas cabeças de gado e só vendem esses animais quando existe uma necessidade ou um excedente da produção. No povoado, há, ainda, uma escola que atende às crianças até o 4.º ano do Ensino Fundamental I, um campo de futebol, casas construídas com tijolos, tábuas, palhas (Figuras 54-55).



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo: setembro de 2019.

A primeira família do Povoado Campestre, em São Bento do Tocantins, foi a do sr. Felipe José da Silva, conhecido como Felipão, oriundo do estado do Maranhão, e aos poucos parentes do seu Felipe chegaram ao lugar e foram formando o povoado. Os descendentes foram se casando uns com os outros (primos), e as famílias cresceram. Hoje, as 15 (quinze) famílias do povoado têm algum grau de parentesco (primos, avós, tios, pais, irmãos). A esposa do sr. Felipe, a sra. Rosa Francisca de Oliveira, já trabalhava com a coleta e extração do coco-babaçu

e ensinou o ofício aos filhos e netos. Assim, aos poucos o ofício de coletar e quebrar o coco-babaçu foi repassado entre as gerações, conforme o relato de Moacir⁵³:

Meu bisavô foi o primeiro a chegar aqui no povoado. Eu acho que foi antes de 1930. Ficou aqui na terra, porque não tinha ninguém. Depois veio mais famílias, irmão, parentes das minhas bisavós, aí os filhos das famílias, no caso os primos acabaram gostando uns dos outros e se alguns se casaram dando origem a mais uma família. Nisso o tempo foi passando, minhas bisavós tiveram os filhos, os filhos se casaram com parentes e com outros que não são parentes e que viraram parentes quando agregaram na família. Sei que hoje nós somos quinze famílias e temos algum grau de parentesco mais próximo ou mais longo. Hoje as famílias que moram os mais novos no caso têm vinte anos, dez anos e por aí vai. Minha bisavó quebrava coco e sustentava os filhos com o dinheiro vindo do coco e da venda dos derivados. Eu sei que até hoje minha mãe quebra coco-babaçu e nos ajuda, inclusive na faculdade com o dinheiro vinda do trabalho com o coco. A vida aqui é tranquila, só que temos que sair para estudar e trabalhar também, no caso nós a geração atual (Entrevista realizada em setembro de 2019).

A principal renda das mulheres do povoado é advinda da coleta e extração do coco-babaçu e seus derivados, como o azeite (usado na culinária e como remédio) e o carvão (feito da casca do coco-babaçu). Geralmente, o produto mais vendido é o azeite, que, no caso dessa comunidade, tem a figura do atravessador⁵⁴ para mediar a comercialização:

O moço de Palmas veio aqui e levou tudo. Eu peguei ali o da dona Maria e completei o pedido dele. Pra nós é bom, porque às vezes aqui é difícil de vender e a gente precisa do dinheiro. Então ele leva, e como a gente sabe é caro a gasolina, gasta pneu então ele vende mais caro lá na capital (Entrevista realizada em setembro de 2019 no Povoado Campestre em São Bento do Tocantins)

No relato da quebradeira de coco babaçu Estela⁵⁵, moradora do povoado, é possível perceber essa situação: “O comprador, marca um dia de vim buscar um tanto x de azeite, aí nós se juntamos e produzimos e todas vendemos. Assim, cada mulher tira um pouquinho de dinheiro, pois a gente sabe que todas precisamos” (Entrevista realizada em 22 de setembro de 2019 em São Bento do Tocantins-TO). Outra mulher relata que sabe que o preço pelo qual o azeite é revendido é maior, mas lamenta não ter outra maneira de comercializá-lo e obter um pouco mais de renda a partir do seu trabalho:

Eu sei que esse moço que leva nosso azeite ele revende mais caro. E olha, menina, tirar esse azeite dar muito trabalho, viu? A gente aguenta a queimadura do fogão a lenha, tem o perigo de se queimar, todo o processo demora muito. E as pessoas não querem pagar o preço que merece, talvez porque não sabem o trabalho que dá. Como eu não

⁵³ Nome fictício em homenagem ao posseiro Moacir de Jesus dos Santos Correia, assassinado em 27/06/2022, Pinheiro, Maranhão.

⁵⁴ Pessoa que compra e revende os produtos derivados do coco-babaçu.

⁵⁵ Nome fictício em homenagem da indígena Estela Vera, assassinada em 15/12/2022, Japorã, Mato Grosso do Sul.

tenho outra alternativa, revendo. Eu, por exemplo, só tenho minha renda do trabalho com o coco. O coco para mim é vida, é oportunidade de alimentar a minha família, já criei meus filhos e hoje crio meus netos com a coleta do coco. E ainda tenho que dar graças a Deus, porque aqui a gente ainda tem para que catar, e tem mulher aí que leva é carreira de fazendeiro, quando vão pegar coco nas terras dele (Entrevista realizada em 22 de setembro de 2019 no Povoado Campestre em São Bento do Tocantins).

No município de São Bento do Tocantins, existem outras comunidades que também vivem da lida com o coco-babaçu e que foram impactadas significativamente pela derrubada dos babaçuais, em decorrência da expansão da fronteira agrícola por meio do agronegócio. Entre tais comunidades, estão os povoados Veredão e Consolação, todos impactados pela chegada do eucalipto.

Outra comunidade que ainda tem a presença de quebradeiras de coco-babaçu é o município de Tocantinópolis localizado na Região Imediata de Tocantinópolis, às margens do rio Tocantins. Ele possui uma área de aproximadamente 1.077 km², e cerca de 30.608 habitantes, segundo o IBGE, e é o 9.º maior município tocantinense. Tocantinópolis faz divisa com o estado do Maranhão. No perímetro urbano, a travessia para a cidade de Porto Franco-MA é feita por balsa ou barco.

Continuar com as atividades referentes à coleta do coco é um dos sinais de maior resistência (e também necessidade) observados em Tocantinópolis, levando em consideração que, na segunda década do século XXI, são poucas as mulheres que ainda têm o coco como principal fonte de renda. É importante observar que a indústria Tobasa Bioindustrial de Babaçu S/A tem sede no município e compra boa parte da produção de coco-babaçu da região. Essa empresa foi fundada em 1968 e possui a maior fábrica de carvão ativada da América Latina. Segundo o site oficial⁵⁶ da Tobasa, a companhia contempla em seu parque industrial uma área de 175.000 m². De acordo com as quebradeiras de coco babaçu tocantinopolinas, a chegada da empresa na região impactou seus modos de vida, tendo muitos fazendeiros passando a vender o coco para a empresa, diminuindo a matéria-prima das quebradeiras de coco-babaçu, as palmeiras (Figura 56).

⁵⁶ Disponível em: <https://www.tobasa.com.br/empresa>. Acesso em: 20 out. 2020.

Figura 56 – Os babaquais no Cerrado tocantinense



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo de janeiro de 2020.

As conflitualidades e os conflitos socioterritoriais com as quebradeiras de coco-babaçu, em Tocantinópolis, se revelaram e se acirraram à medida que a expansão da fronteira agrícola avançava com suas tecnologias e seus modos de reprodução do capital. Até as duas últimas décadas do século XX, as atividades que mais se destacavam eram as relacionadas à pecuária e, no século XXI, as monoculturas passaram a compor as paisagens, entre elas, a soja e o eucalipto. Um dos desafios na atualidade é a falta de apoio e de incentivo por parte do poder público a essas mulheres. A resistência das quebradeiras de coco se dá pela continuidade da quebra e coleta do coco e da permanência dos modos de vida.

Segundo informação de uma das quebradeiras de coco-babaçu do Povoado Folha Grossa em Tocantinópolis-TO, quando elas coletam o coco é dada uma parte da produção (azeite, carvão) para o fazendeiro, como forma de “pagamento” pela coleta do fruto nas fazendas. Além disso, elas deixam o pasto limpo para o proprietário. Após coletado, o coco é armazenado geralmente nos quintais das casas das mulheres (Figura 57), que geralmente não moram nas fazendas.

Figura 57 – Coco-babaçu no quintal, Povoado Folha Grossa, em Tocantinópolis-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo de janeiro de 2020.

O coco coletado é levado por animais até a casa das mulheres, ou de carro fretado por elas. Dona Dilma⁵⁷ cuida com carinho do animal que por muitos anos ajudou a transportar o coco até sua casa de morada. Ela ainda fala da importância do coco em sua vida, pois foi dele que criou filhos e cria netos. Do coco, ela usa praticamente tudo e ainda consegue vender o gongo para pessoas que gostam de comê-lo como petisco. O tempo de dona Dilma é diferente do tempo do fazendeiro: na sua casa, as crianças ainda correm no quintal, divertem-se com coisas simples, como um banho descontraindo na chuva, e o coco é quebrado e feito o carvão na fornalha quando ela pode. Já o fazendeiro, que é o dono da terra em que dona Dilma coleta o coco, é quem decide quando ela pode entrar na propriedade para coletar o coco.

No relato da quebradeira de coco-babaçu, ela expressa a importância dessa atividade na vida dela e da família e explica como ocorre a entrada nas fazendas para coletar o coco, com a permissão do proprietário, nas palavras de dona Dilma:

E aí a pessoa pergunta para mim, se eu tenho orgulho do meu serviço? E eu respondo aqui para vocês sem medo de errar se Deus quisesse ter me dado outro serviço, ele teria me dado. E como ele me deu foi esse aqui, quebrar coco eu me criei, criei meus filhos, alguns netos e já tou nesta idade tudo quebrando o coco, e sou conformada. E se alguém me perguntar fulano tu vives de quê? Eu respondo eu vivo do coco. Eu tenho orgulho da minha profissão, é daqui o meu ganha-pão e alimento minha família. Nunca tive e nem tenho vergonha da minha origem eu sou uma quebradeira de coco-babaçu do Bico do Papagaio. Eu sou é lavradora, e nos meus documentos tudinho eu estou como lavradora. Eu vou mentir para quê? Ninguém nunca me pegou numa fazenda e me deu uma carreira, porque eu nunca peguei os cocos alheios escondidos,

⁵⁷ Nome fictício em homenagem a Dilma Ferreira Silva, coordenadora regional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no Pará, assassinada em 22/03/2018.

eu sempre converso com o dono da fazenda antes. Eu nunca entro num lugar sem a ordem do dono.

Deus me livre de acontecer de está na quinta pegando o coco e o dono chegar, e gritar ei, larga isso aí porque não é seu. Moço eu caía no chão durinha morrendo de vergonha. Eu aonde eu vou, eu vou de peito aberto porque eu falo com o dono, e ele me dá a permissão de entrar na fazenda e catar o coco. A labuta no sol é cansativa. Eu agora mesmo eu bati foi dois dias ajuntando esse monte de coco que vocês estão vendo aqui no meu quintal. Eu ajuntava e o carregador carregava no jumento com dois cofos um de cada lado do bichim. Eu ajuntava debaixo do pé o enchia com os balde e ajudava o menino vai carregar, até o jumento (Entrevista realizada em janeiro de 2020, povoado Folha Grossa, Tocantinópolis-TO).

Em Tocantinópolis, além das quebraadeiras de coco, os ribeirinhos também foram impactados pela expansão da fronteira agrícola. E, no caso deles, os empreendimentos que mais impactaram foram as construções de usinas hidrelétricas.

4. 4 Para além do conflito por terra: a luta dos ribeirinhos pela água e por melhores condições de vida

Ao longo deste capítulo, viemos discutindo e revelando diversas conflitualidades e conflitos em torno da terra e do território, todavia, muitos desses conflitos perpassam, também, em torno da água e do seu uso, no Norte do Tocantins.

E por que pensar nessa questão? Fugindo um pouco da lógica que vínhamos discutindo ao longo deste capítulo? Primeiramente, porque o objetivo deste capítulo é mostrar a diversidade de conflitos. Em segundo, porque muitos desses conflitos têm uma relação com a expansão da fronteira agrícola, uma vez que estudos têm mostrado que o agronegócio é uma das atividades que mais utiliza água, havendo, também, um maior desperdício. Em terceiro, porque muitas das comunidades que foram impactadas e desterritorializadas devido à construção de usinas hidrelétricas moravam e se mantinham a partir da lida na terra de trabalho, como é o caso, por exemplo, dos moradores da vila Palmatuba (Babaçulândia-TO) que foram desterritorializados, porque a comunidade em que viviam ficou submersa após a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, feita no Rio Tocantins.

Os conflitos e as tensões em torno do uso da água ocorrem às margens dos Rios Tocantins e Araguaia (com destaque para as usinas hidrelétricas), nas fazendas (à medida que fazendeiros proíbem a pesca na propriedade privada) e devido à produção do agronegócio. Os conflitos por água perpassam também as questões sociais e do uso do território.

No município de Campos Lindos-TO, por exemplo, uma das queixas do camponês João Batista,⁵⁸ pertencente a uma comunidade que vive a várias gerações no território, foi justamente a escassez de água potável para o consumo. No entendimento dele, “isso ocorre devido ao uso dos agrotóxicos que os fazendeiros usam nas plantações de soja que passa aqui do lado da nossa casa. Antes nesse rio tinha muitos peixes, hoje em dia eu não vejo mais nenhum, até o cheiro da água é diferente” (Entrevista realizada em janeiro de 2020 em Campos Lindos-TO). Ao relatar sobre essa situação (Figura 58), seu João Batista deixou claro que essa não era uma realidade que ocorria somente na sua propriedade, mas que era um problema vivenciado por muitos(as) trabalhadores(as) rurais e camponeses(as) que moram no município.

Figura 58 – João Batista às margens do córrego Ribeirão Dantas, Campos Lindos-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, janeiro de 2020

O uso da água nas atividades ligadas ao agronegócio é uma das problemáticas estudadas por diversos pesquisadores (SCANTIMBURGO, 2016; SHIVA, 2003), mostrando um cenário de desigualdade social e políticas que beneficiam o capitalismo. Na percepção de Scantimburgo (2016, p. 29):

⁵⁸ Nome fictício em homenagem a João Batista dos Santos, Trabalhador Rural do município Riacho de Santana na Bahia, assassinado em 06/01/1998 por um pistoleiro.

As políticas agrícolas voltadas para o mercado de commodities vêm ao longo do tempo impondo ao campo brasileiro uma estratégia cada vez mais homogênea na produção, caracterizada pela utilização de alta tecnologia, uso de insumos agrícolas e agrotóxicos, ocupação e concentração de imensas áreas de terras aráveis, além do elevado consumo de recursos hídricos, não somente na irrigação, como também na produção de semielaborados.

Segundo Scantimburgo (2016), o setor agrícola, atualmente, é o maior usuário de recursos hídricos no Brasil, e a região do MATOPIBA, a qual inclui todos os 139 municípios tocantinenses, se destaca por ter um solo e recursos hídricos propícios para a produção e agricultura empresarial moderna, “devido à grande disponibilidade de água, clima propício com dias longos e elevada intensidade solar, além de possuir terras planas e extensas, abrangendo quatro bacias hidrográficas – Tocantins/Araguaia, São Francisco, Atlântico Nordeste Ocidental e Parnaíba” (SCANTIMBURGO, 2016, p. 29). Ainda segundo o referido pesquisador:

No Tocantins, estado de origem da ministra da agricultura do governo Dilma, Kátia Abreu, o potencial de agricultura irrigada ultrapassa os quatro milhões de hectares, aspecto que historicamente atraiu o interesse do capital agrícola. Os investimentos federais no setor de irrigação, bem como em infraestrutura hidrovial, ferroviária e rodoviária, obtiveram a disponibilização de grande volume de recursos federais nos últimos anos. Em janeiro de 2015, o Ministério da Integração Nacional liberou cerca de R\$ 116 milhões para a reconstrução do projeto de irrigação do rio formoso²³ que tem como foco principal recuperar as estruturas das barragens construídas no final da década de 1970.

O investimento público na questão hídrica voltada para o agronegócio é mais um elemento a se pensar no Norte do Tocantins, quando identificamos que os conflitos em torno do acesso à água não se dão somente às margens dos Rios Araguaia e Tocantins, mas em várias comunidades visitadas, incluindo a comunidade do Acampamento Gabriel Filho e camponeses do município de Campos Lindos-TO. Trata-se de populações rurais que não são ribeirinhas, mas enfrentam tensionalidades e tensões em torno do acesso à água.

Ao analisarmos qualitativamente os dados cedidos pela CPT, identificamos que muitos dos dados e tipificações de conflito pelo acesso a água apareceram em entrevistas com os(as) interlocutores(as), dentre as quais podemos citar:

- A proibição da pesca em propriedades privadas;
- A poluição da água em decorrência do uso de agrotóxicos;
- O desmatamento nas proximidades do leito do rio;
- A construção de barragens ao longo do Rio Tocantins;

- A falta de políticas públicas que beneficiem o pequeno agricultor familiar que vive em áreas de conflito.

Em uma análise temporal de 20 anos (Quadro 13), várias foram as tensões em torno da questão hídrica e muitas dessas situações se deram em decorrência da expansão capitalista no território. Em todos os registros, quem causou a ação foram o fazendeiro, o empresário e as hidrelétricas, isto é, capitalistas. Quem sofreu a ação foi os diferentes grupos sociais que compõem o campesinato regional, dentre os quais podemos citar: os povos originários, quilombolas, assentados, ribeirinhos, posseiro, dentre outros grupos sociais categorizados pela CPT.

O Quadro 13 traz diferentes elementos para analisarmos e fortalecermos a visão em torno da problemática da água e da terra. A questão da água, no Norte do Tocantins, tem uma relação direta com a luta e permanência na terra, uma vez que muitas das comunidades impactadas pela construção das Usinas Hidrelétricas foram desterritorializadas da fração territorial que viviam, como bem nos relatou uma moradora Maria Leide⁵⁹:

Criei meus filhos a partir da pesca, vivi vários anos lá na vila Palmatuba. Tenho tanta lembrança boa, sinto muitas saudades. Tínhamos o hábito de se reunir no fim da tarde na porta de casa, que dava de frente pro rio, e ali contávamos muitas histórias da nossa juventude. Sabe, o tempo era outro, eu não tinha telefone, rede social que essa juventude tem hoje, o povo nem escuta a gente, vivi tudo correndo contra o tempo. Lá na nossa terra, a gente plantava e criava animais, e como era nas margens do rio, era uma terra muito boa para alimentos. Quando viemos pra cá, por que a água da barragem ia ficar sobre nossas casas, me deu uma dor na alma, e até hoje eu não tenho mais aquela realidade que eu tinha, muitos dos meus vizinhos foram morar em outros lugares. Pessoas que eu conheço há vários anos, e que vi os filhos delas também crescer, mas que agora eu mal tenho contato. Sei de história, e é verdade porque eu conhecia a pessoa, que morreu de tristeza um dos nossos idosos que morava lá. A vida aqui na cidade é totalmente diferente. Fico muito triste, o povo com ganância acaba tudo (Entrevista realizada em setembro de 2019).

Ao serem desterritorializadas, muitas famílias perderam o vínculo com o rio, e muitas acabaram sendo realocadas em terras com pouco ou nenhum recurso hídrico, ou foram morar na cidade. No Quadro 13, é possível identificar que mais de 600 famílias foram atingidas pela construção de usinas hidrelétricas, nos municípios de Babaçulândia-TO, São Bento do Tocantins-TO e Darcinópolis-TO. Além disso, houve impedimento de acesso a água em açudes e rios. E os conflitos e tensões territoriais em torno da água ocorrem tanto em rios quanto em açudes.

⁵⁹ Nome fictício em homenagem a Maria Leide Amorin, Liderança assassinada em Manaus por Pistoleiros, em 12/03/1998.

Quadro 13 – Violência e conflitos por água, no Norte do Tocantins, com base nos dados da CPT (2000-2020)

Ano	Categoria Causou Ação	Categoria Sofreu Ação	Município Primário	Nome do conflito	Nº de famílias	Regiões Imediatas	Situação Conflito Água	Tipo Conflito Água
2.004	Fazendeiro	Sem Terra	Augustinópolis (TO)	Faz. do Rubão/Indiana II/Acamp. Solidário	68	Araguatins	Impedimento de acesso à água	Uso e preservação
2005	Empresário	Indígenas	Goiatins (TO)	T.I. Kraolândia/Barreira Sanitária	20	Colinas	-	-
2.006	Fazendeiro	Assentado	Darcinópolis (TO)	Assentamento São Paulo	106	Araguaína	Destruição e ou poluição	Uso e preservação
2.006	Fazendeiro	Assentado	Darcinópolis (TO)	Assentamento Destilaria	48	Araguaína	Destruição e ou poluição	Uso e preservação
2.006	Empresário	Assentado	São Bento do Tocantins (TO)	P. A. Formosa/Faz. Marju/UHE de Estreito	57	Araguatins	Diminuição do acesso à Água	Uso e preservação
2.007	Empresário	Assentado	São Bento do Tocantins (TO)	P. A. Formosa/Faz. Marju/UHE de Estreito	28	Araguatins	Diminuição do acesso à Água	Uso e preservação
2.007	Empresário	Pequeno proprietário	Nova Olinda (TO)	Córrego Rainha/Frigorífico Margem		Araguaína	Destruição e ou poluição	Uso e preservação
2.008	Empresário	Atingido por barragem	Darcinópolis (TO)	Comunidade Macambira/Valec/Ferrovia Norte Sul	8	Araguaína	Diminuição do acesso à Água	Barragens e Açudes
2.008	Empresário	Posseiro	Babaçulândia (TO)	Com. da Ilha de São José/UHE de Estreito	18	Araguaína	Diminuição do acesso à Água	Uso e preservação
2.008	Empresário	Atingido por barragem	São Bento do Tocantins (TO)	P. A. Formosa/Faz. Marju/UHE de Estreito	56	Araguatins	Diminuição do acesso à Água	Barragens e Açudes
2.008	Empresário	Atingido por barragem	Darcinópolis (TO)	Barra do Coco/Valec/Ferrovia Norte Sul	4	Araguaína	Diminuição do acesso à Água	Barragens e Açudes
2.008	Empresário	Atingido por barragem	Darcinópolis (TO)	Brejão/Valec-Ferrovia Norte Sul	10	Araguaína	Diminuição do acesso à Água	Barragens e Açudes
2.009	Empresário	Atingido por barragem	São Bento do Tocantins (TO)	P. A. Formosa/Faz. Marju/UHE de Estreito	56	Araguatins	Falta de projeto de reassentamento	Barragens e Açudes
2.009	Empresário	Atingido por barragem	Babaçulândia (TO)	UHE de Estreito	45	Araguaína	Desconstrução do histórico-cultural	Barragens e Açudes
2.010	Empresário	Atingido por barragem	São Bento do Tocantins (TO)	P. A. Formosa/Faz. Marju/UHE de Estreito	56	Araguatins	Reassentamento inadequado	Barragens e Açudes

2.010	Empresário	Atingido por barragem	Babaçulândia (TO)	Com. da Ilha de São José/UHE de Estreito	36	Araguaína	Reassentamento inadequado	Barragens e Açudes
2.011	Hidrelétrica	Pescador	Babaçulândia (TO)	UHE de Estreito	345	Araguaína	Destruição e ou poluição	Barragens e Açudes
2.012	Hidrelétrica	Atingido por barragem	Babaçulândia (TO)	UHE de Estreito	400	Araguaína	Não cumprimento de procedimentos legais	Barragens e Açudes
2.013	Hidrelétrica	Pescador	Tocantinópolis (TO)	Colônia de Pescadores Z-7/UHE Estreito	520	Tocantinópolis	Destruição e ou poluição	Barragens e Açudes
2.014	Hidrelétrica	Pescador	Babaçulândia (TO)	UHE de Estreito	400	Araguaína	Destruição e ou poluição	Barragens e Açudes
2.017	Fazendeiro	Pescador	Esperantina (TO)	Colônia de Pescadores Z-21	90	Araguatins	Impedimento de acesso à água	Apropriação Particular
2.019	Hidrelétrica	Ribeirinho	Babaçulândia (TO)	UHE Estreito/Reassentamento Santo Estevo	19	Araguaína	Reassentamento inadequado	Barragens e Açudes
2.019	Hidrelétrica	Ribeirinho	Babaçulândia (TO)	UHE Estreito/Reassentamento Mirindiba	19	Araguaína	Reassentamento inadequado	Barragens e Açudes
2.019	Hidrelétrica	Ribeirinho	Babaçulândia (TO)	UHE Estreito/Reassentamento Baixão	19	Araguaína	Reassentamento inadequado	Barragens e Açudes
2.019	Hidrelétrica	Ribeirinho	Babaçulândia (TO)	UHE Estreito/Reassentamento Bela Vista	19	Araguaína	Reassentamento inadequado	Barragens e Açudes

Fonte: Banco de dados da Comissão da Pastoral da Terra. Elaboração: REINALDO, Thayssllorranny (2023).

A partir dos dados da CPT, organizamos um mapa que mostra a espacialização dos conflitos e tensões territoriais por água, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI. A CPT faz uma categorização dos conflitos por água e os define como:

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos; contra a cobrança do uso da água no campo; e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados. Envolve ainda a luta dos povos e comunidades frente à mineração (Cadernos de Conflito no Campo, CPT, 2022, p. 13).

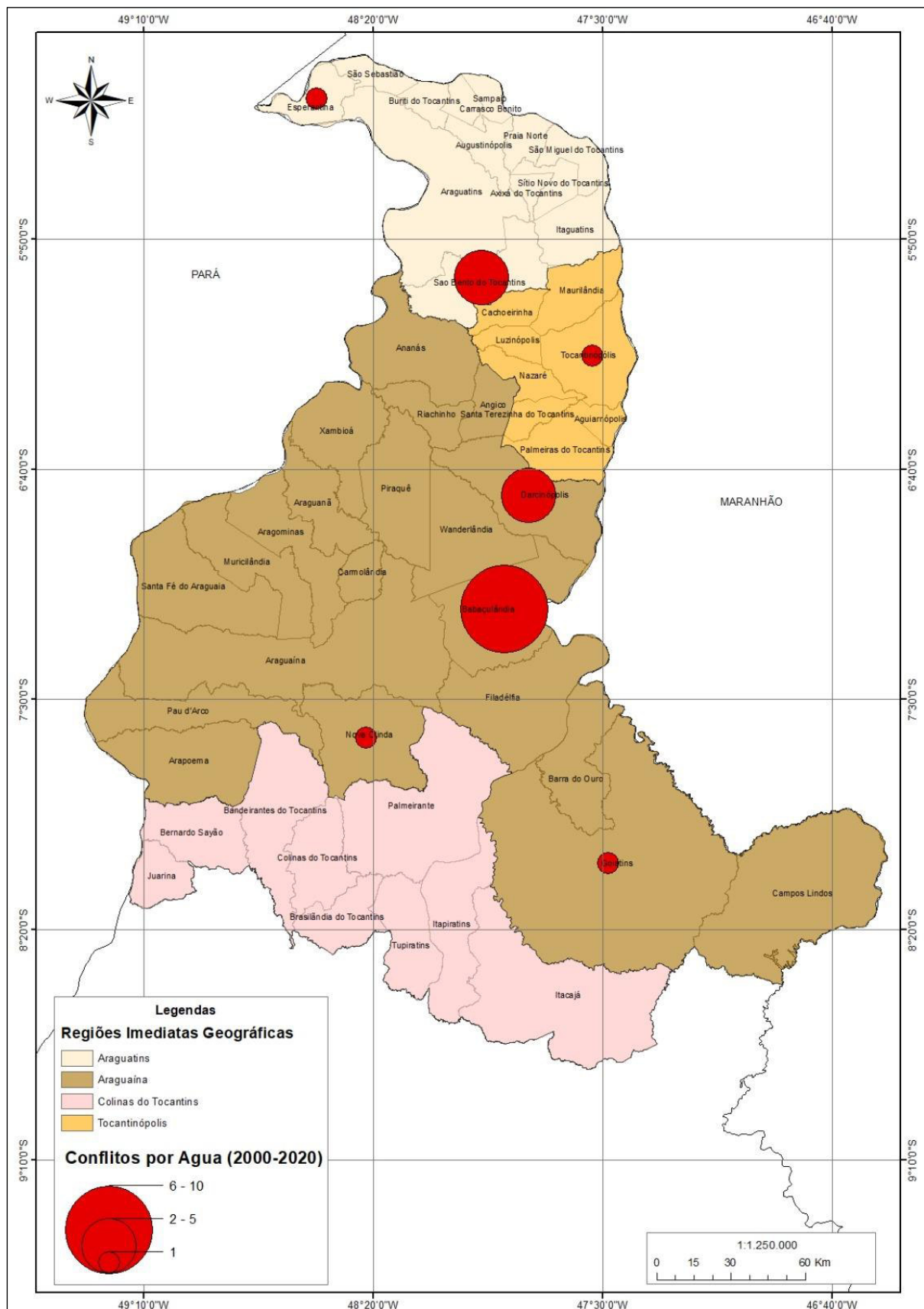
Á Água é essencial para existência de toda e qualquer forma de vida, portanto, é fundamental para a existência humana no planeta Terra. Quando evidenciamos as conflitualidades existentes pelo acesso a água, percebemos que elas vão muito além da construção de usinas hidrelétricas, pois trata-se de um problema social que tem se intensificado nas áreas de expansão da fronteira agrícola, uma vez que o agronegócio é umas das atividades que mais utiliza água.

No Mapa 16, a espacialização dos conflitos e conflitualidades em torno da água se dão em diversos pontos na área de estudo, e os conflitos ocasionados devido à construção de Usinas Hidrelétricas foram maiores em números de atingidos ao longo dos vinte primeiros anos do século XXI, quando comparado aos outros. As comunidades mais atingidas pela construção das barragens foram as dos municípios de Babaçulândia, São Bento do Tocantins e Darcinópolis, localizadas às margens dos rios Tocantins. Sobre esses três municípios, Silva e Siebem (2019, p. 235) afirmam que:

O município de Babaçulândia (TO) foi um dos mais atingidos, apesar de estar localizado a aproximadamente 100 km a montante da barragem. Com a formação do lago foi inundado o centro comercial, o bairro Palmatuba por completo, a Ilha de São José, várias propriedades rurais, além das praias localizadas na margem maranhense, principal atrativo turístico do município de Babaçulândia (TO) e fonte de renda para hotéis, pescadores, baraqueiros e barqueiros.

No Mapa 16, podemos observar que os municípios de Goiatins, Tocantinópolis e Esperantina também tiveram conflitos por água de 2000 a 2020. Darcinópolis-TO e São Bento do Tocantins-TO tiveram em torno de 2 a 5 conflitos notificados pela CPT, nas respectivas décadas. Cabe pontuar que se trata de territórios camponeses que lutam frente ao avanço do agronegócio, com destaque para a produção de soja, eucalipto e a pecuária extensiva.

Mapa 16 – Conflito por água no Norte do Tocantins de 2000 a 2020



Fonte: Dados fornecidos pela CPT. Elaboração: José Marcos Duarte Rodrigues e Thayssllorranny Batista Reinaldo, (2023).

Conforme vimos no Quadro 13 e no Mapa 16, os conflitos pela água no Norte do Tocantins ocorrem em diferentes localidades e por diferentes situações como, por exemplo, construções de Usinas Hidrelétricas, proibição de acesso à água por parte de fazendeiros e empresas e poluição hídrica (agrotóxicos, esgotos oriundos de frigoríficos etc.). Em relação à poluição das águas, cabe fazermos uma observação: já houve casos de poluição de rios na área de estudo por causa de produtos provenientes de empresas monopolistas. Essa informação apareceu tanto no relato dos(as) interlocutores(as) da pesquisa quanto em consultas a *sites* e jornais. Conforme nos relatou Joene⁶⁰, moradora do município de Araguaína-TO:

O cheiro aqui é insuportável principalmente no final da tarde e início da manhã. Por mais que falem que tratam os dejetos, sei que aqui é poluído porque já aconteceu de morrer vários peixes aqui no rio, e nunca ter sido resolvido ou descoberto o motivo. Mas olha eu tenho certeza que tem uma relação com a construção desses frigoríficos e indústrias ligadas ao processamento do leite, porque antes deles se instalarem aí não me lembro de termos visto esses problemas, e olha que eu moro aqui há muitos anos. (Entrevista realizada em dezembro de 2020 em Araguaína-TO).

Portanto, quando optamos por desvendar a diversidade de conflitualidades e conflitos, neste capítulo, as tensões em torno da água não podiam ficar de fora, pois são situações e relações entre a expansão da fronteira agrícola e as tensões territoriais no que se refere aos recursos hídricos. Outro exemplo que podemos apresentar é a proibição de pescadores pescarem no trecho do rio que passa dentro de propriedades particulares. Esses casos foram observados tanto em Araguaína-TO (Rio Araguaia), povoado Porto Lemos, no município de Santa Fé do Araguaia-TO (Rio Araguaia), quanto em Tocantinópolis-TO (Rio Tocantins), nas comunidades ribeirinhas. Dois ribeirinhos entrevistados e uma ribeirinha relataram essa situação: 1) Sra. Tatiane⁶¹; 2) Sr. Lourenço⁶²; 3) Sr. Getúlio⁶³. Ao nos relatar as diversas situações conflituosas vivenciadas por ela, a Sra. Tatiane nos disse:

⁶⁰ Nome fictício em homenagem a ambientalista Joene Nunes Lisboa, assassinada em São Félix do Xingu, Pará, no dia 06/01/2022.

⁶¹ Nome fictício em homenagem a Tatiane Alves Muniz, sem-terra assassinada no Acampamento Lago Verde, no município de Baião, no estado do Pará em 20/06/2006.

⁶² Nome fictício em homenagem ao indígena tocantinense Lourenço Rosemar Filho de Mello, assassinado em 16/09/2021, no município de Lagoa da Confusão-TO, no conflito denominado pela CPT de Parque Indígena do Araguaia.

⁶³ Nome fictício em homenagem a Getúlio Coutinho dos Santos, assassinado em 06/08/2022, no município de Palmeirante, estado do Tocantins, no conflito denominado pela CPT de Maria Bonita/Gleba Anajá.

Um dia pegaram todas as minhas ferramentas de trabalho, ele já tinha me avisado uma vez, mas eu precisava pescar e eu sei que a terra pode ser deles, mas a água é de todos, e que eles fazerem isso é errado. Mas no Brasil é assim né, a corda sempre arrebenta pro lado mais fraco (Entrevista realizada no povoado Porto Lemos em Santa Fé do Araguaia-TO em fevereiro de 2020)

O Sr. Lourenço nos revelou que:

Comigo mesmo nunca aconteceu, mas meu amigo foi ameaçado por um gerente de um fazendeiro, porque ele estava pescando no rio na parte que passa dentro da fazenda. Tomaram a rede e a tarrafa dele. Ele ficou bem assustado até chegou a pensar em ir embora, mas ele ganha a vida pescando, como ele ia alimentar a família dele? (Entrevista realizada em Araguaianã-TO em julho de 2022).

Na narrativa de Sr. Getúlio:

No tempo de praia aqui fica pior, porque o povo se reúne na beira do rio Araguaia, e a gente passa pescando, uns fica rindo, outros jogam piada, outros chegam a pedir para sairmos da margem do rio. É complicado essa questão, a gente sai todo dia cedo de casa, as vezes volta a noite, as vezes vira o dia e a noite no rio, procurando o melhor cardume, pescando para sobreviver e as pessoas sorrindo da gente. Tem fazendeiro também que quer impedir de pescarmos em algumas partes do rio. O rio nem é deles foi Deus quem criou (Entrevista realizada em Tocantinópolis em janeiro de 2020).

Teoricamente, essa situação pode ser identificada a partir dos conflitos socioterritoriais e das relações de poder. Nesse caso, ocorre a apropriação dos recursos naturais por parte de capitalistas. Outro elemento identificado foi a preocupação em torno da construção de usinas hidrelétricas ao longo do Rio Tocantins. A apreensão do pescador-ribeirinho Genivaldo⁶⁴ da Colônia Z-32 demonstra essa situação:

Eu sou pescador aqui no rio Araguaia. Ainda não sofremos diretamente com a questão de usinas hidrelétricas, mas eu sei que quando o assunto é dinheiro o governo não pensa no pobre e nem no meio ambiente. Tenho amigos pescadores que moram em Babaçulândia, e eles perderam tudo. Eles moravam em uma ilha e tudo ficou debaixo de água. Receberam uma indenização, mas isso não paga nada. Uma pessoa que viveu a vida todas as margens do rio, a vida dele é a lida com a água. E longe da água a vida perde a graça para nós. Além disso, a maioria de nós sabemos é pescar, criamos filhos com esse trabalho. Eu fico muito triste pela família do meu amigo. Fiquei sabendo que os mais idosos até tiveram depressão. Eu tenho medo de fazerem usinas ao longo do rio Araguaia e isso acontecer conosco também. (Entrevista realizada em julho de 2022)

A apreensão de Genivaldo é a mesma que de muitos ribeirinhos tocantinenses, que vivem com medo de perderem o direito de pescar, e de terem suas moradas inundadas

⁶⁴ Nome fictício em homenagem a Genivaldo Braz do Nascimento, liderança camponesa assassinada em 08/07/2016, no município de Araguaína (TO).

devido à construção de Usinas Hidrelétricas, e terem que se deslocar perdendo seu vínculo com rio, afinal, o rio, para o ribeirinho, é o lugar do ócio, da diversão, do lazer, do trabalho, o lugar onde a vida acontece (BRITO, 2018). O tempo do ribeirinho e sua vivência no rio não é o mesmo que o do capitalismo e o do próprio Estado que incentiva esses empreendimentos particulares, que se apropriam da natureza, como recurso e como se fossem donos.

Em se tratando do tempo, na vida do ribeirinho, o tempo de trabalho é o próprio rio, uma vez que dependendo da estação ou de como o rio está, eles não conseguem pescar. Por isso, muitas vezes precisam agilizar outras atividades, como a travessia de pessoas entre uma margem e outra para complementar a renda da família. Essa situação foi observada nas comunidades ribeirinhas visitadas de Araguaianã-TO, Tocantinópolis-TO, e no povoado Porto Lemos, em Babaçulândia-TO. A travessia das pessoas pode ser feita em pequenas embarcações (Figura 59), confeccionadas, muitas vezes, pelos próprios pescadores, ou por embarcações um pouco maiores que comportam um número maior de tripulantes (Figura 59).

Figura 59 – Pequenas embarcações responsáveis por levar as pessoas entre as margens do rio Araguaia, no município de Araguaianã-TO



Fonte: Autora, trabalho de campo realizado em julho de 2021.

Além das pequenas embarcações, outras um pouco maiores também fazem a travessia de pessoas entre as margens dos rios (Figura 60). No caso, estamos falando do

município de Tocantinópolis -TO, onde a comunidade foi diretamente impactada pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, no estado do Maranhão.

Figura 60 – Embarcação para travessia entre as margens do rio Tocantins em Tocantinópolis-TO



Fonte: Autora, trabalho de campo realizado janeiro de 2020.

Em Tocantinópolis-TO, identificamos diversas situações de tensionalidades territoriais, como a proibição de pesca em alguns trechos do rio por parte de fazendeiros, proibindo a pesca dentro da propriedade privada, e dos povos originários Apinajé, que pedem para os pescadores evitar pescar no trecho do rio Tocantins, que passa dentro do território indígena.

As conflitualidades entre ribeirinhos e indígenas é um reflexo da expansão capitalista no território e da expansão da fronteira agrícola, uma vez que a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito diminuiu, segundo os pescadores, o fluxo de peixes no rio Tocantins e espécies chegaram até mesmo a desaparecer, inclusive, no trecho do rio que passa próximo ou dentro do território indígena. Antes da construção das barragens, segundo os(as) interlocutores(as), não havia esse tipo de problema com os indígenas. Nas palavras do pescador José Santos⁶⁵:

Os indígenas Apinajés tomaram a canoa de um dos nossos pescadores, porque eles já pediram para não pescarmos lá perto. Eu até entendo. Os peixes diminuíram muito, antes eu não me lembro de termos esse problema com eles. E eles além da questão dos peixes, tem que lidar com o avanço do agronegócio, a soja e as plantações de eucalipto já chegou perto do território deles. É como se eles estivessem acuados de todos os lados. A alimentação deles vem

⁶⁵ Nome fictício em homenagem ao ribeirinho José Santos, assassinado no dia 14/11/2006, no município de Barcelos no Amazonas.

sobretudo da natureza, se polui ou se o peixe diminui fica muito difícil pra eles (Entrevista realizada em janeiro de 2020).

Com base nesse relato, identificamos que o elemento conflito e conflitualidade em torno da terra ocorre, uma vez que a expansão da fronteira agrícola é uma problemática que tem impactado diretamente os povos originários. E, no caso específico, dos indígenas citados por seu José Santos, eles estão sendo impactados pelo agronegócio, por meio da soja, eucalipto e pecuária. No que se refere as conflitualidades entre ribeirinhos e indígenas, em Tocantinópolis, Souza et al. (2020, p. 275), realizaram uma pesquisa com ribeirinhos da Colônia Z-7 e identificaram que:

Após a construção da referida usina, passaram a ocorrer, inclusive, conflitos entre comunidades ribeirinhos e indígenas impactadas pelas obras, com menor quantidade de peixe disponível, a atividade da pesca no rio se torna cada vez mais difícil de ser realizada e produz embates entre os povos do campo. Outra vez deparamos com estratégia de dividir as opiniões das comunidades entre si para que elas se desestabilizem e se tornem cada vez mais enfraquecidas. Essa artimanha remete aos tempos coloniais de fragmentação socioterritorial e nos mostra que está sempre presente nos projetos e na construção de grandes obras no Brasil e é capaz de se (re)articular para garantir eficácia do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Cabe pontuar que tanto o agronegócio quanto as empresas responsáveis por construir as usinas hidrelétricas utilizam o discurso do desenvolvimento e do progresso, para justificar a exploração e apropriação da natureza. Nesse caso, concordamos com Souza et al., (2020, p.):

Podemos afirmar sem nenhuma dúvida que a marca dos grandes projetos de desenvolvimento é a produção de conflitos. E os conflitos ocorrem porque o território é disputado por duas lógicas de produção distintas e que geram dinâmicas e paisagens também diferentes: a) a reprodução socioterritorial dos povos do campo, com suas relações sociais de produção baseadas no trabalho familiar, apoiadas pelo Estado, com a destruição da natureza como recurso; b) a expropriação desses mesmos povos do campo.

É preciso refletir geograficamente acerca do discurso desenvolvimentista utilizado por capitalistas e pelo Estado ao construírem Usinas Hidrelétricas. É esse o discurso que muitas vezes chega a ser reproduzido pela classe trabalhadora. As perguntas são: para quem é esse desenvolvimento? Quais impactos o dito “progresso e desenvolvimento” traz para as comunidades locais que já viviam a várias gerações no território?

Não podemos somente reproduzir um discurso. É preciso analisá-lo! Moraes (1991) nos ajuda a atender e a refletir sobre essa questão. Para ele, o discurso tem uma

estreita relação com a ideologia, e revela uma orientação política. Em uma leitura marxista, o autor mostra a ideologia como uma forma de autoritarismo, opressão às ciências e até mesmo aos avanços intelectuais. Relacionando essa leitura com a situação vivenciada por muitas comunidades ribeirinhas, compreendemos a relação de poder existente entre o discurso e a ação de empresas monopolistas e do próprio Estado, que apoia a construção de usinas hidrelétricas.

No que se refere às Usinas Hidrelétricas, uma das pesquisas realizadas foi a de Foschiera (2009), que estudou questões relacionadas à hidrelétricas e aos movimentos socioterritoriais de ribeirinhos no Brasil e, também, no Tocantins. Assim, como Souza (2020), Foschiera identifica que uma das estratégias utilizadas por capitalistas, ao proporem a construção de barragens, é dividir a opinião da população ribeirinha em torno do empreendimento. Além disso, o autor destaca que as:

Usinas hidrelétricas passaram a ser construídas no Brasil desde o final do século XIX; porém, o questionamento e ações de resistência frente à construção destes empreendimentos se deram, de forma mais incisiva, a partir da segunda metade da década de 70, do século XX. Organizações de resistência de atingidos se formaram frente à construção de um empreendimento hidrelétrico ou questionando projetos que previam a construção de várias usinas em uma determinada bacia hidrográfica. Desta maneira, surgiram movimentos sociais isolados ou de abrangência regional, que passaram a questionar a política energética brasileira (FOSCHIERA, 2010, p. 115).

Nessa conjuntura, Foschiera (2010) evidencia o papel da Igreja Católica progressista, influenciada pela Teologia da Libertação, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), da CPT e de suas pastorais. Trata-se da principal organizadora e formadora de lideranças de atingidos por barragens, num primeiro momento. Professores(as) universitários(as) que se identificavam com a luta popular colaboraram para a organização e para a formação da matriz discursiva das populações atingidas pela construção de barragens.

Em relação à construção de Usinas Hidrelétricas, Siebem (2012) destaca que a Usina Hidrelétrica de Estreito, no Maranhão, foi uma das que mais prejudicou os ribeirinhos tocantinenses, especialmente os que vivem no Norte do Tocantins. O autor traz um exemplo dos moradores da vila Palmatuba, em Babaçulândia-TO, que foram desterritorializados em função da construção da barragem. Além dessa comunidade, o geógrafo destaca que também foram atingidos vazanteiros, pescadores, barqueiros, barraqueiros, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, moradores em ilhas,

áreas rurais e urbanas. Segundo Siebem (2012), foram atingidas cerca de 1.148 famílias, na área urbana, e 5 mil, na área rural do município de Babaçulândia-TO.

As barragens causam impactos ambientais e modificam o modo de vida dos ribeirinhos. Assim, muitos acabam perdendo o vínculo com o rio: símbolo de sobrevivência, trabalho e momentos de ócio para muitos ribeirinhos. Um desses exemplos pode ser dado também pela comunidade da Ilha São José, em Babaçulândia-TO, que migrou para outros locais, pois a comunidade ficou submersa. Conforme Ruiz (2004, p. 136):

[...] O simbólico é a manifestação da potencialidade criadora do imaginário, mas também se restringe à significação social definida. O símbolo integra de modo coimplicante o individual e o coletivo. Implica as potencialidades abismais do sem-fundo humano com as formas culturais existentes. Confronta o ilimitado do imaginário com as determinações sociais vigentes. O símbolo é forma cultural definida e abertura indefinida de sentido.

Para Ruiz (2004), a questão simbólica tem uma estreita relação com o sentido que o ser humano dá a algo, ou às coisas em uma comunidade, numa escala pessoal ou coletiva. No caso da comunidade da Ilha São José, o simbólico se dava tanto pela oralidade (os mais velhos contando para os mais jovens as histórias, mitos do rio Tocantins) como pelas práticas cotidianas ligadas à água (pesca, lazer, e transporte até a ilha). Toda a vida girava em torno do rio e das atividades realizadas nele. No local, houve reivindicações e resistências em não sair do território, da terra de trabalho, o que não resultou em êxito. Os habitantes perderam seus territórios e lembram com saudade da época vivida na Ilha. O senhor Artemio⁶⁶ compartilha um pouco da sua experiência:

Eu acordava cedinho, o sol estava saindo, lá nós não tínhamos energia, então deitávamos cedo, ou ficávamos conversando na casa de um vizinho, em algum lugarzinho, contando nossas histórias para os meninos, ou para as pessoas que iam lá. Tudo era calmo, um silêncio, eu podia ouvir os cantos dos bichos. Via as crianças correndo de um lado para o outro, pulando, caindo e levantando. Tudo aquilo era bonito. Mas lá ficaram minhas lembranças, minha casa que a água levou, minha plantação ficou tudo. Aqui na rua tudo é diferente, não dá nem vontade de sair de casa, e eu vivo com medo da violência (Entrevista 01, realizada em 20 de setembro de 2018).

A comunidade da ilha São José tinha um vínculo muito forte com o lugar e tentou resistir diante da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito – MA (UHEE), entretanto não conseguiu. Teve de migrar para outro local, e a maioria dos moradores foi

⁶⁶ Nome fictício em homenagem a Artêmio Gusmão, “Alaor”, liderança quilombola, assassinado em 04/07/2014, no estado do Pará.

morar em cidades próximas, por exemplo, em Araguaína-TO, tendo de se adaptar a uma vida totalmente diferente da que tinha na ilha.

Nessa desterritorialização que é, segundo Fernandes (2008), um processo muitas vezes violento e quase involuntário de privação de território, há perda de controle e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas e uma redução do acesso aos lugares econômicos e simbólicos, aos recursos, à habitação e a outros lugares que constituem eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo. Nesse caso, os antigos moradores da ilha perderam totalmente sua referência com o lugar e com o seu principal símbolo, o rio Tocantins.

Haesbaert (2011) fala que a vida do ser humano é permeada por processos de desterritorialização e reterritorialização. O primeiro processo refere-se ao movimento de abandono, expulsão do território; e o segundo, ao movimento de construção desse novo território. De acordo com o autor, são movimentos simultâneos e indissociáveis. Para os moradores da Ilha São José, esse processo de reterritorialização é doloroso, o que leva a pensar em uma fronteira simbólica que se situa justamente nessa tentativa de (re)adaptação na cidade, ou nesse novo lugar para onde as famílias da Ilha migraram.

A perda do território, para o ribeirinho, é um momento de sofrimento, já que não somente sua vida vai ser modificada, mas as lembranças, o apego, as vivências, vão ser “imersas nas águas”. Foschiera (2009) adverte que esse é um processo doloroso para o ribeirinho. E que, mesmo que a empresa diga que indeniza os danos causados a esse grupo social, os impactos imateriais, na verdade, são bem maiores que a perda de bens materiais.

O discurso adotado pela empresa é um elemento presente como forma de desorganizar e/ou fragilizar o movimento de resistência. A experiência negativa de um grupo serve de base para a organização de outros grupos. Por exemplo, o caso dos moradores da Ilha São José foi citado no diálogo com o presidente da Colônia Z-19.

Nós sabemos o que houve com os moradores da Ilha São José. Eles perderam tudo, absolutamente tudo, porque a ilha hoje está debaixo da água. Imagina um povo que viveu há várias gerações ali, que a vida se dava no rio. Eu penso muito nos idosos, como eles vão se acostumar a viver na cidade? Sei que muitos ficaram triste. Ouvi falar que teve alguns que teve até depressão também. É impossível não ter para um ribeirinho a vida perto do rio. A nossa relação com o rio é vida, é sinônimo de tudo. A gente também precisa usar essas experiências para se organizar coletivamente, porque uma “andorinha só não faz verão”, mas se nós todos lutarmos por uma causa comum temos mais força, nesse sentido já estamos nos organizando coletivamente (Entrevista realizada em janeiro de 2020, em Tocantinópolis-TO)

Nesse caso, o conflito ocorre diretamente com o Estado. A esse respeito, Souza (2020) explicam que se trata de investidas do Estado em parceria com o capital, subsidiados por um discurso de desenvolvimento para regiões impactadas. Cabe explicar que, na área de estudo, o principal beneficiado não são os moradores locais, e sim capitalistas que se apropriam dos recursos naturais.

A resistência por meio da coletividade é uma das principais estratégias defensivas dos ribeirinhos e pescadores que dependem diretamente da água dos rios para sobreviver, pois sem ele, seus modos de vida são diretamente impactados. A organização por meio de associações é uma das alternativas, as quais são denominadas colônias de pescadores, e enumeradas obedecendo à ordem de surgimento de cada associação ao longo do tempo. Por exemplo, a colônia Z-7 foi a sétima criada no estado, e assim sucessivamente.

Segundo o site⁶⁷ oficial da Secretaria de Comunicação do governo do Tocantins (nota emitida) existem, atualmente no território tocantinense, 36 colônias de pescadores. O fortalecimento delas ocorre por meio do Projeto Piratins, promovido pela Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário (SEAGRO), através da Subsecretaria da Pesca e da Aquicultura e demais parceiros.

As colônias de pescadores são lideradas por um presidente, eleito democraticamente pelos profissionais. Homens e mulheres fazem parte das colônias de pescadores e as mulheres trabalham lado a lado desde a confecção de ferramentas de trabalho (redes, tarrafas, entre outras) ao subir e descer nas águas dos rios, à procura do pescado, realizado por meio da pesca artesanal. O apoio fornecido pelo Estado às colônias de pescadores é insuficiente, conforme relata o presidente da Colônia Z-7 de Tocantinópolis. Segundo relatou o Gonsalo⁶⁸: “Aqui a gente que se vira com tudo. A taxa paga pelo associado é pouca e quase não dá para cobrir os gastos. Do Estado e da prefeitura não ganhamos praticamente nada” (Entrevista realizada em Tocantinópolis, janeiro de 2002).

Em Tocantinópolis (Colônia Z-7 às margens do rio Tocantins) e em Santa Fé do Araguaia (Colônia Z-19 às margens do rio Araguaia), as associações funcionam enquanto organização política de resistência. Em ambas as associações, os presidentes

⁶⁷ Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/apoio-a-colonias-traz-melhorias-a-pescadores-do-estado/e4ltcr6e79e>. Acesso em: 29 mar. 2023.

⁶⁸ Nome fictício em homenagem Gonçalo Araújo, assentado assassinado em 17/01/2014, no estado do Mato Grosso.

tiveram oportunidade de explicar o papel e a função da colônia. A organização de forma coletiva viabiliza a mobilização da classe em busca de melhores condições de trabalho e de acesso a direitos básicos do cidadão (aposentadoria, salário maternidade, seguro-desemprego, seguro defeso, para citar alguns) que são assegurados via associação.

O rio para o ribeirinho é tudo, e a vida longe dele contribui para que muitos vivam em situação de vulnerabilidade social (FOSCHIERA, 2009). A riqueza do povo ribeirinho encontra-se, especialmente, em suas memórias, em seus modos de vida, na sua relação com o rio, no uso das plantas medicinais e nos saberes culturais repassados de geração a geração. O “tempo” vivido às margens dos rios não é o mesmo daquele vivenciado na cidade. A perda do território ribeirinho é um momento que gera muito sofrimento e incertezas, pois das águas não vem somente o sustento, vêm as lembranças, as vivências e os momentos de lazer e reflexão, sobre a própria vida (Figura 61).

Figura 61 – Ribeirinha em momento de descontração às margens do rio Tocantins, Tocantinópolis-TO

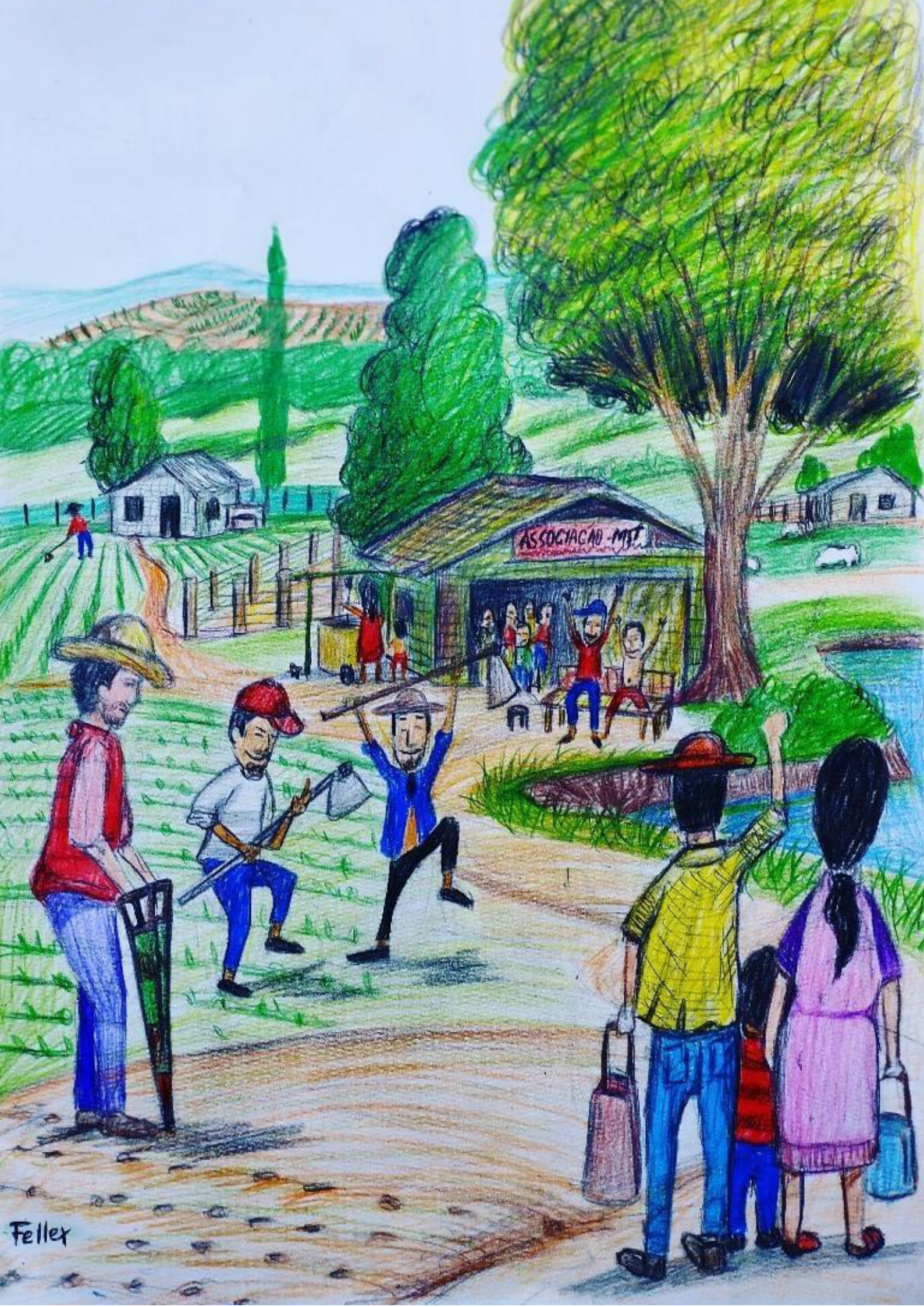


Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, janeiro de 2020.

O medo de ter que sair das margens dos rios é muito comum na vida do(a) ribeirinho(a). E, para lutar para que isso não ocorra, uma das formas de resistência é organizar coletivamente a comunidade por meio das associações ou colônias de pescadores, buscar diálogos com outras comunidades ribeirinhas para aprender com suas

experiências. A mobilização política dessas comunidades tem sido uma expressão da resistência.

E falando, em resistência, percebemos que apesar de todo, da expansão do agronegócio, os povos do campo, da floresta e da água continuam existindo enquanto classe social. Um campesinato que se levanta e por meio da organização política e coletiva resiste frente a expansão capitalista na Fronteira Agrícola, no Norte do Tocantins.



ASSOCIACAO - MST

5 A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA TERRITORIAL PELA DIVERSIDADE DE SUJEITOS E CONFLITOS

“Enquanto houver a fome e a miséria atingindo a classe trabalhadora, tem que haver luta dos camponeses, dos operários, das mulheres, dos estudantes e de todos aqueles que são oprimidos e explorados” - Elizabeth Teixeira

A territorialização do capital, a partir da expansão da fronteira agrícola na contemporaneidade, engendra conflitos e resistências no Norte do Tocantins. Trata-se de um território composto por múltiplas realidades, culturas e natureza, despertando, assim, interesses nacionais e globais, seja na implantação de multinacionais, na produção de monoculturas ou ainda por meio do estabelecimento de grandes empreendimentos, como, por exemplo, as usinas hidrelétricas que impactam ribeirinhos tocantinenses.

Para identificar as estratégias de resistências, utilizamos o método de categorização (BARDIN; 1979). Com isso, ouvimos mais de 400 horas de gravação, oralidades fruto de entrevistas realizadas com camponeses-posseiros, ribeirinhos, assentados, pescadores, quebradeiras de coco babaçu, lideranças de sindicatos e associações de trabalhadores e trabalhadores rurais, CPT, FETAET e APA-TO. A partir delas, identificamos que resistência não se restringe a organização política por meio dos movimentos sociais. Ela é, na maioria as vezes, pontual e cotidiana.

Cabe fazermos uma ponderação: a resistência tem uma relação com os conflitos. Muitas delas passam a ser mais organizadas, como forma de enfrentamento à expansão capitalista no território. É justamente sobre as resistências camponesas que discutiremos neste capítulo.

5. 1 Resistência camponesa no Norte do Tocantins

Em se tratando de resistência, estudiosos têm se debruçado em temáticas que abordam, de alguma maneira, o tema. Para alguns, a resistência tem uma relação direta com o poder, e não precisa necessariamente ser organizada por meio de movimentos sociais, podendo ser também cotidiana (FABRINI, 2007, 2006; SCOTT, 2002, 2004). Tem quem defende uma geografia das resistências (PILE, KEITH,1997), ou quem entende a resistência como uma forma de “luta política” (FOUCAULT, 1995). Esses

olhares são importantes e nos ajudam a refletir sobre as resistências camponesas no Norte do Tocantins.

Resistências essas que emergiram ou se fortaleceram à medida que os(as) camponeses(as) sofriam retaliações e opressões da classe burguesa e do Estado Neoliberal. Partimos da leitura que coaduna com os estudos de Fabrini (2006, 2007) e Scott (2002), que defendem uma resistência para além dos movimentos sociais. Outrossim, Fabrini (2006, 2007) não nega a importância desses movimentos, mas evidencia uma série de relações comunitárias que contribuem diretamente para a formação política da comunidade:

Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. São necessárias revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a sociedade capitalista. A partir desta compreensão, as relações comunitárias podem contribuir para a construção da consciência política e desenvolvimento de ações coletivas (FABRINI, 2006, p. 87).

As ações coletivas evidenciam a importância do território nas relações sociais e de produção porque é no território que muitas relações camponesas são assentadas, portanto

É possível verificar entre os camponeses um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana (FABRINI, 2007, p. 9).

Diniz (2008, p. 35) afirma que é “na capacidade de luta e resistência que os camponeses têm conquistado as suas frações de território, se constituindo como possibilidade de construção da autonomia camponesa, pois na resistência os camponeses se constroem enquanto sujeito políticos”. Desse modo, quando o campesinato regional do Norte do Tocantins luta frente a expansão capitalista, via fronteira agrícola, busca não só uma qualidade de vida melhor, mas, também, sua autonomia. A exemplo desse processo, temos os camponeses-posseiros do Acampamento Gabriel Filho, que lutam pelo retorno à terra de trabalho. Afinal, a terra é a dimensão essencial da reprodução e manutenção da família. E, diferentemente do capitalismo, que vê a terra como passível de exploração, para os camponeses, a terra é a dimensão básica da vida.

Nesse caso, relembremos que apesar de o campesinato ser fruto da contradição do capitalismo, que cria relações não capitalistas para se reproduzir, a maneira como cada classe social se relaciona com a terra é totalmente diferente.

Na lógica capitalista, a terra constitui-se como objeto de negócio, onde a obtenção de lucro se dá através da exploração do trabalho alheio, logo, através da extração da mais-valia, sendo, também, mantida como reserva de valor, segundo uma ordem estabelecida, uma ordem centrada no econômico e na terra, como negócio, que entra em confronto direto com a ordem camponesa, em que a terra é o eixo da reprodução da vida (DINIZ, 2006, p. 41).

Logo, o conflito entre proprietários de terra e camponeses acontece pelo fato de a sociedade capitalista negar aos camponeses o acesso aos meios de produção. Dessa forma, a luta de classes situa-se no plano da estrutura da sociedade (DINIZ; 2009, 2006). Os conflitos por terra são frutos da desigualdade social, resultado do processo de formação da estrutura agrária do Brasil.

Partimos da premissa que a necessidade é um elemento que também gere ou intensifique essas relações sociais. Nesse sentido, concordamos com Arednt (2004) ao falar da resistência como uma forma de poder, porque é através dela que muitas comunidades se territorializam na terra de trabalho, na área de estudo, e resistem frente a expansão capitalista no território. Em outras palavras, considerando que o poder emana do povo, acreditamos que a mobilização coletiva, seja ela organizada ou não, por meio dos movimentos sociais, contribui para a luta seja pelo retorno, seja pela permanência terra e no território.

Os conflitos e a luta por terra no Brasil são históricos, e muitos sujeitos já morreram nessa disputa desigual (OLIVEIRA, 2016a; MARTINS, 1990; SADER, 1986; LOPES, 2009; CHAVES, 2015). A segunda metade do século XX foi marcada, de um lado, pela opressão (capitalistas latifundiários), do outro, por resistência e surgimento dos movimentos sociais através do campesinato.

Martins (1990) explica que as expressões camponês e latifundiário passaram a ter outra importância à medida que os(as) camponeses(as) começaram a reagir e a se organizarem coletivamente. Ou seja, quando eles(as) passam a se manifestar politicamente contra as oligarquias dos proprietários de terras, organizando-se a partir das Ligas Camponesas e dos sindicatos para denunciar as expropriações dos trabalhadores dos seus meios de produção (a terra). A partir de então, a palavra campesinato passou a ter um sentido político, e a palavra camponês passou a ocupar um lugar social, não somente no espaço geográfico ou no campo, mas na estrutura da sociedade:

[...] demonstrando a capacidade dos trabalhadores de se contrapor ao modo de produção vigente desde o Quilombo dos Palmares, Canudos, até os dias atuais com o MST. O conceito de campesinato passou então a designar uma diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra, em oposição ao latifúndio, apresentando-se em diversas denominações como: parceiros, foreiros, sitiantes, ocupantes, pequenos produtores, entre outras (MARTINS, 1990, p. 22-23).

A luta camponesa ganhou uma nova dimensão, saiu de uma escala local para nacional. As discussões em torno da luta pela terra passaram a compor pautas de debates nacionais e até mesmo internacionais (FABRINI, 2006, 2007). A mobilização em torno de movimentos sociais foi um forte exemplo desse processo, assim como a formação das Ligas Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Esse último é dos mais organizados no Brasil, ao ver de Fernandes (2012). Trata-se de um movimento socioterritorial que luta pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira. Dessa forma:

O MST tem sido muito atuante na busca de seus objetivos de luta pela terra. Sua história está associada à luta pela Reforma Agrária e ao desenvolvimento do Brasil. Nasceu da ocupação da terra e se reproduz por meio da espacialização e da territorialização da luta pela terra. As conquistas de frações do território do latifúndio e a sua transformação em assentamento acontece pela multiplicação de espaços de resistências e de *territórios camponeses*. (FERNANDES, 2012, p. 496).

A expansão da fronteira agrícola, no século XXI, no Norte do Tocantins tem o agronegócio através da produção de monocultivos de soja, eucalipto e pecuária como uma de suas principais características. E, como bem nos lembram Oliveira (2016), Almeida (2011) e Porto-Gonçalves (2018), o agronegócio ao expropriar, explorar o(a) trabalhador(a) e expulsar camponeses(as) da terra se revela como gerador e intensificador de conflitos no território tocantinense.

Portanto, não se pode pensar a questão agrária brasileira sem inserir nela o “camponês” (OLIVEIRA, 2007, p. 11), um dos protagonistas ativos da resistência no Brasil e no Tocantins. A formação das Ligas Camponesas é uma expressão dessa força coletiva que se levanta frente a expansão capitalista e todos os problemas gerados a partir dele (desigualdade social, fome, desemprego, desapropriações e expulsão de muitas famílias da terra, destruição ambiental, dentre outros).

Um dos primeiros movimentos sociais, politicamente organizado no território brasileiro, foi as Ligas Camponesas, criado em 1945, na região Nordeste. Oliveira (2007)

ênfatiza que esse movimento lutava pela terra e contra a exploração do trabalho, mobilizando a comunidade a se inteirar das mudanças estruturais do país, e do debate em torno da Reforma Agrária, na década de 1960, haja vista que, na época, o Brasil atravessava um momento político delicado, e se manifestar contrário aos interesses da burguesia representava um perigo de vida. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) afirmar que:

Foi, portanto, com as Ligas Camponesas, nas décadas de 40 a 60, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio. (OLIVEIRA, 2007, p. 106).

Tratava-se de um momento importante na história dos povos do campo no Brasil, pois o protagonismo desse movimento inspirou e encorajou outras pessoas, mostrando um caminho, uma possibilidade em seguir lutando e reenviando melhores condições de vida para a classe camponesa. Cavalcante (2021) e Britto (2020) afirmam que apesar das Ligas Camponesas terem surgido na região Nordeste do Brasil, representavam uma luta nacional, em um momento de tensão e injustiças, a que estavam submetidos os povos do campo e as desigualdades sociais que o país atravessava.

A experiência das Ligas Camponesas se constituiu como uma das mais importantes formas associativas de trabalhadores rurais existente no Brasil, sobretudo entre o início da década de 50 até meados de 1964. Sua atuação teve grande reflexo no processo de constituição da sindicalização no meio rural, assim como deixou enorme influência nos movimentos sociais do campo que perduram até os dias atuais (CAVALCANTE, 2021, p. 12).

De acordo com Britto (2020), as Ligas Camponesas se expandiram para outras regiões brasileiras, inclusive para o antigo Norte Goiano, hoje estado do Tocantins. À medida que elas avançaram no interior do Brasil, o movimento ganhou notoriedade em nível nacional, passando a ser vistas pela burguesia como uma “ameaça comunista”, em um momento em que a Reforma Agrária compunha uma das principais pautas discutidas em diferentes setores da sociedade, na década de 1960.

Ainda segundo Britto (2020), as Ligas Camponesas, em 1962, tinham uma sede em Dianópolis, no Sul do Tocantins. Eles tinham como um dos objetivos a Reforma Agrária e a melhoria da qualidade de vida da população.

O principal líder da Ligas Camponesas na região de Dianópolis, Clodomir Santos de Moraes nasceu em Santa Maria da Vitória – BA, advogado, formou em direito na Universidade Federal de Pernambuco em Recife, Doutor em

Sociologia pela Universidade de Rostock na Alemanha. Eleito Deputado Federal, teve seus direitos políticos cassados em 1964, e ficou por 15 anos no exílio. No exílio, atuou como consultor da FAO da OIT / ONU em programas de capacitação e organização dos camponeses no Chile, Honduras, Costa Rica, México, Nicarágua, entre outros (BRITTO, 2020, p. 89).

Britto (2020) explica que participaram do movimento camponeses pobres e explorados pelos grandes proprietários de terras e políticos da região. Ademais, esclarece que o município de Dianópolis foi escolhido para ser sede do movimento, devido sua localização geográfica (repleto de formações rochosas, serras, cânions, cachoeiras, cavernas, grutas e vegetação de cerrado) isolada por vias terrestres. Ocorre que:

Além do seu isolamento geográfico por terra ao mesmo tempo havia linha aérea de cargas e passageiros com 3 vôos semanais para a capital Goiânia, a região também era conhecida pela presença de mineradores de ouro que eram reconhecidos como homens destemidos e assim aptos para a luta revolucionária (BRITTO, 2020, p. 88).

As atividades das Ligas Camponesas de Dianópolis cessaram em 1962, dois anos antes do Golpe Militar que resultou na implantação da Ditadura Militar no Brasil, em uma ação dirigida pelas Forças Armadas e pela Polícia Federal apoiada por juízes e políticos conservadores locais, conforme evidenciou Britto (2020). As Ligas foram desorganizadas em todo território nacional, paulatinamente, com a emergência da Ditadura.

Inevitáveis e históricas, as Ligas Camponesas sacudiram o campo nordestino nos anos cinquenta e sessenta. A violência do golpe militar de 64 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito dos latifúndios armados do Nordeste brasileiro. Caçaram e cassaram as lideranças dos camponeses em lutas. Muitos “fugiram”, fingindo, sumiram, foram assassinados (OLIVEIRA, 1993, p. 17).

Mesmo com toda perseguição e desarticulação das Ligas Camponesas, seu legado e experiência contribuíram para que os povos do campo encontrassem novas maneiras de continuarem resistindo coletivamente, no antigo Norte Goiano (hoje Tocantins). Naquele momento, a opressão era grande, pois o país estava sobre o comando de militares (Ditadura Militar) e os processos migratórios para a região estavam a todo vapor, pois havia todo um discurso em torno da ocupação econômica da Amazônia Legal.

A fronteira agrícola era expandida reordenando o território e expropriando o campesinato regional, e em todo o território tocantinense, eclodiam conflitos na luta pela terra e território. Foi também devido às situações de violência no campo que as Ligas Camponesas surgiram no então Norte Goiano (BRITTO, 2020).

Os dados referentes às Ligas Camponesas e sua ação no Sul do Tocantins contribuem para entender também a dinâmica da expansão agrícola e dos conflitos, no Norte desse estado. Afinal, essas experiências coletivas contribuíram para a organização de outros movimentos e instituições de apoio aos camponeses, ao ver de Mechi (2015), a Consaúde⁶⁹ é um desses exemplos.

Reinaldo (2016) explica que, no contexto de criação da Consaúde, ocorriam muitos conflitos agrários na região, em razão também da expansão da fronteira agrícola e a leva de pessoas que chegava à região: migrantes oriundos, na maioria das vezes, do Sul do Brasil que, com apoio do Estado, se apropriavam das terras e expulsavam famílias que moravam há várias gerações na localidade. Com a modernização agrícola, crescia também o processo de cercamento das propriedades, os antigos títulos paroquiais passaram a ser reconhecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), órgão governamental responsável em fazer esse processo de titulação da terra.

Com o aumento dos conflitos no campo, Reinaldo (2016) e Mechi (2015) explicam que houve uma mobilização de médicos e líderes das comunidades para apoiar as pessoas que eram expulsas do campo. A Consaúde surge e contribui com essa resistência, em Porto Nacional-TO, e de uma maneira mais indireta, em outros locais do Norte Goiano (atual Tocantins), no que se refere a trocas de experiências e contribuição para a formação da CPT. O autor apresenta que,

Apesar de silenciadas pelos mecanismos repressivos, as oposições continuaram atuando durante todo o período, de forma clandestina ou, quando atuavam de forma legal, buscavam não chamar demasiada atenção da ditadura. A Consaúde foi um dos canais de expressão das oposições na região norte de Goiás (atual Tocantins). A entidade, desde sua origem, se preocupou não apenas em atender as demandas populares por saúde, mas contribuiu sobremaneira para a organização política dos movimentos populares na região, sobretudo dando apoio aos camponeses na luta pela terra. Foi na sede da Consaúde, em Porto Nacional, que foi fundada “Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins” no final dos anos setenta (atualmente a entidade funciona no município de Araguaína); a entidade deu apoio aos posseiros da região norte de Goiás (hoje Tocantins), ajudando-os na sua organização (MECHI, 2015, p. 8).

Fabrini (2007) já mostrava a ação coletiva enquanto uma das formas de resistência, e essa troca de experiência entre a comunidade de Araguaína-TO e Porto

⁶⁹ A Consaúde é uma organização não governamental, fundada em 1969, por um grupo de profissionais da área da saúde que chegou ao município de Porto Nacional, em 1968, para trabalhar na “Unidade Mista de Saúde de Porto Nacional”. Um de seus fundadores, Eduardo Manzano, foi um dos quatro alunos processados pela Universidade de São Paulo, em 1974 (MECHI, 2015, p. 7).

Nacional-TO, uma situada ao Norte e outra ao Sul do estado, evidencia essa coletividade. Ademais, retrata algo que Martins (2009) já mostrava, isto é, os conflitos com a expansão da fronteira é um dos elementos que contribui para a organização e resistência da comunidade, os quais ficam, na maioria, das vezes nos locais de conflitos por falta também de alternativa. A CPT foi a instituição que acompanha, desde a década de 1970, os conflitos agrários, no estado do Tocantins.

A criação da CPT, no Brasil, ocorreu em um momento de fortes mobilizações em torno da luta pela terra e em que os povos do campo sofriam retaliações, ameaças e assassinatos, em meio à Ditadura Militar (1964-1985). Trata-se de um órgão criado em 22 de junho de 1975 vinculado à igreja católica e que desempenha um papel importante na luta pela terra no Norte do Tocantins e em todo o território brasileiro. Sobre sua criação, uma nota emitida⁷⁰ pelo site oficial da CPT, publicada em 05 de fevereiro de 2010, explica que:

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. (CPT, 2010)

Pereira (2005) e Barros (2020) destacam que quando a CPT nacional foi criada foi necessário estabelecer unidades regionais em todo território nacional, e uma dessas foi implantada no antigo Norte Goiano (atual Tocantins), em 1979, no município de Porto Nacional-TO, com apoio da Consaúde. Esse foi um momento que representou um passo importante de apoio e acompanhamento das comunidades que viviam em situação de vulnerabilidade social e conflito.

De acordo com Pereira (2005), a CPT sede de Araguaína foi fundada somente em 1999, até então havia agentes das pastorais que acompanhavam as comunidades. A implantação ocorreu porque:

⁷⁰ Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>. Acesso em: 04 abr. 2023.

Na região sul do estado, havia vários assentamentos consolidados e associações que estavam caminhando de forma independente. Os sindicatos, também organizados, davam suporte aos movimentos por reforma agrária. Como a CPT estava presente no sul do estado desde 1979, havia a necessidade de continuar a atuação Pastoral em outras áreas do estado, que ainda estavam sem organizações e onde os trabalhadores estavam envolvidos em conflitos agrários (PEREIRA, 2005, p. 84).

No Norte do Tocantins, a luta pela terra traz à tona as disparidades existentes entre as classes sociais, e reforça a necessidade de uma organização política das/nas comunidades. Falando em resistência e em luta por terra e território, um dos protagonistas que não pode deixar de ser citado é padre Josimo, assassinado em 10 de maio de 1986, em Imperatriz-MA. Ele foi um dos líderes da CPT Araguaia-Tocantins e fez um trabalho de apoio aos camponeses. Uma reportagem do Jornal Brasil de Fato⁷¹ descreveu que:

No dia 10 de maio de 1986, naquele ano véspera de Dia das Mães, a luta pela terra fez mais um mártir no Brasil. Com 33 anos, o padre Josimo Moraes Tavares, então coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Araguaia-Tocantins – conhecida como “CPT do Bico”, foi assassinado por fazendeiros contrários ao seu trabalho junto a famílias na região. Chamado pelos agricultores de “padre negro de sandálias surradas”, ele se tornou um dos maiores mártires da luta pela terra no Brasil.

O padre que expressou sua religiosidade em defesa do povo excluído da região e enfrentou poderosos vivia sob constantes ameaças. Era perto do meio-dia de um sábado, quando Josimo subia as escadas da CPT, em Imperatriz (MA), e foi alvejado por dois tiros. O disparo saiu da arma de um pistoleiro chamado Geraldo Rodrigues da Costa, a mando de fazendeiros e empresários do campo. Geraldo foi preso cerca de um mês após a execução, os mandantes foram presos no decorrer dos anos.

Josimo incomodou latifundiários e pagou com a vida pelo trabalho realizado junto aos povos do campo. Sua jornada nunca foi esquecida, inclusive, existe uma romaria (geralmente ocorre no mês de maio) em sua homenagem que reuni centenas de fies, nos municípios de Buriti-TO e São Sebastião-TO, no extremo Norte do estado. Além dos romeiros, indígenas, quilombolas, professores(as), estudantes, representantes dos movimentos sociais participam do evento e sempre levantam temas importantes relacionados à luta por terra e água no território. Existe uma mobilização antes da romaria, em que informações são compartilhadas (Figura 62).

⁷¹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/10/ha-34-anos-padre-josimo-era-assassinado-por-sua-luta-em-defesa-da-terra>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Figura 62 – Cartaz informativo sobre a romaria de Padre Josimo



Fonte: Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/5181-semana-da-terra-e-das-aguas-padre-josimo-adota-formato-virtual-em-2020>. Acesso em maio de 2023.

O evento é organizado em parceria com os movimentos sociais e com instituições ligadas à luta pelo território, terra e água, como sindicatos regionais, FETAET, APA-TO e a CPT. Um dos objetivos da Romaria é celebrar a memória de padre Josimo, fortalecer e continuar a luta pela garantia dos direitos dos povos da terra e da água.

Esse evento passou a ser organizado devido às situações de violência vivenciadas pelos povos do campo e do assassinato de padre Josimo, na década de 1980, um ano após a redemocratização do país, após 24 anos de Ditadura Militar, um período em que as questões sociais foram negligenciadas, e que a luta pela terra e território resultou na morte de muitos brasileiros.

A Ditadura Militar (1964-1985) representou uma regressão total em torno das lutas sociais que emergiram a partir das Ligas Camponesas. O período Ditatorial surgiu com objetivo de barrar o debate em torno da Reforma Agrária que vinha ocorrendo no Brasil (PINTO, 1995). Nesse contexto, o governo criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas

(GEBAM), os quais tinham o objetivo de regularizar a questão fundiária, no Pará, e no Norte do Tocantins.

Um dos focos de resistência, no período da Ditadura Militar, emergira no Tocantins: a Guerrilha do Araguaia, no município de Xambioá-TO.

O movimento guerrilheiro do Araguaia ou “Guerrilha do Araguaia” foi um conjunto de várias ações deliberadas de um grupo formado, em sua maioria, por jovens estudantes 26 universitários, operários, profissionais liberais e políticos orgânicos¹¹ de cunho ideológico, cujo objetivo era instaurar um novo sistema sociopolítico no país, ou seja, o socialismo. Para entendermos esse movimento, faz-se necessária uma análise conjuntural da época em nível mundial (BARBOSA, 2016, p. 25-26).

Barbosa (2016) e Campos Filho (1995) trazem informações relevantes desse período sobre a Guerrilha do Araguaia. Campos Filho (1995) propõe uma reflexão entorno da importância do movimento enquanto organização política e resistência dos movimentos sociais. Barbosa (2016) elucidada, além do contexto histórico-social do movimento, os impactos na vida de quem viveu esse período. Ainda hoje, pessoas que viveram de alguma maneira a violência do período da Ditadura sentem dificuldades em falar sobre o assunto, pois são lembranças dolorosas, como nos relatou seu Luiz⁷²:

Lembro que passava caminhões aqui nessas ruas da nossa cidade cheia de soldado e voltava, eles paravam ali na bodega do seu João compravam alguma coisa e falavam, orem por nós não sabemos se voltamos vivos. Só que os caminhões realmente voltados cheio de corpo, mas nem sempre era de soldado não, era de gente que morria no confronto com eles, mais é melhor não falarmos mais disso (Entrevista realizada em março de 2020, em Carmolândia-TO).

O relato do seu Luiz fornece elementos para entender o que foi esse processo no norte do Tocantins, uma vez que moradores locais se viram inseridos em um conflito armado sem saberem ao certo o que ocorria.

A Guerrilha do Araguaia, no início da década de 1970, é considerada como um marco importante visto que, a partir de então, este território passa a ser de conhecimento de centenas de milhares de pessoas em todo o mundo, em função desse conflito. Em fatos práticos, envolveu o exército brasileiro e militantes políticos ligados a partidos da esquerda brasileira. É a partir deste conflito armado, que os sujeitos de “economia tradicional de subsistência”, em especial indígenas e posseiros, habitantes locais há gerações nas margens do rio Araguaia, foram forçadamente envolvidos no conflito, pois, conheciam bem todo o território, este fato, foi crucial para tal situação. Durante o conflito, dezenas de posseiros foram obrigados a guiar e colaborar com os militares em

⁷² Nome fictício em homenagem ao indígena Luís dos Santos Santana, assassinado em 26/04/2014, em Ilhéus na Bahia.

busca dos ditos “terroristas” embrenhados na floresta (SANTOS, 2019, p. 112).

Santos (2019a) enfatiza que até a passagem da ditadura militar para a democracia (1985), o extremo Norte do Tocantins foi marcado pela violência crescente no campo, com expropriações, conflitos e assassinatos. E, a partir dos relatos feitos com seus entrevistados, identificou que o trabalho da CPT vinha sendo realizado desde a década de 1970 dentro das comunidades. O autor deixa claro que houve, inclusive, situações de violência dentro de igrejas, com ataques feitos por fazendeiros, haja vista que nas igrejas eram discutidos assuntos ligados à luta pela terra, e havia reflexões acerca de como a população poderia se organizar politicamente para resistir e se defender.

Maria Senhora, líder sindical do extremo norte do estado de Tocantins relatou um ato de violência ocorrido no interior de uma Igreja Católica recém-construída, na cidade de Augustinópolis. Os fazendeiros locais foram os responsáveis pela invasão da igreja, exerceram violência psicológica por horas contra os trabalhadores e missionários católicos, realizaram disparos de armas de fogo, no intuito de intimidá-los nas suas ações (SANTOS, 2019, p. 115).

Na tese de Luciano Laurindo dos Santos (2019a), fica clara a contribuição da igreja católica para a construção da resistência dos sujeitos do campo, a partir da década de 1970. Até esse momento, as resistências eram individuais e, segundo o geógrafo, ainda não havia uma resistência coletiva. Afinal, era a igreja que, além de ouvir os relatos de violência contra os trabalhadores rurais em condição de posseiro, por meio de lideranças comunitárias e religiosas, ajudava a comunidade a se organizar politicamente. Esse fato resultou, inclusive, na morte de padre Josimo, que vinha desenvolvendo um trabalho junto às comunidades rurais. Isso não agradava nem um pouco os fazendeiros e grileiros que se avolumavam no território.

Essas disputas territoriais resultam no final da década de 1980 no assassinato do padre Josimo Tavares, coordenador da CPT, na cidade de Imperatriz, no ano de 1986, um ato de respostas de grileiros e fazendeiros aos posseiros e a Igreja Católica em função da resistência que está há anos vinha ajudando a construir. tal episódio, juntamente com a criação do estado de Tocantins, marcou o final dos anos de 1980 no Bico do Papagaio, haja vista que de um lado a Igreja pressionou o Estado brasileiro, através de denúncias, inclusive internacionais, no que se refere à necessidade de resolver os conflitos pela posse da terra. (SANTOS, 2019, p. 116)

O contexto descrito por Santos (2019a) refere-se às décadas de 1970/1980, e nessa conjuntura, o autor nos lembra que o estado do Goiás passava por um processo de

desmembramento. Junto com ele emergira o fortalecimento da bancada ruralista no Congresso Nacional ligados a UDR (BARBOSA, 1999).

[...] com a criação do estado de Tocantins, com políticos ora eleitos, em boa parte, velhos conhecidos latifundiários da política goiana, migraram com o objetivo de estabelecer e dominar novos territórios. Tal situação culmina com uma maior pressão desse novo estado da federação, através de suas autoridades políticas aos posseiros, com constantes ameaças e inúmeras violências que estes passaram a sofrer (SANTOS, 2019, p. 116).

Essa situação reforçou ainda mais as desigualdades sociais no Norte do Tocantins, engendrando e/ou intensificando conflitos. Ocorre que à medida que a bancada ruralista chega ao poder, o latifúndio e o agronegócio conseguem se expandir com apoio e incentivos fiscais, já que existe todo um aparato político que o assessora. Por isso, a importância da conscientização em torno da importância do voto, pois depois que uma pessoa ocupa uma situação de “poder”, ela representa todo um coletivo (ARENDETT, 2004).

A resistência e a organização política da comunidade emergem diante de todas as situações de violência pelas quais a população camponesa estava passando. Além disso, temos que lembrar que, nessa conjuntura, o processo migratório para o Norte Goiano (atual Tocantins) já havia se intensificado. Na segunda metade do século XX, o incentivo e apoio do Estado brasileiro via políticas e projetos de ocupação na Amazônia Legal foram intensos.

Com a intensificação do processo migratório, os conflitos no campo aumentaram porque muitas dessas pessoas vendiam suas propriedades na região sul do Brasil por um valor, e chegavam a comprar pelo dobro, ou até mesmo o triplo do tamanho da terra, na área de estudo. A senhora Maria José⁷³, moradora do município de Carmolândia-TO, explicou essa situação:

Lembro que quando viemos morar aqui na década de 1970, a terra era bem, mas barata quando comparada as terras no Sul, onde nós morávamos. Eu era adolescente, mas eu lembro que nossa terra lá em Minas era pequena, meu pai vendeu e comprou praticamente o triplo do tamanho aqui. Naquele tempo passava no jornal, que a região Norte estava sendo ocupada e que era terra boa, muita floresta. A vida lá já não era tão fácil porque já tinha muita plantação de soja essas coisas mais modernas (Entrevista realizada em março de 2020 em Carmolândia-TO).

⁷³ Nome fictício em homenagem a Maria José Amorim Silva Lima, liderança de uma comunidade em Amarante do Maranhão, assassinada em 10/07/2014.

Porém, era comum que, nas terras compradas, já morassem sujeitos que construíram toda uma vida no lugar. Quando esses eram expropriados do campo pela chegada do latifundiário e do chamado “desenvolvimento” precisaram se organizar politicamente para defender suas frações territoriais. Nesse processo, a igreja católica teve uma forte influência, pois foi ela, por meio da CPT, que ajudou diretamente para a formação de sindicatos e associações no Norte do Tocantins.

No Tocantins, a CPT acompanha muitas comunidades que lutam por terra e território; promove momentos formativos e contribui diretamente para o processo de resistência e mobilização coletiva e política do campesinato regional. Inclusive, já aconteceu dos trabalhadores da CPT serem ameaçados e perseguidos por fazerem um trabalho junto às comunidades no campo, as quais são marginalizadas pelo capitalismo neoliberal. Um exemplo disso é que um trabalhador da CPT teve um carro jogado para cima dele, quando houve uma ação de despejo, no Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO. Tivemos a oportunidade de conversar com o funcionário da pastoral que sofreu essa ameaça, o senhor, Darcy Araújo⁷⁴, que nos relatou:

Naquele dia, se eu não tivesse pulado no susto, me desviado nem sei como, eu talvez não estivesse hoje aqui conversando com vocês. Aquela população ali do Gabriel Filho sofre todo tipo de violência que vocês imaginarem, e se o fazendeiro que jogou seu carro em mim não respeita nem nós, imagina eles. Nosso trabalho aqui não é fácil, não somente eu já fui ameaçado, mais vários outros colegas daqui e de outras sedes da CPT. (Entrevista realizada em novembro de 2019, em Araguaína-TO).

A perseguição às lideranças de movimentos sociais e das comunidades que vivem da lida na terra de trabalho não é recente no Brasil e nem no Tocantins. Sader (1986), Lopes (2009, 2018) e Chaves (2015) mostraram situações de violência sofrida por comunidades do campo e as estratégias utilizadas para resistir frente a opressão.

No Norte do Tocantins, a CPT acompanha muitos acampamentos de camponeses-posseiros, alguns deles localizados à margem das rodovias, outros longe delas, no interior de propriedade e/ou comunidades, como o caso do Acampamento Gabriel Filho. A década de 1990 foi marcada pelo surgimento do Movimento das quebradeiras de coco babaçu, com o apoio da igreja católica. Todavia, além da igreja, outras instituições realizam um trabalho junto com as comunidades que vivem em áreas

⁷⁴ Nome fictício em homenagem a Darcy Araújo, dirigente do movimento sindical no Amazonas, assassinado em 28/07/1991, por um fazendeiro.

de conflitos e que lutam pela terra e pela Reforma Agrária, no caso a FETAET, que promove momentos formativos com oficinas, palestras e cursos.

5. 2 A resistência camponesa para além dos movimentos sociais

O movimento sindical no Brasil é uma das expressões da resistência camponesa. Na região amazônica, Hébett (2002) fala da relação da expansão da fronteira agrícola com a formação de sindicatos, no estado do Pará

À medida que a fronteira agrícola se expande no território, expropriando os sujeitos da terra de trabalho, a igreja católica ajuda os moradores a se organizarem politicamente frente a expansão capitalista. Nas décadas de 1970 e 1980, a ligação da igreja com a comunidade, segundo Santos (2019a), se dava em torno da mobilização para formar sindicatos; apoio esse que causou um descontentamento de fazendeiros capitalistas-latifundiários.

Nesse sentido, podemos perceber que a expansão do capitalismo foi um elemento gerador direto do conflito, e os atos de violência foram um meio de desarticular e parar aqueles que se levantavam frente a expansão capitalista. Mesmo com todas as situações de violência (física e psicológica), ameaças e intimidações, o movimento em torno da luta pela terra continuou, e resultou, inclusive, na década de 1990, no reconhecimento das quebradeiras de coco babaçu (Figura 63).

Figura 63 – Um dia de trabalho das quebradeiras de coco babaçu do povoado campestre, em São Bento do Tocantins



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, setembro de 2019.

A extração do coco babaçu, utilizada na década de 1990 pelas quebradeiras de coco babaçu, é a mesma identificada ao longo dos trabalhos de campo realizados em São Bento do Tocantins e Tocantinópolis. Trata-se de um trabalho que, na maioria das vezes, não é valorizado. Assim, a única forma que muitas mulheres encontraram para se organizar foi a formação de associações.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) da década de 1990, foi a semente plantada para que quebradeiras de coco babaçu, atualmente, tenham o mínimo de direito garantido. O MIQCB foi organizado por mulheres camponesas que lutam em prol dos seus direitos individuais e coletivos. Trata-se de um movimento que se articula em quatro estados brasileiros localizados na região Norte (Tocantins e Pará) e Nordeste (Maranhão e Piauí). Segundo Silva (2014, p. 29):

O MIQCB é um movimento autônomo organizado por mulheres camponesas que assumiram uma identidade e atendem como “quebradeiras de coco babaçu”. Essas mulheres lutam por políticas públicas, reforma agrária, pelo aproveitamento sustentável do babaçu, sustentabilidade ambiental, por questões ecológicas e principalmente pelo “Babaçu Livre” – luta pela aprovação de uma lei federal de acesso livre aos babaçuais.

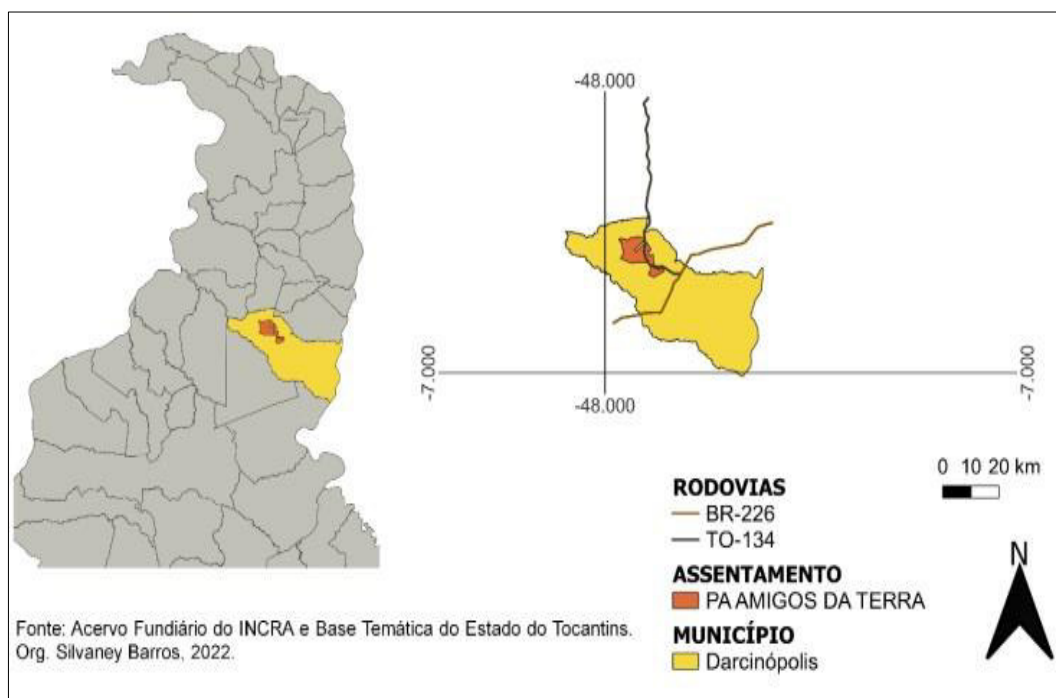
Quando o movimento das quebradeiras de coco babaçu ganha essa dimensão, através da construção de estratégias de resistência, passa a ser socioterritorial. É importante salientarmos que, nesse contexto, outras lutas mais pontuais também

ocorriam, como por exemplo, a mobilização em torno da formação de assentamentos rurais. Entre eles, podemos citar como exemplo o Assentamento Amigos da Terra, em Darcinópolis-TO, criado com apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no fim da década de 1990. A respeito desse momento histórico na vida dessa comunidade, Barros (2022, p. 24), morador do assentamento, explica:

A história do assentamento, começou com a iniciativa de um pedido de desapropriação da Fazenda Canto Grande de propriedade da Dra. Joana D'ark Vieira pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Tocantinópolis em 1996, que não tendo êxito, em 1998 se juntou com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) com a tentativa de ocupação da fazenda. Porém, só conseguiram ocupar a fazenda a partir do dia 23 de maio de 1999 após a proprietária da fazenda haver negociado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A partir desse momento, às famílias organizaram-se e ocuparam a fazenda voluntariamente. Depois disso, juntamente com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada a primeira Associação dos Agricultores (as) Familiares do PA Amigos da Terra (AGRIFAT), que devido à divergência de algumas famílias foi criada uma segunda associação denominada Margarida Alves.

A criação do Assentamento Amigos da Terra ocorreu tendo como base a coletividade, e foi no companheirismo e parceria com outras instituições (MST, INCRA FETAET) que a comunidade conseguiu ter acesso à terra de trabalho. O assentamento localiza-se no município de Darcinópolis-TO, às margens da TO-134, entre a cidade de Darcinópolis e Angico do Tocantins (Mapa 17). Em uma área circundada por plantações de eucalipto.

Mapa 17 – Mapa do Assentamento Amigos da Terra e do município de Darcinópolis/TO



Fonte: Barros (2022, p. 24).

De acordo com a comunidade, à época da criação do Assentamento, muitos eram os problemas sociais, como por exemplo, a falta d'água, de energia elétrica, de casas construídas, de escolas e de boas estradas. Esse cenário foi descrito por Barros (2022, p. 24-25) de maneira detalhada:

Essas famílias quando migraram para o assentamento no início, se depararam com diversas dificuldades, como a falta de água tratada, que por ser uma região de cerrado, e devido no início da criação do assentamento ainda não ter um poço artesiano, as famílias utilizavam água de dois açudes que ficavam a 3 km da agrovila, essa água era usada para afazeres domésticos, para o cozimento de alimentos, tomar banho e até para beber, etc. Outro problema 25 deparado também foi a falta de uma casa para morar, levando as famílias a viverem em barracas de lona, além da falta de linha telefônica para a comunicação, a falta de escola, energia elétrica e a dificuldade de fazer as roças para a sua subsistência, por causa da falta de recursos financeiros para a mecanização e preparação do solo.

Na primeira década do século XXI, outra inquietação passou a fazer parte da comunidade: a expansão das plantações de eucalipto e da soja, nas mediações do assentamento e os impactos que as monoculturas empresariais causariam à comunidade e no meio ambiente. Nesse primeiro momento, a comunidade era contra a expansão das monoculturas no território.

No entanto, quando falamos de capitalismo neoliberal e da expansão da fronteira agrícola, precisamos lembrar que existem estratégias capitalistas para desarticular e até dividir a opinião da comunidade: é o grupo social que represente uma “barreira” a expansão capitalista no território, o estudo de Castro (2018) evidenciou essa situação. No Norte do Tocantins, umas das estratégias capitalistas é a atuação nas comunidades e a realização de palestras nas escolas.

Isso não representa que capitalistas-empresários pensem de fato no bem-estar da população, mas sim que, conseguindo a aceitação da comunidade, eles podem se expandir com mais “tranquilidade”. Quando falamos de monopolização do território, essa estratégia de buscar apoio da comunidade, agindo na necessidade delas, pode ser um exemplo forte desse processo, na área de estudo. Lembremos que o eucalipto é um dos elementos que compõe a fronteira agrícola no norte do Tocantins, no século XXI, e essa fronteira constitui um “[...] recorte analítico e espacial da problemática da mobilidade do capital e das relações de produção pelo território nacional. Além disso é palco para conflitos transculturais e identitários” (SILVA, 2006, p. 283).

Nessa perspectiva, concordamos com Silva (2006), ao esclarecer que a fronteira agrícola vai além da delimitação geográfica do território; ela é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista, que apesar de ser um reflexo dessa sociedade, possui uma dinâmica própria, relativizando seu uso. Assim sendo, “a busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada e difusão de valores culturais e ideológicos” (SILVA, 2006, p. 285-286). Nesse sentido, a fronteira é “conflito, instabilidade, conquista e resistência” (SILVA, p. 288).

Portanto, quando empresas monopolistas voltadas para as produções agrícola empresarial se expandem, sobretudo no século XXI, no Norte do Tocantins, e reordenam o território para atender seus interesses, engendram diferentes conflitos e conflitualidades.

As conflitualidades podem ser identificadas, muitas vezes, dentro das comunidades, como por exemplo, quando não concordam com uma determinada situação ou relação deles para com as empresas produtoras de soja e eucalipto. Ou ainda, quando se sentem prejudicadas pela pulverização de agrotóxicos às plantações do Assentamento, que acabam sendo levados pelo vento para a comunidade.

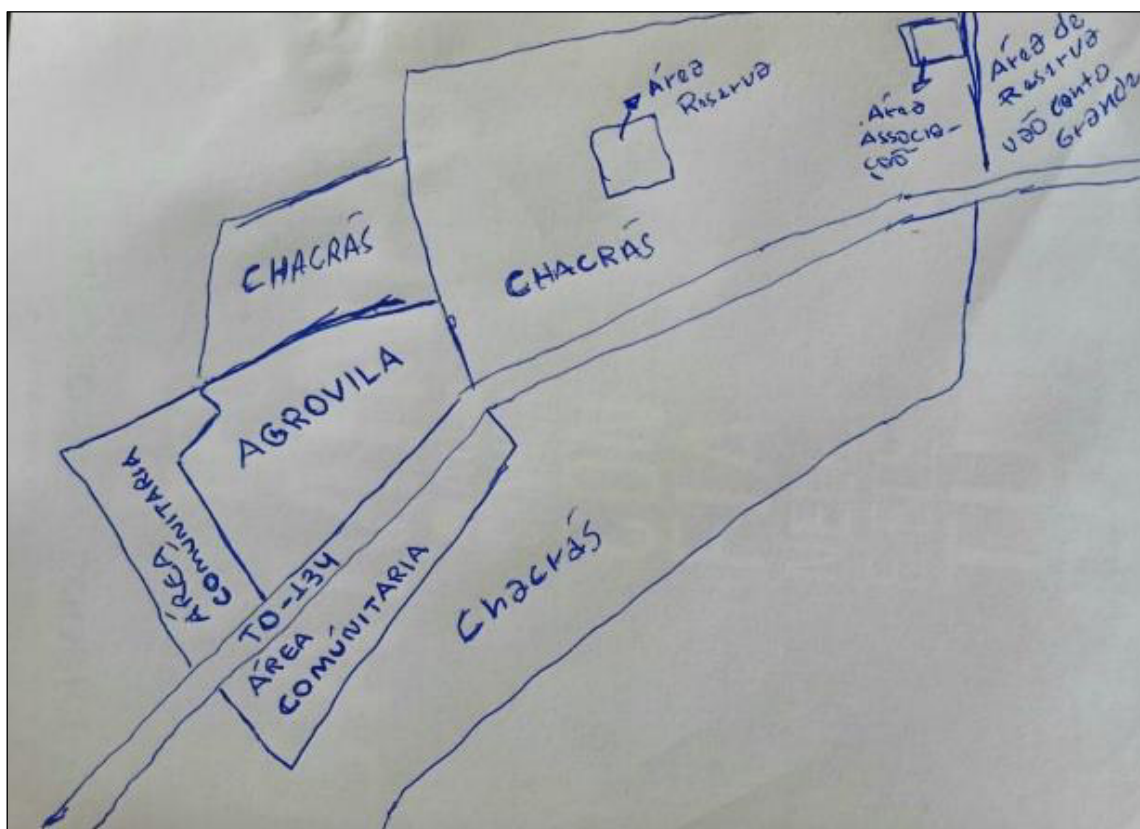
Aqui, temos a dimensão de diversas situações envolvendo a resistência, abordada por Fabrini (2006, 2007). A primeira delas é a dimensão da importância da coletividade camponesa, assentada nas práticas e costumes locais que ocorrem com base

nos costumes locais. E, apesar de todas as invertidas do capital, a comunidade continua se organizando da maneira inversa ao capitalismo, pois eles têm como requisito básico, o sustento da família e comercializam o excedente. Essa característica foi identificada em vários trabalhos de campo que realizamos ao longo do processo de elaboração desta tese, como por exemplo, na Gleba Chaparral, em Nova Olinda, nas comunidades da Serra do Projeto Serra do Centro, em Campos Lindos-TO e, no Assentamento Amigos da Terra.

Então, mesmo com a expansão da fronteira agrícola engendrando intensos conflitos, mediados pelo uso de violência na terra de trabalho, os camponeses continuam existindo e lutando pela terra e pelo território, os quais são requisitos básicos para o sustento familiar e a dimensão da própria vida. Nessa perspectiva, Woortmann (1995) lembra que, no mundo camponês, a família, a terra e o trabalho são pensados de forma associada. Logo, é pelo trabalho na terra que a existência e a continuidade da família são garantidas.

No Assentamento Amigos da Terra, parte do trabalho coletivo acontece nos quintais produtivos e nas áreas comunitárias. O mesmo possui chácara, duas reservas ambientais, mostrando, assim, a importância da comunidade para a preservação do Cerrado, e a agrovila, onde localizam-se as casas de morada e a escola, conforme mostra a representação espacial, elaborada por um morador da comunidade (Figura 64).

Figura 64 – Mapa mental feito por um morador do Assentamento Amigos da Terra



Fonte: Desenho elaborado por Sivaney da Silva Barros (2022).

No caso do Assentamento Amigos da Terra, podemos identificar algumas resistências na formação de associações, no trabalho familiar, no cultivo de alimentos (Figura 65) com base em práticas agroecológicas, na parceria entre os moradores da comunidade, seja ao cultivarem a terra (Figura 66) ou ao se mobilizarem em mutirões para ajudar alguma família específica da comunidade ou de outro assentamento.

Figura 65 – Área comunitária do Assentamento Amigos da Terra, Darcinópolis-TO







Figura 66 – Milho plantado utilizando sementes crioulas no Assentamento Amigos da Terra, Darcinópolis-TO



Fonte: Antônio Tomé Pereira de Souza (2023)

São diversos os alimentos produzidos e comercializados pela comunidade em mercados de Darcinópolis e de Araguaína-TO. Dentre os alimentos, podemos citar oleaginosas, verduras e frutas, como: asai; bacaba; alface; banana; pitaya; caju; manga; tomate; milho; coentro; cebolinha; quiabo; cupuaçu; pimenta, dentre outros. A comercialização da produção camponesa é feita por intermédio da Associação da comunidade. Os moradores do Assentamento Amigos da Terra trabalham com apicultura e criação de galinha e porcos. Trata-se de uma comunidade que tem a agroecologia como prática e que muito dos conhecimentos foram aprendidos com seus ancestrais. Algumas das atividades da comunidade foram sistematizadas em fotografias (Figuras 67, 68, 69, 70, 71, 72), no Quadro 14:

Quadro 14 – Práticas agroecológicas utilizadas pelos camponeses do Assentamento Amigos da Terra, Darcinópolis-TO

<p>Figura 67 – Produção de alimentos</p> 	<p>Figura 68 – Bacaba colhida pelos camponeses</p> 	<p>Figura 69 – Produção de manga</p> 
<p>Figura 70 – Banco de Sementes crioulas</p> 	<p>Figura 71 – Viveiro de espécies de plantas</p> 	<p>Figura 72 – Mudas de plantas nativas</p> 

Fonte: Acervo da autora, trabalhos de 2020-2022.

Os moradores do Assentamento Amigos da Terra contribuem diretamente com a biodiversidade por meio do cultivo de plantas nativas do Cerrado, por ter um banco de sementes crioulas, com espécies endêmicas e raras. As sementes produzidas geralmente são guardadas de um ano para o outro, e são distribuídas na comunidade. A líder da comunidade informou que:

As sementes crioulas que eu tenho aqui no banco de sementes são frutos também da troca com outras comunidades, já consegui semente até mesmo de outro estado, assim como eu também dou as nossas sementes. Na verdade, é um troca que proporciona variedade de espécies”. No banco de sementes temos, semente de fava, feijão, milho, arroz, flores e frutos do Cerrado, bem como plantas medicinais. Além dessa pratica nos aqui da comunidade, temos os quintais produtivos, onde eu coloco várias espécies juntas. Algumas ferramentas de trabalho nos mesmos confeccionamos, e também temos produção de várias frutas como, cupuaçu, manga, bacaba, açaí, bacana e varias outras. Temos também a presença de muitos animais silvestres que se alimentam nas nossas plantações e nos alegram com seus cantos. Estou sempre buscando aprender mais, já aprendi muitas técnicas agroecológicas, como a própria adubação usado restos de alimentos, também tento ensinar para as pessoas aqui tudo que aprendo. Acho essa troca muito importante. Além das sementes crioulas (Entrevista realizada em janeiro de 2020).

Todas as práticas realizadas na comunidade é uma forma de resistência. Nessa perspectiva, Fabrini (2006) explica que uma das características das comunidades camponesas é a ajuda mútua, e essas vão além das trocas de dias de serviço, pois estão relacionadas com a partilha de produtos de unidade de produção, como por exemplo, as sementes, os alimentos, a utilização de máquinas e prestação de serviços.

Os métodos naturais de combate às pragas, a fabricação e produção de ferramentas de trabalho e instrumentos nos próprios lotes, cultivos de gêneros alimentícios, fabricação de roupas e calçados para o trabalho na roça, combate a pragas das lavouras sem uso de agrotóxico, dentre outras atividades desenvolvidas nos lotes, indicam uma organização de produção alternativa e defensiva entre os camponeses que procuram depender cada vez menos do mercado capitalista (FABRINI, 2006, p. 82).

Nesse caso, Fabrini (2006, p. 82) defende que “a agricultura orgânica camponesa é forjada a partir de experiências simples e repassadas pela tradição”. Então, quando os camponeses do Assentamento Amigos da Terra buscam alternativas a partir da coletividade para se organizarem, tem-se uma forma de resistir frente a expansão do capital que os cerca, no século XXI por todos os lados, por meio de plantações de soja e eucalipto.

A população do assentamento se organiza por meio de uma associação, denominada Associação dos Agricultores Familiares do P/A Amigos da Terra (AGRIFAT), criada em 17/12/1999. Dentre os objetivos da associação, o senhor Odilon⁷⁵ destaca:

Buscar parcerias, projetos voltados para a agricultura familiar, produção e comercialização dos produtos produzidos na comunidade. Auxilia também na organização da documentação dos produtores, no que se refere as relações com os comércios e de uma maneira geral auxiliando na própria formação da comunidade, com realização de momentos de discussão (Entrevista realizada em julho de 2022).

Jesus (2014) chama a atenção para a importância dessa comunidade na preservação da vegetação do bioma Cerrado.

A fronteira agrícola no século XXI tem como elementos a soja, o eucalipto, e a pecuária. A expansão e a monopolização do território ocorrem de diversas maneiras: seja quando fazendeiros arrendam suas propriedades para as empresas monopolistas, ou ainda, quando trabalhadores rurais (camponeses e camponesas) acabam tendo que trabalhar nas empresas para complementar a renda da família. É importante salientar que nem por isso ele deixa de ser camponês.

A dimensão da resistência é uma resposta clara às situações de conflito e conflitualidade alicerçadas pela expansão do capitalismo no território. A conflitualidade nessa dimensão é um processo de enfrentamento alimentado pela contradição estrutural do capitalismo que produz concentração de riqueza, de um lado, e intensifica a pobreza e a miséria, do outro. Nesse sentido, Fernandes (2005, p. 26) explica que:

[...] Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido, entretanto, a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos. [...] Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia a dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo.

Nesse caso, quando a fronteira agrícola se expande no território tocantinense engendra antagonicamente conflito e resistência. Muitas dessas resistências vão além do engajamento das comunidades em algum movimento social, ou instituição ligada à luta

⁷⁵ Nome fictício em homenagem ao Odilon Bernardo da Silva Filho, liderança assassinado em 29/07/2009, em Aroeiras, no estado da Paraíba, em um conflito por água na Barragem Acauã.

pela terra, às resistências; na maioria das vezes, são locais pontuais, coletivas, movidas por necessidade e sonhos. Sonho de uma vida melhor, de oportunidades melhores para as crianças e jovens. A preocupação com o futuro dos filhos foi uma fala presente e incisiva na fala dos interlocutores da pesquisa.

5.2.1 Resistências camponesas no século XXI: da organização via associações e sindicatos às resistências cotidianas

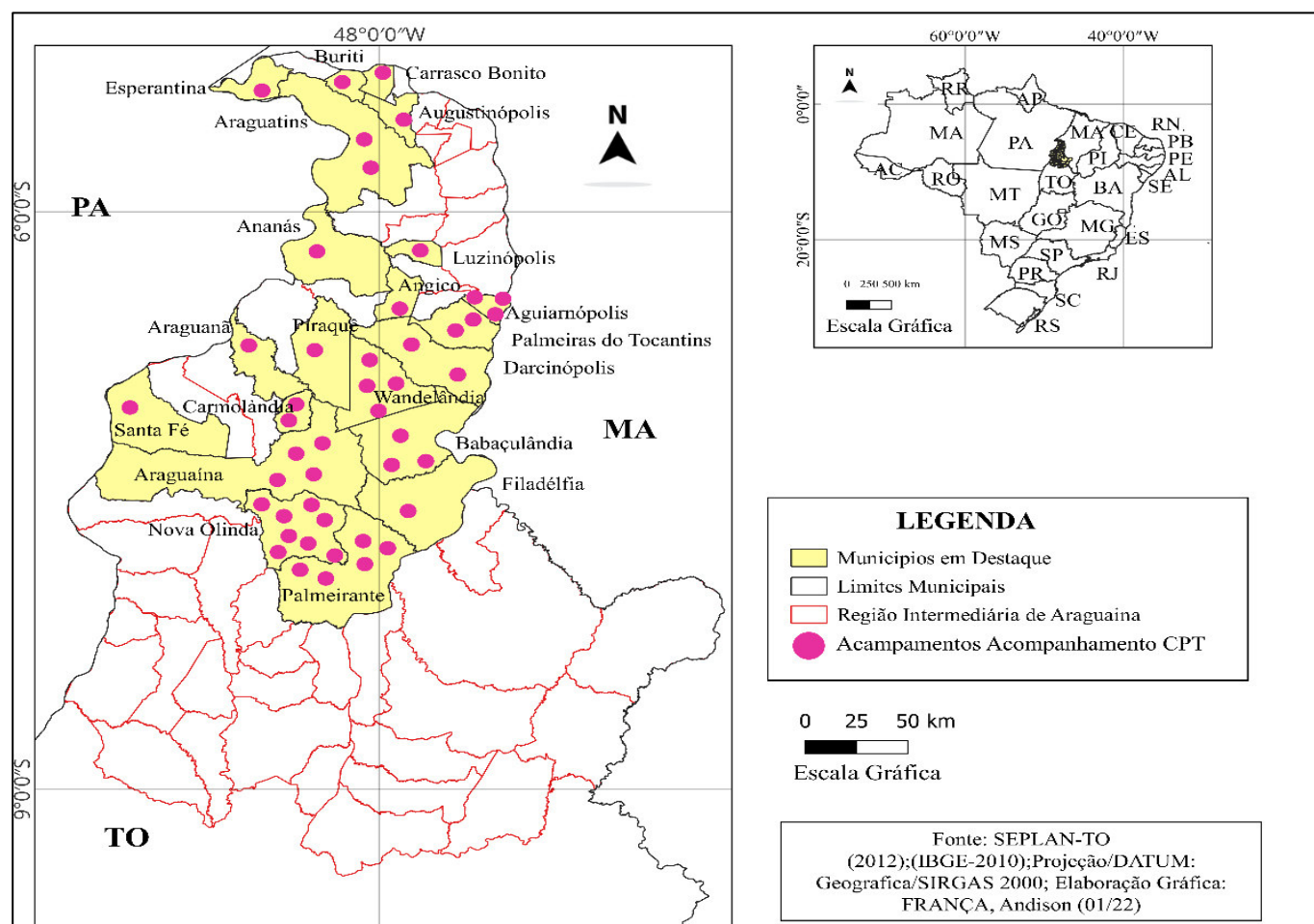
Na luta pelo território, terra e água, instituições como a CPT, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Tocantins (FETET), a Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) e a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) têm se mostrado parceiras da causa camponesa. Na área de estudo, as mesmas são essenciais para a mobilização e apoio ao campesinato.

A CPT realiza um trabalho sistematizado em torno dos conflitos agrários em todo território nacional. No Norte do Tocantins, acompanha muitas comunidades que vivem em situações de conflito. A CPT promove momentos formativos com a juventude, com as mulheres e os trabalhadores rurais de uma maneira geral, e acompanha muitos acampamentos de camponeses-posseiros que lutam pela terra de trabalho.

Em um levantamento feito junto ao Centro de Documentação Dom Tomas Balduino, na cidade de Goiânia-GO, administrado pela CPT, foi possível elaborar um mapa de localização dos acampamentos acompanhados pela CPT, sede de Araguaína (Mapa 18).

Dos acampamentos acompanhados pela CPT, temos um total de 44, dentre os quais 8 estão localizados em Nova Olinda-TO; 5, em Palmeirante-TO; 4, em Araguaína-TO; 4, em Wanderlândia-TO; 3, em Babaçulândia-TO; 3, em Arguianópolis-TO; 2, em Darcinópolis-TO; 2, em Palmeiras do Tocantins-TO; 2, em Carmolândia-TO; 2, em Araguatins-TO; 1, em Filadelfia-TO; 1, em Santa Fé do Araguaia-TO; 1, em Araguañ-TO; 1, Piraquê-TO; 1, em Angico-TO; 1, em Luzinópolis-TO; 1, em Ananás-TO; 1, em Augustinópolis-TO; 1, em Carrasco Bonito-TO; 1, em Buriti-TO e 1, em Esperantina-TO. Como podemos observar, os Acampamentos acompanhados pela CPT estão espacializados por todo Norte do Tocantins. Essa instituição representa, portanto, uma forte parceria na formação política da comunidade, quando o assunto é a luta pela terra. Inclusive, existe apoio jurídico por parte da instituição às comunidades que vivem situações de conflito.

Mapa 18 – Acampamentos acompanhados pela CPT, no Norte do Tocantins, Brasil



Fonte: Dados da CPT. Elaboração: Andison França (2023).

Os Acampamentos, ao ver de Loera (2014), são formas de resistências das comunidades que são retiradas da terra ou que lutam por ela. Dessa forma:

No mundo das ocupações de terra, aqueles que participam de uma ocupação e subsequentemente de um acampamento devem seguir uma etiqueta particular: montar um barraco e se instalar debaixo da lona preta. Essa é a forma apropriada de proceder e de “dizer” que se quer terra e que se “pertence” a determinado acampamento. Essa linguagem é entendida e compartilhada pelos trabalhadores, pelas lideranças e militantes dos movimentos e pelos representantes do Estado encarregados das desapropriações de terras. O barraco de lona se torna, então, uma espécie de inscrição, sinaliza a participação em um acampamento e é uma forma de marcar a entrada no mundo das ocupações de terra (LOERA, 2014, p. 47-48).

A FETAET também contribui diretamente para a luta pela terra, no Norte do Tocantins. De acordo com o Relatório Anual da FETAET, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins (FETAET) foi fundada em 27 de novembro de 1988, na cidade de Gurupi, com a participação de 16 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Na ocasião, elegeu sua primeira diretoria executiva para um mandato de três anos (1998-1991), com a participação discreta de 4 mulheres entre os 20 diretores.

Ainda de acordo com os Relatórios Internos da FETAET, a Instituição trabalha em parceria com outras instituições, como a Cooperativa de Trabalho Prestação de Serviços Assistência, Técnica e Extensão Rural – COOPTER; Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO); Movimento Estadual de Direitos Humanos (MEDH); Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A consciência de classe é resultado, também, de trabalho feito por algumas instituições como a CPT, a FETAET e a APA-TO, as quais promovem momentos formativos por meio de cursos, palestras e oficinas (Figura 73) com as comunidades locais. Um desses momentos foi registrado em Campos Lindos-TO, em 2020, na reunião com os trabalhadores assalariados rurais, na fazenda Cabeceira Verde, com o intuito de discutir as políticas salariais e propor acordo coletivo de trabalho, segundo o presidente do SINDTAAR.

Figura 73 – Palestra realizada pela FETAET com camponeses e camponesas de Campos Lindos-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, 2020.

Nesse dia, discutiu-se, durante a oficina, os acordos coletivos feitos entre empresa e trabalhadores assalariados rurais mediados pela FETAET, representada por uma advogada da federação e pelo presidente do SIDTAAR. Dentre as pautas discutidas, segundo o Sr. Francisco da Conceição Souza Guajajara⁷⁶, destacamos: a) melhorias na qualidade de trabalho; b) garantia de transporte para os trabalhadores durante o deslocamento da cidade para a fazenda; c) alimentação de qualidade com a construção de um refeitório; d) alojamento de qualidade e que tivesse o mínimo de salubridade; f) aumento do salário dos trabalhadores. Desse momento, ficou acordado com os trabalhadores de proporem um acordo coletivo de trabalho, ainda em processo de tramitação.

Muitos dos trabalhadores são camponeses ou filhos de camponeses que trabalham assalariados para complementar a renda da família. Antes do avanço da expansão do agronegócio, na região, a maioria deles garantia o sustento familiar a partir da lida na terra de trabalho. Porém, atualmente, muitos, sobretudo, aqueles que ainda não conseguiram retornar à terra de trabalho, precisam trabalhar nas fazendas produtoras de soja (Figura 74) ou em outros locais para garantir sobrevivência e o alimento da família.

⁷⁶ Nome fictício em homenagem a Francisco da Conceição Souza Guajajara, liderança indígena, assassinado em 09/03/2012 em Grajaú-MA.

Figura 74 – Trabalhador abastecendo bomba de agrotóxico na plantação de soja, em Campos Lindos-TO



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, janeiro de 2020.

A expansão do agronegócio, na década de 1990, com a fronteira agrícola engendrou e intensificou conflitos na região. Essa situação conflituosa contribuiu para que a população se mobilizasse coletivamente, com apoio da igreja católica com palestras e reuniões falando sobre os direitos e o acesso à terra. Dois dos interlocutores entrevistados no município de Campos Lindos, em julho de 2022, relataram que:

Nos anos 90, quando começou a chegar a soja na região, muitas famílias moravam no campo, eram várias gerações, essas pessoas nunca se preocuparam muito em tirar a titulação da terra, porque na cabeça nossa essa situação jamais iria ocorrer. Só que infelizmente as coisas mudaram, gente que nunca apareceu aqui chegaram com o documento da terra dizendo que era dono, e as pessoas que moravam lá a muitos anos foram expulsos com apoio inclusive da polícia. Idosos que sempre viveram na terra, que criaram filhos e netos tiveram que morar na cidade, mudando toda a vida deles, e eles perderam tudo que tinham construído ao longo da vida (Entrevista realizada em julho de 2022 em Campos Lindos-TO).

O Cacique Geusivan⁷⁷ complementa:

Com a intensificação de conflitos na região devido à chegada dos fazendeiros e a expulsão dos camponeses da terra, o padre Bernardo organizou o povo, e explicou a importância da mobilização e do trabalho em conjunto. A partir

⁷⁷ Nome fictício em homenagem ao Cacique Geusivan Silva de Lima, assassinado em 2012, na Paraíba por defender o território indígena.

dessa conversa vários outros momentos foram organizados e criaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Lindos-TO, em 1993, que representava tanto os agricultores familiares quanto os assalariados rurais, porém o tempo foi passando e com as altas demandas e muitos conflitos trabalhistas e também com fazendeiros que queriam aumentar a extensão de suas propriedades, foi preciso criar um novo sindicato para cuidar somente das causas dos trabalhadores rurais assalariados de carteira assinada das fazendas produtoras de soja, foi aí que surgiu o Sindicato dos Assalariados e Assalariadas Rurais de Campos Lindos e Região (SINDTAAR), que abrange os municípios de Campos Lindos, Barra do Ouro, Goiatins, Filadélfia, Palmeirante e Babaçulândia. (Entrevista realizada em julho de 2022 em Campos Lindos-TO)

A igreja católica, por meio da CPT, assessora não somente Campos Lindos-TO, mas o Norte do Tocantins, de uma maneira geral, e contribui diretamente para o despertar de uma consciência coletiva da classe camponesa, por meio do acompanhamento nas comunidades com a realização de reuniões, palestras, cursos e até mesmo organizando feiras agroecológicas de mulheres camponesas, em Araguaína-TO.

Em se tratando de resistência, na maioria das vezes, os povos do campo aprendem com a experiência de outras comunidades e se ajudam mutuamente. Um exemplo disso são os ribeirinhos, as quebradeiras de coco babaçu e os camponeses-posseiros. Os ribeirinhos, por exemplo, se organizam por meio das Colônias de pescadores que são, na verdade, associações compostas por pescadores que se unem para defender seus direitos e garantir, também, a comercialização do pescado. No relato dos interlocutores da Colônia Z-19 e Z-32, é possível identificar essa relação entre as comunidades ribeirinhas:

Quando fomos criar a nossa associação, visitamos a associação, visitamos outras para saber como era o processo, se compensa para nós investirmos de fato nessa organização que dá trabalho. E foi toda uma mobilização de conscientização dos próprios pescadores, nem todos queriam, então foi um trabalho devagar, mas que deu certo (Entrevista realizada em julho de 2022, Santa Fé do Araguaia-TO).

Ao longo do diálogo, a senhora Kátia⁷⁸ explica que:

A ideia de criar nossa Colônia veio da notícia que estava dando certo em outras comunidades, e nos, por exemplo, queríamos também ter o direito a se aposentar, a ter acesso ao seguro defeso, a ter acesso à licença maternidade. Então foi também esses relatos que nos motivou, me lembro que chegamos a ir em outras comunidades saber como era. E também ligávamos e como dizia minha mãe a propaganda é alma do negócio, quando vimos que estava dando

⁷⁸ Nome fictício em homenagem a Kátia Martins de Souza, liderança do Acampamento 1º de Janeiro, no município de Castanhal, no estado do Pará, assassinada em 04/05/2017.

certo em outros locais decidimos tentar também (Entrevista realizada em julho de 2022 em Araguaã-TO).

Silva (2018) explica que as colônias são compostas por homens e mulheres que se dedicam à lida com a pesca, os quais elegem democraticamente um presidente para representá-los

As associações e sindicatos são importantes para os camponeses resistir e se organizem frente a expansão capitalista. Nesse sentido, no Norte do Tocantins, é muito comum que os povos do campo, da floresta e das águas se organizem por associações e sindicatos. A FETAET é uma das instituições que contribui diretamente para a formação de sindicatos, assessorando as comunidades juridicamente.

A FETAET promove momentos formativos com camponeses na área de estudo, tendo uma atenção especial com os jovens e mulheres. Existe, inclusive, um movimento chamado Marchas das Margaridas, que ocorre a cada quatro anos, em uma escala nacional, contando com a participação de camponeses de todo território brasileiro, e com a participação de muitos tocantinenses. A FETAET ajuda na organização do evento. Segundo dona Raimunda⁷⁹, trabalhadora rural de base da FETAET:

A marcha das margaridas é um movimento de mulheres que acontece de 4 em 4 anos que iniciou com a memória de Margarida Maria Alves, presidente do STTR de Alagoa Grande, na Paraíba que foi assassinada por ter organizado os trabalhadores rurais diante de injustiças praticadas pelos dos canavieiros do município. A Marcha das margaridas que iniciou como um movimento do campo, atualmente envolve as mulheres do campo e da cidade. Esse movimento organizado das mulheres do campo e da cidade tem pauta de reivindicações de políticas públicas para as mulheres na área da produção, do trabalho, da saúde e tantas outras necessidades apontadas pelas mesmas.

A Marcha das Margaridas é uma conquista para os povos do campo, e sobretudo para as mulheres, pois é nela que muitas pautas são debatidas (autonomia econômica, fome, pobreza, violência sexista, dentre outras) e ocorre uma visibilidade dos camponeses na cidade, bem como a valorização do protagonismo da mulher. Silva (2008) e Cavalcanti e Lima (2016) explicam que a mobilização de mulheres camponesas ocorre a mais de 14 anos, e teve sua primeira edição no ano 2000 articulada com a Marcha Mundial das Mulheres. A Marcha das Margaridas representa a resistência camponesa que

⁷⁹ Dona Raimunda é um nome fictício. Todavia, diferentemente dos outros nomes que apareceram ao longo desta tese, ela não foi assassinada, mas tem um papel importantíssimo na mobilização das mulheres quebradeiras de coco babaçu, no Norte do Tocantins.

ganha dimensões para além do local. Sempre ocorre uma mobilização em torno da organização e da chamada de camponeses e camponesas para participarem do evento nacional (Figura 75).

Figura 75 – Cartaz da Marcha das Margaridas de 2015



Fonte: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/congresso-nacional-homenageia-marcha-das-margaridas>

O evento é organizado de maneira coletiva e conta com diversos parceiros, inclusive, como órgãos e movimentos sociais que trabalham com os povos do campo, como por exemplo:

- Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTRNE;
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIOCB;
- Conselho Nacional Agroextrativista – CNS;
- Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia – MAMA;
- Marcha Mundial das Mulheres – MMM;
- Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB;
- União Brasileira de Mulheres – UBM;
- Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;
- Rede de Mulheres da América Latina e do Caribe - Rede Lac;
- Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares;
- Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado (COPROFAM). (CAVALCANTI, LIMA, 2016, p. 98).

A FETAET, também tem uma participação importante para a mobilização das mulheres camponesas tocantinenses em torno da Marcha das Margaridas. E, cada vez mais, percebemos o protagonismo feminino, frente as diversas formas de resistência, na área de estudo. Afinal, elas se mobilizam para defender a terra de trabalho e buscar políticas públicas para geração de trabalho e renda, devido à reprodução ampliada do capital via expansão da fronteira agrícola.

Dona Raimunda quebradeira de coco babaçu é uma das expressões de resistência, ela inclusive recebeu o título de doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Tocantins, em 2009, por sua atuação em prol das mulheres da região do Bico do Papagaio (Site oficial⁸⁰ da UFT, acessado em 2023). Na ocasião, Edgar Morim (antropólogo, filósofo e sociólogo) também foi homenageado (Figura 76).

Figura 76 – Da direita para a esquerda, Raimunda quebradeira de coco, e, da esquerda para a direita, professor Edgar Morim: recebendo o título de Doutor Honoris Causa, em 2009 pela UFT



Fonte: Arquivo/Sucom (2009). Disponível do site da UFT⁸¹.

A resistência se materializa na luta cotidiana. Dona Raimunda quebradeira de coco babaçu, alfabetizada por volta de seus 20 anos, não se calou diante da expansão do capitalismo e da derrubada dos babaçuais, símbolo do trabalho das quebradeiras de coco

⁸⁰ Disponível: Homenagem (uft.edu.br). Acesso abril de 2023.

⁸¹Fonte:

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/marcadores/homenagem#:~:text=Raimunda%20e%20Edgar%20Morim%20receberam,o%20renomado%20antrop%C3%B3logo%2C%20fil%C3%B3sofo%20e>. Acesso em: 13 mar. 2023.

babaçu, e conseguiu mobilizar outras mulheres para lutar por uma vida mais digna e pelo reconhecimento do seu trabalho. Assim como dona Raimunda, várias outras mulheres se mobilizam cotidianamente para lutar por uma vida mais digna e pelo reconhecimento de seu trabalho.

A maioria dessas mulheres se desdobra em afazeres domésticos; são provedoras do alimento da família, pois muitas são mães solo, e ainda ajudam diretamente na organização coletiva da comunidade, articulando reuniões com a CPT e com a FETAET, mobilizando a comunidade para participar de manifestações para defenderem seus direitos. Essa situação ficou muito evidente no relato de dona Maria José⁸², mãe, avó e representante de uma das comunidades visitadas.

Só sabe o que é viver aqui, nós que estamos aqui todos os dias. Por várias vezes eu já fiquei aqui só, tive medo, mas eu preciso permanecer aqui, afinal eu também vendi tudo que eu tinha para comprar uma terra e não deu certo. Crio netos, já criei filhos, não sei ler, mais sei, por exemplo, que o Usucapião é um direito nosso de quando moramos a mais de dez anos em um lugar, numa terra. Aqui muita gente já foi embora, por medo, eu também tenho medo, mas preciso lutar. Afinal, eu quero um futuro melhor pros meus netos. Eu e minha filha conversamos com as pessoas, e falamos que juntos podemos conseguir, pode demorar, mais que conseguimos, precisamos manter a fé e se informar, nossos direitos. Por isso também, eu quero muito que meus netos estudem, porque eu também sei de a importância de a gente conhecer as coisas. Quem conhece o povo não engana tão fácil. (Entrevista realizada em julho de 2023)

A organização coletiva é um meio importante para as comunidades lutarem para defenderem seus direitos, como aposentadoria e salário maternidade. Já que, profissões desenvolvidas pelos ribeirinhos e pelas quebradeiras de coco babaçu, ainda são estigmatizadas e não recebem o devido reconhecimento. A fala de dona Rosane⁸³ evidencia essa situação:

Tenho mais de 65 anos e ainda não sou aposentada, trabalho diariamente, colete os cocos nas fazendas, quando os fazendeiros deixam. Eu preciso sustentar minha família, e a coleta do coco me ajuda. Eu faço esse trabalho a vários anos, e não sou valorizada, é um trabalho duro, saio cedo, muitas vezes no sol quente, levo comida feita de casa e fico o dia todo no campo coletando coco. Não é fácil sustentar uma família toda com a lida com o coco, tenho filhos e netos e por meio desse trabalho que eu sustento eles. Além do coco, eu vendo o azeite, o carvão e algumas pessoas compram os gongos, o bichinho do coco, para pescar ou comer a tira gosto. Eu sei da importância do meu trabalho, aprendi com minha mãe e meus irmãos também quebram. Só quero que

⁸² Nome fictício em homenagem a quebradeira de coco babaçu, Maria José Rodrigues, assassinada em Penalva, Maranhão no dia 12/11/2021.

⁸³ Nome fictício em homenagem ambientalista Rosane Santiago Silveira, “Rô”, assassinada em Nova Viçosa, Bahia, em 29/01/2019.

podemos ser mais valorizados (Entrevista realizada em janeiro de 2020 em Tocantinópolis).

O relato de dona Rosane mostra a complexidade da realidade vivenciada por várias famílias que vivem no Norte do Tocantins. A organização coletiva em torno da melhoria da qualidade de vida e do trabalho é conquistada mediante a formação de associações e sindicatos. Esses têm apoio da CPT e da FETAET. Além disso, a APA-TO desenvolve ações em parceria com as quebradeiras de coco babaçu e incentivam a agroecologia na área de estudo.

Dentre as pautas trabalhadas pela FETAET estão a juventude, com momentos formativos, debatendo cidadania, educação e qualidade de vida. A preocupação com crianças e jovens é uma realidade cotidiana na vida dos pais, de uma maneira geral. Para aqueles que moram em áreas de conflito, essa preocupação é ainda maior, como podemos perceber na fala emocionada de alguns pais entrevistados. Seu Marcos Arokona⁸⁴ mostra sua preocupação ao nos relatar:

Meu filho tão pequeno já sabe o que é um jagunço. Ele não sabe o que é um danone, mais sabe o que é um jagunço, eu não tenho condições de dar comida boa, misturas, frutas variadas, eu sei que são importantes, mas eu não tenho dinheiro. Eu sonho muito que meu filho estude, e tenha uma vida muito melhor que a minha. Estou aqui, aguentando tudo que posso, por eles também. Porque eles dependem de mim para tudo. E eu preciso dar meus pulos para garantir o sustento deles. Morar aqui em um acampamento que não tem praticamente nada, só mesmo o medo desses jagunços que passam aí de vez enquanto na calada da noite nos pondo medo, e meus filhos que ainda falta na escola muitas vezes porque o carro tem dificuldade de entrar aqui, porque os jagunços têm dia que não quer deixar. Então nossa luta aqui é constante e sinceramente, eu não quero isso para meus filhos. E eu sei que quando ele for adulto vai se lembrar dessas situações, porque nossa cabeça tem uma facilidade maior de lembrar do que dói e nos machuca do que das coisas boas (Entrevista realizada em junho de 2022, em Palmeirante-TO).

Uma avó também desabafa:

Tanta criança que nasce em berço de ouro, que tem tudo do bom e do melhor. Fico feliz por elas e ao mesmo tempo me dá uma frustração tão grande, de ver nossas crianças aqui do acampamento com tão pouco, e muitas vezes com nada. Vivemos também de doações, aquela roupa que para uns é velha para nós é a nossa felicidade, porque nossos meninos podem ir pra escola e até mesmo sair. Eu sei da importância da educação, e incentivo os meus netos a estudar, meus filhos não terminaram o Ensino Médio, naquele tempo era tudo mais difícil, o carro não ia buscar eles na zona rural. Hoje eu sonho e peço a Deus que meus netos tenha uma futuro muito melhor que o meu, e eu sei que

⁸⁴ Nome fictício em homenagem ao indígena Marcos Arokona, assassinato em 12/06/2020, no Alto Alegre (Roraima), no conflito denominado pela CPT de Yanomami/Apiáu/Papiu/Yawaripé.

nós pobres só vencemos na vida estudando. (Entrevista realizada em junho de 2022, em Palmeirante-TO)

Em se tratando de resistência, o acesso à educação é uma preocupação observada em todas as comunidades visitadas. A esse respeito, sabemos da importância do conhecimento na vida de uma pessoa. Paulo Freire (1996), inclusive, afirma que o conhecimento é poder, é conseguir olhar a sociedade por um outro ângulo, podendo atuar como um cidadão crítico-reflexivo na sociedade. Os pais que não tiveram acesso à educação no passado sonham com um futuro melhor para seus filhos. Um pai ribeirinho nos relatou sua preocupação com seus filhos:

Eu sou ribeirinho, e apesar de ter orgulho da minha profissão não quero que meu filho faça isso quando adulto. Não é que me envergonhe, pelo contrário, é porque eu luto tanto, para colocar o mínimo na mesa todo dia. Aqui a gente não tem acesso a quase nada, e olha que nós somos organizados por meio de uma associação. A gente que é pai, quer que nossos filhos tenha uma vida melhor que a nossa no futuro. Faço tudo que posso por eles, e queria muito dar um futuro melhor. Se a nossa profissão fosse reconhecida, ele poderia ser pescador também. (Entrevista realizada em junho de 2022 em Araguaianã-TO).

A falta de acesso a uma educação de qualidade é uma queixa recorrente nos diferentes grupos sociais que compõem o campesinato, no Norte do Tocantins. E, nesse processo, a luta por um transporte de qualidade para que crianças e jovens se locomovam do campo para a cidade para estudar é umas das preocupações dos camponeses e uma dificuldade enfrentada por muitas comunidades, como relatou um pai do Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO:

Aqui no Acampamento nem sempre o ônibus consegue entrar, as vezes os jagunços tentam impedir a passagem dele para buscar nossas crianças. Eu sonho com o dia que meu filho tenha uma vida digna, que ele possa ir e vim com segurança, que ele cresça saudável e que tenho um futuro melhor (Entrevista realizada em julho de 2022 no Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO).

A luta pelo acesso à educação é um dos elementos identificados nessa resistência camponesa frente a fronteira agrícola atual. Acreditamos que a frente de expansão, que outrora tinha a migração como uma de suas características, agora, encontrou na coletividade forças para lutar pelo acesso e permanência na terra e no território. Essa frente de expansão pode ser relida a partir do campesinato, pois trata-se, na verdade, de lutas de classes (capitalistas e camponeses) em torno da terra e do seu uso.

É na busca por uma educação de qualidade que muitos jovens têm chegado ao Ensino Superior, e retornado para sua comunidade, como é o caso de muitos indígenas, quilombolas, filhos e filhas de camponeses que estudam na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Universidade essa que atende alunos de diferentes municípios, contexto socioeconômicos e culturais.

Arcanjo (2019) mostra a importância da educação na vida dos indígenas que, após formados, voltam, na maioria das vezes, para as aldeias e ensinam nas escolas indígenas ou em escolas regulares da Educação Básica. Nesse sentido, evidencia-se o papel da UFNT nesse processo formativo dos povos originários.

As instituições de Ensino Superior desenvolvem inúmeras pesquisas que contribuem diretamente para entender a dinâmica territorial no Norte do Tocantins, com diversas temáticas relacionadas à questão agrária e à expansão do capitalismo. A UFNT organiza momentos de diálogos com as comunidades através dos eventos e palestras. Um deles é o Seminário Integrado do Grupo de Estudos Agrários, Direitos Humanos e Comissão da Pastoral da Terra, (organizado por professores do *Campus* de Araguaína-TO do curso de Geografia) e a Jornada Universitária pela Reforma Agrária (JURA), ambos levantam temáticas relacionadas aos povos do campo e às problemáticas agrárias (Figuras 77-78).

Figura 77 – Cartaz do V seminário integrado na UFNT



Fonte: UFT⁸⁵ (2023)

Figura 78 – V JURA na UFNT



Fonte: LEDOC-UFT⁸⁶ Tocantinópolis. (2023)

A luta pelo acesso ao ensino de qualidade é uma das pautas que contribui para a mobilização das comunidades, as quais podem ocorrer de forma coletiva ou pontuais, com a participação de muitas ou de poucas pessoas, seja com ou sem apoio dos movimentos sociais e da CPT.

Os dados catalogados e disponibilizados pelo Centro de Documentação Dom Tomas Balduino mostram as mobilizações que ocorreram no Norte do Tocantins de 2000 a 2020, as quais evidenciam que a resistência ocorre para além dos movimentos sociais. Essas mobilizações ocorreram por meio da interdição de rodovias e da Ferrovia Norte-Sul, ocupações de prédios públicos (camarás e prefeituras), atos públicos. Essas resistências identificadas aconteceram em torno da luta por território, terra e água, como mostra o Quadro 15.

⁸⁵ Disponível: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/31011-inscricoes-abertas-para-o-v-seminario-integrado-do-grupo-de-estudos-agrarios-direitos-humanos-e-comissao-pastoral-da-terra>. Acesso: 24 maio 2023.

⁸⁶ Disponível: <https://www.facebook.com/ledocufttoc>. Acesso: 24 maio 2023.

Quadro 15 – Manifestações camponesas, no século XXI (2000-2020)

Ano	Município Primário	Nome Da Manifestação	Número De Pessoas
2.001	Piraquê (TO)	Acamp. diante do Incra/Faz. União Sta. Rosa	250
2.001	Araguaína (TO)	Cadastramento nos Correios/Acamp. na BR-153	
2.001	Araguaína (TO)	Acampamento em frente ao Incra	300
2.001	Araguaína (TO)	Ocupação da Agência dos Correios	1.200
2.013	Babaçulândia (TO)	Ato Público/UHE Estreito	
2.004	Araguatins (TO)	Ocupação do Incra/Acamp. Alto da Paz	360
2.004	Araguatins (TO)	Caminhada/Acamp. Alto da Paz	180
2.004	São Sebastião do Tocantins (TO)	Romaria da Terra e das Águas Pe. Josimo	1.500
2.005	Babaçulândia (TO)	Bloqueio da TO-222	300
2.006	São Bento do Tocantins (TO)	Ato contra a Valec Engenharia/Assent. Formosa	50
2.006	São Sebastião do Tocantins (TO)	Ato em Memória do Pe. Josimo/Romaria	1.000
2.006	São Sebastião do Tocantins (TO)	Encerramento da Romaria dos 20 Anos da Morte do Pe. Josimo	2.000
2.006	São Sebastião do Tocantins (TO)	Romaria dos 20 Anos da Morte do Pe. Josimo	2.000
2.006	Muricilândia (TO)	Acamp. diante do Incra/Assent. Mato Azul	30
2.008	São Bento do Tocantins (TO)	Bloq. da Ferrovia Norte Sul/P.A. Formosa/Brejão e Outros	400
2.007	Darcinópolis (TO)	Ato contra a Valec Engenharia/Faz. Brejão/P. A. Formosa	30
2.007	São Bento do Tocantins (TO)	Bloq. do Canteiro de Obras da Ferrov. Norte Sul/P.A. Formosa	300
2.007	Araguaína (TO)	Ocupação do Incra	30
2.010	Babaçulândia (TO)	Ato Público/Marcha dos Atingidos pela UHE de Estreito	
2.010	Babaçulândia (TO)	Marcha dos Atingidos pela UHE de Estreito	1.000
2.011	São Sebastião do Tocantins (TO)	Semana da Terra/I Encontro de Pescadores e Agricultores do Bico do Papagaio	
2.013	Aragominas (TO)	Ato Público/Com. Quilombola Pé do Morro	
2.013	Filadélfia (TO)	Ato Público/Com. Quil. Grotão	
2.013	Esperantina (TO)	Ocup. Incra/Faz. São Judas Tadeu	100

2.013	Barra do Ouro (TO)	Ato Público contra Pistolagem e Grilagem/Gleba Tauá	150
2.013	Santa Fé do Araguaia (TO)	Ato Público/Com. Quil. Cocalinho	
2.013	Muricilândia (TO)	Ato Público/Com. Quil. Dona Juscelina	
2.013	Campos Lindos (TO)	Ato Público/Projeto de Soja Campos Lindos	200
2.013	Campos Lindos (TO)	Ato Público/Serra do Centro/Projeto de Soja Campos Lindos	
2.013	Araguatins (TO)	Ocup. Incra/Acamp. Carlos Marighela	120
2.015	Araguatins (TO)	Ocup. do Incra/Faz. Santo Hilário	750
2.015	Buriti do Tocantins (TO)	Romaria da Terra e da Água Padre Josimo	1.000
2.015	Barra do Ouro (TO)	Apoio e Solidariedade às Famílias da Gleba Tauá	118
2.015	Campos Lindos (TO)	Bloq. de Rodovias/Faz. Mirante	300
2.015	Campos Lindos (TO)	Ato Público/Faz. Mirante	
2.016	São Bento do Tocantins (TO)	Protesto por Transporte Escolar/Assent. Mártires da Terra	30
2.018	Araguatins (TO)	Bloq. da BR-230/Contra Despejo das Famílias da Faz. Esmeralda	
2.016	Wanderlândia (TO)	Bloq. TO-420/Faz. Boqueirão	50
2.016	Wanderlândia (TO)	Bloq. TO-420/Faz. Boqueirão	50
2.016	Araguatins (TO)	Bloqueio da BR-230	70
2.017	Araguatins (TO)	Manif. em frente ao Incra	30
2.017	Araguatins (TO)	Nota Pública contra a ADI-3239	196
2.018	Barra do Ouro (TO)	10º Encontro de Camponeses e Camponesas do Tocantins	150
2.005	Buriti do Tocantins (TO)	19ª Romaria da Terra Pe. Josimo	1.000
2.002	Buriti do Tocantins (TO)	VIII Romaria da Terra	1.000
2.013	Buriti do Tocantins (TO)	XIII Romaria da Terra e da Água Padre Josimo	
2.001	São Sebastião do Tocantins (TO)	Romaria/Pe. Josimo Tavares	
2.021	Buriti do Tocantins (TO)	Jornada Nacional de Luta Pela Reforma Agrária/Fechamento da TO404	

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomas Balduino na cidade de Goiânia-GO.

As mobilizações foram organizadas coletivamente e contaram com a participação de camponeses de diferentes comunidades. Muitos desses movimentos são articulados por meio das mídias digitais e redes sociais, como Instagram, Facebook e sobretudo *WhatsApp*. Portanto, no século XXI, quando pensamos na expansão da fronteira agrícola no território, e consideramos que as estratégias neoliberais se adaptaram para a realidade local, temos que identificar que o campesinato também encontrou maneiras de resistir e se rearticular.

E no século XXI, uma das estratégias camponesas de resistência é a utilização dos recursos tecnológicos. O Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante-TO é um dos exemplos dessa situação, pois mesmo se localizando em uma área de difícil acesso, conseguiram uma antena parabólica (Figura 79) que ajuda no sinal de *internet*. Dessa forma, conseguem fazer ligações por *whatsapp* para pedir ajuda quando estão em perigo, e se comunicar com familiares.

Figura 79 – Acampamento Gabriel Filho



Fonte: Acervo da autora; trabalho de campo de janeiro de 2020.

A utilização de recursos tecnológicos como instrumento de resistência, no século XXI, foi identificada na fala das comunidades. No acampamento Gabriel Filho, uma camponês-posseiro relatou:

Não tem como ficarmos aqui totalmente isolados sem contanto nenhum, porque se não como vamos pedir ajuda? Aqui já aconteceu de tudo, nossos cachorros morreram de uma maneira muito estranha, todos escumaram, já colocaram gasolina na nossa motinha. O único transporte que nos tempos, que é por onde pedíamos ajuda, buscamos nossos amigos na estrada, vamos na cidade. Somos intimidados de todas as formas, então nos vimos obrigados a dar um jeito de termos pelo menos um telefone. Porque é por meio deles que eu peço ajuda inclusive na CPT, ligo para os advogados, converso com moradores de outros locais. Artigo a vinda de novas famílias para o Acampamento, coisa que inclusive estou tendo muita dificuldade porque as pessoas quando sabem das situações que já vivemos aqui tendem a não vim, porque sentem medo. Então a internet veio como uma forma de nos ajudar. Além disso porque lá, o dia que o sinal colabora consigo ler alguma coisa, ver um vídeo porque nos temos que ficar muito a par dos nossos direitos, esse Brasil é de todos nós, muita terra, mais que pena que a terra é restrita a mão de ferro dos ricos. E desse jeito, a gente fica aqui, movidos pela esperança de voltar para a terra, mais sobretudo porque a necessidade é grande (Entrevista realizada em julho de 2022 no Acampamento Gabriel Filho).

Uma ribeirinha também falou sobre a importância dos recursos tecnológicos para eles:

Articulamos nossas vendas, sabemos de notícias, temos um grupo por onde pensamos na festa da canoagem que acontece a cada início de ano, dependendo do nível da água do rio e da chuva. Sabemos notícias de outras comunidades ribeirinhas e do mundo de uma maneira geral. Afinal de contas a gente precisa estar atualizado porque as coisas mudam muito rápido (Entrevista realizada em Araguaia, em julho de 2022).

A fala referente ao uso de aparelho celular apareceu em quase todas as comunidades visitadas; por isso, acreditamos que esse é um modo como os capitalistas encontram meios de se aproximar da comunidade, e trabalhar por dentro da necessidade delas, como forma de enfraquecê-las. Os camponeses buscaram maneiras de ser rearticular: a coletividade, o uso das tecnologias, a busca por estudo são os principais elementos observados, nesse sentido. Os outros que já existiam nas décadas de 1970/80/90, no caso, os sindicatos, as associações, FETAET, APA-TO, CPT, continuam existindo e assessorando as comunidades.

A resistência é cotidiana pela permanência nos locais de embate, pois permanecer em local de medo e violência não é fácil e mostra o quanto a luta pela terra de trabalho é importante para essas comunidades.

Em Campos Lindos-TO, na Barra do Ouro-TO, e em Nova Olinda-TO, encontramos situações similares de permanência dos camponeses em áreas de conflito. Em Campos Lindos-TO, por exemplo, um camponês desenhou (Figura 80) no chão da sua terra de trabalho a realidade vivenciada por ele e sua família, diante da expansão do agronegócio no território, deixando-os totalmente isolados em meio à plantação de soja.

Figura 80 – Camponês desenha no chão sua propriedade e a soja em seu entorno



Fonte: Acervo da autora, trabalho de campo, janeiro de 2020.

Esses camponeses não conseguem mais produzir como antes, e um dos motivos explicados pelo senhor Odilon⁸⁷ é justamente o avanço da soja no município. No seu relato:

Já não consigo produzir como antes, nem os peixes tem mais nos rios. Antigamente tinha muito peixe aqui, muitas árvores. Agora o que conseguimos plantar é pouco diante do que era plantado antes, no lugar das árvores tudo que vemos agora é a soja. E os fazendeiros ainda tenta comprar nossas terras para

⁸⁷ Odilon Barbosa do Nascimento: camponês-possuidor assassinado no município de Buritis, no estado de Rondônia, no dia 10/04/2015, em um conflito por terra (CPT, 2015).

compensar o desmatamento da deles (Entrevista realizada em julho de 2022 em Campos Lindos-TO).

Permanecer na terra de trabalho tem sido para os povos do campo um desafio diário, pois, o capitalismo tenta de todas as formas expropriá-los. O enfrentamento dos camponeses frente a expansão capitalista ocorre na área de estudo mediante à tomada de consciência de classe que luta e se solidariza frente as barbáries do capital.

Mesmo com a expansão capitalista e as situações de violência engendradas, também com a expansão da fronteira agrícola, os povos do campo têm encontrado meio de se recriarem e de permanecerem na luta cotidiana por uma vida melhor e pelo sustento da família.

Por isso, acreditamos e concordamos com Fabrini (2007), ao afirmar que a resistência vai além dos movimentos sociais, e com Scott (2002), ao defender que a resistência é cotidiana. Uma das expressões desse olhar para a resistência veio ao identificar a permanência de conhecimentos ancestrais repassados entre as gerações, seja ao fabricar farinha, ao selecionar sementes crioulas e as trocar entre a comunidade, ao permanecer coletando coco, mesmo morando no perímetro urbano, ao criar porcos e plantar hortaliças e plantas medicinais em pequenos recipientes e fugir no meio da noite por medo de jagunços. Ou ainda, ao organizar momentos formativos ou somente uma conversa informal com outros moradores, e nela identificarem, as dificuldades que todos passam.

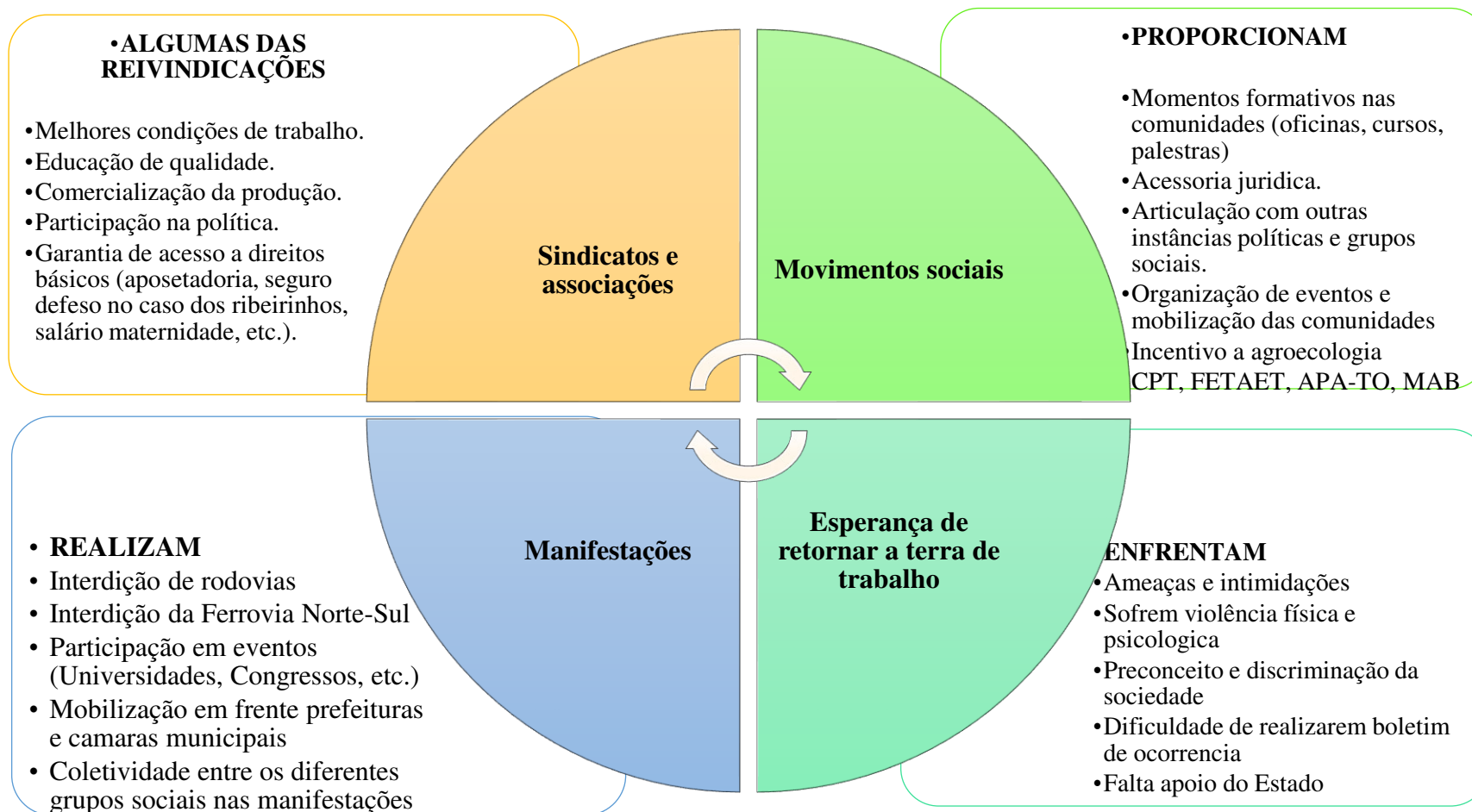
Muitas dessas resistências que chamamos de cotidianas foram identificadas por fotos, relatos e ao se permitir viver, mesmo que por um momento, com a(s) comunidade(s) o labor do dia a dia. Dessas experiências vivenciadas, pudemos ver a importância da produção de farinha, do roçado, do coco babaçu, das escolas, dos rios, da terra, dos costumes e do conhecimento popular repassado entre as gerações, na manutenção e continuidade da vida.

E mesmo essas famílias vivendo conflitualidades que se revertem em conflitos mediados por situações de violências, frente a expansão capitalista no território, que se apresenta, também, por meio da monopolização do território e da territorialização do capital no campo, continuam existindo e recriando suas histórias, cultura e modos de vida. Como bem nos lembra Fernandes (2009, p. 745), “[...] a resistência camponesa é responsável por sua (re)criação no enfrentamento permanente com o capitalismo”.

A partir do relato dos ribeirinhos, assentados, comunidades tradicionais, quebradeiras de coco babaçu, sujeitos com identidades sociais distintas, os quais compõem o campesinato regional como uma classe que reivindica e luta contra a expropriação da terra e toda forma de opressão, elaboramos um esquema (Figura 81) que mostra os principais problemas enfrentados pelas comunidades. A partir dele, podemos identificar que a resistência tem uma estreita relação com os conflitos e com a insatisfação da classe camponesa frente a expansão do capitalismo, que tende a expropriá-los da terra.

Os sindicatos, associações e os movimentos sociais contribuem para a mobilização coletiva dos camponeses, os quais nutrem a esperança em retornar para a terra de trabalho, as mobilizações são algumas das maneiras encontradas para lutar por esse objetivo. Ao se mobilizarem, reivindicam melhores condições de trabalho, educação de qualidade e garantia de seus direitos, dentre outras pautas. Os camponeses, geralmente, enfrentam preconceitos, ameaças e intimidações, violência física e psicológica.

Figura 81 – Reivindicações identificadas a partir do relato dos interlocutores da pesquisa



Fonte: Trabalhos de campo 2019, 2020 e 2022.

Diante de todo o debate construído, constatamos que o território é visto como fronteira para os capitalistas (latifundiários e empresários) e para o Estado; mas, para a comunidade local, é o território da vida, da esperança. É onde eles têm vínculos afetivos, e reproduzem seus modos de vida, ensinam os conhecimentos milenares para as gerações mais novas e, mesmo com a expansão do capitalismo, com todas as suas estratégias neoliberais baseadas na acumulação, na expropriação camponesa e na mercantilização da natureza, os camponeses têm se organizado, existindo e resistindo. Um dos elementos que contribui para isso é a esperança de uma vida melhor para si e sobretudo para as crianças. A esperança de um novo tempo, de novas oportunidades e possibilidades.

Nesse sentido, apesar de a área de estudo ser um território capitalista que se insere enquanto fronteira, o campesinato regional (camponeses-posseiros, povos originários, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, comunidades tradicionais, assentados) tem se organizado, e podemos dizer: são a melhor expressão do campesinato. Além disso, toda essa situação nos revela a importância da Reforma Agrária para os povos do campo, da floresta e das águas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do avanço do agronegócio e da monopolização do território por empresas nacionais e multinacionais, conseguimos construir uma leitura em torno da fronteira, do conflito e das resistências dos povos do campo, da floresta e da água que juntos compõem o campesinato, no Norte do Tocantins. A tríade território, fronteira e campesinato, na geografia, nos forneceu uma perspectiva sobre a organização territorial no Norte do Tocantins a partir da expansão da fronteira agrícola, no século XXI. O território, enquanto uma categoria da ciência geográfica, nos dá elementos teóricos-metodológicos para pensar os conflitos e as relações de poder; a fronteira, entendida a partir de um ângulo do movimento e do conflito, nos revela novos processos no Norte do Tocantins; e, o campesinato, como classe social, se levanta frente a expansão e as barbáries de capitalistas rentistas apoiados e incentivados pelo Estado Neoliberal.

Quando Martins (2009) trabalhou o debate fronteiriço, nos anos 1970-1980, o fluxo migratório para a região Norte do Tocantins ocorria com frequência, pois vivíamos um momento de incentivos a ocupação da Amazônia Legal. Naquele momento, a pecuária era a principal atividade econômica do território e o principal elemento que compunha a fronteira agrícola.

À medida que havia apropriação e usos do território por parte de capitalistas, os conflitos também foram se intensificando, formando o que Martins (2009) chama de fronteira do humano. Uma dimensão que vai além das questões econômicas, mas que leva em consideração a realidade social da população, sobretudo daqueles que moram no campo e que vivem de uma maneira simples, retirando da terra o sustento da família, por meio de uma agricultura de subsistência e que acabaram se organizando coletivamente e politicamente para lutar pela terra de trabalho, políticas públicas, condições de vida, educação, renda, trabalho e território.

A fronteira territorializada no século XXI, no Norte do Tocantins, não é a mesma, até meados dos anos de 1980 do século passado, pois novos elementos se territorializam e reordenaram o território, como as empresas monopolistas voltadas para a produção em larga escala de *comodities* que abastecem o mercado nacional e internacional. Os elementos capitalistas de produção agrícola, agropecuário e extrativista são, sobretudo, gado, soja e eucalipto.

A migração foi intensa até a segunda metade do século XX, inclusive muitos municípios surgiram na década de 1990, após a criação do estado do Tocantins. Na atualidade, a mesma já não ocorre com tanta frequência e os camponeses muitas vezes permanecem nos

locais de conflito. Os movimentos sociais são um ponto de apoio importante para o campesinato regional.

O século XXI chegou, o capitalismo se modificou, novas estratégias e empreendimentos estão no Norte do Tocantins. O capital financeiro e empresarial comanda sua organização pelo simples clique na tela do celular, modificando a vida da população local. A monopolização do território pelas empresas capitalistas se dá de diferentes maneiras no território: a) quando o fazendeiro arrenda a terra para a empresa monopolista plantar eucalipto, soja e criar gado; b) quando a empresa que compra a soja é a mesma que vende o adubo, o agrotóxico e ainda muitas das ferramentas de trabalho. Dessa forma, tanto o capitalista quando o camponês acaba tendo que submeter a lógica dela; c) quando cuidam de todo processo produtivo e regulam o preço do produto; d) quando as empresas adentram na comunidade e buscam a aceitabilidade camponesa a partir da troca de favores ou de suporte em algo que a comunidade necessite.

No passado, as comunidades que viviam no campo não tinham tanto acesso aos recursos tecnológicos e as mídias digitais, como têm na atualidade. Os capitalistas se reorganizaram, mas os camponeses também buscaram se reorganizar na fronteira agrícola. A fronteira agrícola não está consolidada, porque ainda existem fortes conflitos por terra e território na região, com presença armada de jagunços, e desaparecimento de pessoas que acabam indo para as fazendas com o sonho de uma vida melhor e pela necessidade. Não podemos falar que é uma fronteira consolidada, porém, também não podemos dizer que é uma realidade única.

O campesinato regional se organiza e resiste frente a essa expansão da fronteira agrícola, agora, voltada para o abastecimento do mercado externo. Os capitalistas têm o poder de compra maior que os camponeses.

A resistência camponesa ocorre de diversas maneiras, como, por exemplo, na permanência nos locais de morada, mesmo vivendo situações de conflito, mediados, inclusive, por atos de violência (física e psicológica), pelas interdições de rodovias e participação em momentos de debates nos espaços acadêmicos, na reprodução dos modos de vida, na formação de sindicatos e associações ou ainda por meio da solidariedade entre os diferentes povos que vivem no campo.

A diversidade camponesa se dá na multiplicidade de costumes e modos de vida, na maneira como cada sujeito lida com a terra, com a família, com o meio ambiente, reproduzindo seus modos de vida e transmitindo entre as gerações os conhecimentos recebidos. Podemos citar, como exemplo: as festas indígenas, as práticas agroecológicas, as receitas de remédios

naturais (plantas medicinais), as histórias e lendas ensinadas às crianças e jovens, a transmissão das habilidades de trabalho (pescar, coletar e quebrar o coco babaçu, plantar e colher na época certa dependendo da lua) e tantos outros conhecimentos ensinados e aprendidos. Nesse sentido, fica evidente que o território monopolizado pelo capital representa uma fronteira, que é justamente o espaço onde podem ser geradas coisas novas voltadas para o capitalismo, mas para as comunidades locais, é o território da vida, da esperança, onde criam vínculos afetivo.

Não é possível identificar os impactos dessa expansão da fronteira agrícola no Norte do Tocantins em sua totalidade, porque eles não são passíveis de serem quantificados, haja vista que muitos ocorrem no plano imaterial. Estão na memória de crianças que veem o jagunço e têm medo dele; é no homem e na mulher que estão sempre em alerta com medo do pistoleiro na calada da noite; é na destruição dos roçados, das casas e até mesmo na violência contra a pessoa (agressões físicas, verbais, ameaças) e na morte dos animais. Não dá para falar o que é a fronteira do humano na sua totalidade, pois isso tem uma dimensão muito particular, na maneira como cada sujeito lida e percebe o conflito e a violência no território.

O conflito tem uma relação muito direta com a resistência, um movimento antagônico que, ao mesmo tempo em que desestabiliza uma comunidade, faz com que se organizem coletiva e politicamente pela terra de trabalho e pelo território. O capitalismo reorganiza o território para atender suas demandas nem que para isso pessoas morram, o meio ambiente seja poluído e que até mesmo crianças sejam ameaçadas.

As vidas das crianças que vivem na fronteira agrícola, no Norte do Tocantins, não pode passar invisíveis. E por mais que não consigamos adentrar nessa discussão, sabemos da sua importância e que pode ser uma temática a ser estudada a partir deste documento. Assim, acreditamos que outras pesquisas podem ser feitas a partir desta. Uma delas é para pensar a dimensão da mulher camponesa, líderes que estão à frente de muitas comunidades e de muitos dos movimentos sociais que emergem no território.

No Norte do Tocantins, não existe somente morte na luta pela terra e território; existem comunidades que, mesmo não entendendo muitas questões legais e jurídicas sobre a terra, lutam e buscam entender sobre seus direitos para que o acesso e permanência na terra sejam possíveis. Os(as) camponeses(as) não têm o mesmo tempo que os capitalistas e nem seu poder de compra. O tempo do ribeirinho, do camponês, do indígena é o tempo social, tempo de compreender as dinâmicas territoriais, tempo de vivência. E, mesmo com toda situação de violência vivenciada por eles, encontram meio de resistir e aprender juntos(as). Assim, a coletividade tem sido uma das alternativas encontradas pelos povos do campo, da água e da

floresta para resistir e defender o território. São eles, portanto, que contribuem diretamente para a preservação ambiental e da cultura tocantinense.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 579-590, 2010.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. AS POLÍTICAS DO GOVERNO BOLSONARO PARA O CAMPO: A contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**. v. 16. n.º. 29, p. 353 - 392, ANO 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- ALMEIDA, José Jonas. **Do extrativismo à domesticação: as possibilidades da castanha-do-Pará**. Tese (Doutorado) 304 f. 2015. Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05082015-141612/pt-br.php>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Agroestratégias e desterritorialização** – os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica. 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In.: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington. **Terra e territórios na Amazônia: Demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 27-44.
- ALMEIDA, José Jonas. Os Primórdios da Exploração da Castanha-do-Pará na Amazônia (Séculos XVIII-XX). In.: **6ª Conferência Internacional de História Econômica e VIII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo**. 2016. p. 1-32. Disponível: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Os+Prim%C3%B3rdios+da+Explora%C3%A7%C3%A3o+da+Castanha-do-Par%C3%A1+na+Amaz%C3%B4nia+%28S%C3%A9culos+XVIII-XX%29.+&btnG=. Acesso em: 12 jan. 2019.
- ANDRADE, Manuel Correia. Formação territorial do Brasil. In.: BECKER, B. k. et al. (Orgs). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. RJ/SP: Hucitec/UGI, 1995.
- ARAÚJO, James Aguiar; JACINTHO, Donatha Alves. **Povoamento e Migração: Processo de Transformação do Espaço Social do Município de Carmolândia, após 1968**. 83 f. 2004. Monografia apresentada para obtenção de título de especialista. Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão. Araguaína-TO, 2004.
- ARENDRT, Hannah. **Da violência**. Tradução: Maria Claudia Drummond data publicação Original: 1969/1970. Data da Digitalização: 2004.
- A resistência das comunidades tradicionais de Campos Lindos em seus territórios: Serra do Centro e Mirante / Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil central – N. 05 (Ago. 2018) / Coordenação da pesquisa: Paulo Rogério Gonçalves et al.–. – Manaus: UEA Edições / PNCSA, 2018. (Cartilha)
- ASSIS, Wilson Rocha. **Estudos de História de Goiás**. 4. ed. Goiânia: Editora Vieira, 2009.

BARBOSA, Jose Humberto Gomes. **A GUERRILHA DO ARAGUAIA: Memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito.** Dissertação. 158 f. 2016. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PPGEHIST da Universidade Federal do Tocantins. 2016.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Conflitos sociais na fronteira amazônica.** Campinas, SP: Papirus, 1996.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **As políticas territoriais e a criação do estado do Tocantins. 1999.** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.

BARROS, Silvaney da Silva. Agroecologia no P. **A Amigos da Terra – Darcinópolis-TO: uma alternativa para a permanência dos jovens no assentamento.** 36 f. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022.

BARROS, Mateus Resplandes. **A criação e relevância da comissão pastoral da terra Araguaia-Tocantins (CPT) na Região Norte e bico do papagaio, no contexto da luta dos povos deserdados da terra.** 43 f. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2020.

BARTRA VERGES, Armando. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** In.: VIEIRA, Ima Célia Guimarães. (Org.). Ensaio sobre geografia e sociedade na região amazônica. Vol.2. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 7-89.

BECKER, Bertha, K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (53), 2005.

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** 3 ed. São Paulo: ÁTICA S.A. 1994.

BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica: questão sobre gestão de território.** Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia a nova fronteira de recursos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BESSA, Kelly. A Dinâmica da diferenciação espacial entre os centros do segmento de rede urbana no Tocantins. In.: SANTOS, Roberto de Souza et al. **Território e Diversidade Territorial no Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais.** Goiânia: Kelps, 2013.

BOTELHO, Adielson Correia; ANDRADE, Maristela de Paula. A expansão da silvicultura: impactos socioambientais em territórios camponeses no leste maranhense. **Anais... XXI Congresso Nacional de Geografia. Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro.** Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

BRITTO, Saimon Lima de. **O processo de reforma agrária no antigo norte goiano e a interiorização das ligas camponesas.** 127 f. 2020. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2020.

BRITO, Eliseu Pereira de; ALMEIDA, Maria Geralda de. Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins. **Geosul**, Florianópolis, v. 63, n. 32, p. 230-248, 2017.

BRITO, Eliseu Pereira de. **Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocantinense**. 290 f. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BRITO, Eliseu Pereira. O papel de Palmas - TO na rede de integração regional. 260f. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/167/1/EliseuPereiradeBrito.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora filosófica politeia, 2019.

CASTRO, Ina Elias. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Raifran Abidimar. **Estratégias de dominação empresarial e resistências comunitárias na Amazônia maranhense**. 287 f. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/documentos/RAIFRAN%20ABIDIMAR%20DE%20CASTRO.pdf>. Acesso: 13 jan. 2019.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: Conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luiz, SIOGE (Edições SECMAR), 1992.

CAMPAGNOLLA, Clayton; MACÊDO, Manoel Moacir Costa. Revolução Verde: passado e desafios atuais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 39, n. 1, e26952, 2022 DOI: 10.35977/0104-1096.cct2022.v39.26952.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **A esquerda em armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)**. 239 f. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, 1995.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera: Presidente Prudente**. Ano 7, nº 5. Jul/dez., p. 1-12, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. 2. ed, São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CATAIA, Márcio Antonio (2008). Fronteiras: territórios em conflito. **Anais...** do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG). Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, p. 11-25, 2008.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás, 1821-1988**. São Paulo: Editora da UCG, 1999.

CAVALCANTE, Julia Carla Duarte. **As ligas camponesas na formação do Sindicalismo rural: possibilidades, limites e perspectivas (1954-1964)**. 153 f. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

CAVALCANTI, Manuella Paiva de Holanda; LIMA, Eden Erick Hilário Tenório de. Marcha das Margaridas: Participação política, empoderamento e movimento social em rede das mulheres do campo e da floresta. **Rev. ACENO**, Vol. 3, N. 5, p. 94-107. Jan. a Jul. de 2016.

CERQUEIRA, Eder da Silva. Agronegócio x Desenvolvimento: espaços estratégicos do agronegócio no estado do Tocantins e o Índice de Desenvolvimento Humano. **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA – vol. 2 n. 1 (junho, 2016), p. 05-32.
Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/267892709.pdf>. Acesso em: 15 de jul.2021.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CASTILHO, Denis. **Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico**. In: Revista Mirante, vol. 2, n.1. Pires do Rio - GO: UEG, 2007.

CHAVES, Patrícia Rocha. **Rebeldia e Barbárie: Conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio**. 405 f. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIFUENTES, Joaquim Eduardo Manchola. **AGRONEGÓCIO E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: O enclave da soja em Campos Lindos Tocantins**. Tese de doutorado. UNB - Universidade de Brasília. 2013. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/15568>. Acesso em: 23 out. 2022.

Comissão da Pastoral da Terra. **Cadernos de Conflitos no Campo**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Expressão Popular. SP, 1985-2020.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. Sojicultura e mercado de terras na Amazônia. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 173-185, jan./jun. 2015. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/3211/321143201012.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

COSTA, Wanderley Messias da Costa. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1988. p. 43-61.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DIAS, Reges Sodré da Luz Silva; VASCONCELOS FILHO, João Manoel de. A pecuária em Araguaína no contexto da fronteira agrícola (1960-1990). **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 4, p. 37-50, 2015. Disponível:
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/1453/14899>. Acesso em: 09 jun. 2022.

Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home. Acesso em: 23 mar. 2023.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos**: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Acesso em: 27 jan. 2023.

DINIZ, Aldiva Sales. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA COMPREENSÃO DO CAMPESINATO (Theoretical contributions to understanding peasantry). **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2012. Disponível em: [//rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/29](http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/29). Acesso em: 6 maio. 2023.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. Cerrado, Revolução Verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza**, vol. 29, núm. 3, p. 473-488, 2017.

DOMINGUES, Mariana S; BERMANN, Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambient. soc.** São Paulo, v. 15, n. 2, p. 1-22. ago.2012.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais João. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 10, nº. 11 pp. 8-32 Jul.-dez./2007.

FABRINI, João Edmilson. A escala da luta e resistência camponesa. *Geosul*, v.21, n42, 2006, p. 63-91.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. A questão agrária no Governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**.UNESP. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). 2008.

Feliciano, Carlos, Alberto., **Território em disputa: Terras (re)tomadas. (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema)**, Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2009.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. **Perspectiva Geográfica**, Cascavél, PR, V.9, N.10 2014

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Rev.Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In.: CALDART, Roseli Salette et al (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 744-747.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio M. (Ed.). *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2010. 344 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105035>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. CONHECENDO A TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Caminhos de Geografia Uberlândia** v. 11, n. 36 dez/2010 p. 113 - 128 Página 113. Disponível: <file:///C:/Users/Thaysslorry/Downloads/admin,+RCG-2010-1241.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: FREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. Michel Foucault. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GEO, Junior. **Novas idéias novas ações. Geografia do Tocantins**. Palmas. 2017.

GUEDES, André Dumans. Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social. **Rev. B as. Estud. Urbanos Reg.**, RECIFE, V.18, N.1, p.23-39, JAN.-ABR. 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2004, p. 20. Disponível em: Microsoft Word - CONFERENCE Rogerio HAESBAERT (ufrgs.br). Acesso em: 23.jan.2020.

HAESBAERT, Rogerio. Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 5-20, 2016.

HAESBAERT, Rogerio. Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 5-20, 2016. Acesso em: 09 dez. 2021.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Berrand Brasil, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. 14.ed. Loyola. 1992.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

HÉBETT, Jean. Movimento sindical e ações de desenvolvimento rural na região de Marabá: a construção de um nível regional de ação em parceria. **Rev. Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. V, 1, nº 3, 2002, p. 142-172.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: Fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: Annablume, 2009.

INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais...** São Paulo: 2009.p. 1-16.

JESUS, José Novais de; CALAÇA, Manoel; SILVA, Lorraine Gomes da. O território camponês em construção: utopias e contradições. **Revista Territorial** - Goiás, v.2, n.2, p.211-229, jul./dez. 2013.

JESUS, Sidinei Esteves de Oliveira de. **Construção do território, atividade apícola e reprodução camponesa: estudo sobre o projeto de assentamento amigos da terra, Tocantins, Brasil**. 2014. 166 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

JESUS, José Novais de. **A monopolização da renda da terra e os conflitos agrários na fronteira agrícola do MATOPIBA**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2020.

JESSOP, Bob. O ESTADO, O PODER, O SOCIALISMO DE POULANTZAS COMO UM CLÁSSICO MODERNO. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009. Disponível: file:///C:/Users/Thaysslorry/Downloads/document.pdf. Acesso: 01 mar. 2023.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KARAJÁ, Adriano Dias Gomes. Aspectos Históricos e Culturais do povo Karajá – Xambioá. ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. karajá, Adriano Dias Gomes (Orgs.) Campinas/SP: Pontes Editores, 2016.

LIMA, Débora Assunção e. **Fronteira moderna e grãos e a transformação do espaço agrário no Tocantins**. Palmas/TO: EDUFT, 2017.

LIRA, Elizeu Ribeiro. A GEOGRAFIA, O TERRITÓRIO CAPITALISTA E O TERRITÓRIO INDÍGENA. **REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA -NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/ NURBA (UFT)** –vol. 4, n.2, 2018. Disponível:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/6384>. Acesso em: 13 mar. 2022.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de Acampamento**. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2014.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no Tocantins-Brasil vida dilaceradas**. Curitiba-PR: Appris editora, 2018.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no Norte do Tocantins: vidas fora do compasso**. São Paulo: USP, 2009. 317 f. Tese (Doutorado)

LOPES, Alberto Pereira; SUZUKI, Júlio César. A NOVA FRONTEIRA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: Conflitos, segregação e resistência dos

trabalhadores do campo. In.: SUZUKI, Júlio César, et al. (Orgs). **Geografias tocantinenses e outras leituras**. São Paulo: FFLCH/USP, 2019, p. 11-28. DOI: 10.11606/9788575063644

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas espaciais**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. Apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MACHADO, Lia Osorio. **Limites, Fronteiras, Redes**. Em T.M.Strohaecker, A.Damiani, N.O.Schaffer, N.Bauth, V.S.Dutra (org.). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MACHADO, Lias Osorio. A fronteira Agrícola na Amazônia brasileira. In.: CHRISTOFOLETTI, *et al.* (Orgs). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1995, p. 181-217.

MACHADO, Lia. OSORIO. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE. n° 54, abril/junho, 1992.

MACHADO, Lia Osório. **Urbanização e política de integração no Norte de Goiás**. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 1979.

MANIGLIA, Elisabete. **Segurança alimentar**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.118-174. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/s3vn9/pdf/maniglia-9788579830143-04.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MARTIN, **André Roberto**. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2. ed, São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista de**, São Paulo, USP, v.8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Lutando pela terra: Índios e posseiros na Amazônia Legal**, R. C.Sociais, Fortaleza, V. XI, N°s, 1-2, 1980, p. 7-27

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ, Rio Grande**, 2 (1): 95-108, 2011.

MECHI, Patricia Sposito. Modernização excludente e conflito social na região do Tocantins: aspectos preliminares de estudo sobre as lutas camponesas em Porto Nacional nas décadas de 1970 e 1980. **XVIII Simpósio Nacional de História lugares dos historiadores velhos e novos desafios**. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis-SC.

MEDEIROS NETO, José Bernardo de. **Desafio à Pecuária Brasileira**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1970.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Movimentos sociais no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**. v. 16. nº. 29, p. 490 - 521, ANO 2020 e-ISSN: 1679-768X. Disponível: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12502>. Acesso em: 30 out. 2022.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E OCUPAÇÃO DESTRUTIVA DO CERRADO EM GOIÁS: os povos cerradeiros por um território livre. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, **Anais...** 11 a 15 de novembro de 2005. http://docs.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Resumos/Marcelo%20Rodrigues%20Mendon%27a_2_PT_ES.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

MIRANDA, Mariana. O papel da colonização dirigida na expansão da Fronteira na Amazônia. In.: BECKER, Berta K; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. (orgs.) **Fronteira Amazônica: questão sobre a gestão do território**. 1990, p. 47-62.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão da Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. Curitiba: Editora CVR, 2010.

MOODIE, A. E. **Geografia e Política**. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1965.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. 2. ed. Editora Hucitec: São Paulo, 1991.

MOREIRA, Rui. **A formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MUELLER, C. C. Dinâmica, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n.3, p. 64-87, jul./set. 1992.

Disponível: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8760>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MULLER, Charles C. O Estado e a Expansão da Fronteira Agropecuária na Amazônia Brasileira. **Rev. Estudos Econômicos**, 13 (3): 657-679. SET./DEZ. 1983.

NASCIMENTO, Junio Batista do. **Tocantins: História e Geografia**. Goiânia: Bandeirantes, 2011.

NASCIMENTO, Luiz Augusto Sousa. **Dispersão, coalescência e etnicidade: trajetórias e territorialidades de um grupo timbira**. Natal: Equatorial v. 5, n. 9, jul/dez 2018.

NORBERT, Elias. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed.- São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. XII Colóquio Internacional **de Geocrítica**. Bogotá, 7 a 11 de maio de 2012. Disponível: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A FRONTEIRA AMAZÔNICA MATO-GROSSENSE: Grilagem, Corrupção e Violência**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capitalismo e a Geopolítica mundial no fim do século XX. In.: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 239-288.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In.: Balduino, Dom Tomás et al. (Orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Asa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A natureza do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. In.: STÉDILE, João Pedro et. al. (Orgs.). **A questão Agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência** SP. USP/FFLCH. Livre Docência (mimeo) 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura Brasileira: Desenvolvimento e Contradições**. In: Bertha Koifmann Becker. (Org.). **GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE NO BRASIL**. SÃO PAULO: HUCITEC, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbaridade e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo, ano 19, v.2, nº. jul/dez, 2003, p. 113-156.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re (li) Gião Sudene, Nordeste Planejamento e Conflitos de Classes**. 6. ed. Editora Paz e Terra 1981.

PANINI, Carmela. **Reforma Agrária dentro e fora da lei**. Ed. Paulinas: 1990. ISBN: 85-050178-7.

PEREIRA, Dácio Alves. **A contribuição da Igreja Católica na luta pela terra no município de Araguaína-TO**. 2005. 124 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia, Uft, Araguaína, 2005.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O PRODECER (RE)VISITADO: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun., 2014.

PILE, Steve; KEITH, Michael. *Geographies of Resistance*. London, New York: Library Congress, 1997.

PINTO, Luís Carlos Guedes. **Reflexões sobre a política Agrária Brasileira no Período 1964-1994**; ano. 25 n°. 1 jun/ab4/ 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia Amazônias**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Editora brasiliense. 2004.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na Ditadura brasileira. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16003, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REINALDO, Thaysslorranny Batista. BRITO, Eliseu Pereira de. Na Fronteira Agrícola no Norte do Tocantins. In: SUZUKI, Júlio Cesar et al. (Orgs.). **Geografias tocantinenses e outras leituras**. São Paulo: FFLCH/USP, 2019, p. 29-41.

REINALDO, Thaysslorranny Batista. **Fronteira e modernização agrícola na Amazônia Legal: a experiência da Cooperativa Agropecuária Portuense LTDA - CAPPOL – Porto Nacional/TO (1963-2016)**. 2016. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2016.

REINALDO, Thaysslorranny Batista. **Cidades locais em área de Fronteira de Ocupação. Um estudo a partir da cidade de Carmolândia-TO**. 2012. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2012.

REINALDO, Thaysslorranny Batista.; BRITO, Eliseu Pereira. APONTAMENTOS GEOGRÁFICOS DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E DE OCUPAÇÃO POR MEIO DE UM ESTUDO EM CARMOLÂNDIA - TO. In: PEREIRA, Aires José; REINALDO, Thaysslorranny; DIAS, Reges Sodré da Luz. (Org.). **Pelos caminhos da Geografia**. 1ed. Goiânia: Kelps, v. 2, p. 227-243, 2022.

REINALDO, Thaysslorranny Batista; BRITO, Eliseu Pereira de. Na fronteira de ocupação agrícola no norte do Tocantins. Olhares a partir de Carmorlândia – Tocantins. **Revista Espaço**

Acadêmico, v. 16 n. 188, janeiro de 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32029/18144>. Acesso em: 13 maio 2021.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIGOTTO, Raquel Maria; ROSA, Islene Ferreira. **Agrotóxicos**. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs). *Dicionários da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012, p. 86-94.

ROCHA, Carlos Eduardo. **PRODUÇÃO TERRITORIAL DO CONFLITO AGRÁRIO NO TOCANTINS DO SÉCULO XXI: Terra, Território, expansão do capital e violência no campo**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2022).

ROCHA, Carlos Eduardo. **O processo de territorialização da agricultura moderna e expansão da produção de soja no município de Porto Nacional – TO**. Porto Nacional – TO: UFT, 2015. (Dissertação)

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RUIZ, Castor Bartolomé. **Os paradoxos do imaginário**. São Leopoldo, SP: Unisino, 2004.

SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. 1986. Tese (Doutorado).

SANTOS, Alisson Almeida dos. **Os índios Krahô e a expansão do agronegócio no nordeste do estado do Tocantins**. 2019. 92f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2019. Disponível: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1207>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SANTOS, Luciano Laurindo. dos. **Territorialidades transfronteiriças de poder do Bico do Papagaio: Pará, Tocantins e Maranhão, na temporalidade de 1970 a 2016**. 2019. 170 f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir), Porto Velho, 2019a.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Hucitec, SP: 1996.

SANTOS, Roberto de Souza. **Os condicionamentos das políticas territoriais e do processo de territorialização dos atores hegemônicos no desenvolvimento regional e local: uma análise crítica no contexto de Tocantins**. Goiânia, GO: UFG, 2013. (Relatório científico de Pós-Doutoramento)

SILVA, Súsie Fernandes Santos; SIEBEN, Silva Airton. A usina hidrelétrica de estreito (MA) e os efeitos no modo de vida dos barqueiros de Babaçulândia (TO). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia-MG v. 20, n. 71, p. 234-249, 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: M. A. Saquet, & E. S. Sposito (Orgs.), **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SCANTIMBURGO, André. O avanço do agronegócio e o aumento dos conflitos pelo uso da água. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (24), p. 27-54, jan./dez. 2016.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**. Vol.21, N 01, jan-jun./2002.

SIEBEN, Airton. **Estado e política energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**. 2012. 204 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SILVA, Roberto Antero da. CENTRALIDADE URBANO-REGIONAL DA PECUÁRIA DE ARAGUAÍNA-TO: A capital do boi gordo? **Revista de geografi**, Recife, v. 34, no. 2, 2017. Disponível:<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/viewFile/229285/23645>. Acesso em: 12 de jun. 2021.

SHANIN, Teodor. **La classe incómoda**. Sociología política del campesinato em uma sociedad em desarrollo. (Rusia 1910-1925). Tradução TAPIA, Fernando Andrada. Madrid: AlianzaEditorial, 1983.

SHANIN, Teodor. A DEFINIÇÃO DE CAMPONÊS: Conceituações e desconceituações – O velho e o novo em uma discussão marxista. **REVISTA NERA** – Ano 8, N. 7 – Jul./Dez. 2005.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia Ltda., 2003

SHIVA, Vandana. **Las guerras del agua privatización, contaminación y lucro**. México: Veintuino editores, 2003b.

SILVA, Antenor Roberto Pedroso da. Almeida, Maria Geralda de. O agronegócio e o estado do Tocantins: o atual estágio de consolidação. **Caminhos de Geografia: Uberlândia** v. 8, n. 21, p. 28 – 45, 2007.

SILVA, Berenice Gomes da. **A marcha das margaridas: resistências e permanências**. 2008. 172 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Carlos Franco da Silva. Fronteira Agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: **Territorio, Territorius: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. SANTOS, Milton et al. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 282-312.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento do território**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006. p. 283- 312.

SILVA Cassia Moreira da. **DA FRONTEIRA AS BARRANCAS DO RIO ARAGUAIA: experiências em territórios ribeirinhos na Colônia de Pescadores Z-19, distrito Porto Lemos–TO**. 2018, 62 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins.

SILVA, Leididaina Araújo e. **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu: mulheres, trabalho e informação**. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Queila Pereira da; SIEBEN, Airton Sieben; SILVA, Marivaldo Cavalcante da. Efeitos Da Usina Hidrelétrica Estreito na cultura de vazante da ilha São José e na feira livre em Babaçulândia-TO. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais** – UEG/UnU Iporá, v.3, n. 1, p. 85- 103 – jan/jun 2014 – ISSN 2238-3565.

SOUZA FILHO, Hudson Nascimento de Sousa; LOPES, Alberto Pereira. Chegada do outro em Barra do Ouro – TO e a expulsão das comunidades camponesas na Gleba Tauá para a expansão do agronegócio. **Revista Desafios**, V. 7, Especial -PIBIC, 2020, p. 113-122. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uftsuple2020-8762>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SOUZA, Rozivaldo Barros de Souza. Os conflitos socioterritoriais causados por empreendimentos hidroelétricos na Amazônia: E os atingidos por barragens da Gleba Mercedes Em Sinop/MT. **Revista Mutirão (Folhetim de Geografias Agrárias do Sul)**, V. 1, N. 2, p. 280-304, 2020.

SILVA, Roberto Antero. Centralidade urbano-regional da pecuária de Araguaína-TO: a capital do boi gordo? **Revista de Geografia** (Recife) V. 34, No. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229285>. Acesso em: 13 maio 2021.

SILVA, Marcos Ferreira da. **Agricultura familiar na Serra do Centro, Campos Lindos (TO): trajetória histórica e transformações decorrentes da expansão do “agronegócio”**. 2017. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/893>. Acesso em: 15 set. 2022.

SILVA, Aluizio Tadeu Marques da. A Questão Regional da Amazônia. In: Estudos e Problemas Amazônicos: história social e econômica e temas especiais. 2 ed., Belém: CEJUP. 2007. p. 205-208.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E., et al. (orgs.), **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999, p.77-116.

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei Nº 9.985, de 18 de julho De 2000.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa** – A árvore da liberdade. Vol.01. 4. ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Thomaz Júnior, Antônio; PONTES, Beatriz Pontes. A (DES)ORDEM SOCIETÁRIA E TERRITORIAL DO TRABALHO (Os limites para a Unificação Orgânica). **Revista Pegada**, vol. 14, nº1, junho/2012, pp. 22-36. Disponível em:

file:///C:/Users/Thayssllorranny/Downloads/2017-Texto%20do%20Artigo-5481-5893-10-20130130%20(2).pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 04, p. 381-420, 1957. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1957_v19_n4.pdf. Acesso em: 23 de agosto de 2020.

VALVERDE, Orlando. Relatório técnico da excursão ao Rio Grande do Norte, Boletim Carioca de Geografia, ano VI, n. 3 e 4, AGB, Rio de Janeiro, 1953.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina V. A rodovia Belém-Brasília: Estudo de Geografia Regional. Rio de Janeiro: SPVEA, IBGE, 1965,1966. Disponível em: http://biblioteca.sudam.gov.br/Biblivre4/?action=search_bibliographic#query=Orlando+Valverde&material=all. Acesso em: 20 ago.2020.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **“Por onde andam os coqueirais?” Os territórios tensionados e as tensões territoriais no estado do Ceará**. 2015. 312 f. Tese (Doutorado em 2015) - Universidade Estadual do Ceará, 2015. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=87003>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia**. Rio de Janeiro, 2009.

WELZER, Harold. **A guerra da água: por que mataremos e seremos mortos no século XXI**. São Paulo: Geração Editorial, 2010. (Tradução William Lagos).

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

APENDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC CENTRO DE CIÊNCIAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURA PARA OS LÍDERES DOS SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES NO NORTE DO TOCANTINS

- 1) Quando e como foi o processo de formação desse sindicato e/ou associação?
- 2) Qual o papel do sindicato e/ou da associação para essa comunidade?
- 3) Como é a aceitabilidade da comunidade?
- 4) Quais as principais dificuldades enfrentadas?
- 5) Em relação a expansão das monoculturas de soja e eucalipto na região, já houve conflitos com os fazendeiros e empresários? Se sim pode nos dizer o motivo?
- 6) Como a comunidade se organiza para defender seus direitos?
- 7) Quais os principais objetivos do sindicato e /ou associação?
- 8) O que você gostaria que fosse mudando no sindicato e/ou associação?
- 9) Em relação as políticas públicas, o Estado contribui com o sindicato e/ou associação e com a comunidade?
- 10) Se fosse pudesse nos deixar uma mensagem qual seria?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS CAMPONESES

- 1) Quais as principais dificuldades enfrentadas na comunidade?
- 2) Vocês recebem algum tipo de apoio do Estado?
- 3) Aqui ocorre conflito com algum fazendeiro ou empresário relacionado a produção de soja e eucalipto? Se sim, como ocorre?
- 4) Como a população lida com o conflito?
- 5) Como a população se organiza para defender seus locais de morada?
- 6) Qual seu maior sonho?
- 7) Conte nos um pouco da sua história de vida.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE CIÊNCIAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____, portador do RG. _____ e CPF: _____ estou ciente da pesquisa de THAYSSLLORRANNY BATISTA REINALDO, doutoranda do curso de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará/Campus do Pici em Fortaleza-CE, intitulada: **TERRITÓRIO, FRONTEIRA, CAMPESINATO: Expansão da fronteira agrícola e resistência camponesa no Norte do Tocantins, Brasil**, que tem como objetivo analisar a reprodução do capital na região Norte do Tocantins a partir do estudo da fronteira agrícola como espaço do conflito e da resistência camponesa.

Tenho ciência que minha participação na referida pesquisa é voluntária e sei que posso desistir da mesma a qualquer momento, sem nenhum prejuízo a minha pessoa, bem como não terei nenhuma despesa e também não receberei nenhuma remuneração para participar da mesma.

Sei que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas minha identidade não será divulgada sem minha autorização, sendo guardada em sigilo, caso eu não queira me identificar.

Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os meus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, eu poderei entrar em contato com a pesquisadora no endereço e-mail: llorrannygeo@gmail.com, ou pelo telefone (63) 99242-2062.

Diante do exposto afirmo que minha participação é voluntária e sem fins lucrativos. Por isto autorizo que meus dados sejam:

- Entrevista gravada e com a divulgação do meu nome.
- Entrevista gravada e sem a divulgação do meu nome.

- () Entrevista não gravada e com a divulgação do meu nome.
() Entrevista não gravada sem a divulgação do meu nome

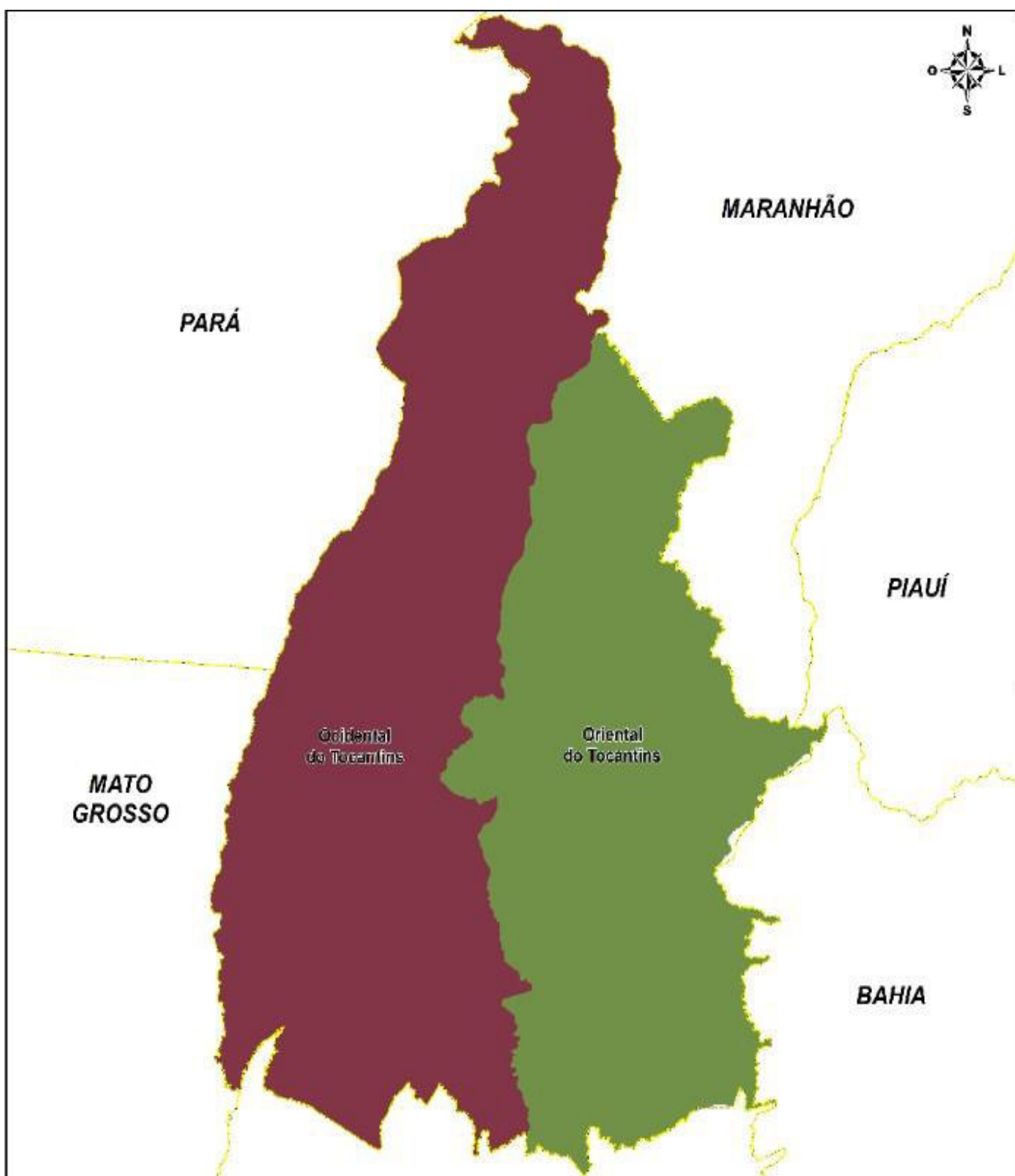
Pesquisador Responsável:
Instituição:
Endereço:
Telefones para contato: E-mail:

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 Rodolfo Teófilo fone: 3366-8346.

O abaixo assinado _____, ____anos, RG:_____. declara que é de livre e espontânea vontade que está participando da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre Esclarecido e que, após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste termo e que minha participação é de caráter voluntário e não serei remunerado.

Pesquisador Responsável: _____ Data: __/__/__

Participante: _____ Data: __/__/__

ANEXO B - MESORREGIÕES DO ESTADO DO TOCANTINS

Fonte: Caderno de caracterização: estado do Tocantins, 2021, p.18